

O problema do “Museu-Solução”

políticas públicas para o patrimônio
cultural no licenciamento ambiental

Ilza Carla Favaro de Lima

Rio de Janeiro, abril de 2025.

O problema do "Museu-Solução"
Políticas públicas para o patrimônio cultural no
licenciamento ambiental

por
Ilza Carla Favaro de Lima

Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio
Linha de Pesquisa 02
Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS
(UNIRIO/MAST).

O presente trabalho foi realizado com
apoio em 12 meses da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - Brasil (CAPES) - Código de
Financiamento 001.

Orientador: Professor Doutor Luiz Carlos
Borges

UNIRIO/MAST - RJ, 11 abril de 2025.

FOLHA DE APROVAÇÃO

O problema do “MUSEU-SOLUÇÃO” *políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental*

Tese de Doutorado de Ilza Carla Favaro de Lima submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como requisito final para a obtenção do grau de Doutora em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Documento assinado digitalmente

CAMILA AZEVEDO DE MORAES WICHERS

Data: 16/03/2026 11:22:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Camila Azevedo de Moraes Wichers
PPG-MUS/USP



Documento assinado digitalmente

CLAUDIA FEIERABEND BAETA LEAL

Data: 27/03/2026 08:45:34-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Claudia Feierabend Baeta Leal
PPG-MPPC/IPHAN



Documento assinado digitalmente

DEUSANA MARIA DA COSTA MACHADO

Data: 05/04/2026 13:18:39-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Deusana Maria da Costa Machado
PPG-PMUS/UNIRIO



Documento assinado digitalmente

LUIZ CARLOS BORGES

Data: 10/03/2026 10:09:16-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Carlos Borges
PPG-PMUS/MAST



Documento assinado digitalmente

MARIO DE SOUZA CHAGAS

Data: 06/04/2026 14:11:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Mario de Souza Chagas
PPG-PMUS/UNIRIO

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2025.

FICHA CATALOGRÁFICA

L732p Lima, Ilza Carla Favaro de
O problema do "Museu-Solução": políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental / Ilza Carla Favaro de Lima. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2025.
296f.

Orientador: Luiz Carlos Borges.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2025.

1. Licenciamento ambiental. 2. Patrimônio cultural. 3. Políticas públicas. I. Borges, Luiz Carlos, orient. II. Título.

*À minha mãe, que nunca precisou
compreender para acreditar.*

*E a todas as pessoas que, apesar
das perdas e das rupturas, seguem
reconstruindo seus caminhos e
preservando suas memórias.*

AGRADECIMENTOS

Esta tese é fruto de muitos encontros, escutas, generosidades e afetos que sustentaram um percurso intelectual e, sobretudo, humano. Ao longo desses anos, tive o privilégio de caminhar ao lado de pessoas que acreditaram nesta pesquisa e em mim, mesmo quando eu mesma duvidava. A todas elas, deixo minha mais profunda gratidão.

Ao professor Luiz Borges, agradeço por ter acolhido esta pesquisa em um momento decisivo de sua trajetória e da minha. Sua confiança, serenidade e incentivo foram fundamentais para que eu pudesse seguir adiante. Mais do que uma orientação acadêmica, encontrei acolhimento e a tranquilidade necessária para concluir este trabalho.

Minha sincera gratidão aos professores que compuseram as bancas de qualificação e de defesa: Mário Chagas, Cristina Bruno, Cláudia Leal, Camila Wichers, Deusana Machado e Diego Ribeiro. Cada leitura, cada observação, crítica e sugestão ampliou meu olhar sobre a pesquisa e reafirmou meu compromisso com uma produção acadêmica rigorosa e socialmente comprometida. É uma honra ter tido esta tese lida por pesquisadoras e pesquisadores cuja trajetória sempre admirei.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação, aos seus professores, colegas e equipe técnica, especialmente à Alexandra Durão, cuja disponibilidade e gentileza tornaram muitos caminhos mais simples; à professora Helena Uzeda, pelo acolhimento institucional; à professora Júlia Moraes e ao professor-poeta Mário Chagas, pelas oportunidades de formação e pelas experiências que me aproximaram da docência e da Museologia Social.

Entre as professoras que marcaram minha formação, sobretudo no período pós-pandemia, agradeço especialmente a Inês Gouveia, Camila Wichers e Carla Grião. Os encontros com elas foram um alento em um momento importante desta trajetória. Obrigada pelas trocas, pelo incentivo e pela inspiração. À ROPA – Rede de Ocupações e Parcerias Acadêmicas, minha gratidão pelo acolhimento e pelo espaço de colaboração que encontrei já na reta final desta tese, mas ainda em tempo de seguir construindo novas parcerias.

Registro também minha gratidão aos profissionais das instituições que participaram desta pesquisa, respondendo aos contatos, compartilhando informações

e contribuindo para a construção deste estudo. Agradeço igualmente às pessoas que encontrei em congressos, seminários e encontros acadêmicos, cujas conversas, perguntas e sugestões ajudaram a amadurecer muitas das ideias aqui apresentadas. Agradeço de modo especial a Júlio Chaves, Lucas Barros e Maria Karla, que permaneceram presentes para além dos encontros acadêmicos.

Às amigas que estiveram presentes durante esta jornada, meu agradecimento mais afetuoso. Mariane, Agatha, Renata, Mara, Fernanda, Amanda, Hilda Bárbara, Elis Marina e Ana Alves: cada uma, à sua maneira, ofereceu escuta, incentivo, companhia, leveza e afeto nos momentos em que tudo parecia pesado demais. Algumas caminham comigo há muitos anos; outras foram presentes que o próprio doutorado me deu.

Aos amigos e afetos Alexis, D2, Ali José e Filipe, obrigada pelas conversas, pelo humor, pelo amor e pela capacidade de lembrar que existe vida para além da tese.

Às pessoas com quem compartilhei tantos anos de trabalho em consultoria científica, especialmente aos colegas que estiveram ao meu lado em campo, em laboratórios e nas inúmeras jornadas profissionais que antecederam este doutorado, agradeço pelos anos de convivência, pelas trocas e pelos desafios compartilhados. Em especial, à Patrícia Hackbart e ao Marcelo Eme, que acompanharam de perto as inquietações que, anos depois, se transformariam nesta pesquisa.

Há ainda um agradecimento que talvez muitos doutorandos reconheçam. Esta tese também foi escrita entre consultórios, sessões de terapia, fisioterapia, consultas e exames. À Mara Oliveira, representando aqui todos os profissionais de saúde que cuidaram de mim durante esta jornada, meu muito obrigada por me lembrar que cuidar de mim também fazia parte do caminho.

Por fim, agradeço à minha mãe e, por meio dela, estendo minha gratidão à minha família. Não apenas pelo apoio incondicional, mas por tudo aquilo que começou muito antes desta tese existir. Foi com ela que aprendi a importância da independência, da responsabilidade e da disciplina. É dela que herdo a força para continuar e é nela que encontro, todos os dias, a inspiração para tentar ser uma pessoa melhor.

Se esta tese chegou ao fim, foi porque, em diferentes momentos da caminhada, muitas pessoas me sustentaram. A todas elas, meu mais sincero obrigada.

“Cultura é ordinária, cultura é igual a feijão com arroz, é necessidade básica, tem que estar na mesa, tem que estar na cesta básica de todo mundo”.

“Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos.
Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos.

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade.

Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável.

Porque, ao investir nas condições de criação e produção, estaremos tomando uma iniciativa de consequências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas já que a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais aos dias de hoje, foi sempre muito além do que permitiam as condições educacionais, sociais e econômicas de nossa existência”.

Gilberto Gil | 2003



Queremos saber | 1972

Em Casa Com os Gil | 2022

Gilberto Gil · Fran · Ana Cláudia Lomelino

RESUMO

O problema do "Museu-Solução": políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental

A gestão do patrimônio cultural no contexto do licenciamento ambiental, desenvolvida por meio de pesquisas de avaliação de impacto em áreas sob influência de megaempreendimentos, tem fomentado a proposição de iniciativas museais. Nesta tese, parto da experiência acumulada atuando com projetos nesse setor, especialmente pelas atividades junto ao licenciamento ambiental da Usina de Belo Monte, no Pará. A partir de uma perspectiva histórica, a pesquisa analisa, por meio de revisão bibliográfica, análise documental e estudos de caso, a constituição das normativas e dos procedimentos que articulam patrimônio cultural, avaliação de impacto ambiental e a musealização. A investigação destaca a potente contribuição dos projetos de pesquisa e os desafios da gestão, com ações predominantemente conduzidas por especialistas e instituições públicas – característica associada ao Discurso Autorizado do Patrimônio (DAP) – e o gradual crescimento da participação comunitária. A pesquisa demonstra que a gestão do patrimônio cultural em contextos de licenciamento ambiental tem produzido acervos e iniciativas museais que, ao responder às demandas de gestão decorrentes dos impactos sobre o patrimônio, configuram uma resposta institucional recorrente. A análise desse fenômeno fundamenta a formulação da categoria analítica denominada "museu-solução". O levantamento nacional evidenciou a recorrência, a abrangência e a diversidade dessas iniciativas, bem como os desafios relacionados à sua continuidade. Esses resultados comprovam que o problema do "museu-solução" não reside na adoção dessa resposta, mas nas condições sob as quais ela é produzida e sustentada, oferecendo subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural em contextos de licenciamento ambiental.

Palavras-chave: Licenciamento ambiental; Patrimônio cultural; Museu-solução; Museologia; Políticas públicas.

ABSTRACT

The problem of the “Museum-Solution”: public policies for cultural heritage in environmental licensing

The management of cultural heritage within the context of environmental licensing, developed through environmental impact assessment studies in areas affected by large-scale development projects, has fostered the proposal of museum initiatives. This thesis builds upon my professional experience working on projects in this field, particularly those related to the environmental licensing process of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant, in the state of Pará, Brazil. From a historical perspective, the research examines, through a literature review, documentary analysis, and case studies, the development of the regulatory frameworks and procedures that articulate cultural heritage, environmental impact assessment, and musealization. The study highlights both the significant contribution of heritage research projects and the challenges of heritage management, whose practices have been predominantly conducted by specialists and public institutions – a characteristic associated with the Authorized Heritage Discourse (AHD) – while also acknowledging the gradual expansion of community participation. The research demonstrates that cultural heritage management in environmental licensing contexts has generated collections and museum initiatives which, by responding to the management demands arising from impacts on cultural heritage, constitute a recurrent institutional response. The analysis of this phenomenon underpins the formulation of the analytical category termed the “*museum-solution*”. The nationwide survey revealed the recurrence, breadth, and diversity of these initiatives, as well as the challenges related to their long-term continuity. These findings demonstrate that the problem of the *museum-solution* does not lie in the adoption of this institutional response itself, but rather in the conditions under which it is produced and sustained, providing evidence to support the improvement of public policies for cultural heritage in environmental licensing contexts.

Keywords: Environmental licensing; Cultural heritage; Museum-solution; Museology; Public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Articulação entre PPPs e projetos dominante na literatura sobre AAE.....	59
Figura 2 – AAE de uma PPP em relação com outras PPPs setoriais.	59
Figura 3 – Etapas para solicitação das licenças ambientais no setor energético*	64
Figura 4 – Esferas de competência no licenciamento ambiental	66
Figura 5 – Licenças emitidas pelo poder público	66
Figura 6 – Etapas para solicitação das licenças ambientais.....	67
Figura 7 – Controle de impactos ambientais e medidas	69
Figura 8 – Exemplos de obrigações compensatórias	72
Figura 9 – Mapeamento de iniciativas museais e setores impactantes.....	125
Figura 10 – Iniciativas museais relacionadas à impactos do setor energético	125
Figura 11 – Recorrência das iniciativas museais por UF	139
Figura 12 – Crescimento populacional.....	144
Figura 13 – Previsão do museu no plano ambiental de Itaipu	150
Figura 14 – Exigência do museu no licenciamento de Belo Monte	157
Figura 15 – Demanda da sociedade civil por museu	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Profissionais e instituições consultados para o mapeamento	34
Quadro 2 – Museus mantidos pelo Ibram	114
Quadro 3 – Iniciativas museais em contextos de impactos ambientais.....	127
Quadro 4 – Usinas hidrelétricas* e sua potência de produção	130
Quadro 5 – Iniciativas museais dedicadas à memória do setor energético.....	132
Quadro 6 – Indicadores territoriais e urbanos dos municípios	145
Quadro 7 – Estruturas municipais de gestão cultural e patrimonial.....	145
Quadro 8 – Áreas de preservação e bens culturais acautelados	147
Quadro 9 – Instituições de ensino e pesquisa	148

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Esfera de gestão dos museus brasileiros.....	115
Gráfico 2 – Vinculação federal dos museus no executivo	115
Gráfico 3 – Status e distribuição das IGPs pelas UF's	118
Gráfico 4 – Esfera de gestão das IGPs.....	118
Gráfico 5 – Categorização das IGPs	119
Gráfico 6 – Status das IGPs de acordo com cada categoria	119
Gráfico 7 – Distribuição das iniciativas do setor energético por região	134
Gráfico 8 – Esfera de gestão das iniciativas museais.....	136
Gráfico 9 – Tipo de vinculação na esfera pública	136
Gráfico 10 – Mantenedores das iniciativas museais.....	137
Gráfico 11 – Perfil das iniciativas museais.....	138
Gráfico 12 – Status das iniciativas com perfil de IGP	138
Gráfico 13 – Status das iniciativas museais.....	139
Gráfico 14 – Distribuição e status das iniciativas museais por região	139

LISTA DE ABREVIATURAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica	LO	Licença de Operação
AAI	Avaliação Ambiental Integrada	LP	Licença Prévia
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental	MASB	Museu do Alto Sertão da Bahia
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	MINC	Ministério da Cultura
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica	MST	Movimento dos Sem Terra
CMT	Casa de Memória Transxingu	ONG	Organização Não Governamental
CNA	Centro Nacional de Arqueologia	ONU	Organização das Nações Unidas
CNC	Conselho Nacional de Cultura	PBA	Projeto Básico Ambiental
CNIGP	Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa	PCA	Plano de Controle Ambiental
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural	PCH	Pequena Central Hidrelétrica
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos	PIN	Programa de Integração Nacional
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente	PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
DAP	Discurso Autorizado do Patrimônio	PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais	PPP	Políticas, Planos e Programas
EIA	Estudo de Impacto Ambiental	RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
FPC	Fundação Cultural Palmares	SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
FUNAI	Fundação Nacional do Índio	SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
GT	Grupo de Trabalho	SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	SPI	Serviço de Proteção ao Índio
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus	SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste
ICOM	Conselho Internacional de Museus	SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios	TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
IES	Instituições de Ensino Superior	TR	Termo de Referência
IGP	Instituição de Guarda e Pesquisa	TRE	Termo de Referência Específico
IN	Instrução Normativa	UF	Unidade da Federação
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais	UFPA	Universidade Federal do Pará
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
LA	Licenciamento Ambiental	UHE	Usina Hidrelétrica
LI	Licença de Instalação	UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
		USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
1. ENTRE CAMPO E TEORIA: O PROJETO QUE MOVEU A TESE	10
1.1. Objetivos e justificativas	11
1.2. Fundamentos teóricos e legais	15
1.3. Problemática e hipótese	28
1.4. Processo metodológico	30
1.4.1. <i>Um mapeamento necessário: escolhas e caminhos da pesquisa</i>	33
2. INTERFACES ENTRE A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL	40
2.1. A república brasileira e sua herança da colonização	41
2.2. O debate internacional e nacional sobre o ambiente humano	48
2.2.1. <i>Avaliação de impacto ambiental</i>	56
2.3. Licenciamento ambiental e o patrimônio brasileiro	61
2.4. Conexões pela pesquisa	73
3. INTERFACES ENTRE AS POLÍTICAS DE CULTURA E DE MEMÓRIA	86
3.1. O início da musealização no Brasil	87
3.2. A construção de um campo político para cultura	96
3.3. Novos enquadramentos da memória e referências culturais.	104
3.3.1. <i>Educação Patrimonial</i>	110
3.4. Conexões pela gestão	112
4. “MUSEU-SOLUÇÃO” E MEGAEMPREENHIMENTOS	123
4.1. Mapeamento de Iniciativas museais	124
4.2. Interfaces entre pesquisa e gestão	135
4.3. Museus em territórios impactados	140
4.3.1. <i>Ecomuseu de Itaipu - UHE Itaipu Binacional</i>	150
4.3.2. <i>Casa de Memória Transxingu - UHE Belo Monte</i>	156
4.3.3. <i>Museu do Alto Sertão da Bahia - Complexos Eólicos</i>	164
4.4. Faces museais diante do impacto ambiental	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS	187
APÊNDICES	205
ANEXOS	284

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A oportunidade de participar de pesquisas e de desenvolver oficinas com educadores e membros das comunidades, tratando do tema do patrimônio cultural, me possibilitou o contato direto com diferentes percepções sobre os impactos dos empreendimentos e sobre as pesquisas realizadas. Essas práticas em campo, além de terem marcado profundamente minha trajetória pessoal, reativaram discussões iniciadas ainda no período da licenciatura em História, quando me direcionei à atuação com educação patrimonial.

Desde a iniciação científica, passei a refletir sobre as políticas públicas de gestão do patrimônio cultural. No mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, pude discutir como a preservação do patrimônio ambiental, muitas vezes, é priorizada em detrimento das práticas culturais locais – frequentemente sem a participação efetiva das comunidades afetadas (Lima, 2012).

A presente pesquisa foi motivada por observações realizadas em campo ao longo de mais de uma década de atuação com consultoria científica¹, no contexto do licenciamento ambiental (LA)². Em especial, destaco a experiência com projetos no Alto Xingu, em etapas do licenciamento da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte³, no Norte do Brasil. Devido às exigências da legislação ambiental brasileira e às convenções internacionais das quais o país é signatário, as obras de construção da Usina foram autorizadas após anos de estudos, negociações e readequações do projeto de engenharia, condicionadas à implementação de um Projeto Básico Ambiental (PBA).

¹ Refiro-me à atuação com a Scientia Consultoria Científica, entre 2011 e 2024, em projetos desenvolvidos com comunidades e equipes interdisciplinares, no contexto do licenciamento ambiental e da gestão do patrimônio cultural.

² Devido ao uso recorrente da expressão neste trabalho, adoto por vezes a sigla “LA” ou apenas “licenciamento”, para referir-me ao licenciamento ambiental, instrumento de gestão no âmbito da política pública, desenvolvido por meio de um procedimento ou processo administrativo, que será detalhado no capítulo 2.

³ Durante o período de 2012 a 2015, estive presente no território de implantação do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. A partir de 2013, passei a coordenar as atividades do Projeto de Educação Patrimonial, em conjunto com outras educadoras e em diálogo com pesquisadores de projetos voltados ao patrimônio cultural, com destaque para a arqueologia.

Entre as condicionantes do PBA, estava a execução de um Plano de Valorização do Patrimônio⁴, subdividido em dois programas e sete projetos. Um deles propunha a implantação de duas casas de memória, destinadas à salvaguarda dos acervos audiovisuais produzidos durante as pesquisas sobre as referências culturais das populações residentes na área de influência direta do empreendimento, que abrange cinco municípios paraenses: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio.

O trabalho de campo no Pará permitiu-me testemunhar a aplicação de políticas culturais em um contexto de grande impacto ambiental e sociocultural. A gestão do patrimônio cultural respaldada pela legislação se materializava em ações de mapeamento, monitoramento e resgate, principalmente de bens arqueológicos. Além disso, foram realizadas práticas de inventário, referenciamento e valorização de outras expressões patrimoniais, conforme previsto pelo Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e pela própria Constituição Federal, a qual determina que “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (Brasil, 1988, art. 216, §1º, grifo meu).

Um aspecto que me chamou atenção, além do registro das referências culturais, foi a determinação de implantar as casas de memória – uma em Altamira e outra em Vitória do Xingu – para abrigar os acervos produzidos. Essa exigência partiu do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que atua no licenciamento federal em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A decisão foi tomada previamente à realização de qualquer processo de construção coletiva com as comunidades interessadas. Tal prática, apesar do meu estranhamento inicial, não era inédita. Soube, num primeiro momento, do precedente ocorrido na região Sul do país durante a construção da UHE Foz do Chapecó, cujo processo também contou com a atuação

⁴ Desde 2010, o Plano elaborado e aplicado pela equipe da Scientia Consultoria Científica, teve na coordenação das pesquisas arqueológicas os então diretores da empresa: Solange Bezerra Caldarelli, Maria do Carmo M. M. dos Santos e Renato Kipnis, e a condução dos estudos com os demais patrimônios, feita por Carlos E. Caldarelli. O projeto de educação patrimonial, inicialmente sob a responsabilidade executiva de Patrícia Hackbart, e posteriormente, compartilhada comigo. O detalhamento dos programas e projetos pode ser visto no anexo 1.

da Scientia. No entanto, como discutirei adiante, trata-se de uma prática recorrente em contextos semelhantes.

Essas vivências suscitaram a identificação de problemas centrais sobre a efetividade dessas ações: até que ponto a produção e salvaguarda dos acervos contribuem para a valorização do patrimônio cultural local e nacional? De que modo os registros e depoimentos coletados compensam as transformações impostas pelo empreendimento às comunidades? Como assegurar a continuidade dessas instituições, considerando a ausência de recursos e a indefinição sobre sua gestão futura? E, finalmente, de que maneira o patrimônio cultural pode ser mobilizado como instrumento de fortalecimento territorial, conformado dentro de instituições que operam como zona de amortecimento diante dos impactos de grandes obras como a UHE Belo Monte – ou ainda de projetos futuros?

A investigação desse fenômeno se aprofundou em 2016, quando participei de um projeto no Nordeste, onde conheci o Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)⁵. Trata-se de uma iniciativa museal criada a partir de pesquisas arqueológicas realizadas no contexto do licenciamento de parques eólicos na região. Inicialmente, o material resgatado seria enviado para uma instituição de guarda em Ilhéus (BA). No entanto, a possibilidade de remoção do acervo mobilizou um grupo local, que passou a reivindicar a construção de um museu com reserva técnica, a fim de manter as coleções no próprio território.

Nesse segundo caso, a criação do museu resultou de uma demanda local e não de uma imposição dos órgãos de preservação. Percebi ali um sentimento de pertencimento e valorização dos bens arqueológicos, que passaram a ser entendidos como parte da identidade regional e como vetor de desenvolvimento cultural e econômico. O contato com o processo do Masb remeteu-me a um depoimento marcante, ouvido na região do Xingu, em 2013, durante oficinas com professores no

⁵ Em 2016, atuei na região do Alto Sertão da Bahia, no contexto do licenciamento de linhas de transmissão de energia. Cheguei ao Masb durante uma das etapas do trabalho, quando realizei um diagnóstico preliminar do território e das possíveis instituições parceiras para futuras ações educativas. Retornei à região em 2021, dessa vez devido à instalação de novos parques eólicos, neste momento executando um projeto integrado de educação patrimonial, ocasião em que foi possível estabelecer efetivamente uma parceria com o Masb (Lima, Medeiros, 2023). Sublinho, portanto, que não participei das atividades que originaram a formação do museu – pesquisas vinculadas ao licenciamento que remontam a 2009 (Masb, 2025).

município de Vitória do Xingu (PA). Em uma das atividades sobre patrimônio arqueológico, uma educadora emocionou-se ao descobrir a diversidade de sítios identificados na região – somente na comunidade de Santo Antônio, foram registrados onze sítios arqueológicos. Ela relatou que gostaria de ter conhecido essas informações anteriormente, para poder compartilhá-las com seus antigos alunos. No entanto, lamentava não ter como transmitir aquela história, pois a localidade havia sido integralmente deslocada pelas obras da Usina de Belo Monte, e o contato com os alunos se tornara inviável.

A comunidade de Santo Antônio foi uma das primeiras a ser realocada pelo cronograma da obra e, durante as etapas iniciais de prospecção e resgate, ainda não havia equipes de educadores atuando com o tema do patrimônio cultural no território. Esse testemunho ilustra as limitações de uma concepção ainda predominante no licenciamento ambiental, segundo a qual a educação patrimonial se restringe à divulgação final dos achados. Tal compreensão, presente inclusive em normativas oficiais, subestima o potencial social e pedagógico da Educação Patrimonial – como tem sido apontado por autores críticos da área, como Tolentino (2016b), Scifoni (2019), Demarchi (2020) – ao relegá-la a uma posição secundária nos processos.

Em Belo Monte, além do Projeto de Educação Patrimonial Integrado, voltado à rede escolar e à comunidade em geral, outro projeto foi posteriormente incorporado ao Projeto Básico Ambiental, com foco nos grupos diretamente afetados pelas obras e realocados compulsoriamente⁶. Em todas as etapas em que atuei no território paraense, ouvi relatos que expressavam sentimentos ambíguos sobre o empreendimento⁷. Parte da população valorizava as oportunidades de trabalho e negócios que surgiram; outra parte destacava os impactos negativos – ambientais, culturais e sociais. As percepções sobre as casas de memória também eram divididas: enquanto alguns criticavam a imposição unilateral, outros viam nelas uma

⁶ Foram realizadas ações voltadas ao diálogo com pessoas diretamente afetadas pelas obras da UHE Belo Monte, especialmente aquelas realocadas nos primeiros momentos de intervenção no território que culminaram em dois encontros: “Comunidade Santo Antônio e Ilhas próximas”, em Vitória do Xingu; e “Comunidades deslocadas pelo reservatório principal e entorno”, em Altamira, ambos em março de 2015 (Caldarelli; Lima, 2015).

⁷ Além das atividades do escopo da EP, participei de encontros com representantes dos cinco municípios da área de influência direta do empreendimento, para mediar ações entre comunitários, pesquisadores e arquitetos que estavam elaborando os projetos para as Casas de Memória. Devido a interface entre os projetos, que eram desenvolvidos por equipes diferentes, também participei de ações com a equipe de registro de referências culturais e com a equipe de educação ambiental.

possibilidade de registrar e disputar sentidos sobre suas memórias e referências culturais, para que pudessem ser acessadas pelas futuras gerações.

Essas vivências, acumuladas ao longo de mais de uma década de atuação em campo, motivaram a formulação da presente pesquisa. Como procedimento inicial e central, iniciei um mapeamento das iniciativas museais desenvolvidas em todo o país no contexto do licenciamento, com o intuito de identificar recorrência, características, desafios e situação atual. Essa cartografia resultou em um diagnóstico preliminar extenso, com mais de 50 iniciativas, que não poderia ser esgotado nesta tese. Essa sistematização evidenciou, contudo, um caso emblemático e pioneiro – ainda que não representativo do conjunto: o Ecomuseu de Itaipu, criado na década de 1970, sob influência da Nova Museologia. Mantido pela Itaipu Binacional, o museu compõe um conjunto de equipamentos institucionais e turísticos com financiamento estruturado, inserido na estratégia de visitação pública e de fortalecimento da imagem institucional da empresa na região de fronteira trinacional.

Com base nesse levantamento, selecionei três experiências representativas para análise: a Casa de Memória Transxingu (Altamira/PA), o Museu do Alto Sertão da Bahia (Caetité/BA) e o Ecomuseu de Itaipu (Foz do Iguaçu/PR). O objetivo desta tese é investigar a ativação do museu como medida compensatória à gestão do impacto ao patrimônio cultural no contexto do licenciamento ambiental, problematizando as “soluções” mobilizadas nesse processo. A investigação parte do reconhecimento do potencial das pesquisas realizadas durante os estudos de impacto ambiental, tanto pela capacidade de revelar dimensões do patrimônio local quanto pelas possibilidades de articulação entre pesquisa, gestão e participação social. A diversidade dos casos analisados evidencia diferentes formas de constituição dessas iniciativas, permitindo compreender tanto experiências marcadas por maior protagonismo comunitário quanto aquelas predominantemente orientadas por arranjos institucionais e tecnocráticos.

A partir desse conjunto de evidências empíricas, adota-se nesta pesquisa a noção de “museu-solução” para designar a ativação recorrente de iniciativas museais no âmbito do licenciamento ambiental como resposta da gestão dos impactos sobre o patrimônio cultural identificados nesses processos. Mantido entre aspas, o termo não indica uma solução consolidada, mas um expediente institucional que se repete de forma recorrente em diferentes momentos históricos, predominantemente orientado

por condicionantes técnicas e por arranjos administrativos que antecedem processos de construção coletiva com os sujeitos diretamente afetados. Ao nomear esse padrão, destaca-se uma categoria de análise que desloca o olhar de casos isolados para a compreensão de uma prática recorrente e estruturante na gestão do patrimônio cultural.

A análise das iniciativas mapeadas evidencia que esse modelo se organiza, em geral, a partir de exigências institucionais e não de demandas sociais. Como consequência, observam-se recorrentes processos de descontinuidade, transferência de responsabilidades para entes locais sem meios adequados, fragilidade de gestão e baixa sustentabilidade, com frequente reconfiguração funcional de espaços originalmente concebidos como instituições museais.

Sustenta-se, assim, que, no contexto do licenciamento ambiental brasileiro, a musealização mobilizada como “museu-solução” apresenta limites estruturais: trata-se de um dispositivo recorrente, porém marcado por fragilidade institucional e limitada integração às dinâmicas sociais dos territórios afetados, o que evidencia insuficiências das políticas culturais na mediação dos impactos socioambientais.

A tese a seguir está distribuída, além dessa introdução, em 4 capítulos, considerações finais, referências (incluindo bibliografias e fontes documentais), e por fim, os apêndices (fichas de todas as iniciativas museais mapeadas). Em síntese, cada sessão compõe-se da seguinte maneira:

Introdução: apresenta a autora e sua trajetória de pesquisa situada, contextualiza o problema que orienta o estudo e conduz o leitor pelo percurso da tese.

Capítulo 1 Entre campo e teoria: o projeto que moveu a tese: expõe os componentes do projeto de pesquisa, delimitando o objeto, o problema, a hipótese, os objetivos, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico-conceitual que sustenta a investigação.

Capítulo 2 Interfaces entre a preservação ambiental e patrimonial: reconstrói historicamente a incorporação do patrimônio cultural aos processos de licenciamento ambiental, evidenciando o papel da pesquisa na identificação, proteção e gestão dos bens culturais.

Capítulo 3 Interfaces entre as políticas de cultura e de memória: aprofunda a discussão ao incorporar as políticas de cultura e de memória, a institucionalização

dos museus e os desafios da gestão patrimonial, consolidando os referenciais necessários para a análise empírica.

Capítulo 4 “Museu-Solução” e Megaempreendimentos: articula o levantamento nacional das iniciativas museais e os estudos de caso, evidenciando a recorrência do fenômeno, suas diferentes configurações e os desafios relacionados à sua continuidade.

Considerações Finais: integram os resultados produzidos ao longo da tese, explicitando sua contribuição para os campos do patrimônio cultural, da museologia e do licenciamento ambiental, discutindo o alcance da categoria analítica "museu-solução" e indicando limites e possibilidades de desdobramento da pesquisa.

ENTRE CAMPO E TEORIA

o projeto que moveu a tese

1. ENTRE CAMPO E TEORIA: O PROJETO QUE MOVEU A TESE

Esta tese analisa as práticas de gestão do patrimônio cultural no contexto do licenciamento ambiental (LA) de obras de engenharia, com especial atenção às iniciativas museais que emergem como respostas institucionais a esses processos. Parte-se da compreensão de que o patrimônio cultural⁸ não constitui um dado neutro, mas um processo social e político, atravessado por disputas de poder, no qual determinados bens, memórias e narrativas são selecionados, legitimados ou silenciados (Gonçalves, 2009; Smith, 2006). Nesse contexto, investiga-se como a museologia tem sido mobilizada como estratégia de gestão – frequentemente associada a medidas de mitigação – e quais são os limites dessa prática diante das dinâmicas socioculturais dos territórios afetados. Interessa, portanto, compreender não apenas a presença dessas iniciativas, mas as condições institucionais que as produzem e os limites que apresentam quanto à sua implementação, continuidade e sustentabilidade.

A análise parte da compreensão do patrimônio cultural selecionado por estratégias de patrimonialização e de musealização, como ferramentas de poder e autoridade (Chagas, 2009; Brulon, 2018a,b) orientadas por concepções como o Discurso Autorizado do Patrimônio (Smith, 2006) e a Ideologia da Competência (Chauí, 2012, 2022). A proposta é refletir sobre como as políticas públicas têm elevado determinados bens culturais ao *status* de herança cultural (Bruno, 1996), e como a perspectiva museal tem sido acionada como forma de mitigação no contexto do impacto ambiental de megaempreendimentos. Em muitos casos, essa perspectiva é posteriormente negligenciada ou redirecionada, evidenciando a recorrência da “estratigrafia do abandono” (Bruno, 1996).

A presença do patrimônio cultural na legislação e nas normativas brasileiras tem garantido a realização de pesquisas sobre o tema, mesmo antes da implementação

⁸ Embora haja consenso quanto a saber que, em última instância, todo patrimônio é cultural; permaneço utilizando a expressão patrimônio cultural, em primeiro lugar, para distingui-lo do sentido econômico-jurídico primário do termo e, em segundo, pelo que já se convencionou denominar esta categoria de patrimônio.

do licenciamento ambiental. Um exemplo disso é o Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente, da Usina de Itaipu, com data de 1975, que indicava que seriam realizadas pesquisas e a formação de um museu de história e arqueologia, esta última, com uma Lei de proteção ativa desde 1961. Mas foi a partir da exigência de Estudos de Impacto Ambiental junto com o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (EIA-Rima), desde a Resolução 001, de 23 de janeiro de 1986, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que passamos a contar com ações para prevenir, mitigar e compensar danos ao meio ambiente.

A pesquisa tem como foco a gestão dos impactos sobre o patrimônio cultural no contexto da avaliação de impacto ambiental, compreendida como o momento em que se definem institucionalmente as respostas às interferências identificadas nos territórios. A incorporação do patrimônio cultural a esses processos, especialmente a partir da década de 1980, com respaldo na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e na Constituição Federal, estruturou um campo de atuação marcado por dispositivos técnicos, normativos e administrativos.

Ao longo de mais de quatro décadas, esse campo passou por transformações importantes, intensificadas nos anos 2000 com a implementação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), instituído pelo Decreto n.º 3.551, de 2000, que buscou ampliar a participação das comunidades nos processos de identificação e atribuição de valor. No entanto, a publicação da Instrução Normativa n.º 001, de 2015, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no âmbito do licenciamento ambiental, reconfigura essas possibilidades ao restringir, na prática, a participação social nos processos de gestão do seu próprio patrimônio e nas ações de mitigações à impactos locais. Essa inflexão evidencia que as respostas institucionais aos impactos – entre elas, a mobilização de iniciativas museais – são condicionadas por arranjos normativos e administrativos específicos. A recorrência dessas respostas, observada em diferentes momentos históricos de implementação do LA, sugere a existência de um padrão institucional que será aprofundado ao longo desta tese.

1.1. Objetivos e justificativas

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar as práticas de gestão do patrimônio cultural no contexto do licenciamento ambiental de grandes

empreendimentos, bem como analisar as iniciativas museais que emergem como formas de resposta às interferências no meio ambiente e na cultura das populações atingidas, sejam elas institucionalmente promovidas ou articuladas pelas próprias comunidades.

Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: i) analisar criticamente a trajetória das políticas de proteção e gestão do patrimônio cultural e museológico, com ênfase nas normativas e procedimentos legais aplicados ao LA; ii) discutir, a partir de um mapeamento de iniciativas museais vinculadas às pesquisas realizadas no contexto da instalação de grandes empreendimentos, como tem se configurado a gestão desses patrimônios; e iii) analisar três experiências museais concebidas como instrumento cultural e/ou zona de amortecimento, a fim de avaliar criticamente seus limites e possibilidades, considerando sua vinculação com a gestão do patrimônio em contextos de impacto ambiental.

A formulação desses objetivos se insere em um contexto social e ambiental marcado por intensas transformações e desafios, conforme detalhado a seguir.

A presente pesquisa se insere em um contexto de intensificação das reflexões sobre os impactos em nossas formas de vida e nos modos de organização social, mobilizada por efeitos gerados por crises ambientais e mudanças climáticas, por incêndios em museus e biomas, por rompimentos de barragens e, mais recentemente, pela pandemia da Covid-19. Iniciativas institucionais promovidas por organismos internacionais e nacionais, como a Unesco e o Icomos, têm destacado o papel do patrimônio cultural como recurso de resiliência frente a tais rupturas⁹. Essa movimentação reforça a relevância de se analisar os modos de gestão do patrimônio em situações de impacto previamente avaliado, como ocorre no LA de obras de engenharia.

No Brasil, a noção de patrimônio cultural como prática de (re)existência tem sido enfatizada por pesquisadores e coletivos atuantes em contextos de crise e

⁹ O 4º Simpósio Científico do Icomos Brasil (2020) tratou do tema “Patrimônio e Crise”, com debates conduzidos pelos Comitês Científicos sobre “Mudanças Climáticas e Patrimônio”, “Preparação para o Risco” e “Desenvolvimento Sustentável”. No mesmo ano, a Unesco lançou uma plataforma sobre patrimônio cultural imaterial e pandemia, enfocando sua relevância como “fonte de resiliência e recuperação”. Disponível em: <https://es.unesco.org/news/unesco-presenta-plataforma-patrimonio-cultural-inmaterial-y-covid-19>. Acesso em: 14 set. 2020.

reconstrução. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) promoveu, ainda em 2020, o debate sobre “Patrimônios, Museus e Re-Existências”, ressaltando o papel dos museus e espaços de memória na articulação simbólica da resistência¹⁰. Destaca-se também a tese de André F. Silva (2023), que discute o uso da musealidade como estratégia de recomposição identitária no pós-desastre de Bento Rodrigues. No campo museológico, Mario Chagas sintetiza a tensão entre usos autoritários e emancipatórios do museu, afirmando que “memória” e “poder” são conceitos permanentemente articulados em qualquer instituição museológica e que “os museus podem ser espaços celebrativos da memória do poder ou equipamentos interessados em trabalhar democraticamente com o poder da memória” (Chagas, 2015, p. 31).

Essa perspectiva é reforçada tanto por organismos internacionais quanto por experiências locais, que vêm evidenciando o papel estratégico dos museus na articulação de memórias e resistências.

É necessário, portanto, reconhecer que tanto o patrimônio quanto a museologia não são campos neutros ou isentos de disputas. Ao longo do tempo, ambos foram mobilizados como instrumentos de poder – ora legitimando narrativas hegemônicas e processos de silenciamento, ora servindo como recursos de resistência, memória e recriação simbólica. Essa ambivalência – entre controle e emancipação – evidencia que práticas patrimoniais e museológicas não operam em abstrato, mas são atravessadas por disputas de sentido, representação e legitimidade cultural. No contexto dos impactos provocados por grandes empreendimentos, compreender essas contradições torna-se essencial para avaliar criticamente o papel atribuído aos museus e aos processos de patrimonialização, especialmente quando inseridos em estratégias de mitigação, compensação ou recomposição cultural.

Essas disputas simbólicas ganham materialidade nas práticas estatais de regulação e compensação, como é o caso do licenciamento ambiental. Este procedimento administrativo produziu, ao longo dos anos, inúmeras experiências relacionadas à gestão do patrimônio cultural ameaçado, especialmente nos casos de obras de engenharia e megaprojetos. Tais empreendimentos, ao se instalarem e

¹⁰ ABA - Comitê de Patrimônios e Museus. Webinar “Patrimônios, Museus e Re-Existências: Culturas e Territórios”, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZIn4zGUmXiA>. Acesso em: 26 jan. 2025.

entrarem em operação, provocam impactos que frequentemente desestruturam modos de vida, práticas culturais e referenciais simbólicos das populações atingidas. Os estudos de impacto ambiental são, portanto, instrumentos fundamentais para antecipar danos evitáveis e diagnosticar interferências nos bens e nas práticas culturais locais, que, sem essa previsão, tendem a ser percebidas tardiamente – e, por vezes, de forma irreversível. Mensurar as alterações que tais obras podem ocasionar é imprescindível para a adoção de medidas de prevenção, mitigação e compensação adequadas.

A necessidade de aproximar e aprofundar essas discussões no campo ambiental, patrimonial e museológico justifica, também, a presente pesquisa. Com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento da preservação do patrimônio cultural, da inserção qualificada desse campo no LA e da atenção devida às comunidades historicamente excluídas dos processos formais de reconhecimento, torna-se necessário considerar – para efeito de contraste – os patrimônios não acautelados pelo Estado, vinculados a grupos frequentemente localizados em áreas afastadas, socialmente vulneráveis e sujeitas à instalação de novos empreendimentos.

Nesse contexto, diversas análises já se debruçaram sobre a interface entre o patrimônio – especialmente o arqueológico – e a museologia. Destaca-se uma consistente tradição de pesquisa liderada pela professora Maria Cristina Bruno, com enfoque na musealização da arqueologia, responsável pela produção e orientação de diversos estudos (monografias, dissertações e teses) que abordaram direta ou transversalmente esse tema¹¹, desenvolvidos na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Lusófona de Portugal, além da formação de profissionais que integraram essa frente de atuação.

Destacam-se também os trabalhos de pesquisa e orientação, tanto na graduação quanto na pós-graduação, de Alejandra Saladino (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan); Carlos Alberto Santos Costa (Universidade Federal do Recôncavo

¹¹ Por exemplo, as dissertações de Silva (2008), Santos (2012), Panachuck de Sá (2012), Tessaro (2014), Brandão (2017), Parente (2023) e Losada (2024); e as teses de Carneiro (2009), Wichers (2010; 2011), Santos (2012), Ribeiro (2013) e Toledo (2018).

da Bahia - UFRB); Diego Lemos Ribeiro (Universidade Federal de Pelotas - UFPel); e Camila Azevedo de Moraes Wichers¹² (Universidade Federal de Goiás - UFG e USP).

Apesar desses avanços, observa-se a ausência de uma abordagem comparativa ampla e sistematizada sobre a gestão do patrimônio cultural em contextos de LA. Frente a essa lacuna, esta pesquisa propôs um levantamento analítico das iniciativas museais vinculadas a estudos realizados no âmbito da avaliação de impacto ambiental, buscando refletir sobre seus potenciais e desafios, bem como sobre os modos de compartilhamento com a população local – com especial atenção ao patrimônio cultural integrado, conforme delineado nas políticas patrimoniais formuladas a partir do início do século XXI, que incluem modos de vida, saberes e formas de expressão.

Com base nesse diagnóstico, delimitou-se o escopo desta pesquisa ao contexto da gestão do patrimônio cultural no licenciamento ambiental brasileiro (recorte espacial), com foco nas ações que resultaram – ou intentaram resultar – em iniciativas museais nos territórios impactados (recorte temporal)¹³. Para além do aperfeiçoamento pessoal e profissional, buscou-se contribuir para o campo das práticas e discussões interdisciplinares que articulam patrimônio, museologia e licenciamento ambiental, estimulando a reflexão crítica e atuação mais dialógica por parte de profissionais e instituições envolvidos nesses processos, ampliando as possibilidades de construção compartilhada de sentido – um horizonte que será tensionado ao longo de toda a tese, com base em diferentes referenciais teóricos, entre eles a noção de Discurso Autorizado do Patrimônio (Smith, 2006).

1.2. Fundamentos teóricos e legais

As discussões teóricas e conceituais sobre o patrimônio cultural no Ocidente têm, ao longo dos anos, construído delimitações e disputas em torno de sua

¹² Camila A. de Moraes Wichers foi a primeira brasileira a obter o título de doutora em Museologia, com tese defendida no Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Portugal), seguida de uma segunda tese junto ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, ambas orientadas pela professora Maria Cristina Oliveira Bruno.

¹³ Os casos mapeados nesse estudo ocorreram entre 1975 e 2022. Para as discussões sobre políticas culturais e a atuação das instituições patrimoniais e museológicas no Brasil, considera-se como marco o início do período republicano.

definição¹⁴. Nesse processo epistemológico, marcado por requalificações conceituais e avanços nas políticas públicas, o patrimônio passou a ser compreendido como uma construção social e culturalmente situada, fruto de um processo dinâmico de atribuição de valor.

Adoto aqui uma concepção que entende o patrimônio cultural como constituído por referências culturais consideradas significativas para determinados grupos no presente; referências que conectam sujeitos ao seu passado e operam como instrumentos de consciência histórica e projeção para o futuro. O valor agregado a essas referências não é estático, mas continuamente atualizado por meio de práticas sociais – o que reforça seu caráter processual.

Essa perspectiva encontra respaldo na definição proposta por Laurajane Smith (2021), para quem todo patrimônio é, antes de tudo, intangível, pois se trata de uma negociação política e subjetiva de identidades, memórias e sentidos de lugar. Como afirma a autora:

Patrimônio é um processo de negociação de sentidos e valores históricos e culturais que ocorrem no âmbito das decisões que tomamos para preservar ou não preservar determinados lugares ou objetos físicos e elementos intangíveis, assim como no âmbito das formas como estes objetos e elementos são então geridos, exibidos ou salvaguardados (Smith, 2021, p. 141).

A concepção de patrimônio como processo performativo e político implica reconhecer que sua legitimação não ocorre de forma neutra. A consolidação dos processos de patrimonialização desencadearam o chamado Discurso Autorizado do Patrimônio (DAP), termo utilizado por Smith (2006) para criticar justamente o modo como determinados valores culturais são selecionados, validados e transmitidos por meio de estruturas institucionais e saberes especializados.

Para compreender criticamente as dinâmicas de gestão patrimonial em contextos de impacto ambiental é importante abordar as diferentes concepções e formas de preservação do patrimônio anteriores e coexistentes com o DAP. Ainda que a distinção conceitual entre patrimônio instituinte, instituído, institucionalizado e musealizado não seja usualmente apresentada de modo articulado nos estudos sobre

¹⁴ Muitos autores já delinearam de forma crítica a história e a conceituação da patrimonialização, além da própria Smith (2006), acrescento: Lowenthal (1998), Choay (2006), Canclini (2008), Poulot (2009), Prats (2009), e no Brasil: Fonseca (1997), Gonçalves (1996, 2009), Meneses (1998, 2009), Chuva (2009), entre tantos outros.

o patrimônio, ela aparece dispersa em diversas formulações teóricas e práticas que alimentam esta pesquisa. Reunidas aqui, permitem evidenciar diferentes sujeitos e processos envolvidos (ou aliados) na ativação, legitimação e salvaguarda de bens culturais.

O patrimônio instituinte refere-se às referências culturais vivenciadas cotidianamente pelos grupos sociais, baseadas em seus modos de vida e nas experiências comunitárias. Essa dimensão constitui o ponto de partida dos processos patrimoniais, enraizada em práticas que conferem sentido, identidade e pertencimento aos sujeitos. José Reginaldo Gonçalves (2009) ressalta que todo grupo humano mobiliza formas de colecionismo e seleção simbólica de bens, configurando um universo de referências culturais presentes no cotidiano. Essa base institui valores de forma dinâmica, mesmo sem uma chancela oficial.

Para ilustrar essa dimensão, Ulpiano T. Bezerra de Menezes (2009) propõe a imagem de uma velhinha numa igreja, habitante do lugar, vestida com roupas simples e sozinha no templo. Sua ação é plenamente territorializada e integrada ao cotidiano. Para ela, o “bem cultural” é, antes de mais nada, um bem – algo bom de conhecer, de sentir, de experimentar como vínculo pessoal e comunitário, e, sobretudo, bom de usar, de praticar:

Ela, ao que tudo indica, é uma habitante do lugar que também abriga a catedral. Sua ação é plenamente territorializada: nada nela indica que seu procedimento se dissocie dos demais espaços contíguos em que se desenrolaria sua vida cotidiana, a começar pelas roupas simples, do dia a dia, e pelo fato de se encontrar sozinha, apesar das carências trazidas pela idade. Aliás, ela pode ser rigorosamente considerada o protótipo do habitante – para o que a cotidianidade é pré-condição (...). Para ela, o ‘bem cultural’ é, antes de mais nada, um bem, quer dizer, coisa boa. Boa de conhecer, de ver, de sentir, de experimentar como um vínculo pessoal e comunitário e, finalmente, boa de usar, de praticar – pragmaticamente – e um bom lugar para rezar (Menezes, 2009, p. 27-28).

Esse exemplo nos permite compreender que o patrimônio, antes de ser eleito ao reconhecimento dos registros formais, opera como um ponto de ancoragem entre um lugar-identidade e um momento-memória das pessoas e dos grupos sociais. São objetos ou acontecimentos que, por sua força evocativa, estruturam experiências de pertencimento e situam os sujeitos na trama do tempo vivido.

O patrimônio instituído emerge quando determinados bens culturais passam a ser reconhecidos publicamente, seja por suas comunidades ou por mediação de

especialistas, com alto grau de adesão e ressonância simbólica. Borges e Campos (2012, p. 119) destacam que:

não basta um ato legal ou uma decisão de um segmento social para que, efetivamente, um bem cultural seja amplamente reconhecido como patrimônio. Daí a importância de se verificar o quanto um objeto ou traço cultural é significativo para uma dada comunidade, e isso implica saber o quanto e o quê esse objeto evoca, somado ao quanto e o quê ele representa para essa comunidade. Assim, um objeto, um artefato, um evento poderá ser considerado patrimônio (como expressão cultural simultaneamente instituinte e instituída) quando estiver investido de um alto grau de ressonância a de um grau elevado de aderência.

Esse papel evocativo encontra na prática universal do colecionismo “a composição de um ‘mundo’ material, a demarcação de um domínio subjetivo por oposição a um ‘outro’” (Clifford 1988 apud Gonçalves, 2007, p. 48). Assim, alguns bens podem ser instituídos como patrimônio pelas necessidades de um grupo em se afirmar e se opor ao(s) “outro(s)”.

É importante destacar que determinadas práticas culturais, instituintes de determinados grupos e instituídas por eles, compõem o conjunto de elementos representativos de sua identidade cultural. E, se por um lado não será um ato legal que garantirá o reconhecimento de determinado patrimônio, por outro, em determinadas circunstâncias, será apenas através de procedimentos oficiais, que a proteção terá garantias legais¹⁵.

O patrimônio institucionalizado, por sua vez, corresponde ao estágio em que determinados bens e práticas, previamente investidos de valor simbólico por diferentes sujeitos sociais, passam a ser formalmente reconhecidos e regulados por dispositivos institucionais. A patrimonialização, nesse contexto, não se limita ao reconhecimento cultural, mas implica processos de classificação, normatização e gestão conduzidos por instâncias estatais e organismos especializados.

Como observa Choay (2006), a noção moderna de patrimônio resulta da transformação de práticas de preservação em políticas públicas organizadas, pelas quais certos bens são selecionados e elevados à condição de referência coletiva.

¹⁵ Atualmente, no Brasil, tem-se usado a expressão “bens acautelados”, especialmente no contexto do licenciamento ambiental, para referir-se aos bens legalmente protegidos em âmbito federal. Este conjunto é formado pelos bens reconhecidos através delimitação das normas vigentes: patrimônio material (Decreto-Lei n.º 25/37); arqueológico (Lei n.º 3.924/61); imaterial (Decreto n.º 3.551/00) e ferroviário (Lei n.º 11.483/07).

Trata-se, portanto, de um processo de institucionalização que desloca práticas culturais do campo difuso das experiências sociais instituídas para regimes formais de proteção e administração.

Nesse movimento, a patrimonialização articula saber técnico, autoridade normativa e reconhecimento público, convertendo determinados bens culturais em objetos de gestão institucional e de representação simbólica da coletividade. Esse processo contribui para a consolidação de um regime de autoridade sobre o patrimônio, no qual especialistas, instituições e dispositivos normativos passam a definir quais bens devem ser preservados e quais narrativas sobre o passado são legitimadas, configurando aquilo que Smith (2006) denomina Discurso Autorizado do Patrimônio.

No Brasil, desde a década de 1930, o tema do patrimônio passou a ter um Serviço específico para a sua organização e proteção, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). O Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que cria o Serviço e delimita sua atuação, institucionaliza a patrimonialização no país, inaugurando os livros de registro, por meio da prática de tombamento¹⁶.

Os termos da época, contudo, não eram de ampla abrangência, a seleção dos bens era impositiva e concentrada “nas mãos” do Sphan:

Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, afim de produzir os necessários efeitos. (...)

Art. 7º Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

¹⁶ Cabe destacar a diferença entre tombamento e preservação, termos comumente usados como sinônimos, mas que diferem entre si. Conforme destaca Sonia Rabello (2009, p. 19): “Preservação é o conceito genérico. Nele podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. É importante acentuar esse aspecto já que, do ponto de vista normativo, existem várias possibilidades de formas legais de preservação. A par da legislação, há também as atividades administrativas do Estado que, sem restringir ou conformar direitos, se caracterizam como ações de fomento que têm como consequência a preservação da memória. Portanto, o conceito de preservação é genérico, não se restringindo a uma única lei, ou forma de preservação específica”. Para aprofundamento, ver a tese da jurista brasileira especializada em direito do patrimônio cultural e políticas de preservação sobre o Estado na preservação de bens culturais (Rabello, 2009).

Art. 8º Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa. (Brasil, 1937, grifo próprio).

A delimitação do patrimônio nacional passa a se concentrar em bens de valor histórico e artístico relacionados a “fatos memoráveis” do país. A musealização era indicada como a forma de conservação e exposição tanto possível quanto necessária. Além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, a União deveria manter “tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários”, com a mesma finalidade (Brasil, 1937, art. 24).

Podemos perceber que as questões de seleção, atribuição de valor e o desejo de preservar são centrais e conectam tanto as práticas com o patrimônio musealizado, quanto com o patrimônio cultural em geral. Vale destacar que nem todo patrimônio cultural será musealizado, mas tudo o que passa pela musealização, tem valor patrimonial instituído para e por algum grupo. Trata-se de processos de cunho político que pressupõem autoridade para serem instituídos, entretanto, a patrimonialização pode seguir uma rota independente da esfera museológica, assim como a musealização pode ser uma iniciativa independente¹⁷. Frequentemente, essas rotas se cruzam quando buscam alinhar-se às políticas públicas culturais, mesmo que atualmente, por vezes, recorram a instituições diferentes.

Isto ocorre porque, mesmo a musealização sendo atravessada pela questão patrimonial, sua institucionalização independente passou a ter caminhos próprios a partir de 2009, com a criação do Instituto Brasileiro dos Museus (Ibram). A nova autarquia passou a ser responsável pela Política Nacional de Museus, lançada em 2003 pelo Ministério da Cultura (MinC), com atenção destacada para as instituições museológicas; os bens culturais musealizados e as atividades museológicas, sendo consideradas:

I – as instituições museológicas: os centros culturais e de práticas sociais, colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que possuem acervos e exposições abertas ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer, tendo ainda as seguintes

¹⁷ Uma exceção importante de ser registrada é o caso do patrimônio arqueológico que, devido à sua legislação específica (Lei n.º 3.924/61), que determina que todo bem arqueológico é patrimônio da União. Sempre que este for alvo de pesquisa autorizada e resultar em acervo móvel, será obrigatoriamente direcionado a instituições de guarda, conforme diretrizes do Iphan (Portaria Iphan n.º 07/88; n.º 196/16; n.º 375/18), o que deveria resultar também em um processo de musealização – apesar de muitas vezes ser apenas museificado, como veremos adiante.

características básicas: a) a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais; b) o trabalho permanente com o patrimônio cultural; c) o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e d) o compromisso com a gestão democrática e participativa;

II – bens culturais musealizados: o conjunto de testemunhos culturais e naturais que se encontram sob a proteção de instituições museológicas; e

III – atividades museológicas: os procedimentos de seleção, aquisição, documentação, preservação, conservação, restauração, investigação, comunicação, valorização, exposição, organização e gestão de bens culturais musealizados (Brasil, 2009, art. 2º).

As atividades museológicas mencionadas na norma são ações do processo de musealização ou da chamada cadeia operatória, detalhada com algumas variações por diferentes teóricos¹⁸, pode ser resumida entre as ações de salvaguarda e de comunicação (Bruno, 1996). Entretanto, Bruno Brulon (2018a, p. 18) faz um destaque importante, quando esclarece que a “cadeia da musealização não começa, tampouco se limita, aos museus; isto porque a musealização tem início no campo (terrain) onde os objetos são coletados e abarca todos os processos que se seguem”.

Este pode ser considerado um ponto de forte conexão entre a atuação dos profissionais das áreas do patrimônio e da museologia. E, ao mesmo tempo, uma linha tênue que delimita as atividades das autarquias que respondem institucionalmente por cada área. De qualquer forma, marca a importância da atuação interdisciplinar e intersetorial que, caso seja abdicada, desperdiça o conjunto de ferramentas que cada área desenvolve.

Embora possua trajetória própria anterior às políticas modernas de patrimonialização, o patrimônio musealizado mantém vínculos profundos com os processos institucionais que interessam a esta pesquisa. Como destaca Maria Cristina Bruno (1996, p. 56), a musealização compreende “um conjunto de fatores e diversos procedimentos que possibilitam que parcelas do patrimônio cultural se transformem em herança”. Essa herança constitui, segundo a autora, uma forma de “identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço” (Bruno, 1996, p. 27).

Trata-se de uma operação simbólica e social que não apenas institui significados, mas também estabelece hierarquias valorativas sobre os bens culturais,

¹⁸ Para detalhamentos sobre cadeia operatória ou processo de musealização ver Guarnieri, 1990; Mensch, 1992; Stránský, 1995; Curry, 1999; Bruno, 2001, 2013 e Brulon, 2018a, 2018b; entre outros.

operando como instrumento de regulação e controle da memória. Mário Chagas, por sua vez, reforça questões subjetivas que orientam a seleção museológica de certos objetos em detrimento de outros. O autor destaca:

o caráter seletivo e político, impregnado de subjetividades, vinculado a uma intencionalidade representacional e a um jogo de atribuição de valores socioculturais. Em outros termos: do imensurável universo do museável – tudo aquilo que é passível de ser incorporado a um museu –, apenas algumas coisas, a que se atribuem qualidades distintivas, serão destacadas e musealizadas. Essas qualidades distintivas podem ser identificadas como documentalidade, testemunhalidade, autenticidade, raridade, beleza, riqueza, curiosidade, antiguidade, exotividade, excepcionalidade, banalidade, falsidade, simplicidade e outras não previstas (Chagas, 2009, p. 22).

A partir dessas formulações, torna-se evidente que a musealização também opera como um filtro epistemológico e político, em que atos de selecionar, interpretar e valorizar estão impregnados por intencionalidades – muitas vezes alinhadas aos dispositivos formais de reconhecimento institucional. A musealidade¹⁹, portanto, não é algo inerente aos objetos, mas resulta de processos mediados por regimes de saber e poder. Tal repertório técnico-discursivo é acionado para legitimar a musealização de “determinados fragmentos da realidade experienciada, selecionados – por alguém que detém autoridade – entre as diversas possibilidades que se apresentam” (Brulon, 2018b, p. 26).

Essa supervalorização do conhecimento especializado não é uma exclusividade da atuação na esfera patrimonial e museal. Marilena Chaui (2012) reflete sobre os discursos autorizados a partir da definição de Ideologia como um instrumento de dominação – ou seja, o modo pelo qual a classe dominante faz com que as suas ideias apareçam como universais, assegurando e mantendo a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política, ao mesmo tempo em que oculta a divisão de classes.

No mundo contemporâneo, surge a ideologia da competência exemplificada por Chaui (2012) a partir do ambiente fabril, com a implementação do sistema fordista, que fragmenta os procedimentos e segmenta o conhecimento entre os trabalhadores. Estes passam a exercer apenas em funções específicas, alijados do processo como um todo. Com o avanço tecnológico e científico, os profissionais são separados entre

¹⁹ Musealidade é o termo utilizado para nomear o valor específico atribuído a um objeto ou bem cultural, e este, por sua vez, é referido no campo especializado como Musealia, a coisa musealizada (Desvallées; Mairesse, 2013).

aqueles que detêm o conhecimento e estão destinados a mandar, e aqueles que não o possuem, relegados à obediência.

As políticas para o patrimônio cultural, desde as suas primeiras normativas, estiveram fortemente ligadas a esse discurso autoritário, justificado pelo argumento do discurso competente, que pode ser resumido assim: “não é qualquer um que tem o direito de dizer alguma coisa a qualquer outro em qualquer lugar e em qualquer circunstância” (Chaui, 2012, p. 57). A autora nos provoca a refletir sobre quem são os competentes e os incompetentes, e sobre o que permanece oculto pela ideologia da competência, com construções históricas que naturalizam esses processos.

O consagrado Discurso Autorizado do Patrimônio, guarda forte relação com o desenvolvimento das teorias da conservação e as práticas de restauro. A preocupação com a preservação do que se entendia como “monumento” no Ocidente levou à elaboração de instrumentos legais, agências públicas, conselhos e comitês nacionais e internacionais, estabelecendo critérios para proteção do patrimônio:

Arquitetos profissionais e a recém-emergente disciplina da arqueologia tiveram papel significativo na história da formulação desses atos normativos. A arqueologia, particularmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, defendeu seu status como empreendimento intelectual por meio de suas reivindicações de tutela sobre sítios e monumentos pré-históricos, nos debates públicos em torno dessas legislações (Carman 1996; Smith 2004). Tanto a arquitetura quanto a arqueologia, em razão da sua capacidade de reivindicar autoridade profissional sobre a cultura material, assumiram um papel pastoral na identificação dos monumentos apropriados para proteção por esses atos, bem como no cuidado e na salvaguarda desses lugares. A educação do público sobre o valor e o significado de edifícios e monumentos históricos também se incorporou a um senso de “ética de conservação”, segundo o qual disseminar esses valores significava garantir uma maior consciência e valorização do patrimônio cultural de uma nação” (Smith, 2006, p. 19, tradução²⁰ e grifo próprio).

Estas premissas alcançaram o Brasil, como podemos perceber no primeiro decreto relacionado ao tema do patrimônio, mencionando anteriormente. O país esteve conectado com essas discussões, sendo membro de algumas comissões

²⁰ *Professional architects and the newly emergent discipline of archaeology were significant in the history of the development of these acts. Archaeology, particularly in England and the United States, pressed its case for status as an intellectual endeavour through its claims of stewardship over prehistoric sites and monuments in public debates around the development of these acts (Carman 1996; Smith 2004). Both architecture and archaeology, due to their ability to claim professional expertise over material culture, took on a pastoral role in identifying the appropriate monuments to be protected under these acts, and in caring for and protecting these places. Educating the public about the value and meaning of historic buildings and monuments also became embedded in a sense of a ‘conservation ethic’ that to disseminate these values was to ensure greater conservation awareness and appreciation of a nation’s cultural heritage (Smith, 2006, p. 19).*

internacionais e signatário das cartas e recomendações produzidas por esses grupos. Essa perspectiva de permanência inalterada do patrimônio cultural nacional, se destacou durante os primeiros anos de atuação do Iphan, a partir do instrumento do tombamento. Dentre as análises já realizadas, destaca-se o trabalho de Maria Cecília Londres de Fonseca (1997), que além de discutir o conceito de patrimônio, aborda a trajetória da política pública federal no Brasil, especialmente de dois momentos, denominados como fase heroica (anos de 1930) e fase moderna (anos 1970) da gestão do Instituto.

Sem negar as contribuições que obtivemos nesses períodos, para o desenvolvimento de importantes instrumentos de proteção e de política cultural para o país, interessa a esta pesquisa a crítica formulada por Smith (2006), sobre a naturalização de um discurso que se disseminou largamente e restringiu o processo de seleção do patrimônio instituído substancialmente aos especialistas e às instituições autorizadas, além de uma sacralização de salvaguarda para o futuro:

O patrimônio, de acordo com o DAP, é inevitavelmente preservado “para as gerações futuras”, uma retórica que mina a capacidade do presente, a menos que sob a orientação profissional de especialistas do patrimônio, de alterar ou modificar o significado e o valor dos sítios ou lugares patrimoniais. Ao privar o presente de reescrever ativamente o significado do passado, o uso desse passado para desafiar e reescrever significados culturais e sociais no presente torna-se mais difícil (Smith, 2006, p. 29, tradução própria²¹).

Desta maneira, o DAP opera como um filtro normativo que define o que deve ser preservado, para quem, com que finalidade e sob quais critérios. Esse discurso tem naturalizado a ideia de que o patrimônio deve ser preservado “para as futuras gerações”, deslocando o foco das necessidades e usos do presente. Tal perspectiva restringe a agência dos sujeitos contemporâneos e reforça a autoridade de especialistas na definição do que é digno de salvaguarda.

Conforme destaca Smith (2006), essa retórica hegemônica contribui para a exclusão de narrativas subalternas e a padronização de formas de preservação. Ao ocultar os conflitos e disputas que permeiam os processos de patrimonialização, o DAP contribui para a reprodução de desigualdades simbólicas, atua como uma política

²¹ *Heritage, according to the AHD, is inevitably saved ‘for future generations’ a rhetoric that undermines the ability of the present, unless under the professional guidance of heritage professionals, to alter or change the meaning and value of heritage sites or places. In disempowering the present from actively rewriting the meaning of the past, the use of the past to challenge and rewrite cultural and social meaning in the present becomes more difficult* (Smith, 2006, p. 29).

do presente disfarçada sob o pretexto da preservação do passado para o futuro. Contrariamente a essa lógica que desautoriza a agência dos sujeitos no presente, esta pesquisa parte da concepção de que o patrimônio pode atuar como instrumento de (auto)consciência histórica e aprendizado ativo, operando no presente como elo entre memória e ação.

Neste estudo são destacados para análise casos em que a compensação do impacto ao patrimônio cultural direcionou-se para o caminho da musealização. Parto do reconhecimento do poder e da responsabilidade atribuídos a quem detém autoridade no trabalho museal, como já alertava Waldisa Rússio Guarnieri, ainda no final do século XX.

A partir de uma atuação prática e teórica, essa museóloga brasileira provocou seus pares sobre o papel dos museus e dos profissionais que atuam nessas instituições, que ela identifica como trabalhadores sociais, alertando sobre a importância de “não recusar a dimensão e o risco político, social, do seu trabalho” (Guarnieri, 1983/1985, apud Bruno, 2010, p. 153). A autora fazia referência à perspectiva de Florestan Fernandes e Paulo Freire, destacando que não se trata tão somente de exercer a função social do trabalho, mas de “quem trabalha conscientemente com o social, colaborando com a mudança” (Ibid., p. 153).

Em diálogo com outros intelectuais, Guarnieri salienta,

Como disse Antonio Augusto Arantes [1983], “a preservação deve ser pensada como trabalho transformador e seletivo, de reconstrução e destruição do passado, realizado no presente e em termos do presente”. E eu ousaria acrescentar que também o futuro se realiza desde o presente e em termos do presente (Guarnieri, 1987, apud Bruno, 2010, p. 179).

Tal como Guarnieri (1990, apud Bruno, 2010), compreendo que a preservação do patrimônio cultural é um ato político, e que – da mesma maneira que o discurso autorizado – temos de assumi-lo como tal, em nossas áreas de atuação profissional específicas e interdisciplinares. Se o patrimônio cultural é fruto de uma atribuição de valor, é fundamental problematizar os critérios e os agentes envolvidos nesse reconhecimento, bem como os efeitos de sua legitimação institucional.

A Constituição Federal de 1988 representa um marco na reorganização institucional das políticas patrimoniais no Brasil, ao transformar em norma legal a ideia de que o patrimônio não é apenas um bem a ser tutelado por especialistas, mas um campo de significados compartilhados, construído pela ação de sujeitos sociais

diversos. Sua formulação amplia não apenas a definição de patrimônio, mas também os mecanismos de legitimidade e os atores reconhecidos como interlocutores válidos na sua proteção.

Essa transformação se expressa de forma paradigmática no artigo 216 da Constituição, que afirma:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (Brasil, 1988).

Com essa formulação, o patrimônio cultural passa a ser definido por seu vínculo com a identidade, a ação e a memória dos grupos sociais, e não apenas por critérios estéticos, artísticos ou históricos determinados por especialistas. Além disso, o §1º inaugura uma perspectiva de responsabilidade compartilhada, ao convocar a “colaboração da comunidade” como princípio da política de salvaguarda. Essa abertura normativa, no entanto, não implica uma superação automática das desigualdades de poder que historicamente marcaram o campo patrimonial. Pelo contrário, torna-se necessário examinar de que forma essa ampliação legal se efetiva nas práticas institucionais – ponto que será desenvolvido nos tópicos seguintes.

A concepção ampliada de patrimônio foi parcialmente concretizada com a publicação do Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)²². Esse instrumento normativo introduz novos mecanismos para a salvaguarda de bens culturais expressos por meio de saberes, práticas e modos de

²² Uma ação precursora e alinhada com discussões das instituições internacionais, que trataram do tema com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, elaborada em 2003, na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), realizada em Paris.

vida, deslocando o foco da materialidade dos objetos para os processos sociais que lhes conferem valor.

O artigo 1º do decreto define:

Art. 1o Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. (...) § 2o A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira (Brasil, 2000).

A norma estabelece ainda quatro categorias de registro – saberes, celebrações, formas de expressão e lugares – e delega ao Iphan a responsabilidade pela instrução dos processos, elaboração de dossiês e tomada de decisão sobre o registro. Tal dispositivo amplia formalmente a base social da política de salvaguarda, permitindo que processos de registro de bens culturais de natureza imaterial sejam instaurados pelo Ministro de Estado da Cultura; instituições vinculadas ao Ministério da Cultura; Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal; bem como sociedades ou associações civis (Brasil, 2000, art. 2º).

Essa disposição responde, ao menos em termos legais, à histórica concentração de poder decisório nas mãos de especialistas e instituições estatais, permitindo o ingresso de novos sujeitos no processo de reconhecimento patrimonial. No entanto, como será analisado mais adiante, essa abertura formal não tem garantido, na prática, uma participação equitativa nos processos de gestão do patrimônio, especialmente no contexto do licenciamento e da compensação cultural.

Entretanto, em análises voltadas aos efeitos da nova qualificação/valorização – o patrimônio imaterial – especialmente sobre a atuação de instituições internacionais, como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Smith (2015) ainda tem provocado a discussão sobre como a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial colocou um desafio ao Discurso Autorizado do Patrimônio, afirmando que a Convenção continua a ser constrangida por esse mesmo discurso²³.

²³ A autora refere-se à possibilidade de o patrimônio comunitário/subnacional (seja intangível ou material) ter legitimidade numa arena internacional.

Perante esse desafio, em âmbito nacional, analisarei o cenário do licenciamento ambiental, impelida pela experiência no território onde se instalou a UHE Belo Monte, onde temos um caso de gestão do patrimônio cultural que atuou com a metodologia do inventário de referências culturais, produziu um acervo audiovisual e instalou uma casa de memória, como medida mitigatória do empreendimento.

Levando em conta as reflexões teóricas abordadas acima, neste estudo, destaco como essas conceituações e práticas acabam sendo aplicadas na esfera nacional, especialmente no contexto do LA, no qual processos de patrimonialização e museologia passam a operar como instrumentos técnicos e políticos de gestão dos impactos, frequentemente orientados por lógicas institucionais que serão analisadas ao longo desta tese.

1.3. Problemática e hipótese

A atuação do Estado e de especialistas na gestão do patrimônio cultural, especialmente em contextos de licenciamento, tem gerado um conjunto de acervos e museus como forma de compensação ambiental pelos impactos provocados por obras de engenharia. A legislação brasileira e os marcos institucionais garantiram a inclusão do patrimônio cultural nos estudos de impacto ambiental, desencadeando programas de registro, salvamento e, por vezes, a criação de instituições museais nos territórios afetados.

Essa dinâmica revela a consolidação de um processo de patrimonialização nacional, pautado por normas legais e orientado por agentes externos às comunidades. A presente pesquisa parte do tensionamento entre esse processo e as formas de produção de sentido vividas pelos sujeitos atingidos, com base nas distinções entre o patrimônio instituinte, instituído, institucionalizado e musealizado e os diversos modos de atribuição de valor cultural.

A noção de patrimônio, como aponta Gonçalves, pode ser compreendida a partir da lógica do colecionamento:

A categoria 'colecionamento' traduz, de certo modo, o processo de formação de 'patrimônios'. Sabemos que estes, em seu sentido moderno, podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis apropriados e expostos por determinados grupos sociais. Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de 'colecionamento' de objetos materiais cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado 'outro' (Gonçalves, 2009, p. 26).

O patrimônio é, assim, uma política do presente, que diz respeito à autoidentificação dos grupos com seus modos de vida e suas narrativas de pertencimento, operando como instrumento de negociação de sentidos culturais e sociais no tempo atual. Ao analisar experiências vivenciadas em campo, torna-se evidente como os processos de patrimonialização e musealização, ainda são regidos, em grande parte, pelo Discurso Autorizado do Patrimônio (Smith, 2006) e pela Ideologia da Competência (Chauí, 2012), que definem quem pode nomear, proteger e representar o patrimônio cultural. Com isso, a gestão patrimonial tende a se configurar como uma prática técnico-burocrática, frequentemente dissociada das necessidades, narrativas e aspirações das comunidades diretamente impactadas.

Quando esses processos resultam na criação de iniciativas museais, observa-se que muitas delas são concebidas, planejadas e implementadas por consultorias, empresas especializadas e órgãos públicos, sendo posteriormente entregues às comunidades como produtos concluídos. Tal configuração sugere uma lógica de intervenção na qual os grupos envolvidos não participam, de maneira efetiva, das decisões sobre configuração institucional, gestão ou continuidade dessas iniciativas. Esse cenário suscita questões fundamentais: como essas instituições são mantidas após a conclusão dos processos regulatórios? Que lugar ocupam nas dinâmicas socioculturais dos territórios? Quais condições favorecem sua continuidade ou contribuem para sua descontinuidade?

Nos processos de LA, essas questões tornam-se ainda mais complexas. As comunidades são convocadas a elaborar narrativas sobre suas referências culturais em contextos marcados pela iminência de transformações profundas em seus territórios e modos de vida. Muitas vezes, essas narrativas são produzidas em resposta às demandas impostas pelos empreendimentos e pelos procedimentos de licenciamento, inserindo-se em processos de patrimonialização e musealização conduzidos por diferentes agentes institucionais.

Nesse contexto, a Museologia Social oferece um contraponto relevante. Conforme argumentam Chagas (et al., 2018), a dimensão social da museologia não decorre da simples criação de museus, mas da construção de processos desenvolvidos com e, em determinadas circunstâncias, a partir das comunidades, em diálogo com seus territórios e formas de organização. Ao deslocarem a atenção da instituição para os processos sociais que lhe dão sustentação, os autores oferecem

uma perspectiva crítica para refletir sobre as iniciativas museais produzidas no âmbito do LA.

A partir dessa tensão, a questão central que orienta esta investigação é: quais desdobramentos institucionais a gestão do patrimônio cultural no licenciamento ambiental tem produzido, especialmente no que se refere à implementação, continuidade ou descontinuidade de iniciativas museais?

A hipótese aqui formulada é a de que a gestão do patrimônio tem operado predominantemente como uma estratégia de amortecimento simbólico dos impactos provocados por megaempreendimentos, criando acervos e instituições que funcionam mais como respostas políticas e institucionais do que como expressões legítimas de um processo cultural vivo e compartilhado. As iniciativas museais, muitas vezes, atuam como dispositivos discursivos de resiliência, mas não garantem, por si, condições de instrumentalização, continuidade e apropriação comunitária.

Assim, propõe-se neste trabalho a problematização do que denomino “museu-solução”: um dispositivo recorrente de resposta institucional, orientado por exigências técnicas e normativas, que tende a produzir iniciativas museais com baixa sustentabilidade e limitada integração às dinâmicas sociais locais. Apesar de sua repetição histórica, essa prática ainda carece de análises sistemáticas que subsidiem o planejamento de políticas públicas para museus no âmbito do licenciamento brasileiro.

Ainda que a criação de museus possa, em determinados contextos, representar uma alternativa potente para os territórios impactados, especialmente se for um desejo genuíno da comunidade e se houver previsão de recursos, formação local e continuidade institucional, é preciso compreender a perspectiva museal não como um modelo único, mas como uma possibilidade totalmente mutável, a ser avaliada com base nas especificidades culturais e sociais de cada território. Essa tese se propõe a investigar essa realidade.

1.4. Processo metodológico

Parto da minha inserção profissional no campo do licenciamento ambiental não como relato, mas como condição de possibilidade da investigação. É a partir dessa posição implicada que delimito o problema, seleciono o corpus empírico e construo as estratégias analíticas desta pesquisa. A experiência acumulada em programas de

gestão do patrimônio cultural permitiu identificar, de forma recorrente, a mobilização de iniciativas museais como resposta institucional aos impactos de grandes empreendimentos. Ao converter essa experiência em objeto de análise, busco não apenas descrevê-la, mas compreender os padrões que a estruturam, seus limites e suas implicações no campo patrimonial.

A análise sistematizada dos casos brasileiros possibilita, assim, uma reflexão fundamentada sobre essa realidade, permitindo identificar seus impasses, potencialidades e os modos pelos quais tais práticas se consolidam como respostas recorrentes no âmbito do licenciamento.

Trata-se de um estudo exploratório, adequado à investigação de um fenômeno ainda pouco sistematizado na literatura – o denominado “museu-solução” –, permitindo identificar padrões, recorrências e variações empíricas que fundamentam a hipótese desta tese, orientado pelo método hipotético-indutivo (Gerhardt e Silveira, 2009), com abordagem qualitativa, conduzida por meio de procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental, eletrônica, levantamento de dados e estudo de caso com observação direta (nos contextos em que atuei) e observação indireta (por meio de documentos e registros secundários). A inserção da pesquisadora no campo investigado, marcada por minha trajetória profissional, confere ao estudo uma perspectiva etnográfica²⁴.

As pesquisas bibliográficas forneceram o arcabouço teórico e conceitual da tese, possibilitando o diálogo com autoras e autores de campos interdisciplinares, como patrimônio cultural, licenciamento ambiental e museologia. A consulta documental abrangeu normativas legais, registros administrativos e produções técnicas, como relatórios de impacto ambiental e planos ambientais. Também foram considerados conteúdos disponibilizados por instituições públicas, privadas e da sociedade civil, acessados por meio de fontes digitais.

O mapeamento das iniciativas museais teve origem no conhecimento empírico acumulado ao longo da experiência profissional e foi complementado por investigações em fontes secundárias e pela articulação de uma rede qualificada de

²⁴ Neste estudo, a referência à perspectiva etnográfica diz respeito a uma leitura panorâmica do campo em que atuo e no qual tenho vivenciado diversas experiências e não especificamente o uso de métodos etnográficos.

contatos. Foram enviadas mensagens explicativas a sujeitos estratégicos, com vistas à identificação de casos vinculados ao escopo da pesquisa. As características das instituições mapeadas foram sistematizadas a partir de sites institucionais, documentos e bibliografias disponíveis e, quando necessário, complementadas por meio de contato direto com seus gestores. Procurou-se identificar aspectos como a composição dos acervos, as estratégias de gestão e as ações desenvolvidas, de modo a refletir sobre as contribuições dessas ações para as comunidades envolvidas.

A pesquisa por meio de estudo de caso, conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 41),

visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. (...) podemos ter também estudos de casos múltiplos, nos quais vários estudos são conduzidos simultaneamente.

Selecionei três casos emblemáticos no contexto brasileiro de grandes empreendimentos que resultaram em iniciativas museais, cuja escolha se justifica por sua representatividade em diferentes contextos de implementação de empreendimentos e pela diversidade de arranjos institucionais e respostas museais, permitindo observar variações do modelo analisado: a Usina Hidrelétrica de Itaipu (PR), implantada na década de 1970; a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA); e os parques eólicos da Renova Energia (BA), ambos com obras iniciadas em 2009²⁵. A análise desses casos, em cotejo com as demais iniciativas mapeadas, busca compreender suas potencialidades e desafios, refletir sobre as estratégias museais adotadas em contextos de impacto ambiental e investigar de que maneira o patrimônio cultural tem operado como estratégia de resiliência e resistência diante de processos de transformação forçada.

²⁵ Os períodos de realização das pesquisas de avaliação de impacto e dos programas de gestão do patrimônio antecederam as datas de início da operação e até mesmo de implantação das obras. Os estudos de viabilidade de Itaipu e Belo Monte remontam à década de 1970. A construção da Usina de Itaipu foi iniciada em 1975, enquanto as obras da Usina de Belo Monte e dos parques eólicos da Renova tiveram início em 2009. No caso de Itaipu, o processo se desenvolveu inclusive antes da implementação dos procedimentos de licenciamento ambiental, formalizados de maneira progressiva na gestão ambiental brasileira a partir da Resolução Conama n.º 001/1986 e da Constituição Federal de 1988.

1.4.1. Um mapeamento necessário: escolhas e caminhos da pesquisa

O mapeamento apresentado neste estudo não constituía, inicialmente, um procedimento previsto no desenho da pesquisa. No entanto, ao longo de seu desenvolvimento, mostrou-se metodologicamente indispensável para a compreensão da recorrência e da diversidade das iniciativas museais associadas ao licenciamento ambiental. Sua incorporação não se deu como ampliação desordenada do escopo, mas como resposta analítica a um padrão empírico que não poderia ser apreendido apenas por meio dos estudos de caso.

O mapeamento das iniciativas museais buscou identificar processos desencadeados pela instalação ou operação de empreendimentos que geraram impactos, especialmente aqueles relacionados aos estudos e ações de mitigação voltados ao patrimônio cultural, bem como às reivindicações sociais por preservação da memória.

Certas obras de engenharia, ao se instalarem, produzem importantes levantamentos sobre os territórios por meio de estudos prévios de impacto, planejamento ambiental e programas específicos voltados ao patrimônio cultural. Tais estudos têm enorme potencial de geração de conhecimento, como discutido na fundamentação teórica e legal apresentada anteriormente. Frequentemente, também originam acervos documentais e coleções a partir de ações de salvamento e registro das transformações territoriais, como forma de compensação ambiental. Esses conjuntos de bens culturais passam a ser geridos por empresas, instituições públicas ou comunidades envolvidas.

Esta investigação partiu do conhecimento prévio acumulado sobre pesquisas que, ao produzirem informações e ações de gestão do patrimônio – no início, durante ou após a instalação dos empreendimentos – suscitaram propostas de permanência desses conteúdos nos territórios. Alguns desses casos se tornaram nacionalmente conhecidos e bem-sucedidos; outros, menos divulgados, foram desativados ou sequer implementados. Há ainda aqueles que refletem reivindicações locais e revelam que a gestão do patrimônio não ocorreu de forma satisfatória. A intenção foi identificar, quantificar e caracterizar as variações entre os casos existentes.

Os primeiros passos para essa busca foram investigar os dados do Cadastro Nacional de Museus²⁶ e da Lista de Emissão de Portarias do Iphan²⁷, que indica as instituições que estão estabelecendo o endosso institucional para receber os acervos das pesquisas arqueológicas autorizadas. A busca concentrou-se nas informações sobre a origem das instituições e suas possíveis relações com empreendimentos, impactos e compensações ambientais.

No Cadastro de Empreendimentos da Aneel²⁸ e no Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)²⁹, a pesquisa buscou sistematizar dados sobre as Usinas Hidrelétricas instaladas no Brasil, dada a expressiva quantidade de casos vinculados a esse tipo de empreendimento. Isso permitiu o cruzamento entre dados sobre museus, instituições de guarda e grandes obras de infraestrutura.

Em um segundo momento, a pesquisa foi direcionada para um grupo de especialistas (Quadro 1), composto por pesquisadores vinculados a empresas de consultoria, professores com atuação nos campos do licenciamento ambiental, do patrimônio, da arqueologia e da museologia, bem como representantes de instituições públicas, centros de memória e redes acadêmico-profissionais. A opção por essa abordagem se baseou no reconhecimento de que o tema mobiliza uma rede de interação específica e concentrada, sendo mais eficaz acionar diretamente sujeitos-chave com potencial de contribuição qualificada. Além disso, optou-se por essa estratégia como forma de otimizar a dinâmica de contatos, considerando que questionários abertos e de ampla divulgação apresentariam menor taxa de resposta e baixo retorno em termos de profundidade e pertinência das informações.

Quadro 1 – Profissionais e instituições consultados para o mapeamento

Perfil	Grupos e Instituições
Pesquisadores	Empresas de Consultoria, Furg-RS, Ipaes-ES, UFG-GO, Ufpel-RS, UFRB-BA, UFRGS-RS, Unir-RO, Unirio-RJ, USP-SP

²⁶ Pesquisa na base de dados: <http://museus.cultura.gov.br/>, acesso em: 08 jul. 2022.

²⁷ Pesquisa em planilha (Portarias_08_1991_2022), disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1375>, acesso em: 08 jul. 2022.

²⁸ Pesquisa na base de dados: https://www2.aneel.gov.br/scg/Consulta_Empreendimento.asp, realizada em: 10 jul. 2022. Busca através dos indexadores “Tipo de Geração” = “UHE”; “Situação” = “Operação”; Resultado: 218 ocorrências (Aneel, 2022).

²⁹ Pesquisa na base de dados: <https://www.ana.gov.br/sar/sin>, realizada em: 07 set. 2022. Investigado informações disponíveis sobre “Bacias hidrográficas > Reservatórios > Características”; Resultado: 162 ocorrências (ANA, 2022).

Perfil	Grupos e Instituições
Gestores	Iphan - PPG Preservação Pat. Cul. e Coordenação de Conservação e Gestão (CCG); Sistema Estadual de Museus de Alagoas/ Minas Gerais/ Paraná/ Rio de Janeiro/ Rio Grande do Sul/ Santa Catarina e de São Paulo
Outros Profissionais	Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos (Remaae) e Centro de Memória da Eletricidade

Fonte: Elaborado pela autora.

O conjunto de procedimentos realizados, aliado ao constante diálogo com profissionais e à investigação de novas pistas, evidenciou limites e lacunas nos bancos de dados institucionais. Constatou-se que os dados inseridos no Cadastro Nacional de Museus nem sempre trazem informações sobre a origem das instituições e, além disso, algumas instituições já identificadas na fase preliminar da pesquisa sequer constavam na base oficial.

No caso do Iphan, após o contato inicial, foi solicitada a elaboração de um formulário com os pontos de interesse da pesquisa, como forma de facilitar a circulação interna do pedido. Contudo, não houve retorno. A consulta aos sistemas de museus estaduais tampouco resultou em respostas, exceto pelo Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina, que divulgou a pesquisa em seu boletim mensal de maio de 2023³⁰. As contribuições recebidas vieram, sobretudo, de pesquisadores e pesquisadoras interessados no tema, que agregaram informações ao mapeamento em curso.

A investigação identificou um conjunto expressivo de iniciativas dispersas pelo território brasileiro, marcadas por grande diversidade de características. Entre os casos mapeados, foram aplicados critérios de seleção, exclusão e classificação, além da sistematização dos dados disponíveis. Esses critérios foram definidos a partir dos objetivos e recortes da pesquisa, inicialmente pensada com base no contexto do LA, mas que teve seus limites – temático e temporal – ajustados diante da variedade dos casos encontrados.

A revisão do recorte temático e temporal foi um momento importante da pesquisa, não apenas por questões metodológicas, mas por evidenciar o efetivo processo de ampliação de dados e de repertório sobre iniciativas museais em

³⁰ SEM/SC. Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina. Boletim Informativo de 04 de maio de 2023. Disponível em: <https://mailchi.mp/9be1f5cfac43/informativo-do-sem-sc-15367113?e=53d22c3f8f>. Acesso em: 4 maio 2023.

contextos de impacto e conflito. Casos como o Museu de Favela (MUF) e o Museu das Remoções, ambos no Rio de Janeiro, destacaram-se durante o mapeamento como exemplos de práticas de resistência e mobilização comunitária. Ainda que não vinculadas diretamente aos processos de gestão do patrimônio conduzidos pelo Iphan no âmbito do licenciamento, essas iniciativas dialogam com as lógicas de patrimonialização em disputas territoriais.

A implantação de áreas de preservação, recuperação ambiental e/ou cultural, como o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos (RJ), o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG) e o Parque Nacional da Serra da Capivara (PI), constitui um conjunto de ações com impactos significativos e desdobramentos em processos de musealização. O caso mineiro, por exemplo, decorre diretamente de uma medida de compensação ambiental³¹.

Esses casos possibilitam reflexões relevantes sobre a musealização em áreas protegidas, embora não estejam diretamente ligados aos estudos prévios de impacto ambiental. Ao contrário, o parque carioca deriva de um raro processo de destombamento³², enquanto o parque piauiense gerou impactos para comunidades residentes após sua criação, o que levou à fundação do Museu Zabelê (Muzab), como resposta comunitária à exclusão territorial³³.

Um dos casos mais emblemáticos para este estudo, e que exigiu a adequação do recorte temporal, foi o da Usina Itaipu Binacional (1975) e seu Ecomuseu. Trata-se de um empreendimento anterior à implantação formal dos procedimentos de licenciamento no Brasil, sistematizados a partir da Resolução Conama de 1986. Esse caso é o mais antigo entre os mapeados e é considerado precursor no campo da

³¹ O caso da Fiat resultou em impactos difusos, ao produzir e comercializar veículos que transmitiram poluição ambiental acima do permitido pela legislação. Por meio de ação do Ministério Público Federal, a empresa foi obrigada a realizar medidas de compensação ambiental, resultando, em 1999, na criação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (Magalhães, 2022).

³² O destombamento de São João Marcos ocorreu em 1940, quando o presidente Getúlio Vargas revogou o tombamento da cidade para viabilizar a construção de uma represa. Posteriormente, percebeu-se que a área não foi submersa, e, a partir das ruínas, foi criado o parque. A história pode ser conhecida através do episódio 72 “Histórias sem fim”, do podcast Rádio Novelo (2024).

³³ A partir dos remanescentes de uma antiga localidade chamada Zabelê, que foi desalojada por integrar o perímetro do Parque Nacional Serra da Capivara, parte do grupo reestabelecido em novo local criou o Museu Zabelê (Muzab), com o objetivo de preservar as narrativas do “Antigo Zabelê” (Braga; Mageste, 2023).

museologia, sobretudo nas discussões sobre ecomuseus. Por isso, o recorte temporal adotado no mapeamento teve início em 1975, a partir dessa experiência.

Vale destacar que muitas iniciativas museais – anteriormente incipientes e/ou de modesta abrangência – foram significativamente transformadas ao receber acervos provenientes de projetos de salvamento arqueológico. Conforme apontam os estudos de Wichers (2010, 2011), o crescimento de instituições de guarda no Brasil está diretamente relacionado às exigências legais do LA e à atuação de órgãos como o Iphan³⁴. A forma mais recorrente de alocação dos materiais é o encaminhamento às instituições mais próximas às áreas pesquisadas, com base em critérios de proximidade geográfica e endosso institucional. Isso demonstra que a gestão do patrimônio cultural junto ao licenciamento tem implicações diretas na gestão museal, afetando desde a infraestrutura e os recursos disponíveis até as formas de organização e interpretação dos acervos. Atualmente, diversos museus no Brasil contam com recursos e acervos vinculados a esse tipo de subsídio. E o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda de Pesquisa (CNIGP), mantido pelo Iphan (2016c), que oferece um panorama sistematizado da distribuição dessas instituições no território nacional.

O estabelecimento dos critérios, portanto, foi revisado em diferentes momentos, até que eu pudesse definir as escolhas metodológicas: incluir apenas iniciativas criadas a partir de empreendimentos, impactos e processos de gestão do patrimônio, ou também aquelas já existentes que foram significativamente transformadas por esses processos? Optei pela primeira abordagem. No entanto, é importante registrar que algumas instituições se desenvolveram de forma marcante a partir da incorporação de acervos gerados a partir de pesquisas ambientais, merecendo estudos específicos. É o caso do Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara, em São Paulo, e da Fundação Casa da Cultura de Marabá, no Pará. Esses exemplos, por não atenderem ao recorte adotado, não foram incluídos neste mapeamento.

³⁴ O professor Carlos Costa tem abordado os desafios enfrentados pelas instituições de guarda em diversos momentos de sua produção. Além do trabalho desenvolvido com Comerlato (2014), destacam-se também outras contribuições relevantes, como Costa (2008, 2017, 2019) e Caldarelli e Cândido (2017).

O refinamento dos requisitos finais permitiu uma melhor delimitação do mapeamento. Assim, a sistematização concentrou-se em dois tipos principais de iniciativas museais: (i) aquelas criadas como forma de compensação por impactos ambientais decorrentes de empreendimentos, por meio de procedimentos administrativos das políticas ambiental e cultural, incluindo o armazenamento de dados e acervos resultantes da gestão do patrimônio cultural; e (ii) aquelas originadas de reivindicações por espaços museais, formuladas por diferentes segmentos sociais – comunitários ou acadêmicos – com o objetivo de preservar e dar acesso à memória e ao patrimônio local.

Os dados que serão detalhados a seguir apresentam 41 casos de iniciativas museais com características que se enquadram no critério (i) ou (ii). Como era esperado, a maioria dos processos teve sua origem relacionada com o setor energético. Essa predominância não é apenas um dado quantitativo, mas indica a centralidade desse segmento na produção de dispositivos de gestão do patrimônio cultural no país – aspecto que será aprofundado no Capítulo 4. Por outro lado, no decorrer da pesquisa, observou-se a existência de um número significativo de iniciativas criadas com foco na memória e promoção deste setor. Mesmo sem estar no escopo do mapeamento, foram mantidos os dados de mais 16 iniciativas museais, devido ao seu vínculo – e especialmente, patrocínio – originado de empresas energéticas.

O percurso metodológico adotado possibilitou a identificação de um conjunto expressivo e heterogêneo de iniciativas museais vinculadas a contextos de impacto ambiental, evidenciando não apenas sua diversidade, mas também a recorrência de determinadas lógicas de implementação e gestão. A sistematização desses dados revelou padrões que extrapolam casos isolados, permitindo compreender essas iniciativas como parte de um modelo mais amplo de resposta institucional à gestão do patrimônio cultural no licenciamento. É a partir desse material empírico que se torna possível avançar, nos capítulos seguintes, para a análise das condições históricas, políticas e institucionais que sustentam esse modelo.

INTERFACES
entre preservação ambiental e patrimonial

2. INTERFACES ENTRE A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Neste capítulo analiso a proteção do patrimônio cultural no âmbito dos procedimentos aplicados ao licenciamento ambiental (LA), articulando um recuo histórico que evidencia como a ocupação do território brasileiro e a exploração dos recursos naturais e humanos orientam, desde o passado até o presente, as políticas públicas do país. Interessa, sobretudo, compreender como esses instrumentos e marcos normativos operam na prática, evidenciando tensões entre desenvolvimento, regulação ambiental e gestão do patrimônio cultural, que sustentam o problema analisado nesta tese.

Nesta contextualização, ressalto os princípios da avaliação de impacto e os procedimentos administrativos aplicados ao licenciamento de obras de engenharia, especialmente de megaempreendimentos, estabelecidos pela Resolução Conama n.º 001/86. Analiso como o patrimônio cultural instituinte e o institucionalizado são tratados nesse cenário, a partir dos principais marcos normativos, dos sujeitos e das instituições envolvidas até o momento em que os processos passam a ser orientados pela Instrução Normativa do Iphan n.º 001/15, o que contribui para enquadramentos específicos do patrimônio cultural no âmbito do licenciamento.

Devido à legislação nacional, a realização de obras de engenharia no Brasil, assim como em outros países, precisa passar por procedimentos de LA. Considerando que as obras, pelas quais são responsáveis, causam impacto ao ambiente onde se instalam, os empreendedores têm a responsabilidade de realizar estudos para avaliar os impactos negativos e positivos de seus projetos. Os chamados Estudos de Impacto Ambiental (EIA) são comunicados através de um Relatório de Estudo de Impacto Ambiental (Rima), que deve ser apresentado às comunidades envolvidas e aos órgãos licenciadores.

Em nível federal, este processo está sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); nos níveis estaduais e municipais, órgãos específicos assumem essa função. Juntamente com o órgão ambiental, são acionados a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Fundação Cultural Palmares (FCP)

e o Ministério da Saúde. Os temas apontados nos estudos são então tratados em projetos de gestão ambiental, condição *sine qua non* para a liberação das licenças. Esse arranjo institucional, embora necessário, revela uma fragmentação de competências que impacta diretamente a forma como o patrimônio cultural é considerado – frequentemente de maneira secundária ou dissociada das dinâmicas sociais dos territórios.

A atuação de cada parte envolvida, atualmente, encontra-se disciplinada pela Portaria Interministerial n.º 60/15 (Brasil, 2015b). Com relação ao Iphan, órgão de especial interesse para este trabalho, as atividades foram redirecionadas pela IN n.º 001/15. Para chegarmos a estas e outras normativas vigentes atualmente, torna-se importante destacar certos elementos do caminho trilhado até aqui, salientando algumas premissas que nortearam a preservação ambiental, e que se articularam com as políticas de proteção ao patrimônio cultural e ao campo museológico.

2.1. A república brasileira e sua herança da colonização

Para compreender os arranjos institucionais que hoje estruturam o licenciamento no Brasil, recorro ao período republicano, destacando alguns marcos legais criados no país. Selecionei este recorte temporal por permitir evidenciar o surgimento de normas próprias nos campos ambiental, cultural e educacional, bem como sua lenta efetivação no que diz respeito à participação popular – tendo em vista que, em sua concepção, um governo republicano pressupõe representantes eleitos pelo povo e orientados pelo bem comum, e não por interesses particulares de famílias, classes ou grupos.

Esta delimitação considera que o modelo de governança adotado em 1889 está imerso na herança da colonização e nos ideais mercantilistas daquele período – valores e práticas que seguem presentes no sistema político e econômico brasileiro, reconfigurados ao longo das diferentes fases do capitalismo. Trata-se de um modelo sustentado historicamente pela exploração do território e pela subjugação das minorias nacionais³⁵.

³⁵ Tendo em conta a dificuldade de definição do conceito de minorias, apontado por Ramacciotti e Calgaro (2021), considera-se aqui o critério da subjugação e não o critério numérico.

A partir dessa linha de pensamento – que associa a constituição do modelo republicano à persistência de lógicas coloniais –, busco compreender os processos que vêm se estabelecendo no Brasil ao longo de pouco mais de um século. Embora a ruptura com a monarquia portuguesa e a adoção do sistema republicano presidencialista não tenham alterado significativamente a lógica política dos gestores que permaneceram no poder, considero esse marco temporal um ponto de destaque na cronologia das referências legislativas. Tais normativas expressam relações tensionadas por interesses desenvolvimentistas e preservacionistas, características da nossa formação sociopolítica.

Importa ressaltar que este recorte não ignora a longa história dos povos que habitam este território – hoje chamado Brasil –, cuja presença humana remonta a mais de dez mil anos (Piveta, 2018). Trata-se de formas de vida orientadas por outras epistemologias, que resistem ao processo colonizador e, na atualidade, passam a ser cada vez mais reconhecidas e valorizadas.

É importante destacar que a sociedade brasileira, profundamente marcada pela colonização – compreendida aqui como invasão do território, extermínio da maioria dos povos originários e intensa exploração dos recursos naturais – estruturou-se, por 388 anos, sobre uma base econômica fundada no trabalho escravo. O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão e, embora a Proclamação da República tenha sido associada à reivindicação por maior liberdade política – fruto do descontentamento de latifundiários aliados ao movimento republicano crescente – o sistema político então instaurado excluiu deliberadamente os recém-libertos da cidadania, negando direitos a uma imensa população afro-brasileira.

As leis e políticas formuladas no período republicano não favoreceram a inclusão e o fortalecimento de todos os povos que habitavam o território brasileiro, seja de forma originária, seja por meio da violência forçada do tráfico negreiro, como é o caso de indígenas e africanos escravizados. Políticas ambientais, culturais e sociais – como as abordadas nesta tese – não são neutras: expressam disputas, prioridades e implicações éticas que atravessam sua formulação e aplicação.

Essa perspectiva orienta a análise desenvolvida nesta tese, ao considerar que as políticas públicas voltadas ao ambiente e ao patrimônio cultural se estruturam em

contextos marcados por desigualdades históricas que seguem produzindo efeitos no presente.

O Brasil é uma jovem república que caminha, com dificuldade, rumo à consolidação de sua democracia – entre avanços e retrocessos marcados por um persistente zigue-zague de golpes de Estado. Essa instabilidade histórica tem coincidido com processos igualmente lentos e conflituosos de inclusão social e ampliação da participação política. No início da república, assim como em vários países, o direito ao voto no Brasil era severamente restrito: mulheres, indígenas, analfabetos e outras parcelas significativas da população estavam excluídas da participação política. Esse cenário ajuda a compreender os limites históricos da participação social nos processos decisórios que, mais adiante, se expressam também no LA.

Somente no início da década de 1930, as mulheres obtiveram o direito de votar, a partir da aprovação do Código Eleitoral. O voto secreto garantia o livre exercício desse direito pelas mulheres: elas não precisariam prestar contas sobre seu voto aos maridos e pais. No entanto, a Constituição de 1934 restringiu a votação feminina às mulheres que exerciam função pública remunerada. Isso só mudou em 1965, com a edição do Código Eleitoral que vigora até os dias de hoje. O direito do voto foi finalmente ampliado a todas as mulheres na Constituição de 1946, mas apenas em 1985, uma fundamental barreira foi superada em relação aos direitos políticos das mulheres: o voto do analfabeto. Na década de 1980, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 27,1% das mulheres adultas eram analfabetas (TSE, 2022, s/p).

Embora houvesse projetos para a instalação do ensino superior desde o século XVIII, sua efetivação foi frequentemente postergada – em parte devido à resistência de setores conservadores da elite. Apenas em 1920 se consolidou, como estratégia de governo, a criação de universidades, com a fundação da Universidade do Rio de Janeiro (Barreto; Filgueiras, 2007). Nesta mesma década, foi instituído o Museu Histórico Nacional – uma instituição museológica diretamente vinculada à construção de narrativas sobre a memória e a identidade do país, evidenciando a constituição de políticas e instituições voltadas à valorização da cultura nacional. Esse processo será retomado adiante, quando serão examinados os movimentos que contribuíram para a formulação do campo patrimonial.

Ainda no Brasil Império, é possível identificar iniciativas pontuais voltadas à proteção de áreas naturais, como a declaração das florestas da Tijuca e das Paineiras como Florestas Protetoras, em 1861, por ato de D. Pedro II. Embora não se tratasse de uma política ambiental nos moldes atuais, esse registro é relevante por figurar entre as primeiras ações oficiais de preservação no território brasileiro – e por ser reconhecido, posteriormente, como um dos marcos pioneiros no mundo na criação de áreas protegidas³⁶.

Já no período republicano, somente a partir da década de 1930 são desenvolvidas políticas para o estabelecimento de unidades de conservação, com destaque para o Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo Decreto n.º 1.713/1937, no Rio de Janeiro, considerado o primeiro parque nacional do país. É notável que, já nesse ato, a proposta de preservação estivesse articulada à criação de reservas biológicas com finalidade científica.

Nessa mesma década, a criação do Código Florestal e do Código de Águas, ambos de 1934, seguida do Código de Minas em 1940, representa a consolidação de um marco jurídico de regulação estatal sobre os recursos naturais no Brasil. Essas normas integram o movimento de institucionalização das políticas de gestão do território durante o período varguista, ao estabelecer mecanismos legais que subordinam a exploração de florestas, águas e minerais ao interesse público e à intervenção do Estado. Esses marcos expressam não apenas a criação de instrumentos normativos, mas decisões políticas sobre o uso e a regulação do território nacional.

Nas décadas seguintes, contudo, a questão da terra e da organização do espaço rural continuaria a produzir tensões sociais e políticas. A partir do final da década de 1950, os movimentos rurais passaram a se organizar de forma mais estruturada no Brasil, com destaque para as Ligas Camponesas, no Nordeste, e, já no início da década de 1960, para o Movimento dos Agricultores Sem Terra, no Rio Grande do Sul. Essas iniciativas mobilizaram trabalhadores do campo em torno de pautas como

³⁶ O Parque Nacional da Tijuca é apresentado institucionalmente como uma das áreas protegidas pioneiras do mundo, anterior inclusive ao Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro Parque Nacional, criado em 1872, nos Estados Unidos. Disponível em: <https://parquenacionaldatijuca.rio/historia-do-parque-nacional-da-tijuca/>, acesso em: 05 set. 2023.

reforma agrária, acesso à terra, justiça social e melhores condições de vida, pressionando o Estado brasileiro a se posicionar diante da questão agrária.

O avanço dessas reivindicações se tornou um dos principais argumentos usados pelos setores conservadores para justificar o golpe militar de 1964, sob a alegação de uma ameaça comunista associada ao governo de João Goulart. O Estatuto da Terra foi promulgado nesse contexto autoritário, com a Lei n.º 4.504/1964, que estabelecia normas para a execução da reforma agrária e a promoção da política agrícola. Apesar disso, a repressão aos movimentos do campo se intensificou: lideranças foram perseguidas, presas e assassinadas em diversas regiões do país, com participação ativa de latifundiários e respaldo da estrutura militar³⁷.

Durante a década de 1960, a política ambiental e indigenista foi reconfigurada sob o novo regime autoritário. Foi atualizada a legislação ambiental com a reformulação do Código Florestal (1965), e instituídas as Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco), consolidando uma abordagem desenvolvimentista voltada para a interiorização do crescimento econômico. Também nesse contexto, é criada a Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1967, substituindo o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), fundado em 1910. Esse modelo de intervenção estatal sobre o território antecipa dinâmicas que, posteriormente, passam a ser mediadas por instrumentos como o LA, evidenciando sua inserção em dinâmicas históricas mais amplas de exploração e regulação. A Funai passa a ser o órgão oficial responsável pela política indigenista do governo federal, com atribuições jurídicas e administrativas sobre os povos indígenas. Essas medidas estavam articuladas ao lema do regime militar – “integrar para não entregar” – que orientava a ocupação e o controle estratégico dos territórios do interior do país.

Em 1970, o governo instituiu o Programa de Integração Nacional (PIN), com foco na implementação de obras de infraestrutura nas regiões abrangidas pela Sudene e pela Sudam. O Plano previa a construção de grandes rodovias, como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, e se fundamentava na ideia dos chamados

³⁷ O relatório *Assassinatos no Campo: crime e impunidade (1964-1985)*, descreve 1.106 casos de pessoas mortas no período, além de 17 assassinatos sem data precisa e 60 mortos não identificados na “Guerrilha do Araguaia”, na região do Pará, entre 1972 e 1974 (Leme; Pietrafesa, 1986).

“vazios demográficos amazônicos”. A partir da lógica militarista de ocupação, difundiu-se o lema “terras sem homens para homens sem terras”, desconsiderando a existência e os modos de vida das populações tradicionais que habitavam esses territórios. O PIN destinava uma faixa de até dez quilômetros de cada lado das novas estradas para fins de colonização e reforma agrária, com recursos públicos para promover sua ocupação e exploração econômica (Brasil, 1970, art. 2º, §1º). Ainda nesse período foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão central na execução da política fundiária e no avanço dos projetos de assentamento rural e ocupação da Amazônia brasileira³⁸.

No contexto da redemocratização, os movimentos sociais rurais voltaram a se mobilizar de forma estruturada. Em 1984, durante o 1º Encontro Nacional realizado em Cascavel (PR), trabalhadores e trabalhadoras do campo decidiram fundar um movimento camponês de abrangência nacional: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Com três objetivos centrais – lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país – o Movimento passou a articular demandas históricas de pequenos agricultores, posseiros e migrantes. Esses conflitos e mobilizações sociais evidenciam a centralidade dos impactos territoriais que, nas décadas seguintes, passam a ser formalmente enquadrados nos processos de LA. Entre os sujeitos mobilizados, estavam também aqueles atingidos por barragens (MST, 2025).

Foi nesse contexto que se estruturou, inicialmente no Paraná e depois em âmbito nacional, uma frente específica voltada à luta das populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos, como o caso da construção da Usina de Itaipu, ainda durante o regime militar. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi fundado oficialmente em 1991, em Brasília, durante o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB, 2025).

A constatação de que a reforma agrária permanece como uma questão em aberto no Brasil é recorrente entre estudiosos do tema. Ana Maria dos Santos (1999) observa que, mesmo após a publicação do Estatuto da Terra em 1964, o regime militar

³⁸ Sobre a atuação do Incra, ver Borba (2021).

incorporou apenas parcialmente as discussões anteriores sobre redistribuição fundiária. O modelo adotado mantinha um viés conservador, priorizando

grandes empreendimentos de colonização e a expansão da fronteira agrícola (...). Acreditava-se que as condições do homem e da produção rural prejudicavam a expansão e a modernização da agricultura, o que afetava os projetos de desenvolvimento. (...) Tratavam de modificar o monopólio latifundiário sobre a terra e de integrar ou recriar o campesinato, base do crescimento do mercado interno, capaz de garantir a estabilidade e permitir a produção agrícola nos moldes exigidos pelo processo de industrialização (Santos, 1999, p. 13, grifo próprio).

Como desdobramento dessa política, diversos programas de governo instituíram órgãos voltados à ocupação e exploração do território, com incentivo direto à derrubada de florestas – então consideradas “benfeitorias”. Esses processos interferiram de maneira profunda nas práticas e culturas de populações tradicionais e originárias, particularmente na Amazônia e em áreas ribeirinhas, onde a relação com a floresta era menos agressiva e mais integrada. É nesse contexto de conflito e resistência que se consolida o que historiadores acreanos chamam de legado de luta ambiental.

Essas práticas de contestação se expressam, de forma emblemática, na atuação de lideranças sindicais como Wilson Pinheiro e Chico Mendes, assassinados em 1980 e 1988. Essas formas de resistência também tensionam os modos institucionais de reconhecimento patrimonial, frequentemente estruturados a partir de lógicas externas aos territórios. Conforme analisam Souza e Carodi (2019, p. 21), a luta dos trabalhadores rurais nesse período lançou novos “modelos de resistência ambientalista”, como os “Empates, as Reservas Extrativistas e a União dos Povos da Floresta”. Esses movimentos afirmam identidades e práticas coletivas forjadas fora da lógica colonial e militar ainda presente nas estruturas do Estado. Tornar visível esses contrapontos é parte de uma prática não colonial, que afirma a existência e a resistência de povos sistematicamente silenciados.

A reflexão proposta por esta tese se alinha a essa perspectiva. É nesse contexto que se torna necessário avançar, no próximo item, para o debate internacional e nacional sobre o ambiente humano, no qual se consolidam as bases conceituais e políticas que darão forma ao licenciamento ambiental contemporâneo. Diante do histórico de violência territorial e exclusão, reconhecer o legado das lutas ambientais e sociais que emergem desses conflitos permite repensar as formas de relação entre sociedade, natureza e Estado. Reposicionar essas relações constitui não apenas um

gesto ético, mas uma necessidade política diante dos desafios socioambientais do presente.

2.2. O debate internacional e nacional sobre o ambiente humano

A questão ambiental está profundamente relacionada a perspectivas políticas e ideológicas. Nesta tese, esse debate é abordado a partir de sua articulação com a gestão do patrimônio cultural no contexto do LA, buscando compreender como diferentes matrizes conceituais e institucionais conformam os instrumentos e práticas que incidem sobre os territórios. Em trabalho anterior (Lima, 2012), analisei as perspectivas do ambientalismo, do desenvolvimento sustentável e do socioambientalismo. Com as transformações das primeiras ideias ambientalistas, que questionaram a dicotomia entre desenvolvimento e sustentabilidade, identifiquei que chegamos (ou retornamos) a um ponto crucial dos problemas ambientais: as desigualdades sociais³⁹.

Essa concepção crítica, que relaciona ambiente e desigualdade, também está presente nos debates internacionais mais recentes. Isso pode ser observado nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁴⁰, propostos aos líderes mundiais em 2015. Os ODS constituem um apelo global para a preservação do meio ambiente e do clima, com a promessa de dissociar o crescimento econômico dos impactos negativos da pobreza, da desigualdade e das mudanças climáticas – tal como expresso na Agenda 2030. Entretanto, na prática, os avanços em direção à equidade social e ambiental têm sido lentos e desiguais, como reconhece a própria ONU (2019). Nesse sentido, os ODS operam também como um discurso normativo global que, embora relevante, nem sempre se traduz em transformações concretas nos territórios, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais. Esse descompasso entre discurso global e implementação concreta também se manifesta nos instrumentos nacionais de gestão ambiental, incluindo o licenciamento.

³⁹ Refiro-me à dissertação de mestrado “Parques e Patrimônios: análise da diversidade sociocultural do Parque Saint’ Hilaire de Porto Alegre - RS” (Lima, 2012), defendida no PPG Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, em que analisei os caminhos percorridos pela política ambiental nacional e internacional, com foco na constituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), instituído pela Lei n.º 9.985/2000.

⁴⁰ Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) podem ser consultados em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>, acesso em 19 out. 2022.

O legado socioambiental brasileiro não pode ser dissociado da história global. As transformações que moldaram o mundo moderno, especialmente a partir da Revolução Industrial, estabeleceram as bases para a exploração intensiva de pessoas e recursos naturais em escala planetária. Como observa Eric Hobsbawm (1977, p. 50), esse período marcou a retirada dos “grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços”. O acúmulo de riqueza gerado por esse processo foi inédito em sua escala, mas manteve – e em muitos casos aprofundou – a desigualdade entre as classes sociais, concentrando benefícios em uma minoria. Essa lógica de expansão e exploração constitui o pano de fundo dos processos que, no presente, são mediados por instrumentos como o LA.

Com o avanço do capitalismo e da globalização, essa lógica se intensificou. Hobsbawm (1988, p. 437) aponta que o mundo passou a viver uma “rivalidade entre os Estados, à expansão imperialista, o conflito e à guerra”, ampliando a destruição de vidas humanas e de ecossistemas, em nome do progresso e da competição internacional.

Como observa Moura (2016), a política ambiental federal brasileira começou a ser delineada a partir da década de 1930, mas sua consolidação ocorreu principalmente em resposta às pressões de organismos internacionais e multilaterais – como o Banco Mundial, o sistema ONU e o movimento ambientalista global articulado por ONGs. Essas pressões se intensificaram diante de grandes acontecimentos internacionais na segunda metade do século XX, influenciando decisivamente os rumos das políticas ambientais em todo o mundo. Essas influências não são neutras: ao mesmo tempo em que induzem mecanismos de proteção, também podem reforçar agendas econômicas globais que tensionam os próprios objetivos de preservação, configurando um campo de disputas que se reflete diretamente na formulação das políticas ambientais nacionais.

O contexto internacional da segunda metade do século XX, marcado pela Guerra Fria e pela oposição ideológica ao socialismo, também influenciou a forma como as questões ambientais passaram a ser tratadas nos fóruns multilaterais. Nesse cenário, emergiram disputas entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento quanto às responsabilidades ambientais e aos critérios de regulação, deslocando a pauta ambiental para o campo da política externa e das relações internacionais.

A compreensão ampliada de ambiente, que inclui os elementos culturais e simbólicos dos territórios, possibilitou a inserção do patrimônio nos debates internacionais como direito e expressão de cidadania. Como propõe Leal (2020), o licenciamento ambiental pode se configurar como um instrumento de afirmação desse direito, ao permitir a identificação de valores culturais ameaçados por intervenções, quando essa investigação não se limita apenas ao escopo de bens já institucionalizados.

Essa perspectiva vem sendo fortalecida desde a década de 1940, com a atuação de organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)⁴¹, a Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴² e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos)⁴³. Por meio de conferências, recomendações e convenções, essas instituições têm contribuído para consolidar o discurso autorizado sobre patrimônio e ambiente (Smith, 2006), cujos efeitos se desdobram na definição dos critérios essencialmente técnicos e institucionais adotados em contextos nacionais.

O fortalecimento do movimento ecológico nos países centrais, especialmente durante os anos 1960, ocorreu em um cenário de esgotamento dos modelos de urbanização e consumo impulsionados pelo crescimento econômico do pós-guerra. À medida que as consequências negativas da industrialização – como a poluição, o barulho e a degradação ambiental – passaram a afetar diretamente a classe média dos países ricos, esse segmento, já com suas necessidades básicas supridas, tornou-se politicamente ativo e sensível a uma nova pauta. Como observa Lago (2006, p. 27),

A classe média nas sociedades mais ricas, após vinte anos de crescimento ininterrupto, durante os quais haviam sido supridas as suas necessidades

⁴¹ Acrônimo de *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, fundada em 1946, com a missão de contribuir para a construção de uma cultura da paz, para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para o diálogo intercultural, por meio da educação, das ciências, da cultura e da comunicação e informação.

⁴² OIT ou ILO, do inglês *International Labour Organization*, instituída após a assinatura do Tratado de Versalhes, em 1919. A única agência vinculada às Nações Unidas que tem estrutura tripartite, na qual representantes de governos, de organizações de empregadores e de trabalhadores dos Estados-membros participam em situação de igualdade das diversas instâncias da Organização.

⁴³ A sigla Icomos, vem nome em língua inglesa, *International Council of Monuments and Sites*. Associação civil não-governamental, ligada à ONU, através da Unesco. Com sede em Paris, na França, fundada em 1965, como resultado da assinatura da Carta de Veneza, no ano anterior (1964). É consultor do Comitê do Patrimônio Mundial para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco.

básicas nas áreas de saúde, habitação, educação e alimentação, estava pronta a alterar suas prioridades para abraçar novas ideias e comportamentos que alterassem diretamente seu modo de vida.

Esse processo marca a consolidação de um discurso ambiental pautado pelos valores e condições do Norte Global, o que influenciaria fortemente os rumos das políticas internacionais sobre meio ambiente – muitas vezes deslocadas da realidade vivida por países periféricos, como o Brasil, onde esses modelos são apropriados e reinterpretados em contextos de forte desigualdade social.

No âmbito cultural, a atuação inicial da Unesco voltou-se prioritariamente para a preservação de bens materiais, como sítios históricos e arqueológicos. As Recomendações de Nova Delhi (1956) expressaram a preocupação com a proteção desses bens frente aos impactos de obras de infraestrutura, ressaltando a necessidade de estudos prévios. Na Conferência Geral da Unesco realizada em Paris, em 1968, esse entendimento foi aprofundado, com recomendações mais amplas para a proteção de bens culturais diante de processos de modernização urbana e econômica, antecipando preocupações posteriormente incorporadas aos processos de LA.

A Convenção do Patrimônio Mundial, aprovada em 1972, constitui um marco histórico na institucionalização da proteção do patrimônio cultural e natural. Ela estabeleceu a Lista do Patrimônio Mundial e promoveu instrumentos de cooperação internacional, intercâmbio técnico e difusão de boas práticas entre os Estados-membros, fortalecendo o papel da Unesco como mediadora de normas globais de preservação. Esses instrumentos, embora relevantes, também expressam uma perspectiva normatizadora e eurocêntrica de patrimônio, cujos limites se tornam mais evidentes quando aplicados em contextos culturais diversos, como os latino-americanos⁴⁴, especialmente quando mediados por instrumentos técnicos que tendem à padronização das respostas institucionais.

⁴⁴ Vale registrar que, ainda em 1972, o Conselho Internacional de Museus (Icom), conjuntamente com a Unesco, realizou um encontro no Chile, com o objetivo de pensar as especificidades de países latino-americanos sobre o desenvolvimento e o papel dos museus no mundo contemporâneo. O evento contou com conferências sobre Educação, Agricultura, Meio Ambiente e Urbanismo, todas ministradas por convidados latino-americanos. Os resultados dos debates foram sistematizados e divulgados através da Declaração da Mesa de Santiago do Chile, com teor considerado revolucionário (Varine, 2010), destacando a necessidade de uma abordagem de museus integrais e de ação.

No Brasil, a proteção institucional do patrimônio cultural teve início com o Decreto-Lei n.º 25/1937, voltado especialmente à salvaguarda de bens históricos e artísticos. Já na década de 1960, a crescente preocupação com a destruição de sítios arqueológicos levou à promulgação da Lei n.º 3.924/1961, conhecida como Lei da Arqueologia. Essa legislação foi resultado da mobilização de pesquisadores vinculados ao Instituto de Pré-História e Etnologia⁴⁵, estabelecido na década de 1950 em São Paulo, que buscavam proteger os sambaquis e outros vestígios de culturas ancestrais ameaçados por processos de ocupação e transformação do território, o que posteriormente contribuiria para a inserção da arqueologia como componente obrigatório nos estudos de impacto ambiental.

Na análise de André Lago (2006), o Brasil ocupou um lugar de destaque nos principais fóruns internacionais voltados às questões ambientais, participando ativamente dos debates e processos de negociação multilaterais. As conferências costumam ser antecedidas por etapas preparatórias, nas quais os países apresentam diagnósticos, relatórios e compromissos, que influenciam as decisões a serem tomadas.

Mais recentemente, destaca-se o processo de mobilização nacional para a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), prevista para ocorrer em 2025, na cidade de Belém (PA). A escolha da sede na região amazônica e os encontros preparatórios realizados no Brasil reafirmam o protagonismo do país nas discussões globais sobre meio ambiente⁴⁶.

Segundo André Lago (2006), a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, foi impulsionada pela crescente preocupação com a degradação ambiental e com os impactos da poluição sobre a qualidade de vida nos centros urbanos. Já a Conferência do Rio, em 1992, destacou a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos pelos danos ambientais, ao mesmo tempo em que propôs o conceito de desenvolvimento sustentável como caminho possível. Reconheceu-se também a

⁴⁵ Passando a chamar-se Instituto de Pré-história (IPH) da Universidade de São Paulo, em 1962, quando foi incorporado pela Instituição, o atual Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP).

⁴⁶ Estiveram reunidos em agosto de 2023, em Belém (PA), líderes de países amazônicos, para debate conjunto sobre a preservação das florestas. O Comunicado assinado por 12 países pode ser lido em: <https://static.poder360.com.br/2023/08/Unidos-por-Nossas-Florestas-%E2%80%93-Comunicado-Conjunto-dos-Paises-Florestais-em-Desenvolvimento-em-Belem.pdf>, acesso em 06 set. 2023.

necessidade de apoio financeiro e tecnológico para que os países em desenvolvimento pudessem aderir à nova agenda ambiental.

Dez anos depois, a Conferência de Joanesburgo (2002) evidenciou as dificuldades de implementação das recomendações anteriores e confirmou o diagnóstico traçado na Rio-92. Para Lago (2006, p. 18), a análise expôs “a relação cada vez mais estreita entre as agendas globais de comércio, financiamento e meio ambiente”, revelando os limites do modelo vigente e as contradições que atravessam os compromissos multilaterais.

Na ocasião da Conferência de Estocolmo, em 1972, o Brasil ainda não possuía uma estrutura institucional dedicada às questões ambientais. A delegação brasileira foi composta por membros do Itamaraty e servidores de diferentes órgãos federais, entre eles Henrique Brandão Cavalcanti, então Secretário-Geral do Ministério do Interior. Após participar da conferência, Cavalcanti liderou a articulação que resultaria, no ano seguinte, na criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), primeiro órgão federal voltado à temática ambiental.

O decreto que criou a Sema também instituiu o Conselho Consultivo do Meio Ambiente, composto por nove membros de “notória competência em assuntos relacionados com a utilização racional de recursos naturais e preservação do meio ambiente” (Decreto n.º 73.030/1973, art. 3º). No entanto, a nomeação desses conselheiros caberia exclusivamente à Presidência da República, a partir de indicações do Ministério do Interior.

Essa previsão normativa revela a contradição entre o discurso técnico-participativo e a centralização autoritária que caracterizava o regime. O decreto foi aprovado durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, um dos períodos mais repressivos da ditadura civil-militar instaurada em 1964.

O ambientalista Paulo Nogueira Neto (2011) relata que, à época da criação da Sema, manifestou críticas ao decreto que instituiu o órgão, considerando-o limitado em sua eficácia – por exemplo, por não conferir poder de fiscalização ou de aplicação de sanções. Ainda assim, reconheceu que, diante das circunstâncias políticas da ditadura, aquele era o arranjo institucional possível e representava um ponto de partida relevante para o enfrentamento das questões ambientais no país. Após apresentar essas críticas a Henrique Brandão Cavalcanti, foi convidado por ele para

assumir a função de primeiro secretário da Sema. Nogueira Neto, professor do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP), já era uma referência no debate ambiental brasileiro.

Durante sua gestão à frente da Sema, Paulo Nogueira Neto atuou diretamente na formulação de diretrizes para as políticas ambientais brasileiras. Segundo relata, mesmo em meio a um governo autoritário, foi possível conquistar avanços significativos para o setor. A elaboração da legislação ambiental foi iniciada com um grupo ligado ao Ministério do Interior, com o objetivo de disciplinar a ocupação do solo e combater a poluição.

No entanto, havia a preocupação de que um projeto muito rigoroso pudesse comprometer sua aprovação, ao impor restrições ao desenvolvimento da indústria nacional. Apesar dessas tensões, em 1981 foi aprovada a primeira lei ambiental brasileira. Para surpresa do próprio Nogueira Neto (2007), o projeto contou com a contribuição de pessoas sensíveis à questão ambiental, que puderam aperfeiçoá-lo durante o processo legislativo, resultando em um marco importante para a estruturação das políticas públicas na área:

Talvez o mais importante seja a estrutura dada aos órgãos ambientais. Nessa estrutura temos o Sistema Nacional do Meio Ambiente/Sisnama, constituído pelos órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e das fundações instituídas pelo Poder Público. O Conselho Nacional do Meio Ambiente/Conama é o órgão consultivo e deliberativo. Até hoje faço parte desse pequeno parlamento, que é uma estrutura única no mundo. Não existe nada parecido, e tem excelentes resultados. Recebeu do Congresso o poder de dispor e regulamentar sobre tudo que se refira ao uso de recursos naturais, e, por ter uma força própria muito grande, já foi alvo de várias tentativas de extermínio. Ali se tem o poder de fazer o que o Congresso não pode fazer. Por exemplo, examinar detalhes técnicos: quais os poluentes que não devem ser admitidos num rio, que não devem ser admitidos no ar, qual é a porcentagem dos que são aceitáveis etc. (Nogueira Neto, 2007, p. 18).

A Lei n.º 6.938/1981 institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), com o objetivo de promover a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida. Seu propósito é assegurar, em todo o território nacional, condições ao desenvolvimento socioeconômico, à proteção da dignidade da vida humana e aos interesses da segurança nacional (art. 2º).

A mesma norma estabelece a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), sendo este último,

após regulamentação, responsável por propor normas e critérios para o licenciamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras.

Desta forma, a PNMA institui a exigência do prévio licenciamento ambiental para “a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental” (Lei n.º 6.938/81, art. 10). Além de prever a autorização prévia, a legislação também determina a responsabilização de infratores por danos ambientais. Conforme o §1º do art. 14, compete ao Ministério Público e aos Estados a promoção das ações civis e criminais cabíveis, sendo que leis específicas para crimes ambientais seriam aprovadas posteriormente, detalhando as sanções penais e administrativas.

Desde então, a pauta ambiental passou a ocupar um espaço mais contínuo na agenda pública, ainda vinculada à lógica do desenvolvimento e, mais recentemente, às questões do clima e das mudanças climáticas. Logo no início da chamada sexta república, em 1985, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, posteriormente substituído pelo Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente. Apenas na década de 1990 foi criada uma pasta específica dedicada à área, com a criação do Ministério do Meio Ambiente, posteriormente renomeado como Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e, em 2023, como Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima.

As alterações de nomenclatura não expressam apenas as orientações ideológicas de cada governo, mas também revelam os rearranjos de prioridades e as pressões – internas e externas – que circundam a condução da política ambiental no país.

No contexto da redemocratização, com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, a questão ambiental passou a ser reconhecida como um direito fundamental e foi incorporada à Constituição Federal de 1988. O artigo 225 estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988).

Esse dispositivo consolidou, no mais alto nível normativo, a exigência de estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de obras ou atividades potencialmente causadoras de degradação, conforme já vinha sendo proposto pelo Conama e, mais tarde, pelo Ibama – como será detalhado no tópico seguinte, consolidando a exigência de avaliação prévia de impactos como base do modelo atual de gestão ambiental.

2.2.1. Avaliação de impacto ambiental

A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) consolida-se, a partir da década de 1970, como um dos principais instrumentos de regulação ambiental, operando na mediação entre projetos de desenvolvimento e seus efeitos sobre o ambiente. Sua origem é comumente vinculada à pioneira legislação aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1969, que instituiu a *National Environmental Policy Act*⁴⁷. A partir desse marco, a AIA passou a influenciar a formulação de políticas ambientais em diversos países, sendo incorporada por instituições públicas, organismos multilaterais – como bancos de desenvolvimento – e, em muitos casos, adotada também por empresas privadas, especialmente quando submetidas a exigências legais ou contratuais (Sánchez, 2006).

Costuma-se associar o impacto ambiental exclusivamente a danos sobre a natureza. No entanto, a concepção de ambiente atualmente reconhecida no campo da avaliação ambiental é mais abrangente, pois inclui os modos de vida e as dimensões sociais e culturais que integram o ambiente humano. De acordo com o professor Luis Enrique Sánchez (2008), a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) é um instrumento que busca identificar, evitar e reduzir os efeitos adversos das ações humanas sobre o ambiente. Ainda assim, apresenta limitações significativas, especialmente quando aplicada a projetos individualizados. Nessas situações, os impactos indiretos, cumulativos e sinérgicos – frequentemente menos considerados – tendem a ser negligenciados, embora possam ser tão ou mais danosos quanto os efeitos diretos. Essas limitações têm implicações diretas para o patrimônio cultural, uma vez que restringem a identificação de práticas e valores que não se manifestam de forma imediata ou localizada nos territórios afetados.

⁴⁷ Lei Nacional de Política Ambiental aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1969 e sancionada em 1º de janeiro de 1970 pelo presidente Richard Nixon.

Segundo Sánchez (2006, p. 292):

Impactos diretos são aqueles que decorrem das atividades ou ações realizadas pelo empreendedor, por empresas por ele contratadas, ou que por eles possam ser controladas; impactos indiretos são aqueles que decorrem de um impacto direto causado pelo projeto em análise, ou seja, são impactos de segunda ou terceira ordem; os indiretos são mais difusos que os diretos e se manifestam em áreas geográficas mais abrangentes (onde os processos naturais ou sociais ou os recursos afetados indiretamente pelo empreendimento também podem sofrer grande influência de outros fatores). (...) Cumulatividade e sinergismo: referem-se, respectivamente, à possibilidade de os impactos se somarem ou se multiplicarem; impactos cumulativos são aqueles que se acumulam no tempo ou no espaço, e resultam de uma combinação de efeitos decorrentes de uma ou diversas ações.

Cabe observar que a avaliação de impacto envolve a identificação de efeitos benéficos e adversos associados a um empreendimento. Cada impacto pode ser qualificado como positivo ou negativo, a depender dos critérios utilizados, e pode até mesmo apresentar caráter ambíguo – sendo considerado benéfico sob determinado aspecto e adverso sob outro. Sánchez (2006) destaca que existem múltiplos critérios possíveis para essa atribuição de importância, e todo estudo deve explicitar claramente os parâmetros adotados em sua análise⁴⁸, evidenciando que a classificação dos impactos não é neutra, mas orientada por escolhas técnicas e políticas.

Sánchez (2008) observa que, a partir dos anos 2000, surgiram no Brasil iniciativas⁴⁹ voltadas à promoção de uma gestão ambiental mais preventiva, por meio da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Diferentemente das avaliações centradas em projetos específicos, a AAE considera os efeitos ambientais associados a políticas, planos e programas governamentais, com potencial de influenciar sua formulação. Essa abordagem amplia as possibilidades de evitar e mitigar impactos, permitindo também a proposição de alternativas e a busca por ganhos ambientais mais amplos. Nesse sentido, a AAE apresenta maior potencial para a consideração do patrimônio

⁴⁸ Conforme o regulamento brasileiro, além dos critérios de origem (direta e indireta) e de propriedades (cumulativas e sinérgicas), consideram-se também atributos como a duração dos impactos (imediatos, de médio ou longo prazo), a escala temporal (temporários ou permanentes) e a reversibilidade (reversíveis ou irreversíveis), conforme a Resolução Conama n.º 01/1986, abordada adiante.

⁴⁹ Exemplos mencionados por Sánchez (2008) incluem a exploração de petróleo e gás no litoral sul da Bahia, a implantação de um polo minero-siderúrgico às margens do Pantanal, um plano de aproveitamento do potencial hidrelétrico remanescente em Minas Gerais e o programa de construção de um anel viário metropolitano em São Paulo.

cultural, ao permitir uma leitura mais ampla dos territórios e de suas dinâmicas socioculturais.

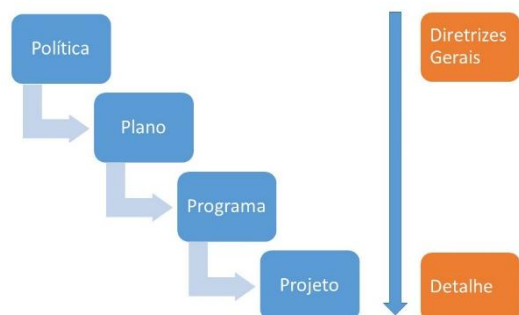
Em sua análise, o autor aponta que os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) são geralmente realizados apenas quando o projeto já se encontra delineado e os recursos econômicos foram mobilizados, o que dificulta a reavaliação de alternativas estratégicas. Segundo o autor, esse tipo de avaliação tardiamente aplicada compromete a possibilidade de discutir alternativas tecnológicas ou de localização em estágios anteriores da decisão, limitando o papel da avaliação a uma etapa de validação de projetos já definidos.

As avaliações ambientalmente individualizadas apresentam importantes limitações para a identificação de impactos indiretos, cumulativos e sinérgicos, o que exige a atuação coordenada de instituições e órgãos governamentais. Um exemplo ilustrativo dessas limitações foi a projeção, pelo governo federal na década de 1990, de um sistema de hidrovias no Centro-Oeste brasileiro. Embora os estudos tivessem foco nos aspectos diretos de cada empreendimento, os efeitos indiretos incluíram a aceleração da ocupação da região, o aumento do desmatamento e a intensificação da pressão sobre terras indígenas – todos associados à expansão da monocultura, viabilizada por novos e mais baratos modais de transporte. O enfrentamento de impactos dessa magnitude extrapola as competências dos proponentes e das instâncias setoriais, como o Ministério dos Transportes. Ainda segundo Sánchez (2008), uma abordagem ambiental de caráter estratégico permitiria identificar previamente os principais problemas decorrentes de grandes obras de infraestrutura, possibilitando que soluções fossem desenhadas antes da submissão de projetos fragmentados aos processos de licenciamento, evitando a reprodução de respostas pontuais para problemas de natureza sistêmica.

A avaliação de impactos ambientais a partir de projetos individuais constitui um instrumento de caráter reativo, voltado à mitigação dos efeitos de empreendimentos já concebidos. Em contraste, a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) apresenta um enfoque proativo, mais adequado à formulação de políticas, planos e programas (PPP). Situada em um nível anterior do processo decisório, a AAE permite articular diferentes escalas de planejamento – vertical e horizontal, setorial e territorial (conforme Figura 1 e Figura 2) – de forma complementar à AIA, sem substituí-la

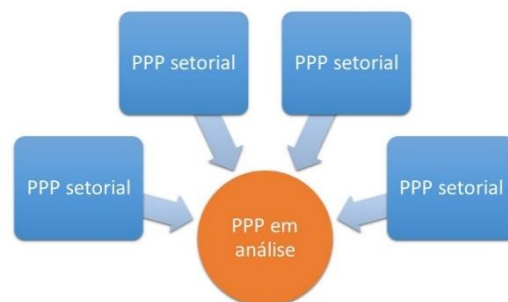
(Sánchez, 2017). Essa articulação evidencia diferentes níveis possíveis de atuação das políticas públicas ambientais.

Figura 1 – Articulação entre PPPs e projetos dominante na literatura sobre AAE.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Sánchez, 2008.

Figura 2 – AAE de uma PPP em relação com outras PPPs setoriais.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Sánchez, 2008.

Embora tenha avançado em termos conceituais e operacionais, a AAE ainda não está devidamente regulamentada no Brasil, e sua aplicação permanece esporádica, o que reforça a centralidade de instrumentos reativos no modelo brasileiro de gestão ambiental. Segundo Oliveira e Malvestio (2022), desde 1994 há pelo menos 14 propostas de inclusão da AAE na política ambiental brasileira. Paralelamente, desenvolveram-se experiências classificadas como Avaliação Ambiental Integrada (AAI), com foco menos estratégico, mas voltadas à análise de impactos cumulativos e sinérgicos. Essas iniciativas buscam avaliar, de forma preventiva, os efeitos gerados pela concentração espacial de empreendimentos, especialmente sobre os recursos hídricos.

A Carta para a Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico, conhecida como Carta de Lausanne, elaborada em 1990, reforça a relevância da arqueologia como disciplina fundamental para a produção de conhecimento sobre as origens e o desenvolvimento humano, ao lado de campos como a paleoantropologia. O documento destaca o papel da arqueologia na identificação das raízes culturais e sociais da humanidade, em consonância com outros instrumentos internacionais voltados à preservação. Em seu artigo 2º, a Carta adverte sobre a necessidade de regulamentar os “planos de ocupação de solo decorrentes de projetos desenvolvimentistas”, com o objetivo de “minimizar, o mais possível, a destruição desse patrimônio”. Ressalta ainda que as políticas de proteção devem ser “sistematicamente integradas àquelas relacionadas ao uso e ocupação do solo, bem como às relacionadas à cultura, ao meio ambiente e à educação” (Icomos, 1990).

No Brasil, as primeiras iniciativas de gestão ambiental que incorporaram formalmente a arqueologia às metodologias de AAI e AAE surgiram nos anos 2000, por meio dos Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas. Esses estudos buscavam sistematizar informações existentes em nível regional e identificar problemáticas pendentes ou pouco desenvolvidas, com o objetivo de orientar cientificamente pesquisas independentes na região (Caldarelli, 2006).

O primeiro Estudo Integrado de Bacia Hidrográfica, realizado na região do Sudoeste de Goiás⁵⁰, teve como objetivo “compreender os impactos sinérgicos dos diversos aproveitamentos hidrelétricos previstos ou em construção (...), ampliando a abrangência dos trabalhos técnicos normalmente desenvolvidos nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de empreendimentos específicos” (Caldarelli, 2006, p. 1). A partir dessa experiência, Avaliações Ambientais Integradas (AAI) passaram a ser promovidas em diferentes bacias hidrográficas brasileiras, principalmente pela Empresa de Pesquisa Energética⁵¹ e pela Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Caldarelli; Panachuk Sá, 2007).

As primeiras Avaliações Ambientais Estratégicas (AAE) desenvolvidas no Brasil ocorreram nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal. Em Minas Gerais, a arqueóloga Solange Caldarelli foi convidada a integrar a equipe da AAE do Programa de Geração Hidrelétrica do estado, coordenada pela empresa Arcadis Tetraplan. Segundo Caldarelli e Panachuk Sá (2007), os estudos foram estruturados a partir das Unidades de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, que organizam territorialmente o planejamento da bacia hidrográfica em Minas Gerais.

Em comunicação apresentada no 1º Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto, Caldarelli (2012, p. 4) destacou a importância das bacias hidrográficas como unidades de análise para a arqueologia no Brasil, especialmente no contexto dos estudos ambientais:

O interesse das bacias hidrográficas para a arqueologia num país recortado por grandes rios como é o Brasil se dá pela influência que esses tiveram no

⁵⁰ Esse estudo foi elaborado em cumprimento a um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em julho de 2004 entre os Ministérios Públicos Federal e do Estado de Goiás e a Agência Goiana de Meio Ambiente (AGMARN).

⁵¹ A Empresa de Pesquisa Energética presta serviços ao Ministério de Minas e Energia na área de estudos e pesquisas voltadas ao planejamento do setor energético, abrangendo energia elétrica, petróleo, gás natural e biocombustíveis. Foi criada pela Lei n.º 10.847, de 15 de março de 2004. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/a-epe/quem-somos>. Acesso em: 26 jul. 2023.

processo de ocupação do atual território nacional. No contexto dos estudos voltados à avaliação ambiental, é a abordagem regional em arqueologia que mais subsídios traz para uma problematização dos impactos cumulativos que múltiplos empreendimentos podem trazer ao conhecimento de um passado ainda não desvendado.

Apesar de seu potencial, as avaliações ambientais estratégicas (AAE) e integradas (AAI) ainda não são instrumentos amplamente utilizados no Brasil. Por outro lado, a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), aplicada a projetos individualizados, consolidou-se como prática predominante no país, no âmbito do licenciamento ambiental (LA). Essa consolidação representa uma conquista, mas encontra-se estagnada diante da incapacidade do sistema de produzir conhecimento antecipado que possa subsidiar o planejamento e a formulação de políticas públicas em escala regional e nacional. Ao contrário, observa-se a recorrência de megaprojetos implementados por etapas, o que tem levado ao fracionamento dos processos de licenciamento:

Carlos Caldarelli (2011, p. 53) afirma:

É em virtude dessa especificidade dos megaprojetos, a implantação em etapas, que o seu licenciamento pode ser “fracionado”, devendo-se sublinhar que não é raro que esse fracionamento do licenciamento ambiental seja feito em descompasso com as etapas em que o megaprojeto é, de fato, implantado, acontecendo, muitas vezes, que essas etapas sejam subdivididas ou agregadas, para o fim de licenciá-las do modo julgado mais conveniente. O fracionamento, ademais, é uma prática que, se adotada, é, em geral, levada a efeito ainda antes de iniciarem-se os licenciamentos ambientais das etapas fracionadas, pois constitui um modo especial de definir-se quais serão os seus objetos.

Esse processo compromete a compreensão integrada dos impactos e tende a fragmentar também as respostas institucionais, incluindo as iniciativas voltadas ao patrimônio cultural. Tal dinâmica evidencia a recorrência de soluções padronizadas e pontuais, frequentemente desvinculadas das dinâmicas territoriais mais amplas.

2.3. Licenciamento ambiental e o patrimônio brasileiro

Procurei evidenciar, no item anterior, que as pesquisas sobre impacto ambiental possuem uma trajetória significativa, marcada por constantes aprimoramentos e pela incorporação de novas problemáticas. Trata-se de um campo em disputa, sujeito a pressões de diversas frentes econômicas, cujos desdobramentos influenciam diretamente a forma como o patrimônio cultural é incorporado – ou limitado – nos processos de licenciamento ambiental. Mais recentemente, essas medidas de controle ambiental têm sido desafiadas a considerar também os impactos sobre o

patrimônio cultural de natureza intangível⁵², como saberes, formas de expressão, celebrações e modos de viver. Embora sejam elementos dinâmicos da cultura, quando submetidos a interferências externas intensas, esses bens podem enfrentar obstáculos à sua continuidade ou sofrer transformações abruptas que, não fosse a ação de um empreendimento, ocorreriam de forma orgânica.

Os diagnósticos sobre o patrimônio cultural, inseridos nas práticas de avaliação de impacto, configuram procedimentos administrativos relevantes tanto para a proteção ambiental quanto para a salvaguarda sociocultural, o que evidencia que sua estrutura não é apenas técnica, mas profundamente dependente de disputas políticas e institucionais. No entanto, a preservação do componente cultural que integra o meio ambiente ainda é vulnerável às disputas políticas no Congresso Nacional⁵³, sobretudo devido à ausência de uma lei específica que regule o licenciamento ambiental. Tal instrumento tem sido amparado sobretudo em normas infralegais, como as resoluções do Conama, o que contribui para sua instabilidade normativa e fragilidade institucional.

A avaliação de impacto ambiental passou a integrar a política ambiental brasileira a partir da Resolução Conama n.º 001, de 23 de janeiro de 1986. O Conselho Nacional do Meio Ambiente, criado no âmbito do Plano Nacional de Meio Ambiente, estabeleceu nessa norma a obrigatoriedade da elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e de seus respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (Rima). Esses estudos, financiados pelo proponente do projeto, devem ser submetidos à aprovação dos órgãos ambientais competentes. Inicialmente, essa responsabilidade cabia à Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), substituída em 1989 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A Resolução Conama n.º 001/1986, em seu artigo 2º, apresenta uma lista de atividades potencialmente modificadoras do meio ambiente que estão sujeitas à obrigatoriedade do LA. Entre elas, destacam-se obras de infraestrutura como estradas, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, minerodutos, linhas de

⁵² Especialmente a partir do Decreto n.º 3.551 de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

⁵³ A tramitação de propostas como o PL n.º 3.729/2004 (rel. Kim Kataguiri), a PEC n.º 65/2012 (Acir Gurgacz) e o PLS n.º 654/2015 (Romero Jucá) tem mobilizado setores contrários à flexibilização do licenciamento ambiental. Os textos propõem alterações significativas nas etapas do processo, incluindo a supressão de estudos prévios ou o esvaziamento de sua função normativa.

transmissão de energia elétrica, barragens, obras de saneamento, drenagem, irrigação, diques e projetos de transposição de bacias, além de atividades de extração mineral e de combustíveis fósseis, aterros sanitários, usinas de geração de energia e projetos urbanísticos.

A norma também define, no artigo 6º, os conteúdos mínimos que devem compor o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Entre eles estão: o diagnóstico ambiental da área de influência; a análise dos impactos e de suas alternativas, com a devida caracterização dos impactos positivos e negativos, diretos e indiretos, imediatos e de médio e longo prazos, temporários e permanentes, reversíveis ou irreversíveis, bem como suas propriedades cumulativas e sinérgicas, e a distribuição dos ônus e benefícios sociais. O estudo deve ainda apresentar as medidas mitigadoras previstas e o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos.

Segundo o artigo 6º, inciso I, da Resolução Conama n.º 001/1986, o diagnóstico ambiental tem por objetivo caracterizar a situação da área de influência antes da implantação do empreendimento e deve considerar:

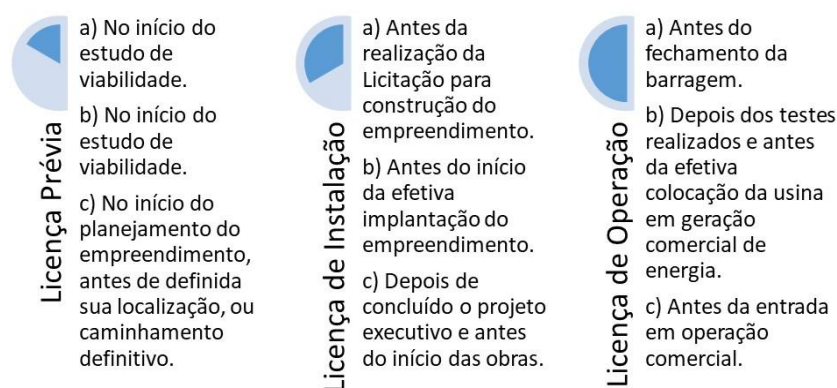
- a) o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;
- b) o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;
- c) o meio socioeconômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

Claudia Leal (2020) destaca a relevância da Resolução Conama n.º 001/1986 por incluir o meio socioeconômico na definição de ambiente a ser considerado nos estudos de impacto ambiental, o que amplia formalmente o escopo da noção de ambiente. Essa ampliação seria posteriormente reforçada pela noção abrangente de patrimônio inscrita na Constituição Federal de 1988 e, mais adiante, pelas diretrizes estabelecidas na Portaria Interministerial n.º 419 (Brasil, 2011), como será discutido nos próximos tópicos.

Em 1987, foi publicada a Resolução Conama n.º 006, que estabeleceu regras gerais para o LA no setor de geração de energia, especialmente para empreendimentos de grande porte. Essa norma introduziu a exigência das três

modalidades de licença ambiental: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), cada uma vinculada a uma etapa específica do projeto. A resolução também especifica a aplicação desses procedimentos aos segmentos hidroelétrico, termoeletrico, de subestações e de linhas de transmissão. As recomendações para solicitação de cada licença estão sistematizadas na Figura 3.

Figura 3 – Etapas para solicitação das licenças ambientais no setor energético*



Fonte: Elaborado pela autora, a partir da Resolução Conama, n.º 006/1987, art. 4º, 5º e 6º.

*Setor energético a) obras hidroelétricas, b) termoeletricas, c) subestações e linhas de transmissão.

A Licença Prévia (LP) somente pode ser emitida após a análise e aprovação do EIA-RIMA. As fases subsequentes do licenciamento, incluindo o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos, devem ser supervisionadas por técnicos designados pelos órgãos ambientais estaduais competentes e pelos demais integrantes do Sisnama envolvidos no processo. Esse encadeamento de etapas evidencia a forte estruturação procedimental do LA, orientada por uma lógica técnico-administrativa que tende a padronizar os processos, nem sempre compatível com a complexidade das dinâmicas socioculturais afetadas.

As normativas preveem que empreendimentos em operação antes da publicação das resoluções deveriam apresentar a descrição de seus impactos e as medidas adotadas, visando sua regularização e a obtenção da Licença de Operação (LO). Atualmente, o Brasil possui 218 Usinas Hidrelétricas (UHE) em operação⁵⁴, segundo

⁵⁴ Conforme a Aneel, são considerados “em operação” os empreendimentos cuja unidade geradora iniciou operação comercial e já fornece energia ao sistema, podendo atender compromissos mercantis ou uso exclusivo do agente. A potência instalada determina o porte da central e corresponde à soma das potências elétricas ativas nominais das unidades geradoras principais (Aneel, 2023).

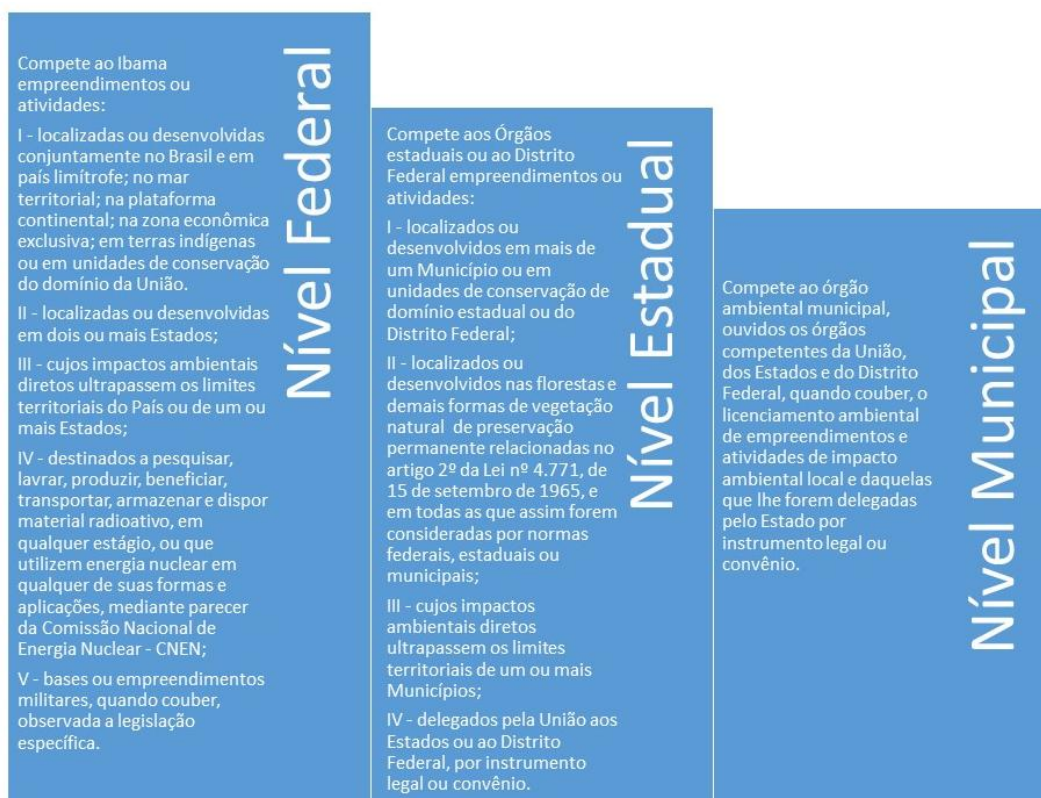
a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel, 2022). Essas usinas são definidas como empreendimentos com potencial hidráulico superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 50.000 kW, conforme a Resolução Normativa Aneel n.º 412/2010. Dentre elas, 110 estão registradas com data de operação anterior a 1º de janeiro de 1986. Vale destacar que, desde 1974, estava em construção um dos maiores empreendimentos do setor energético brasileiro: a Usina Binacional de Itaipu, que iniciou a produção de energia em 1984 e foi considerada a maior do mundo até 2012.

Em 1990, foi publicado o Decreto n.º 99.274, que regulamentou a Política Nacional do Meio Ambiente e destacou o procedimento de LA, com base nas resoluções anteriores. O decreto também delimitou as competências do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Como instrumento de gestão ambiental, o licenciamento passou por atualizações contínuas. Em 1994, o Conama instituiu um Grupo de Trabalho para revisar o sistema de LA, com base em proposta elaborada pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), visando ampliar a integração dos órgãos estaduais e municipais do Sisnama nos processos.

A Resolução Conama n.º 237/1997 conferiu maior clareza à distribuição das competências entre os entes federativos no processo de LA, atribuindo a condução do processo a um único nível de gestão, conforme demonstrado na Figura 4. A norma também especifica a abrangência de cada tipo de licença, sistematizada na Figura 5, e apresenta, em anexo⁵⁵, uma listagem ampliada das atividades que devem ser submetidas ao procedimento de licenciamento.

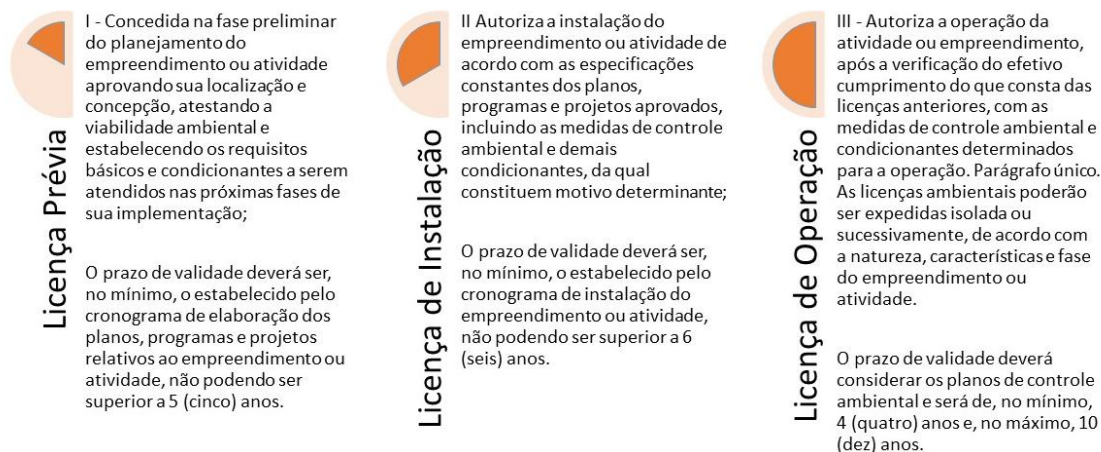
⁵⁵ As atividades sujeitas a licenciamento ambiental, conforme o Anexo I da Resolução Conama n.º 237/1997, abrangem setores como: extração mineral; indústrias (de minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica, elétrica e eletrônica, química, têxtil, alimentícia, de papel e celulose, de madeira, de borracha, de fumo, de couro e peles, de plástico e de materiais de transporte); obras civis; serviços de utilidade pública (energia, esgotamento sanitário, gestão de resíduos); transporte e infraestrutura logística; turismo; agropecuária; e outros usos de recursos naturais.

Figura 4 – Esferas de competência no licenciamento ambiental



Fonte: Elaborado pela autora, a partir da Resolução Conama, n.º 237/1997, art. 4, 5 e 6.

Figura 5 – Licenças emitidas pelo poder público



Fonte: Elaborado pela autora, a partir da Resolução Conama, n.º 237/1997, art. 8 e 18.

As etapas que os proponentes devem percorrer, para realizar adequadamente o licenciamento de seus projetos, podem ser observadas de forma sequencial na Figura 6:

Figura 6 – Etapas para solicitação das licenças ambientais



Fonte: Elaborado pela autora, a partir da Resolução Conama, n.º 237/1997, art. 10.

Com base nas exigências das resoluções do Conama e nos impactos identificados nos EIA-Rima, devem ser elaboradas propostas alternativas, medidas mitigadoras e o respectivo programa de acompanhamento e monitoramento. Essas ações são organizadas em programas e projetos a serem executados durante a fase de instalação do empreendimento, momento em que os impactos previstos são verificados e enfrentados. Esses planos de gestão ambiental podem assumir diferentes formatos, como o Projeto Básico Ambiental (PBA), no caso de empreendimentos do setor elétrico, ou o Plano de Controle Ambiental (PCA), nos casos de extração mineral – conforme estabelecido nas Resoluções Conama n.º 006/1987 e n.º 009/1990, respectivamente. As figuras anteriores demonstram que o licenciamento se organiza a partir de fluxos sequenciais e compartimentalizados, o que pode dificultar abordagens integradas do território, especialmente no que se refere ao patrimônio cultural, tendendo a reproduzir abordagens fragmentadas.

A gestão ambiental envolve diversos outros processos e etapas que não serão abordados em detalhe no escopo desta pesquisa. O Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (2010), por exemplo, prevê a execução de 12 planos, mais de 60 programas e 100 projetos (ver anexo 1). Interessa aqui compreender de que forma a gestão do patrimônio cultural se articula com as

avaliações de impacto ambiental e com o licenciamento, considerando seus desafios e potencialidades.

Durante muitos anos, o foco da avaliação de impacto ambiental foi evitar e minimizar as consequências negativas dos investimentos públicos e privados. O enfoque atual é muito mais amplo, pois vários protagonistas perceberam que o potencial do processo de AIA é muito maior: em vez de concentrar-se na redução dos impactos negativos, o processo de AIA tem permitido analisar, sob a perspectiva de múltiplos atores, a contribuição que os projetos analisados podem trazer para a recuperação da qualidade ambiental, para o desenvolvimento social e para a atividade econômica da comunidade ou da região sob sua influência. Trata-se, na verdade, de analisar a contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável (IFC, 2003), o que alguns têm chamado de “análise ou avaliação de sustentabilidade (Sánchez, 2006, p. 334).

No entanto, essa ampliação de escopo não necessariamente se traduz em mudanças estruturais na forma como os impactos são tratados, mantendo-se, em muitos casos, uma abordagem centrada na mitigação – o que evidencia o descompasso entre a ampliação discursiva e a prática institucional do licenciamento.

Essa mudança de perspectiva, entretanto, ainda encontra limites no contexto brasileiro, o que reforça a permanência de um modelo reativo e fragmentado de gestão ambiental. Apesar do imenso potencial preventivo e estratégico, a gestão ambiental no Brasil ainda tende a se concentrar na avaliação de impactos e na execução de ações mitigadoras. Além disso, os casos de licenciamento fracionado comprometem a análise integrada dos impactos, especialmente sob os aspectos de cumulatividade e sinergismo, o que amplia os riscos de prejuízos ao patrimônio cultural – sobretudo quando se trata de bens ainda não identificados ou institucionalizados. Os estudos e programas previstos buscam, em geral, evitar, reduzir, compensar e/ou recuperar os danos ambientais, conforme mostra o esquema a seguir:

Figura 7 – Controle de impactos ambientais e medidas



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme sintetizado no esquema anterior, as ações ambientais prioritárias concentram-se na prevenção ou mitigação de impactos, seguidas pelas medidas de compensação. Essas, por sua vez, não envolvem indenização monetária direta, como ocorre em casos de desapropriação, mas sim formas de compensação por equivalência – também chamadas de compensações “em espécie” – aplicadas quando os danos não podem ser evitados. Nesse contexto, observa-se que as respostas institucionais tendem a ocorrer de forma reativa, priorizando a mitigação e compensação de danos já produzidos, o que condiciona também a inserção do patrimônio cultural e das iniciativas museológicas nesses processos, frequentemente de forma subordinada. Um impacto sobre área de mata nativa, por exemplo, pode ser compensado pela conservação de área equivalente ou maior, pela recuperação de ecossistemas degradados, ou pela adoção simultânea dessas estratégias.

A legislação brasileira carece de critérios claros e sistematizados para a aplicação de compensações ambientais. Inicialmente, a compensação esteve vinculada à recuperação de áreas degradadas por atividades de mineração, conforme previsto no Decreto n.º 97.632/1989. Posteriormente, as Resoluções Conama n.º 10/1987, n.º 02/1996 e n.º 371/2006 passaram a exigir, como pré-requisito para a instalação de empreendimentos de grande porte, a criação de estações ecológicas e a destinação de 0,5% do valor total do empreendimento para fins compensatórios.

Essa exigência foi incorporada à Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituída pela Lei Federal n.º 9.985, de 2000.

O grau do dano ambiental, portanto, será estabelecido pelo órgão licenciador, após a avaliação da fundamentação técnica específica apresentada no EIA-RIMA sobre “os impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais (...). Para estabelecimento do grau de impacto ambiental serão considerados somente os impactos ambientais causados aos recursos ambientais, nos termos do art. 2, inciso IV da Lei n.º 9.985, de 2000” (Resolução Conama n.º 371/06, art. 2, grifo próprio). Portanto, entende-se por recurso ambiental “a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora” (Lei n.º 9.985/00, art. 2º IV).

A forma como essa definição é mobilizada no processo de licenciamento revela uma indeterminação conceitual e operacional, na medida em que a avaliação do grau de impacto permanece fortemente dependente da interpretação técnica do órgão licenciador. Além disso, ao circunscrever o dano ambiental principalmente aos chamados recursos naturais, o dispositivo tende a privilegiar uma leitura predominantemente biofísica do meio ambiente, deixando em segundo plano outras dimensões do impacto, como aquelas relacionadas às dinâmicas socioculturais e aos bens culturais afetados pelos empreendimentos. Nesse sentido, a própria noção de recurso ambiental pode aparecer ora de forma ampliada, ora restrita, incluindo ou excluindo as dimensões humanas do ambiente, o que constitui um elemento importante para refletir sobre os limites do tratamento conferido ao patrimônio cultural nos processos de avaliação de impacto.

Diante dessas ambiguidades conceituais e da crescente complexidade na gestão das compensações ambientais associadas ao licenciamento, o Estado brasileiro passou a promover ajustes institucionais voltados à organização da administração das unidades de conservação e dos recursos a elas destinados.

Em 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Sisnama como órgão responsável pela gestão das Unidades de Conservação federais e pelo apoio à implementação do Snuc. A Lei n.º 11.516/2007 também atribuiu ao ICMBio a função de indicar a instituição responsável pela administração do fundo privado constituído com os recursos de compensação

ambiental destinados às unidades de conservação sob responsabilidade da União (art. 14).

A aplicação de medidas compensatórias voltadas à proteção de bens culturais enfrenta dificuldades decorrentes da ausência de critérios normativos claros. Um exemplo recorrente tem sido a adoção de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para reparar danos causados a bens protegidos, especialmente os de natureza arqueológica. Mario Junior Polo (2018) analisou casos de TACs firmados nesse contexto, abrangendo o período de 2002 a 2013, e apresenta dados relevantes sobre os processos avaliados.

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é um instrumento de solução de conflitos instaurado a partir de 1990, com base no Código de Defesa do Consumidor e nas alterações que este promoveu à Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/1985). Segundo Polo (2018), trata-se de um mecanismo extrajudicial, fundado na via conciliatória, destinado a prevenir, cessar ou reparar danos a interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos. Essa lógica pode ser observada nos procedimentos descritos até aqui e é reforçada por Polo (2018, p. 169), ao afirmar que “ao invés de operar em um momento pré-conceptivo, o ajuste estaria condicionado à existência do fato consumado”.

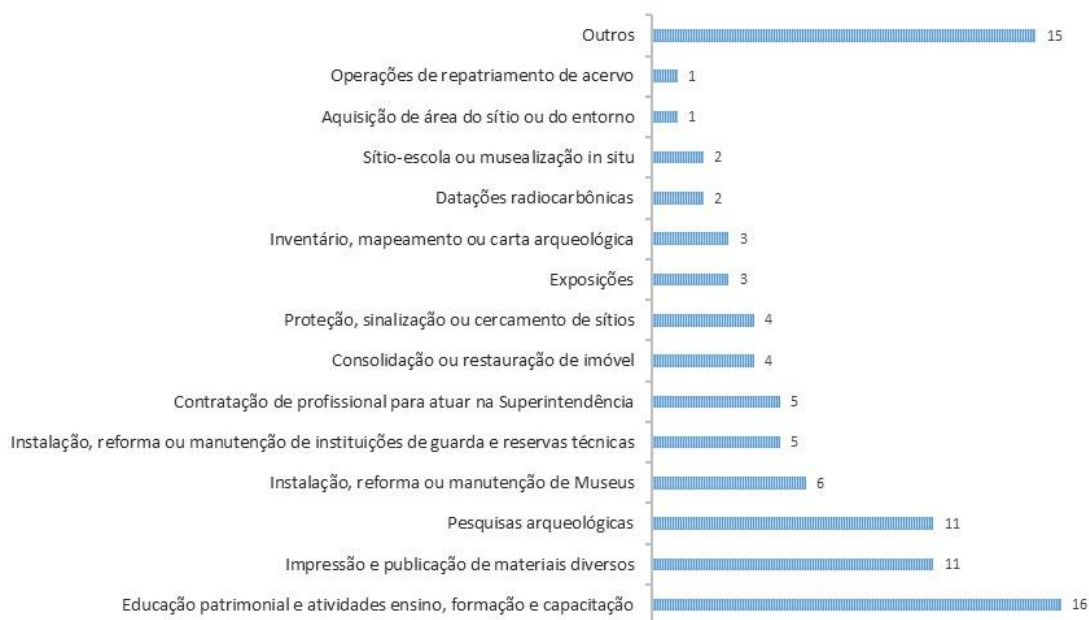
No que se refere à valoração de bens arqueológicos para fins de compensação, ainda não há modelos normativos ou metodológicos consolidados. Em sua análise sobre a aplicação de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), Mario Junior Polo (2018) aponta uma tendência à quantificação financeira como substituto da reparação específica, o que pode desviar o foco da finalidade jurídica do instrumento. Segundo o autor:

é preciso ter em mente os casos em que o ajustamento de conduta é pautado pelo afã de se estipular uma quantia que possa compensar as condutas lesivas ao patrimônio arqueológico, retirando-se o foco do próprio objeto do TAC, que é restaurar integralmente a legalidade ao processo e fazer cessar a conduta ofensiva. Em alguns casos os esforços para promover reparação específica, retornar ao status quo ante, mitigar impactos correlatos ou prevenir próximas condutas são obliterados pela resolução pautada por uma lógica de ressarcimento. O valor calculado, cabe reforçar, só ganha sentido se sua destinação for legítima (Polo, 2018, p. 167).

Na análise de Polo (2018), são mencionados os tipos de empreendimentos que deram origem aos TACs estudados, entre os quais se incluem obras de rodovias, pontes, mineração, loteamentos, subestações, linhas de transmissão de energia

elétrica, Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), centrais eólicas, redes de abastecimento de água e sistemas de esgoto. Também são indicadas as obrigações compensatórias mais frequentemente adotadas, que podem ser observadas a seguir:

Figura 8 – Exemplos de obrigações compensatórias



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Polo, 2018.

Dentre as obrigações compensatórias analisadas, observa-se que instalação, reforma e/ou manutenção de museus e reservas técnicas correspondem a uma parcela reduzida dos casos analisados pelo autor – iniciativas que se aproximam dos exemplos a serem discutidos nos capítulos seguintes, voltados à gestão museal do patrimônio cultural diante de impactos ambientais. Esses dados indicam o lugar ainda periférico das iniciativas museológicas no conjunto das medidas compensatórias, evidenciando que sua inserção ocorre de forma pontual, frequentemente desvinculada de estratégias territoriais mais amplas. Mario Junior Polo (2018) observa que esses instrumentos, os Termos de Ajustamento de Conduta, têm gerado desafios operacionais e institucionais significativos, resultando em sobrecarga para os órgãos responsáveis, como a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, os Ministérios Públicos Estaduais e as Superintendências do Iphan. Essa realidade levou o Iphan a estabelecer procedimentos específicos para lidar com tais demandas, formalizados nas Portarias n.º 187/2010 e n.º 159/2016b, em consonância com o arcabouço normativo que orienta sua atuação – conforme será abordado adiante.

2.4. Conexões pela pesquisa

Os estudos prévios de avaliação de impacto ambiental consolidaram-se como um dos principais dispositivos de mediação entre desenvolvimento econômico e regulação socioambiental. No entanto, mais do que instrumentos de conciliação, esses procedimentos operam como mecanismos de produção de conhecimento sobre os territórios, definindo o que pode – ou não – ser reconhecido como impacto, inclusive no campo do patrimônio cultural. São investigações fomentadas por questões da sociedade contemporânea que, no movimento de transformação – em cenários democráticos –, precisam encontrar formas de conciliar histórias, memórias e identidades, narrativas por vezes conflitantes. Nesse contexto, interessa compreender como esses procedimentos passaram a incorporar o patrimônio cultural e quais limites estruturais permanecem nesse processo.

No campo do patrimônio cultural, inicialmente as avaliações foram dedicadas quase que exclusivamente ao tema da arqueologia, os estudos buscavam especialmente a identificação e o salvamento de sítios arqueológicos nas áreas de influência dos empreendimentos. Com a discussão sobre o impacto dos projetos desenvolvimentistas e dos processos de globalização, outros bens culturais passaram a ser lentamente integrados a esta análise, evidenciando uma ampliação gradual do escopo do patrimônio, dentre os limites dos instrumentos de licenciamento. Os saberes e os modos de viver começaram a ser reconhecidos nas políticas de registro e salvaguarda nacionais e internacionais, a partir dos anos 2000 e, desta forma, começam a figurar nos Termos de Referência (TR), onde indicam-se as exigências a serem cumpridas para a emissão de pareceres para as licenças ambientais.

Isso não significa que o tema da cultura, da memória e da identidade nacional não estivesse em pauta anteriormente. Eventos como os da década de 1920 e as iniciativas de Mário de Andrade indicam que a questão da identidade cultural esteve em pauta e precede a incorporação das referências culturais nas políticas públicas de patrimônio, ainda que sem articulação com instrumentos de gestão de impacto, indicando que sua incorporação a esses processos ocorre de forma tardia e desarticulada.

Julgo importante considerarmos as diretrizes que passaram a ser criadas nas décadas seguintes, como os marcos da proteção (institucionalização) e inserção do

patrimônio cultural na lógica da gestão ambiental, bem como o desenvolvimento das políticas culturais que serão abordadas no capítulo 3. São elementos que mostram os contornos que se convencionaram, e por vezes se mantêm, nos procedimentos e práticas aplicados até o presente, mesmo com as atualizações ocorridas em normativas e as novas qualificações estabelecidas para o patrimônio cultural no país.

O primeiro serviço criado para tratar dos bens de valor histórico foi a Inspetoria de Monumentos Nacionais, criada junto ao regulamento de atribuições do Museu Histórico Nacional (Decreto n.º 24.735/1934), que teve atuação voltada à cidade mineira de Ouro Preto. Foi posteriormente desativado e substituído a partir do já mencionado, Decreto-Lei n.º 25/1937 que, além de instituir o primeiro mecanismo de proteção patrimonial, também cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan).

Passados quase noventa anos, muito se transformou na compreensão de patrimônio e na atuação do órgão, hoje nomeado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Contudo, neste momento inicial, o principal mecanismo de proteção instaurado por meio do processo de tombamento, era direcionado a bens móveis e imóveis, com interesse público para a conservação, por vinculação à “fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Decreto-Lei n.º 25/37, art. 1).

Os tombamentos podem ser feitos de forma voluntária ou compulsória e, inscritos em um dos quatro livros de registro. Os chamados Livros do Tombo foram divididos entre os temas:

- Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular;
- Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- Artes Aplicadas, as obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

Apesar de amplamente discutida desde a sua promulgação, o que mais interessa destacar desta norma para a pesquisa em questão são as restrições para alterações e restauros nas edificações, que precisariam de autorização do Iphan para acontecer, e um dos artigos que traz orientações para construções no entorno de bens tombados:

Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção

que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto (Decreto-Lei n.º 25/37, art. 18).

Na década de 1930, ainda não havia outras normativas ou procedimentos institucionalizados que orientassem e fiscalizassem tais questões e a prática do licenciamento ambiental ainda não tinha sido instituída. Atualmente, tal artigo se aplica aos estudos preventivos de impacto de obras, assim como a Lei n.º 3.924/61, conhecida como a “Lei da Arqueologia”. Esta norma revolucionou a proteção dos vestígios arqueológicos no país, determinado que todos os monumentos arqueológicos ou pré-históricos existentes no território nacional, e os elementos neles contidos, ficam sob a guarda e proteção do Poder Público.

Importante perceber que, diferentemente do mecanismo de tombamento, em que o bem será protegido a partir de uma ação voluntária ou compulsória, os bens arqueológicos são considerados todos como bens da União, e aqui incluem-se até mesmo aqueles que ainda são desconhecidos. Para tanto, a norma indica a criação de um cadastro para reunir as informações de todos os monumentos arqueológicos, atualmente nomeado de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA)⁵⁶, e determina, entre outras coisas, a necessidade de autorização do órgão competente para a realização de pesquisas, mediante comprovação de idoneidade técnico-científica e financeira do requerente, além do nome do responsável pela realização dos estudos. As pesquisas arqueológicas deveriam ser realizadas, a partir de então, mediante a emissão de Portaria do Iphan, publicada no Diário Oficial da União, em nome de pessoa física, que cumpra com as devidas exigências.

O setor hidrelétrico foi o primeiro a inserir em suas diretrizes a necessidade de “salvamento arqueológico”⁵⁷ prévio ao enchimento dos reservatórios. Entre as décadas de 1970 e 1980 foram estabelecidos convênios para a implantação de projetos arqueológicos de larga escala entre empreendedores do sistema hidrelétrico

⁵⁶ Os sítios cadastrados podem ser consultados através do site:

<http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>

⁵⁷ Salvamento Arqueológico passa a ser um termo e prática frequente nas pesquisas arqueológicas realizadas por contrato, principalmente por esta característica de resgate de bens arqueológico antes da inundação de áreas, mas também antes de supressões vegetais e outros procedimentos extremamente impactantes ao ambiente, aplicados pelas grandes obras. O paradigma do salvamento é comum a diferentes campos como Antropologia e Linguística, além da Arqueologia. Na esfera patrimonial, foi discutido no trabalho intitulado, *A Retórica da Perda*, de José Reginaldo Gonçalves, publicado em 1996.

nacional e instituições científicas regionais. Esse movimento ocorreu ainda antes da consolidação do LA como instrumento regulatório, revelando que as grandes obras de infraestrutura passaram a funcionar, naquele momento, como importantes indutoras da produção de conhecimento arqueológico no país. Ao mesmo tempo, entretanto, essa inserção ocorreu sob uma lógica predominantemente emergencial, orientada pela necessidade de registrar e resgatar vestígios culturais ameaçados pelos empreendimentos, mais do que por estratégias sistemáticas de preservação ou gestão de longo prazo do patrimônio arqueológico.

Projetos precursores desse modelo são destacados por Caldarelli e Santos (2000):

- Itaipu (PR), coordenado por Igor Chmyz (UFPR) e financiado pela Binacional Itaipu;
- Ilha Solteira (SP), coordenado por Silvia Maranca (USP) e financiado pelas Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp);
- Sobradinho (BA), coordenado por Valentin Calderón (Associação de Arqueologia e Pré-História da Bahia) e financiado pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf);
- Tocantins (PA), coordenado por Mário F. Simões (Museu Paraense Emílio Goeldi) e financiado pela Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil;
- § Uruguai e formadores, resultantes de convênios entre a Eletrosul e a Universidade Federal de Santa Catarina e, entre a Eletrosul e a PUCRS/UFRGS/Unisinos/Cepa-Fisc;
- Salto Santiago e Rosana-Taquaruçu, resultantes de convênios entre a Eletrosul e a UFPR e a Cesp e a UFPR, ambos coordenados por Chmyz;
- Cachoeira Porteira (PA), resultante de convênios entre a EngeRio Engenharia e Consultoria e o Museu Paraense Emílio Goeldi, coordenado por Fernanda Araújo Costa entre 1985 e 1986;
- Projeto Xingu (PA), realizado por convênio entre o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (Cnec) e o Museu Paraense Emílio Goeldi, coordenado por Fernanda Araújo Costa, e com os consultores científicos Solange Bezerra Caldarelli e Walter Alves Neves.

Embora esses projetos tenham contribuído significativamente para a ampliação do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico em diversas regiões do país, eles também revelam uma forma particular de articulação entre pesquisa científica e grandes empreendimentos, na qual a produção de conhecimento passa a ser condicionada pelos contextos de impacto. Nesse sentido, a investigação arqueológica passa a se configurar, em grande medida, como uma pesquisa por demanda, mobilizada não apenas por interesses acadêmicos próprios do campo, mas por exigências externas vinculadas aos processos de licenciamento e à viabilização dos

empreendimentos. Como argumenta Segato (2021), a produção de conhecimento em contextos institucionais frequentemente se organiza a partir de demandas específicas, evidenciando que tais processos não são neutros, mas atravessados por enquadramentos e finalidades que orientam o que deve ser investigado e reconhecido.

Nesse contexto, a produção de dados arqueológicos passa a ser fortemente condicionada pelo cronograma e pelos interesses das obras de infraestrutura, estabelecendo uma relação em que a investigação científica se desenvolve em grande medida como resposta aos impactos previamente anunciados pelos projetos de desenvolvimento. Cabe notar, contudo, que esse enquadramento não é inerente ao instrumento em si: em momentos anteriores, o licenciamento possibilitou a identificação de referências culturais ainda não institucionalizadas, indicando um potencial – hoje restrito pela normativa vigente – de produzir conhecimento ampliado sobre o patrimônio cultural.

O Projeto Xingu, diferentemente de vários dos demais casos – que ainda seguiam predominantemente a lógica do salvamento –, integrou os estudos prévios de viabilidade para a implantação de um grande complexo hidrelétrico na região (Araújo Costa; Caldarelli, 1988). Essa experiência já indicava uma transição gradual para a incorporação mais sistemática da variável arqueológica nos processos de planejamento de empreendimentos, ainda que subordinada à lógica decisória das obras e aos interesses que orientam sua viabilização.

Solange B. Caldarelli, uma das precursoras no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas por contrato no Brasil, juntamente com Maria do Carmo M. M. Santos, observa que os pesquisadores inseridos nesse contexto passam a assumir também a responsabilidade de “elaborar pareceres para a tomada de decisão sobre o futuro dos recursos arqueológicos de sua área geográfica de trabalho, ou seja, sobre o objeto de estudo da arqueologia brasileira” (Caldarelli; Santos, 2000, p. 54). Tal formulação evidencia a ampliação do papel dos arqueólogos, que deixam de atuar exclusivamente na produção de conhecimento acadêmico e passam a participar diretamente de processos técnicos e administrativos associados à gestão do patrimônio arqueológico.

Os estudos que se encontravam em andamento em várias regiões do país passaram, então, a ser incorporados à elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Conforme destacam Caldarelli e Santos (2000, p. 57),

a partir da publicação da Resolução Conama 001/86, os estudos posteriores passaram a, gradativamente, ser contratados já para fins de diagnóstico e avaliação dos impactos dos empreendimentos sobre o patrimônio arqueológico local e regional, contribuindo para a tomada pública de decisões sobre a conveniência ou não de sua implantação. Apenas após sua aprovação é que foram elaborados projetos de salvamento arqueológico, como parte das medidas mitigadoras dos impactos negativos dos empreendimentos sobre os bens arqueológicos.

Com a institucionalização desse procedimento, a arqueologia passa a integrar formalmente o aparato técnico do LA. Contudo, essa incorporação também reforça uma lógica predominantemente mitigadora, na qual o patrimônio arqueológico é considerado sobretudo em função dos impactos produzidos pelas obras, contribuindo para a constituição de um patrimônio acionado a partir do impacto, e não como elemento estruturante do planejamento territorial.

Entretanto, apenas em 1988 foram divulgadas orientações mais sistemáticas sobre os procedimentos necessários para a solicitação de autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos, conforme previsto na Lei n.º 3.924/1961. A Portaria Iphan n.º 07/1988 foi emitida considerando a necessidade de regulamentar os pedidos de permissão, a comunicação prévia das pesquisas arqueológicas e o adequado encaminhamento dos materiais recolhidos.

As exigências estabelecidas pela portaria aplicáveis a qualquer tipo de pesquisa arqueológica, inclusive aquelas conduzidas por instituições científicas especializadas – indicavam, entre as informações necessárias para o requerimento, a obrigatoriedade de endosso institucional por parte da entidade responsável pelo apoio ao projeto. A partir desse momento, passam a figurar com maior frequência nesse cenário as chamadas Instituições de Guarda, consolidando um arranjo institucional voltado à custódia dos acervos arqueológicos provenientes das pesquisas realizadas no âmbito do LA.

Especialistas no tema têm desenvolvido estudos aprofundados sobre os efeitos dessa conjuntura. Camila Azevedo Moraes Wichers detalhou o aumento exponencial das pesquisas arqueológicas no país: “entre os anos de 2003 e 2009, mais de três mil portarias de pesquisa arqueológica foram emitidas pelo Iphan” (Wichers, 2010, p. 417). A autora também chama atenção para o crescimento expressivo dos acervos

gerados no contexto do licenciamento e para sua forte vinculação com o mercado de consultoria arqueológica.

Na mesma linha de discussão, Carlos Alberto Santos Costa tem se debruçado sobre os desafios da institucionalização e das políticas públicas para o patrimônio, em especial o arqueológico. O autor demarca um ponto crucial nesse processo: “qualquer que seja o caminho para a racionalização das políticas de gestão e musealização do patrimônio arqueológico no Brasil, é preciso considerar a razão principal que leva à preservação: a sociedade” (Costa, 2019, p. 115)⁵⁸.

Essas discussões se articulam a um processo mais amplo de redefinição das políticas culturais no país, intensificado no contexto da redemocratização brasileira. Ao longo da década de 1980, a compreensão de cultura e de patrimônio cultural vinha sendo disputada e progressivamente ampliada, impulsionada por movimentos sociais que reivindicavam reconhecimento e participação na definição das políticas públicas.

Um exemplo emblemático desse processo é a criação da Fundação Cultural Palmares, em 1988, primeira instituição pública voltada à preservação e promoção dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. A instituição também passou a atuar em processos relacionados ao LA, ampliando o escopo das políticas patrimoniais para além do patrimônio histórico tradicional.

Com a redemocratização e a promulgação da nova Constituição Federal (1988), o campo cultural passa a contar com importantes dispositivos de proteção jurídica, que permitiram a definição de novas normativas e políticas públicas nos anos seguintes⁵⁹, especialmente a partir dos artigos 215 e 216:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º - O Estado protegerá as manifestações das

⁵⁸ Carlos A. S. Costa (2019) e Camila A. M. Wichers (2010; 2011) têm produzido discussões aprofundadas sobre o tema da arqueologia, museologia e institucionalização do patrimônio. Ambos dialogam diretamente com autores como Maria Cristina de Oliveira Bruno (1995; 2001), Manuelina Maria Duarte Cândido (2005), Alejandra Saladino (2010), Diego Lemos Ribeiro (2013), pesquisadores que se encontram na linha de pesquisa da Musealização da Arqueologia. Algumas discussões podem ser acessadas através do dossiê recentemente publicado na revista *Museologia & Interdisciplinaridade* (Wichers; Ribeiro; Bruno, 2023).

⁵⁹ O Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura, instituídos pela Lei n.º 12.343/2010, após ambos terem sido agregados pelas respectivas Emendas Constitucionais n.º 48/2005 e n.º 71/2012.

culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (Brasil, 1988, art. 215).
 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, art. 216).

Na década seguinte ocorre uma evolução significativa nos instrumentos de valorização e proteção do patrimônio cultural, considerando as suas mais diversas formas de expressão. Temos a elaboração de dispositivos para Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (Decreto n.º 3.551/2000); a Valorização do Patrimônio Ferroviário, dos remanescentes da extinta a Rede Ferroviária Federal S.A. (Lei n.º 11.483/07); a Chancela da Paisagem Cultural (Portaria Iphan n.º 127/09c) e; a instituição do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (Decreto n.º 7.387/10).

O Decreto 3.551, de 2000, juntamente com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, da Unesco (2003), marcaram uma significativa mudança nas políticas de cultura. No Brasil, nesse momento, se funda o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), com o estabelecimento de outros quatro livros de registro, para inscrição de Saberes; Celebrações; Formas de Expressão e Lugares. Veremos, a seguir, que tais temas passam a compor as existências de TRs para emissão de pareceres para licenças ambientais, apenas uma década depois.

Ainda em 2002, surge um marco significativo para as pesquisas arqueológicas realizadas no âmbito do LA. A Portaria n.º 230 do Iphan buscou compatibilizar as fases das licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia e indicar os procedimentos necessários para obtenção de cada licença que, de maneira muito sintética, correspondiam à realização do EIA-Rima, para obtenção da LP; programa de prospecção, para obtenção de LP, e programa de resgate arqueológico, para obtenção da LO.

A portaria, além de indicar diretrizes para realização dos estudos, determina os procedimentos básicos para os projetos de pesquisa científica, que não vinham sendo realizados e/ou custeados, detalhando que:

7º - O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material

coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma.

8º - No caso da destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, a guarda, destes vestígios arqueológicos deverá ser garantida pelo empreendedor, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso (Portaria Iphan n.º 230/02, grifo próprio).

É a primeira vez que a Educação Patrimonial aparece em interface com o patrimônio cultural e o licenciamento ambiental, mas voltaremos a ela no capítulo 3. As etapas de laboratório e gabinete são próprias do trabalho com a cultura material e, o compartilhamento dos resultados também deveria ser. Destaco, ainda, a indicação do parágrafo 8º, sobre a possibilidade de modernização, ampliação, fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo da construção de unidades museológicas, posteriormente tratadas pelo Iphan como Instituições de Guarda e Pesquisa, tema que também será abordado nos capítulos seguintes.

Em 2011, temos a primeira Portaria Interministerial que busca reunir e regulamentar a atuação dos órgãos e entidades envolvidas com o LA: Ibama, Iphan, Funai, FPC e o Ministério da Saúde. A Portaria Interministerial n.º 419/2011 pode ser considerada o apogeu da abrangência do tema do patrimônio cultural junto ao licenciamento, além de um documento que trouxe significativa organização aos procedimentos. A partir dela ficam determinados, por exemplo, a Ficha de Caracterização da Atividade e os Termos de Referência Específicos, que passam a ser uma espécie de “carta de apresentação do empreendimento” e uma “Lista de recomendações para aquisição das licenças”, respectivamente:

Ficha de Caracterização da Atividade - FCA: documento apresentado pelo empreendedor, em conformidade com o modelo indicado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama, em que são descritos os principais elementos que caracterizam as atividades e sua área de localização e são fornecidas informações acerca da justificativa da implantação do projeto, seu porte e a tecnologia empregada, os principais aspectos ambientais envolvidos e a existência ou não de estudos;

Termo de referência - TR: documento elaborado pelo Ibama que estabelece o conteúdo necessário dos estudos a serem apresentados no processo de licenciamento ambiental;

Termos de referência específicos - TRE: documentos elaborados pelos órgãos e entidades da administração pública federal envolvidos no licenciamento ambiental que estabelecem o conteúdo necessário para análise dos impactos afetos a cada órgão ou entidade (Brasil, 2011).

No que diz respeito à anuência do Iphan, os estudos diagnósticos solicitados pelos TREs referem-se ao meio socioeconômico e seus aspectos relativos à proteção

de bens de interesse cultural, de maneira ampla, como destacado anteriormente. Nas áreas de influência direta da atividade ou empreendimento, deveria ser identificada a presença de bens acautelados tanto pela autarquia federal, quanto pelas instituições das esferas estaduais e municipais responsáveis pelo Patrimônio Cultural e, “independente da especificidade dos bens culturais a serem considerados nestes estudos, sejam eles protegidos ou não, deverá haver menção e avaliação dos impactos resultantes da implantação do empreendimento sobre os mesmos” (Brasil, 2011, grifo próprio).

Sublinho a abrangência do documento anterior, porque ele foi revogado pela Portaria Interministerial n.º 60, em 2015, que adotou uma abordagem bem mais sucinta. A norma, publicada em 24 de março, foi sucedida da Instrução Normativa Iphan n.º 001, lançada em 25 de março, depois de alguns debates sobre o tema conduzidos pelo Órgão.

As atualizações trouxeram, entre outras coisas, o compromisso com uma maior padronização na condução dos procedimentos pelo Órgão e suas Superintendências estaduais, especialmente com relação aos prazos para as manifestações, envolvendo a administração pública, os empreendedores e os especialistas (diante das pressões sobre o LA). Entretanto, aparentemente à custa de significativa restrição na abrangência dos estudos de avaliação de impacto, que passaram então a ser direcionados apenas os bens acautelados em nível federal, grupo composto pelos bens com proteção legal mencionados anteriormente (Decreto-Lei n.º 25/37; Lei n.º 3.924/61; Decreto n.º 3.551/00 e Lei n.º 11.483/07). Isso implica em pesquisas restritas aos bens constantes nos livros de tomo e registro do Iphan (bens materiais tombados e imateriais registrados), além dos conjuntos declarados pelas leis mencionadas (bens arqueológicos e ferroviários), ou seja, qualquer patrimônio cultural instituinte de grupos impactados, que não estiverem dentre esse conjunto acautelado, não tem garantias de estudo para avaliação de impacto, menos ainda previsão de medidas de prevenção, mitigação ou compensação.

Desde a publicação desta norma, pesquisadores do tema discutem as implicações dessa delimitação. Alguns apontamentos já foram feitos sobre os avanços e retrocessos que a IN 001/15 trouxe (Caldarelli; Caldarelli, 2015) e o principal deles, com o qual eu concordo, é o fato dela deixar de fora as referências culturais ainda não mapeadas ou evidenciadas, ou seja, o não reconhecimento de que o dinâmico

patrimônio cultural deve ser identificado junto às comunidades com ele envolvidas, especialmente num momento de risco iminente.

O caso da UHE Belo Monte é um bom exemplo para comparação. As pesquisas realizadas para o licenciamento, desde 2010, levaram em conta patrimônios culturais instituintes das comunidades da AID, a partir da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)⁶⁰, criada pelo Iphan (2000). Os procedimentos aplicados durante os estudos produziram um acervo composto por “registros em dezenas de milhares de fotografias e centenas de vídeos contendo 156 entrevistas de história de vida, 168 edificações e 245 pontos de interesse paisagístico que incorporam lugares de referência cultural” (Gimenes; Hamoy, 2018, p. 634).

Se os estudos para o licenciamento desta Usina tivessem sido iniciados após a publicação da IN 001/15, que considera para avaliação de impacto apenas os bens acautelados, a pesquisa com o patrimônio imaterial registrado, poderia ser direcionada apenas para o Ofício de Tacacazeira da Região Norte (em instrução desde 2010) e o Carimbó (registrado em 2014), bens protegidos e de abrangência estadual, e a Roda e o Ofício dos Mestres da Capoeira (registrados em 2008), que tem abrangência de proteção nacional⁶¹.

Os bens culturais regionais mencionados, que gozam de proteção através do mecanismo de registro (Decreto n.º 3.551/2000), são notadamente referências com maior expressão na capital do estado do Pará. Por outro lado, diversas outras manifestações culturais estão presentes nos municípios do interior, e mesmo sendo instituintes e instituídas pelas comunidades locais, como ainda não passaram por processos de institucionalização, não desfrutam de proteção federal.

Os avanços que vinham sendo alcançados retrocederam, com relação à abordagem de qual patrimônio cultural deveria ser avaliado e preservado, no contexto do LA. Compreender esse panorama é importante para discutirmos, não apenas qual patrimônio deve ser conservado, mas principalmente quem pode selecioná-lo, evidenciando a centralidade de enquadramentos institucionais na definição do que é

⁶⁰ O INRC é uma metodologia desenvolvida pelo Iphan, que classifica as referências culturais em categorias como ‘celebrações’, ‘formas de expressão’, ‘edificações’, ‘lugares’, ‘ofícios e modos de fazer’. Neste projeto foi acrescida a categoria ‘histórias de vida’.

⁶¹ A abrangência de um bem registrado pode ser local, estadual, regional ou nacional, e isso será refletido nas decisões para o estabelecimento das ações de salvaguarda.

reconhecido como patrimônio nesses processos. A iminente possibilidade de impacto ao patrimônio cultural brasileiro – em sua definição constitucional, bens “portadores de identidade, ação e memória dos grupos formadores da sociedade” (Brasil, 1988, art. 216), aqui compreendidos como instituintes e instituídos pela sociedade – evidencia a necessidade de investigação ampla desses bens, colocando em questão a suficiência dos critérios atualmente adotados nos processos de licenciamento.

O envolvimento das comunidades com o tema do patrimônio, especialmente em contextos de licenciamento, torna-se um elemento central para a realização de pesquisas de avaliação de impacto efetivamente comprometidas com as realidades locais e com a própria definição de patrimônio cultural estabelecida no artigo 216. A Constituição também destaca que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, deverá promovê-lo e protegê-lo (Brasil, 1988), indicando que a participação não é acessória, mas constitutiva desses processos. No entanto, essa participação ainda não tem sido satisfatoriamente priorizada, o que desencadeia críticas ao modelo vigente e aponta para a possibilidade de impactos não mensurados sobre o patrimônio cultural e ambiental.

O percurso apresentado evidencia que o LA, ao mesmo tempo em que se consolida como instrumento fundamental de regulação, atua também como um dispositivo que condiciona a produção do conhecimento e a própria definição do patrimônio cultural, delimitando os modos pelos quais este pode ser identificado, reconhecido e, eventualmente, musealizado. Trata-se, portanto, de um processo que, ao mesmo tempo em que viabiliza a proteção, também estabelece limites ao que pode ser conhecido e valorizado como patrimônio. No capítulo a seguir, acrescento à discussão exposta até aqui outros elementos do campo cultural, a partir do histórico de musealização no Brasil e da construção de políticas públicas, aprofundando as tensões aqui identificadas.

INTERFACES
entre as políticas de cultura e de memória

3. INTERFACES ENTRE AS POLÍTICAS DE CULTURA E DE MEMÓRIA

Se fôssemos aqui fazer mais um recuo histórico para compreender a origem do termo Museu (Museion) – teríamos que ir bem mais longe do que fizemos no capítulo anterior – poderíamos recorrer à noção de templo das musas, criada na mitologia grega e em suas derivações⁶². Em síntese, nossos colonizadores trouxeram na herança europeia essa ideia formulada no berço da cosmogonia da antiguidade clássica.

Para o que se segue, gostaria apenas de destacar a relação simbólica entre os museus e a deusa Mnemósine, mãe das nove musas com Zeus, a quem se atribuía a capacidade de inspirar a criação artística ou científica – essência ainda presente na concepção contemporânea de museu. Como destaca Chagas (2009, p. 56-57), as musas estavam associadas à “expressão suprema do poder” e, no caso de Mnemósine, ao “poder da memória”. O autor chama atenção para essa ambiguidade do poder, considerando que “são, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, poder e resistência, memória e esquecimento, fala e silêncio”. Essa compreensão é particularmente relevante para esta tese, ao considerar os museus não apenas como espaços de preservação, mas como dispositivos que participam da produção e da mediação de narrativas sobre o patrimônio cultural.

No Brasil, a definição institucional de museu está prevista no artigo 1º do Estatuto dos Museus, que o caracteriza como:

instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (Brasil, 2009a, art. 1º).

⁶² *The word museum has classical origins. In its Greek form, mouseion, it meant “seat of the Muses” and designated a philosophical institution or a place of contemplation. Use of the Latin derivation, museum, appears to have been restricted in Roman times mainly to places of philosophical discussion. Thus, the great Museum at Alexandria, founded by Ptolemy I Soter early in the 3rd century BCE, with its college of scholars and its famous library, was more a prototype university than an institution to preserve and interpret material aspects of one’s heritage. The word museum was revived in 15th-century Europe to describe the collection of Lorenzo de’ Medici in Florence, but the term conveyed the concept of comprehensiveness rather than denoting a building. By the 17th century, museum was being used in Europe to describe collections of curiosities (Lewis, 2025, s.p.).*

As definições normativas desempenham um papel relevante na organização do campo museológico por estabelecerem parâmetros conceituais e operacionais. No entanto, como toda delimitação conceitual, essas definições tendem a simplificar a complexidade que envolve a prática museal, especialmente em contextos diversos como o brasileiro. Recentemente, um amplo processo de consulta internacional foi promovido pelo Conselho Internacional de Museus (Icom), com a participação de profissionais e instituições de diferentes países, tendo como objetivo a revisão da definição oficial de museu. Após intenso debate, foi aprovada a seguinte formulação:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (Icom, 2022).

Ainda que ampliem o escopo de atuação dos museus, tais definições não eliminam as tensões inerentes à seleção, interpretação e comunicação do patrimônio, aspectos centrais para a compreensão dos processos analisados nesta tese, especialmente quando consideradas as formas institucionais de enquadramento e legitimação dessas práticas.

Nesse sentido, este capítulo busca entrelaçar ao percurso desenvolvido até aqui as especificidades da musealização e das políticas de memória no Brasil. Apresenta a formação do campo político de disputa em torno da cultura e da construção de uma identidade nacional. Os museus, nesse processo, ocuparam historicamente um lugar privilegiado de produção e legitimação de narrativas: como produtores de coleções e conhecimento, difusores de narrativas e potenciais espaços de comunicação e vínculo com a sociedade – embora, por muito tempo, dirigidos a uma parcela bastante seleta dessa sociedade.

3.1. O início da musealização no Brasil

O foco deste trabalho é a realidade brasileira contemporânea; no entanto, foi ainda sob o domínio europeu que se registraram as primeiras experiências museológicas no território brasileiro. O Palácio de Friburgo foi construído no século XVII, durante a dominação holandesa, na capital da colônia de Nova Holanda, atual cidade do Recife. O complexo incluía um observatório astronômico, um farol e um jardim caracterizado como um horto zoobotânico (Almeida; Oliveira; Meunier, 2011),

configurando uma iniciativa precursora nas Américas. O espaço também era utilizado para a exposição de pinturas de artistas holandeses, podendo ser considerado uma das primeiras experiências museais no território (Silva, 2016).

A Casa de História Natural, criada no século XVIII, popularmente conhecida como a Casa dos Pássaros, foi uma iniciativa designada pelo Vice-Rei como um museu, que teve atuação colecionando, armazenando e preparando animais para Lisboa, evidenciando a inserção dessas práticas em circuitos de coleta e circulação orientados por interesses externos. O envio de material científico para a Coroa era regulamentado por lei, ocorrendo inclusive o envio de animais vivos. “Portugal, nessa época, acompanhava a trajetória do colecionismo; de amador ligado aos gabinetes de curiosidades, até o colecionismo científico que visava enriquecer as coleções dos museus de história natural e jardins botânicos” (Almeida; Dantas, 2019, p. 5).

Essas iniciativas evidenciam a inserção das práticas museais no território em circuitos de coleta e circulação orientados por interesses externos, indicando a continuidade de uma lógica de extração de conhecimentos e de recursos naturais que atravessa o período colonial e se projeta no imperial, sob formas institucionais que persistem até a contemporaneidade.

No século XIX, após a vinda da família real para a cidade do Rio de Janeiro, em 1816, foi criada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (Cavalcanti; Malta; Pereira, 2016) que, além de possibilitar a formação de pessoas no território, favoreceu a composição de uma Pinacoteca, coleção posteriormente destinada ao Museu Nacional de Belas Artes (inaugurado em 1937). Em paralelo, na segunda metade do século, ocorre um movimento semelhante em São Paulo, com a fundação da Sociedade Propagadora da Instrução Popular (1873), com foco na formação básica da classe trabalhadora, capacitando artesãos e técnicos (D’Elboux, 2016). Posteriormente, convertido em Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (1882), recebe um prédio próprio junto ao Jardim da Luz. Concebido para ser uma galeria de pintura integrada – a Pinacoteca – foi fundada em 1905 e regulamentada, como museu público estadual, em 1911 (Figurelli, 2010), o mais antigo museu de arte da capital paulista. Em conjunto, essas iniciativas indicam um deslocamento na musealização no território, que passa a incorporar as artes e a formação institucional de acervos, articulando-se a projetos educativos e à organização de campos culturais, ao mesmo tempo em que consolida novas formas de produção e legitimação de narrativas.

Em 1818 foi criado o primeiro museu assim nomeado, o Museu Real, instalado no Campo de Santana (atual Praça da República), no Rio de Janeiro, apesar de só ter sido aberto ao público em 1921, assumindo coleções da extinta Casa dos Pássaros (Chagas, 2009). Nesse contexto, os museus operavam prioritariamente como espaços de produção científica e acumulação de acervos, com limitada interlocução com as populações locais. Posteriormente integrado à gestão universitária, o Museu Nacional está localizado na Quinta da Boa Vista, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trata-se de uma das mais antigas instituições científicas do Brasil, fechada desde 2018 após o incêndio que destruiu grande parte de seu acervo⁶³.

Os dois primeiros casos, mesmo que descontinuados, evidenciam mais do que a prática do colecionismo e o interesse pelo conhecimento científico produzido pelo naturalismo metodológico: revelam o processo de valorização e confisco da diversidade local para a Europa, indicando relações desiguais de produção e circulação de conhecimento, especialmente com relação a fauna e flora, além do já conhecido interesse pelos recursos minerais e pelo pau-brasil. O Museu Real, todavia, não destoava das iniciativas anteriores. Com maior enfoque na história natural e favorecido pela vinda de muitos naturalistas estrangeiros, a sua gestão fomentou diversas viagens de exploração científica pelo território, dando início às suas coleções de mineralogia, etnografia, zoologia e botânica (Miranda de Sá; Romero Sá; Lima, 2018). Tratava-se, portanto, de uma iniciativa focada na formação de acervos e desenvolvimento de pesquisa científica, gradativamente resultando na produção e divulgação do conhecimento, a exemplo da revista *Arquivos do Museu Nacional*⁶⁴.

A partir de interesses semelhantes aos que fomentaram as iniciativas anteriores, ou seja, uma perspectiva voltada às pesquisas de naturalistas e a produção de conhecimento sobre o território brasileiro, surgem mais dois museus, instalados no Norte e no Sul, do então Brasil imperial. Ambos foram iniciados por projetos privados

⁶³ Um dos mais relevantes monumentos arquitetônicos do século XIX no Brasil foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1938, em setembro de 2018, o prédio histórico que sediava o Museu Nacional foi destruído por um incêndio, perdendo cerca de 80% do seu acervo. Os obras emergenciais começaram ainda em setembro e, até 2024, 50% do prédio já estava recuperado. De acordo com a direção, a previsão é entregar o Bloco 1 (histórico) do Museu Nacional em abril de 2026 e a reabertura total está prevista para 2028 (Moura, 2024, n.p.).

⁶⁴ *Arquivos do Museu Nacional* é o mais antigo periódico científico do Brasil (1876), disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/amn>, acesso em 26 jan. 2025.

e se tornaram importantes centros de pesquisas, mantendo até a atualidade significativa produção científica⁶⁵.

Em Belém, o Museu Emílio Goeldi (1866), junto com seu parque zoobotânico⁶⁶, mantém destacadas coleções de arqueologia, antropologia, paleontologia e etnografia. Atualmente vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal desde os anos 2000, passou pela gestão do governo do estado do Pará e pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), juntamente com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) (Fernandes, 2024). Observa-se, portanto, a consolidação de instituições voltadas à pesquisa e à guarda de acervos, que posteriormente se tornariam fundamentais para a recepção de materiais provenientes de estudos de impacto ambiental.

O Museu Paranaense (1876), instalado em Curitiba, passou por inúmeras reestruturações, e acabou por ter maior ênfase nos estudos em Antropologia, Arqueologia e História, ainda no século XIX passou a ser órgão oficial do governo, e atualmente é mantido pela Secretaria de Cultura do Estado do Paraná. Destaca-se por ter um perfil de museu mais urbano, focar no patrimônio local da província e apresentar os primeiros ensaios de musealização da arqueologia no Brasil (Wichers, 2010).

Ainda no século XIX, a província de São Paulo também passa a investir em um grande museu. Planejado como um monumento ao ato da Proclamação da Independência, o Museu do Ipiranga ou Museu Paulista, após alguns atrasos, foi construído e inaugurado em 1895. Apesar de definido como um museu de história natural na época, devido ao seu caráter celebrativo dedicado a memória do “grito da independência”, acabou vocacionado ao tema da história, em especial a história do estado paulista. Vinculado a Universidade de São Paulo desde 1963, a instituição

⁶⁵ O Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas é oriundo do antigo “Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia”, criado em 1894. Sua trajetória confunde-se com a constituição do campo científico no Brasil, que ajudou a formar e consolidar. Disponível em: <http://editora.museu-goeldi.br/humanas/#>, acesso em 28 jan. 25.

⁶⁶ “Tanto o horto quanto o zoológico eram partes essenciais do projeto político-museológico concebido pelo governador do Pará, o conhecido positivista e líder republicano de primeira geração Lauro Sodré (1891-1896), e encampado por Goeldi e Huber. O ponto inicial desse projeto foi a desapropriação, por parte do governo paraense, de uma residência privada, mais especificamente uma “rocinha”, à época relativamente distante do centro da cidade, construída em 1879 e localizada bem no centro do quarteirão onde hoje se espalha o Parque Zoobotânico” (Forez; Sanjad; Okada, 2018, p. 5).

passou por uma recente obra de restauro, ampliação e modernização, após ter ficado mais de 10 anos fechada⁶⁷.

Como podemos perceber, nessa fase se destaca uma musealização centrada na formação de acervos e nas pesquisas de história natural, inserida em circuitos de produção de conhecimento associados à exploração do território. Ao se ampliar, essa prática passa a ser mobilizada como ferramenta a serviço dos discursos nacionalistas, evidenciando que os museus participam ativamente da construção e legitimação de narrativas sobre o patrimônio.

O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, surge com a função de escrita da história nacional e passa a “forjar discursos legitimadores que imbuíssem no imaginário coletivo a ideia de nação. Permitindo assim, com suas pesquisas, discussões sobre a construção de uma ideologia necessária para evidenciar nas massas uma cultura nacional” (Cerqueira, 2020, p. 5). Esse processo evidencia o papel das instituições na construção de narrativas nacionais, selecionando determinados passados e silenciando outros, dinâmica que permanece relevante para a compreensão das políticas patrimoniais contemporâneas.

Ainda que se observem transformações nos objetivos e nas formas institucionais dessas iniciativas ao longo do tempo, permanece uma lógica de seleção e enquadramento do patrimônio mediada por instâncias de poder, que define quais narrativas são legitimadas e quais permanecem à margem. A construção de uma identificação nacional, portanto, tem início ainda no período imperial, quando a monarquia tenta unir a população em defesa do território, segundo Cerqueira (2020), destacadamente no período da Guerra do Paraguai (1864-1870)⁶⁸. A partir da Lei do Ventre Livre, em 1871; da imigração subvencionada, financiada inicialmente por fazendeiros e posteriormente pelo governo; e com a Proclamação da República, o interesse e os desafios para o fortalecimento dos vínculos chega a outro nível de complexidade, muito próprio de um país colonizado.

⁶⁷ O Museu foi reaberto nas comemorações do bicentenário da independência, em 7 de setembro de 2022.

⁶⁸ “O conflito propiciou que o governo imperial testasse as narrativas que vinham sendo discutidas pelos intelectuais do IHGB na implantação da nacionalidade, sendo a identificação do território com uma narrativa histórica como também um acontecimento dramático que despertasse nos indivíduos aquela identidade coletiva e cultural construindo lugares de memória” (Cerqueira, 2020, p. 17).

Como parte das comemorações do Centenário da Independência do país, em 1922, temos a criação do Museu Histórico Nacional. Considerado um marco nas tratativas da memória do país, esse processo foi marcado pela liderança de Gustavo Barroso, permeado por um pensamento fortemente conservador⁶⁹. O museu está instalado em edifícios do período colonial brasileiro: o Forte de Santiago, a Casa do Trem e o Arsenal de Guerra, no Rio de Janeiro. Sob a perspectiva da imaginação museal barrosiana, com uma essência de museu histórico militar brasileiro, com destaque para heróis e troféus (Chagas, 2009). A atuação de Gustavo Barroso explicita o caráter ideológico desses processos, nos quais os museus participam ativamente da construção de versões oficiais da história, em diálogo com projetos políticos específicos. Também foi Barroso que formulou o que veio a ser o primeiro curso para profissionais de museus, vinculado inicialmente ao Museu Histórico Nacional, onde se formaram as primeiras gerações de profissionais, que seguiram atuando e formando parte do campo da museologia. A partir de 1940, a instituição passa a editar um periódico científico, com o objetivo de divulgar textos acadêmicos multidisciplinares, com foco em História e Museologia⁷⁰.

Ainda com enfoque na história e sob forte influência do passado colonizado é criado o Museu Imperial, em Petrópolis, na antiga residência de verão da família real, que anteriormente esteve ocupada pelo Colégio São Vicente de Paulo. O museu foi criado com acervo ligado a monarquia brasileira, especialmente do segundo reinado, por lei federal assinada pelo então presidente, Getúlio Vargas, em 1940, motivado por Alcindo de Azevedo Sodré, político da cidade que estudou na Instituição (Resende; Knibel, 2015).

Evidenciando a ruptura dos períodos históricos e governos, em 1960, foi criado o Museu da República, inicialmente como parte da Divisão de História Republicana do Museu Histórico Nacional, com autonomia administrativa a partir de 1983. Instalado no prédio histórico do Palácio do Catete, na cidade do Rio de Janeiro, a instituição

⁶⁹ “Em pouco tempo, Gustavo Barroso transformou-se num dos principais ideólogos e propagandistas do integralismo, ao lado de Plínio Salgado e Miguel Reale. Publicou diversos livros de divulgação do ideário integralista e, em 1934, assumiu o cargo de chefe das milícias, braço militar do movimento e responsável pela instrução técnica, tática e moral dos militantes, o que estava de acordo com a vocação que acalentava desde os tempos de menino (Chagas, 2009, p. 100).

⁷⁰ Anais do Museu Histórico Nacional, disponíveis em:
<https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/about>, acesso em 30 jan. 25.

mantém mobiliário, objetos e obras de arte expostos pelos salões, e o conjunto do seu acervo é composto predominantemente por coleções biográficas (Versiani, 2017). As três instituições, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial e Museu da República, estão vinculadas ao Ministério da Cultura, sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)⁷¹.

A formação do Museu da República coincide com o movimento em curso para mudança da capital do país, oficialmente transferida do Rio de Janeiro para Brasília em 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Com o plano de desenvolvimento do planalto central, novos museus também foram construídos na cidade sede do governo federal, como por exemplo, o Museu Nacional (MuN) de Brasília, que desde o início constava no Plano Piloto, mas devido a alguns atrasos na construção, foi inaugurado apenas em 2006. Em meio a uma outra fase cultural⁷²[12], o Complexo Cultural da República, destaca-se pela arquitetura moderna, protagonizada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, assim como o complexo projetado na capital paranaense (Seilert; Gomes, 2024).

Brasília nasce com a vocação de ser um centro de turismo de eventos e o Museu acaba tendo como ponto de partida de sua missão, ser centro de referência cultural e de exposições (Seilert; Gomes, 2024). O roteiro para prática de um turismo cívico, composto por um conjunto de iniciativas inauguradas gradualmente⁷³ é majoritariamente focado na história da construção da cidade e seus personagens, ampliando-se para a memória política nacional. O MuN, inaugurado sem um acervo próprio e sem um plano museológico, se alia à outra perspectiva museal. Além de abdicar de um acervo originário, a instituição está mais integrada aos interesses do setor do turismo e do entretenimento.

⁷¹ O Ibram responde pela gestão de 27 museus federais, localizados em nove estados do território brasileiro, conforme será abordado a seguir.

⁷² “Tanto em Curitiba quanto em Brasília, os museus parecem partir do desejo “cosmopolita” de integração dessas cidades nos cenários nacional e internacional da cultura” (Seilert; Gomes, 2024, p. 8).

⁷³ Anteriores ao Museu Nacional da República, foram inaugurados na Capital Federal: o Museu Histórico de Brasília, 1960; Catetinho, 1970; Memorial JK, 1981; Museu de Arte de Brasília, 1985; Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, 1986; Espaço Oscar Niemeyer, 1988; Museu Vivo da Memória Candanga, 1990; Espaço Lúcio Costa, 1992; Memorial dos Povos Indígenas, 1999. Todas as instituições públicas são administradas pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, no caso do Memorial JK, a administração é feita pela família Kubitschek.

Diante de tantas iniciativas, vale destacar quais instituições foram criadas para dar visibilidade à diversidade sociocultural brasileira. O primeiro museu nacional dedicado às sociedades indígenas contemporâneas foi idealizado por Darcy Ribeiro, inicialmente denominado Museu do Índio. A instituição foi criada em 1953, no âmbito do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com o objetivo de divulgar e valorizar as culturas indígenas no Brasil e combater preconceitos (Chagas, 2007). Posteriormente, com a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1967 – órgão que substituiu o SPI – o museu passou a integrar a estrutura dessa autarquia vinculada ao Ministério da Justiça. Em 2023, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, a instituição passou a integrar essa nova pasta e adotou a denominação Museu Nacional dos Povos Indígenas, sendo reaberta ao público em 2024.

Recentemente também foi criado o Museu das Culturas Indígenas, inaugurado em 2022, instituição da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo (SCEIC-SP). Esta mesma secretaria, desde 2009, responde pelo Museu Afro Brasil, uma iniciativa inaugurada em 2004, a partir de uma coleção particular do Diretor Curador Emanuel Araújo, que idealizou “uma instituição voltada ao estudo das contribuições africanas à cultura nacional” (Museu Afro Brasil, 2025). E, ainda em São Paulo, temos o Museu da Imigração, criado em 1993, sediado em prédio histórico tombado pelo conselhos do patrimônio estadual (1982) e municipal (1991), a antiga Hospedaria de Imigrantes do Brás (inaugurada em 1887), em São Paulo. A emergência dessas instituições indica um deslocamento nas políticas de memória⁷⁴, ampliando os sujeitos e narrativas contemplados, ainda que em tensão com estruturas institucionais previamente estabelecidas.

Especificamente sobre a temática racial negra existem outros museus, um dos mais antigos é o Museu da Abolição, idealizado para homenagear abolicionistas como João Alfredo e Joaquim Nabuco, em 1957, entretanto, só foi inaugurado em 1986, após processos de desapropriação, tombamento e restauro do Sobrado Grande da Madalena, em Recife (PE), com a exposição “O Processo Abolicionista Através dos Textos Oficiais” (Museu da Abolição, 2025). Outras iniciativas que se dedicam a presença das populações negras na formação do povo brasileiro são: o Museu Afro-Brasileiro, criado em Laranjeiras (SE), em 1976, junto a Universidade Federal do

⁷⁴ Conforme será abordado na seção 4.3.

Sergipe, com abordagem histórica; o Museu Afro-Brasileiro, criado em Salvador (BA), em 1982, também idealizado por Emanuel Araujo, junto com o poeta José Carlos Capinam, com enfoque nas artes⁷⁵.

O Rio de Janeiro, particularmente, possui um conjunto de iniciativas que resiste e vem se fortalecendo para tratar da temática de maneira a evidenciar as ações, os impactos e reflexos da escravidão no Brasil, buscando dar visibilidade a história das pessoas escravizadas que aportaram naquele litoral, com novas perspectivas e estratégias arqueológicas e museológicas. Entre elas, destacam-se as pesquisas e ações vinculadas à Pedra do Sal⁷⁶, ao Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos⁷⁷ e ao Sítio Arqueológico Cais do Valongo⁷⁸, todos localizados na área atualmente chamada de Pequena África⁷⁹, e ainda, o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (Muhcab), criado pela prefeitura municipal, em 2017.

Desde o primeiro museu criado no século XIX, com temáticas voltadas à história natural, a história política, as artes e grupos sociais, até à contemporaneidade, inúmeros outros museus foram criados no Brasil. O Cadastro Nacional de Museus contém quase quatro mil museus indicados em sua base de dados, um universo imenso, mesmo que ainda desproporcional em termos de território. Dentre esse conjunto, por fim, destacam-se os museus criados com perspectivas de salvaguarda e pesquisa arqueológica e etnográfica, cuja atuação se articula diretamente com a produção de acervos provenientes de pesquisas vinculadas ao LA, evidenciando a inserção dessas instituições nos desdobramentos do modelo analisado nesta tese:

- Museu de Arte e Arqueologia da Universidade de São Paulo, fundado em 1963,

⁷⁵ O Museu Afro-Brasileiro de Salvador é administrado por artistas, com apoio da prefeitura municipal. Também identificado como Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira (Muncab), tem um histórico de tratativas com o Ibram, para tornar-se um museu federal (Ibram, 2013, s.p.).

⁷⁶ Localizada no Quilombo Pedra do Sal, foi um dos primeiros tombamentos que reconhecem um local historicamente utilizado como espaço de oferendas aos Orixás (Ventura, 2016).

⁷⁷ Criado em 2005, a partir do Sítio Arqueológico Cemitério dos Pretos Novos, descoberto em 1996. “Em 2010, após ter sido selecionado em edital público para Ponto de Cultura, o IPN iniciou as atividades de oficinas de História. Com uma sobra mínima de recurso financeiro e o apoio de alguns artistas voluntários, foi idealizada a primeira versão da exposição permanente do Memorial Pretos Novos. Pela primeira vez, os visitantes puderam ver o trabalho realizado pelos arqueólogos nos poços de sondagem, que contextualiza a brutalidade das atividades funerárias impingidas aos corpos dos africanos recém-chegados ao Rio de Janeiro” (IPN, 2025, s.p.).

⁷⁸ Principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas, o Cais do Valongo, passou a integrar Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2017.

⁷⁹ Ver mais em “A Pequena África: interpretações museológicas do patrimônio afrodescendente no Rio de Janeiro” (Ventura, 2024).

renomeado em 1970 para Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP).

- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR), inaugurado em 1963.
- Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina (MARQUE-UFSC), criado em 1965.
- Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (Marsul), instituição da Secretaria do Estado da Cultura (Sedac), criado em 1966.
- Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (MA-UFG), criado em 1969.
- Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia da Universidade Federal do Mato Grosso (Musear-UFMT), criado em 1972.
- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE-UFBA), inaugurado em 1983.
- Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato (PI), inaugurado em 1994, vinculado ao Parque Nacional da Serra da Capivara, criado em 1979 e a Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm), criada em 1986.
- Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora (MAEA-UFJF), criado em 1987.

Estas são algumas das primeiras iniciativas museais que enfocam a musealização da arqueologia e se tornaram referências como grandes instituições de pesquisa e, conseqüentemente, de guarda do patrimônio arqueológico brasileiro. Muitas delas receberam e recebem, ainda hoje, coleções oriundas de pesquisas realizadas em estudos de impacto ambiental.

Existem ainda muitos outros museus, iniciativas locais e regionais, públicos e privados, que tratam da história e cultura da população brasileira, inclusive tratando da temática indígena, racial, da imigração, bem como sobre o patrimônio cultural e o patrimônio arqueológico. Os exemplos apresentados evidenciam a diversidade de formas de institucionalização da musealização no Brasil, bem como os diferentes regimes de produção de acervos e narrativas. Essa trajetória é fundamental para compreender o papel assumido pelas instituições museológicas no contexto do licenciamento brasileiro, especialmente no que se refere à guarda, interpretação e comunicação dos bens culturais identificados nesses processos.

3.2. A construção de um campo político para cultura

As décadas de 1920 e 1930 foram férteis no processo de discussão e formulação de um pensamento preocupado com a definição de uma identidade nacional, porém, esses grupos operavam a partir de projetos distintos de definição do nacional. Mais do que um consenso, o que se configura é um campo de disputas, no qual diferentes agentes buscam definir quais referências culturais devem ser reconhecidas e

legitimadas como expressão do nacional. Nesse período também surgiu a Inspetoria de Monumentos Nacionais, na mesma linha barrosiana mencionada anteriormente, com foco nas cidades históricas e monumentos, numa tentativa de materializar uma memória nacional e dar continuidade ao movimento “coleccionista de antiguidades”. Trata-se de um processo de seleção e institucionalização de determinados passados, evidenciando que a política patrimonial se estrutura, desde sua origem, como um mecanismo de enquadramento da memória.

Em 1922, durante as comemorações do Centenário da Proclamação da República, ocorre a Semana de Arte Moderna, na qual movimentou-se grande número de intelectuais paulistas, entre pintores, arquitetos e escritores. O evento buscava expressar uma linha cultural voltada para o novo, que rompia com o conservadorismo predominante do século anterior, ainda que mantivesse vínculos com circuitos intelectuais e referenciais europeus. Membros de uma elite intelectual, os modernistas não eram consenso, mas defendiam que a arte (e a identidade nacional) deveria se conectar com a cultura popular, o que evidencia que essa aproximação permanecia mediada por circuitos intelectuais específicos.

Durante a Era Vargas, com a frágil democracia sufocada, os anos seguiram marcados pela centralidade do poder Executivo, com políticas direcionadas às massas, articuladas a estratégias de controle e formação de opinião pública, com o fortalecimento de propagandas políticas. Muitos interesses foram conciliados através da articulação de temas como educação e comunicação, nesta época houve a regulamentação da radiodifusão, a criação do Instituto Nacional do Livro e do Instituto Nacional de Cinema Educativo (Calabre, 2007).

Foi na década de 1930 que se estabeleceu a obrigatoriedade de transmissão diária por todas as emissoras, do programa de rádio a “Hora do Brasil”, inicialmente chamado de “Programa Nacional”, pautado pelo Departamento Nacional de Propaganda em Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com três finalidades: informativa, cultural e cívica.

Na parte informativa, divulgaria os atos do presidente da República e seus ministros. Sua programação cultural incentivaria o gosto pelo que o governo entendia ser “boa música”, trazia comentários sobre a arte popular das diversas regiões brasileiras e descrevia os pontos turísticos do país. A programação cívica consistiria

nas narrações de eventos significativos da história nacional – na visão do governo. Além disso, veicularia peças de radioteatro, com encenações de dramas históricos – como a abolição da escravidão e a Proclamação da República (Hora do Brasil [...], 1938, n.p.).

Esse conjunto de ações evidencia o uso sistemático da cultura e da comunicação como instrumentos de construção de uma narrativa oficial do Estado. Segundo Simões e Viera (2009), o período entre 1920 e 1945, portanto, configura-se pelo enfoque da cultura na identidade nacional. Os autores destacam que o Estado desempenha um papel de “apoiador e influenciador”, o que levou à construção dos “primeiros alicerces” da estrutura administrativa e legal para a cultura brasileira. Mais do que um campo de apoio, a cultura passa a ser progressivamente incorporada como instrumento de ação estatal, evidenciando a centralidade do Estado na definição, seleção e legitimação das referências culturais. Este cenário também permitiu a criação de outra instituição chave na história das políticas culturais, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), através do já mencionado Decreto-Lei n.º 25/1937. Inicia-se de forma sistemática, a atuação do órgão destinado a organização da proteção do patrimônio brasileiro e instaura-se a Lei de Tombamento, com seus respectivos Livros do Tombo.

A criação do Serviço esteve ligada ao movimento modernista⁸⁰ e, entre seus protagonistas estava Mário de Andrade, que foi responsável pela elaboração do anteprojeto que dá origem a instituição. Na proposta inicial, contudo, além das ações de registro, proteção e divulgação de bens tombados, são indicadas para ingerência do novo órgão quatro museus nacionais, que seriam vinculados a Seção dos Museus, os três já existentes (Museu Nacional, 1818; Museu Histórico Nacional, 1922 e Museu Nacional de Belas Artes, 1938) e uma nova instituição, dentro de uma perspectiva das artes plásticas e tecnologia industrial, museu que nunca foi criado (Rangel, 2012).

Para Mário de Andrade (1936), as novas tipologias de museus deveriam enfatizar o caráter pedagógico, com a preocupação de atender aos interesses das

⁸⁰ Sobre modernismo: “Há, como o próprio Mário de Andrade indica, uma ‘similaridade muito forte’ entre o modernismo e o romantismo (1971, p. 250). Ambos se debruçam sobre o nacional, o estético, o folclórico, o etnográfico (entenda-se: índio e negro); ambos têm base de apoio na ‘aristocracia tradicional’ (1971, p. 236) e recebem influências diretamente da Europa. No entanto, o modernismo para os modernistas teria ido mais longe ao garantir a liberdade de criação e o ‘direito permanente à pesquisa estética’” (Chagas, 2015, p. 63).

‘massas populares’, ou seja, um museu que não se apresentasse como um ‘cemitério de preciosidades’. Na perspectiva de Barroso, encontramos o museu vinculado às forças conservadoras identificadas com a extrema direita, viabilizando os fatos e os vultos históricos. Independentemente da proposta apresentada, o que emerge desta questão é o papel estruturante que o museu poderia desempenhar em diferentes projetos. Tanto Barroso, em uma perspectiva aristocrática, quanto os modernistas, em uma perspectiva mais ‘popular’, desejavam, via museus, adesão da sociedade aos seus projetos culturais para o Brasil (Rangel, 2012, p. 109).

O início da institucionalização do patrimônio cultural no Brasil não tinha uma única orientação ideológica e os museus não são instituições neutras. Mário Chagas (2009) destaca que as narrativas sobre patrimônio, cultura, memória e identidade nacional se apresentavam com diferenças, coexistiam, portanto, entre pensamentos que disputavam o controle de políticas e instituições. Enquanto Gustavo Barroso pensava em museu como local destinado à “exaltação a pátria” e dos “vultos gloriosos”, Mário de Andrade, focando nas classes trabalhadoras, considerava que a instituição, como “âncora de identidade cultural”, seria “catalisadora” de forças diversas, entretanto, “ambos se debruçaram-se sobre o problema do nacional e focalizaram a dimensão educativa dos museus” (Chagas, 2009, p. 69 e 70). O que diferencia as instituições desde o início, e para o que se busca aqui discutir, é o que cada imaginação museal pretende mobilizar e quais narrativas busca legitimar.

A época de criação do Sphan, ainda não existia no país um ministério da cultura e, por sugestão de Gustavo Capanema, então ministro de Educação e Saúde, cria-se em 1938, um Conselho Nacional de Cultura (CNC), sob a justificativa de avaliar se, para o futuro, um departamento como esse seria necessário. Esse cenário evidencia a fragilidade inicial da institucionalização da cultura como política pública, marcada por baixa priorização estatal.

As atribuições do CNC eram: fazer balanço das atividades, de caráter público ou privado, realizadas em todo o país, quanto ao desenvolvimento cultural, para o fim de delinear os tipos das instituições culturais e as diretrizes de sua ação, de modo que delas se possa tirar o máximo proveito; sugerir aos poderes públicos as medidas tendentes a ampliar e aperfeiçoar os serviços por eles mantidos para a realização de quaisquer atividades culturais; e estudar a situação das instituições culturais de caráter privado, para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal (Costa, 2011, p. 2).

Segundo Lilian Costa (2011), não é possível avaliar como o CNC funcionou, nem saber se tinha algum tipo de dotação orçamentária, por falta de informações. Mas a partir de documentos da década de 1960, a autora apresenta dados da atuação do Conselho. Subordinado à Presidência da República de Jânio Quadros, a criação do Conselho Nacional de Cultura pretendia “estabelecer a política cultural do Governo, mediante plano geral a ser elaborado, e programas anuais de aplicação” (Brasil, 1961, art. 1º a). Mas a realidade relatada por Paschoal de Carlos Magno, quando esteve à frente do CNC, evidencia como a situação era precária. Em ofício enviado a Roberto Lyra, Ministro de Educação e Cultura⁸¹, Magno (1962, apud Costa, 2011, p. 7) escreve:

[...] Enfrentei nesses meses de exercício, todas as dificuldades de um departamento pobre de recursos financeiros e pessoal. [...] Este Conselho, criado em 1938, por Decreto-lei pelo Presidente Getúlio Vargas, nunca foi olhado seriamente. Existiu, desde então, em papel. Ressuscitado em 1961, por um decreto do Presidente Jânio Quadros, não anulou a validade daquele. Não lhe foram concedidas verbas nem atenções especiais. O atual Governo o devolveu à sua forma primitiva, legalizando-lhe a situação. [...] O C.N.C não pode simplesmente ser um órgão de consulta, alienado da massa. [...] Padecendo de uma organização anômala, como já observei, o Ministério da Educação e Cultura vem desenvolvendo toda a sua ação no campo educacional. Esquecendo-se mesmo da inconveniência de desligar a educação da cultura, já que àquela não existe sem esta. [...] (Ofício 360/62, de 20 de agosto de 1962. Acervo de Paschoal de Carlos Magno, Cedoc, Funarte).

Como destaca Costa (2011), a partir do posicionamento crítico do secretário geral do CNC, fica evidente o descaso com o tema da cultura e a disparidade entre os recursos destinados, sem que a cultura fosse uma prioridade. Fato que nos salta aos olhos, diante da similaridade com os tempos contemporâneos. Mesmo diante de tamanha dificuldade, algumas ações foram iniciadas nesse período⁸², mas logo em seguida foram paralisadas, em decorrência do golpe civil militar, de 1964.

No período que se segue até a redemocratização em 1985, a cultura sai do foco ideológico nacionalista e passa a ser uma questão estratégica do Estado, que busca transformá-la em uma “ferramenta para consolidação de um regime político autoritário” (Simões; Viera, 2009, p. 10). Nesse contexto, reforça-se o caráter

⁸¹ Em 1953, Getúlio Vargas cria o Ministério da Saúde (Lei n.º 1.920/1953) e o antigo Ministério da Educação e Saúde passa a denominar-se “Ministério da Educação e Cultura”.

⁸² A “Caravana da Cultura” foi um projeto de alcance nacional, realizado pelo Conselho Nacional de Cultura, que propiciou um diálogo, ainda que breve, entre o Ministério de Educação e Cultura e municípios de diferentes realidades do país, ver a respeito em Costa (2011).

instrumental das políticas culturais, que passam a operar como dispositivos de mediação e controle das narrativas culturais. Mesmo com a forte repressão militar, crescia a demanda popular por reformas agrárias, culturais e educacionais. Neste período se organizam importantes movimentos sociais, além do já mencionado MST, cabe destacar o Movimento Negro Unificado, que surge em 1978, lutando contra a violência policial e a discriminação racial. Esse movimento é relevante na medida em que evidencia a emergência de novos sujeitos políticos que tensionam as narrativas oficiais, aspecto que será retomado nas discussões sobre memória e museologia social.

Os agentes da cultura também seguem resistindo e atuando, dentre os contornos possíveis. Retomado em 1966, o agora Conselho Federal de Cultura convoca a primeira Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura (Brasil, 1968) e inicia a construção de um Sistema Nacional de Cultura. Em 1970, finalmente é criada, dentro do Ministério de Educação e Cultura, a Divisão de Assuntos Culturais, em seguida alterada para Secretaria de Assuntos Culturais, quando “mais que uma simples troca de títulos ocorreu uma clara divisão da atuação em duas vertentes dentro de uma mesma secretaria: uma patrimonial e outra de produção, circulação e consumo da cultura” (Calabre, 2007, p. 6).

Ainda na década de 1970 é lançado o Plano de Ação Cultural, que tinha como meta a implementação de um ativo calendário de eventos culturais patrocinados pelo Estado (Calabre, 2007). A preocupação com os aportes financeiros toma mais corpo. Na sequência, buscam-se estabelecer perspectivas para estruturar e fortalecer o campo em diferentes frentes, e assim surgem o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), a Fundação Nacional de Arte (Funarte), o Conselho Nacional de Cinema (Concine) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que vai dar origem a Fundação Nacional Pró-Memória, criada por Aloísio Magalhães⁸³.

⁸³ Aloísio Magalhães foi um importante designer brasileiro, nascido no Recife e formado em direito, tornou-se artista visual e ganhou visibilidade dentro e fora do país também, como gestor do campo cultural. Em 1979, foi nomeado diretor do Iphan e, no ano seguinte, também presidente da Fundação Nacional Pró-Memória (Dutra, 2017).

Magalhães tinha interesse em retomar pontos do anteprojeto de Mario de Andrade que não tinham ido adiante⁸⁴, ele pretendia colocar em prática um trabalho de valorização da cultura popular, para além dos tradicionais templos de memória. Como gestor cultural, vislumbrava que a diversidade nacional possibilitaria, como uma vitrine do design brasileiro, desenvolvimento econômico e social para o país. Na busca pelo desenvolvimento de um produto cultural brasileiro, Aloísio alertava para o desconhecimento e a carência indicadores catalogados e sistematizados das referências do país (Dutra, 2017).

Em 1973, Magalhães assume a coordenação do Iphan e promove uma transformação no perfil e na filosofia da Instituição, e o CNRC é incorporado ao órgão, assim como seu acervo. Esta vertente com foco nas referências culturais será retomada adiante, com a instituição do Inventário Nacional, mas antes, convém destacar a estratégia empregada pelo gestor,

Em virtude das limitações impostas pela burocracia do Estado a sua condição de instituto e dos poucos recursos humanos e financeiros de que dispunha, apesar de autônomo do ponto de vista administrativo, Aloísio Magalhães sugeriu, para fortalecê-lo, a sua transformação em Secretaria, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura. Em última instância, Magalhães almejava o desdobramento dessa pasta, que resultaria na criação de um ministério dedicado exclusivamente à cultura, e cuidava de dar os primeiros passos nessa direção (Lima, 2001, p. 58).

As relações com o mercado já estavam pulsantes, nesse momento de intensa repressão política, quando o Estado atuava num papel de interventor. Simões e Vieira (2009) indicam que na redemocratização, com a crise econômica herdada pelo governo, “a criação dos centros culturais, em especial do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) representa a forte influência do mercado no campo, tanto em relação ao que deve ser patrocinado e discutido na área cultural quanto à forma de acesso a essas manifestações” (p.12). No período entre 1985 e 2002, portanto, o campo organizacional é marcado como a cultura do mercado (Simões; Vieira, 2009).

Em 1985, finalmente é criado o Ministério dedicado exclusivamente à Cultura, seguido por movimentos estaduais e fóruns de cultura, além da elaboração da nova

⁸⁴ “Desvirtuando sua proposta original, transformou-se em uma instituição voltada quase que exclusivamente à preservação do patrimônio edificado. Vários fatores parecem ter contribuído para isso, a par da sua já tão amplamente discutida visão elitista de bem cultural, que privilegiou, em suas primeiras décadas, sobretudo a arquitetura de *pedra e cal*, vale dizer, os monumentos religiosos, militares e civis das classes dominantes” (Lima, 2001, p. 55).

Constituição Federal, de 1988. Ainda assim, a institucionalização do campo, embora fundamental para a estruturação das políticas culturais no país, não elimina as desigualdades estruturais na definição do que é reconhecido como cultura legítima. Com as leis de incentivo que surgem nos anos subsequentes, a política cultural passa a incorporar de forma mais intensa a participação do mercado que, como agente financiador, influencia o que é valorizado e visibilizado, impactando a definição dos espaços e personagens na cultura brasileira. Novos “atores” entram em cena, como os produtores culturais e as grandes empresas nacionais, principalmente após a abertura do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei Rouanet (Lei nº 7.505/1986). Entretanto, diversas regiões do Brasil e manifestações culturais, ficam em desvantagem nessas negociações da cultura como mercadoria e espetáculo.

Para além das leis de incentivo à cultura e investimento privado, interessa a essa pesquisa compreender e refletir sobre como se estrutura a política pública de cultura enquanto campo de disputa no âmbito nacional, e seus desdobramentos com relação às questões do patrimônio e dos museus, considerando os mecanismos institucionais que orientam a produção, seleção e legitimação das referências culturais. Diante do observado nos últimos anos, com os constantes avanços e retrocessos aplicados pelas disputas políticas (como a extinção do Minc, em 2019, por exemplo), fica a inquietação e o desejo de (re)conhecer que temos políticas de Estado e não apenas de governo.

Nesse sentido, é importante considerar que, apesar de previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 215), apenas em 2005 temos o estabelecimento de um Sistema Federal de Cultura e um novo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), agora vinculados ao Ministério da Cultura. Neste mesmo ano se realiza a 1ª Conferência Nacional de Cultura, com o tema “Estado e Sociedade Construindo Políticas Públicas de Cultura”. O primeiro Plano Nacional de Cultura foi criado em 2010, após a 2ª Conferência Nacional, previsto para o decênio 2011-2020, tendo sido prorrogado por duas vezes, permanecendo em vigência por 14 anos. Durante o ano de 2024, ocorreram as atividades para a atualização e construção de um novo plano, a partir

das questões apontadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura⁸⁵, realizada em março no Distrito Federal, seguida de oficinas e, com espaço de participação digital por meio de um site.

No âmbito dos museus, esse movimento também se refletiu na elaboração do novo Plano Nacional Setorial de Museus, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e consolidada durante o 8º Fórum Nacional de Museus, realizado em novembro daquele ano. Resultado de um amplo processo participativo⁸⁶, o plano reafirma o compromisso com a construção coletiva das políticas para os museus e sinaliza a retomada de instâncias democráticas de formulação, acompanhamento e avaliação após um período de descontinuidade institucional.

Esse percurso evidencia que a constituição do campo político da cultura no Brasil se dá por meio de disputas e negociações entre diferentes agentes, nas quais o Estado, o mercado e os movimentos sociais atuam na definição das referências culturais legitimadas, estabelecendo os enquadramentos que orientam tanto as políticas patrimoniais quanto as práticas museológicas. Ao mesmo tempo, a recorrente desestruturação de instâncias institucionais e os tempos dilatados de implementação e consolidação de leis, planos e programas revelam a instabilidade desse campo, no qual avanços e retrocessos coexistem e impactam diretamente a continuidade, o alcance e a efetividade das políticas culturais nos territórios.

3.3. Novos enquadramentos da memória e referências culturais.

A consolidação das políticas culturais e a ampliação das formas de compreender o patrimônio foram acompanhadas por transformações no próprio campo museológico. Se, em sua constituição, os museus estiveram fortemente vinculados à formação de coleções, à pesquisa científica, à preservação de acervos e à construção

⁸⁵ As propostas da 4ª CNC orientam a elaboração de diferentes instrumentos de planejamento do Ministério da Cultura (MinC), como planos e políticas setoriais em elaboração pelas secretarias e entidades vinculadas. O Plano Nacional Setorial de Museus foi elaborado para o decênio para o decênio 2010-2020 e, ainda não temos Plano Nacional Setorial de Patrimônio Cultural.

⁸⁶ Ao longo de 2024, participei de atividades preparatórias para elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus, como relatora no encontro Reconexões (Rio de Janeiro), organizadora de uma reunião autogestionada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (Unirio/Mast), participante de reuniões promovidas por redes do campo museal, além de ter realizado comunicação coordenada durante o 8º Fórum Nacional de Museus. Essa inserção permitiu acompanhar diretamente a construção do Plano Nacional Setorial de Museus (2025-2035) e observar que a problemática discutida nesta pesquisa ainda permanece pouco incorporada às agendas de formulação das políticas museais.

de narrativas sobre a identidade nacional, esse modelo passou a ser progressivamente questionado diante das mudanças sociais, políticas e culturais que marcaram a segunda metade do século XX. Intensificaram-se, nesse contexto, os debates acerca do papel desempenhado pelos museus na sociedade, ampliando suas possibilidades de atuação e incorporando novas formas de relação com a memória, o patrimônio e com sujeitos e referências culturais historicamente pouco representados nas instituições museológicas.

Esse movimento favoreceu o desenvolvimento de práticas museológicas frequentemente associadas, na literatura, à Nova Museologia e, no contexto latino-americano e brasileiro, à Museologia Social (Tolentino, 2016a; Chagas et al., 2018). Como sintetiza Tolentino (2016a, p. 32), as funções de preservar, pesquisar e comunicar passam a ser executadas "de forma participativa", tendo como preocupação primeira "os sujeitos sociais, bem como os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais enfrentados pelas comunidades". Essa inflexão ampliou as possibilidades de atuação dos museus, aproximando-os dos territórios, das referências culturais e das demandas sociais dos grupos com os quais passaram a se relacionar.

Essas transformações se expressaram na criação e consolidação de experiências como os ecomuseus, museus comunitários, museus quilombolas e museus de favela, bem como na constituição de redes de Museologia Social e redes de memória (Chagas et al., 2018). Embora distintas entre si, essas experiências compartilham o reconhecimento da participação das comunidades na produção, documentação e comunicação de seus patrimônios e memórias, contribuindo para diversificar as formas de construção da memória e ampliar os sujeitos envolvidos nos processos de identificação e valorização das referências culturais.

Esse contexto também favoreceu o desenvolvimento de políticas, metodologias e instrumentos voltados ao reconhecimento da diversidade cultural e à participação social nos processos de identificação e preservação do patrimônio, criando as condições para a incorporação das referências culturais como elemento estruturante das políticas patrimoniais brasileiras.

Nessa perspectiva, o Departamento de Identificação e Documentação (DID/Iphan) organizou, em 1995, fomentado por Aloísio Magalhães, o Encontro de

Inventários do Conhecimento, no Rio de Janeiro⁸⁷ e, no mesmo ano, uma experiência-piloto, em Minas Gerais⁸⁸. Entre as pessoas envolvidas com esse processo, estava a museóloga Célia Corsino, que afirmou:

Era preciso aprofundar as reflexões e experiências anteriores, no sentido de tentar superar antigos impasses – como a (falsa) dicotomia entre os bens de pedra e cal e as demais manifestações culturais inseridas na dinâmica do cotidiano – e evoluir para a construção de novos instrumentos, capazes de levantar e identificar bens culturais de natureza diversificada, apreender os sentidos e significados a eles atribuídos pelos grupos sociais e encontrar formas adequadas à sua preservação (2000, p. 1).

As reflexões tiveram continuidade e foram novamente sistematizadas na realização de um encontro em Fortaleza, em 1997. Em comemoração aos seus 60 anos de criação, o Iphan promoveu o seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, que resultou na Carta de Fortaleza. Nessa oportunidade, o plenário recomendou ao Instituto, além do aprofundamento sobre o conceito de bem cultural de natureza imaterial e a realização de um inventário em âmbito nacional, que encaminhasse ao Conama proposta de regulamentação do item relativo ao patrimônio cultural, de modo a contemplá-lo, em toda a sua amplitude, nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (Rima) (Iphan, 1997).

As experiências com o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) se transformaram em uma metodologia de trabalho para as equipes técnicas se aproximarem do patrimônio, sinalizando uma sutil inflexão na forma de reconhecimento das referências culturais. Nesse contexto, a memória deixa de ser concebida prioritariamente como atributo de objetos e passa a ser tratada como processo social, associado aos sentidos atribuídos pelos próprios grupos interessados. Entretanto, inicialmente a metodologia estava restrita à supervisão direta e permanente do Iphan, que passou a capacitar técnicos e pesquisadores interessados em sua aplicação, mantendo controle institucional sobre seu uso. Aqui se evidencia a tensão apontada por Laurajane Smith (2015): ainda que ampliem os sujeitos envolvidos, essas metodologias permanecem mediadas por dispositivos institucionais que orientam o que pode ser reconhecido, revelando a persistência de um discurso autorizado que enquadra também a memória.

⁸⁷ Que gerou a publicação “Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira” (Motta; Silva, 1998).

⁸⁸ Inventário de Referências Culturais na cidade do Serro.

As referências culturais e os bens de valor local e comunitário, que já estavam em pauta há algum tempo, em paralelo a toda valorização dos patrimônios da humanidade, passam a ter maior protagonismo e proteção na virada do século. O Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000, institui no Brasil os procedimentos de Registro como medida de salvaguarda para os bens imateriais, antecipando o movimento internacional, exposto na Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, e documentado através da carta “Recomendações de Paris” (Unesco, 2003). O Decreto também instituiu o Plano Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), buscando incorporar os patrimônios intangíveis que não estavam contemplados nas políticas culturais vigentes até então.

Em 2009, a metodologia do INRC passa a ser difundida e o seu uso autorizado, mediante algumas condições (Iphan, 2009a). A abertura controlada do instrumento indica uma ampliação do acesso, sem eliminar a mediação institucional sobre sua aplicação. Trata-se de uma ação em resposta ao crescente número de solicitações para o uso da metodologia por parte de outros segmentos da sociedade, diante do qual o órgão decidiu instituir parâmetros gerais para a concessão do seu uso, tendo em vista que o instrumento de gestão abrange as categorias patrimoniais estabelecidas no PNPI. As exigências para autorização previam, entre outras coisas, a apresentação de um projeto, por parte dos interessados e, mediante aprovação do Iphan, a assinatura de um Termo de Responsabilidade.

O mesmo arcabouço metodológico passou a ser parcialmente democratizado, por meio de uma parceria entre os Ministérios da Cultura e da Educação, sendo indicado como uma ferramenta de apoio didático para os projetos Mais Cultura nas Escolas e Mais Cultura nas Universidades (Brasil, 2015a). Nesse contexto, observa-se a ampliação do acesso e da circulação da metodologia, cujo uso passa a ser incentivado em diferentes espaços formativos. Logo em seguida, através da publicação “Educação Patrimonial: Inventários Participativos - manual de aplicação” (Iphan, 2016a), o próprio órgão passa a apresentar de forma mais didática a metodologia do INRC, estimulando sua utilização ampliada como instrumento de identificação, valorização e discussão das referências culturais com protagonismo comunitário.

Desde a Constituição de 1988 – que traz uma das mais amplas compreensões do que constitui o patrimônio cultural brasileiro⁸⁹ – o tema de inventariar está sinalizado como recurso para o poder público aplicar como forma de promoção e preservação do patrimônio cultural, aliado à comunidade. Ao mesmo tempo em que a prática de inventariar o patrimônio se difundia, as possibilidades de imaginação museal também se expandiam, evidenciando novas articulações entre políticas de memória, produção de acervos e criação de instituições museológicas.

Ainda em 2009, após um processo de discussão e articulação, são criados o Estatuto de Museus e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), pelas Leis n.º 11.904 e n.º 11.906, respectivamente. O marco institui uma separação na gestão das políticas de patrimônio e de museus, favorecendo a especialização dos processos. Ao mesmo tempo, reforça distanciamentos entre equipes cujos objetos são interdependentes: bens patrimoniais frequentemente integram acervos museais, enquanto muitos museus – como lugares de memória – constituem, eles próprios, patrimônio, algumas vezes inclusive sediados em edifícios tombados.

A atual estrutura administrativa do governo federal para as áreas dos museus (Ibram) e do patrimônio (Iphan) aponta para um distanciamento metodológico e administrativo, possuindo, cada órgão, políticas específicas para seus setores de atuação. Por outro lado, ao lançarmos um olhar reflexivo sobre a trajetória destas áreas no Brasil, verificamos que, apesar do intrincado processo de afastamento e aproximação que perpassa a história dos museus e a do patrimônio, existe entre elas uma relação de complementaridade (Rangel, 2012, p. 111).

Esse processo foi acelerado pela articulação realizada no âmbito do Ministério da Cultura, quando Gilberto Gil assume a pasta junto com o Governo Lula, em 2003. Nesse mesmo ano é lançada a Política Nacional de Museus, indicando que dentro da complexidade da sociedade brasileira, culturalmente rica e diversa, o papel dos museus “é de fundamental importância para a valorização do patrimônio cultural como dispositivo estratégico de aprimoramento dos processos democráticos” (Brasil, 2003, p. 8). A proposta trouxe a necessidade de criação de um Sistema Nacional de Museus, um Cadastro Nacional de Museus, entre outras ações.

⁸⁹ Refiro-me ao artigo citado nos capítulos anteriores, que define: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988, art. 216).

Uma das primeiras medidas provocadas pela Política foi a criação de um Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu). Ainda em 2003, no âmbito do Iphan, o Demu se dedicou à gestão de políticas públicas para os museus e, seis anos depois, o departamento deu origem ao Ibram. Desde o início dessa gestão, o Ministério da Cultura anunciava que o museu ocuparia um lugar central, de acordo com Nilson Moraes (2009), no anseio por mudanças que se vivia à época, o museu deveria produzir “um novo lugar social, simbólico e institucional”.

Ainda era viva e candente a memória e os problemas de um momento em que o museu conheceu a produção de grandes e massivos espetáculos que fugiam ao controle e objetivos dos seus profissionais, um tipo de empreendimento que se esgotava nele mesmo, que existia para expressar outros interesses e visões de mundo. Os anos 1990 produziram perplexidade, indignação, reflexões e a busca de alternativas. Principalmente, produziram experimentos regionais fundamentais para o cenário e possibilidades abertas pela conjuntura (Moraes, 2009, p. 62).

Esse movimento, voltado à formulação de novas ações e políticas públicas para a cultura e para a defesa e valorização do patrimônio cultural, promove o debate aberto com sociedade, com a realização das Conferências Nacionais de Cultura (2005, 2010, 2013 e 2024). A compreensão de que o patrimônio e a memória devem ser cada vez mais incorporados às políticas públicas pode ser observada na elaboração do Plano Nacional de Cultura, organizado a partir de 53 metas, entre as quais se destaca a necessidade de inventariar as referências culturais da diversidade brasileira, através de cartografias, conforme indica a Meta 3:

Cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro realizada: Esta meta refere-se à realização de um levantamento cartográfico da diversidade das expressões culturais existentes no território brasileiro, cujo produto será constantemente consolidado no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Além de reconhecer e difundir a diversidade, a cartografia servirá também para qualificar a gestão cultural e monitorar o impacto do Plano Nacional de Cultura (PNC) e dos planos setoriais e territoriais (Portaria MinC n.º 123/2011, s./p.).

Dentre a gestão cultural comprometida com uma articulação mais integradora da sociedade, vale destacar os programas Pontos de Cultura e Pontos de Memória. O primeiro, criado pelo MinC em 2004, e instituído como Política Nacional de Cultura Viva, em 2014 (Lei n.º 13.018/2014) e, o segundo, iniciado em 2009, fruto da parceria entre os Programas Mais Cultura/MinC e do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça, com o objetivo de identificar, apoiar e fortalecer iniciativas de memória e museologia social, sob a responsabilidade do Ibram.

Ambas as iniciativas têm entre seus objetivos a redução das desigualdades, ampliando os sujeitos e as formas de reconhecimento da memória e do patrimônio, com redes de incentivo e de gestão compartilhada, ainda que inseridas em estruturas institucionais que condicionam sua continuidade e alcance. Esses programas seguem resistindo, mas não sem impactos após a desarticulação do Ministério da Cultura, em 2016.

O delineamento das políticas culturais e de memória indica a complexidade da gestão no campo cultural, atravessado pelos temas do patrimônio e dos museus. As análises das diferentes configurações e mudanças na lógica aplicada ao campo, demonstram estes melindres e indicam que a consolidação das orientações que se verificam é, “em grande parte promovida pela própria ação ou inércia do Estado” (Simões e Vieira, 2009, p. 5).

A reflexão sobre os processos aqui apresentados evidencia que os chamados “novos enquadramentos da memória” não correspondem à superação dos modelos anteriores, mas à sua reconfiguração. Ainda que ampliem sujeitos, instrumentos e políticas, essas transformações permanecem ancoradas em mediações institucionais que condicionam o reconhecimento, a seleção e a legitimação do que passa a ser considerado memória social, indicando menos uma ruptura e mais uma reorganização das formas de controle sobre esses processos.

3.3.1. Educação Patrimonial

A educação patrimonial constitui uma dimensão estratégica no cenário recortado para análise desta tese, na medida em que amplia as possibilidades de circulação, apropriação e disputa das referências culturais para além dos circuitos especializados. Seu potencial de interlocução com diferentes grupos sociais a posiciona como um dos principais vetores de expansão dos enquadramentos da memória.

No âmbito das políticas patrimoniais, observa-se, ao longo das últimas décadas, um deslocamento nas abordagens: de uma ênfase inicial nos objetos – como no Guia Básico de Educação Patrimonial ((Horta; Grunberg; Monteiro, 1999) – para uma atenção crescente aos sujeitos e aos processos sociais, evidenciada na publicação Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos (Iphan, 2014). Esse movimento institucional acompanha e, ao mesmo tempo, conforma novas formas de

identificação e patrimonialização, especialmente em diálogo com os inventários participativos.

A partir desse deslocamento, evidencia-se que a educação patrimonial não se restringe à difusão de informações, mas se configura como um espaço de articulação em um campo de disputa sobre os modos de compreender, significar e legitimar o patrimônio cultural.

Essa problemática se expressa de forma particularmente evidente nos processos de avaliação de impacto. Persiste uma assimetria entre os conhecimentos produzidos por especialistas e as formas de compreensão e apropriação por parte da população. Os profissionais autorizados a realizar pesquisas passam a ser demandados a promover maior consciência de conservação e valorização do patrimônio cultural, ainda que, em muitos casos, com abordagens centradas apenas em bens arqueológicos ou patrimônios institucionalizados.

Nesse cenário, a educação é frequentemente reduzida à necessidade de compartilhar informações sobre a história e a cultura brasileiras, em sua diversidade, com diferentes públicos, responsabilidade dos pesquisadores, especialmente diante de novas descobertas, como as proporcionadas pela arqueologia. Essa responsabilidade é também compartilhada com os proponentes dos empreendimentos. Trata-se de uma dimensão de divulgação científica com compromisso social, considerando o potencial de abordagem de histórias indígenas e afro-brasileiras historicamente marginalizadas⁹⁰.

No âmbito do Iphan, esse direcionamento foi historicamente reforçado, seja pelo lema “conhecer para preservar” (Scifoni, 2019), associado às práticas de tombamento, seja pela proposta de “alfabetização cultural” (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999), que, embora bem-intencionada, revela limitações ao tratar a cultura como algo a ser ensinado de forma unilateral.

Essas abordagens contribuíram para a consolidação de práticas que, em muitos casos, restringiram a educação patrimonial à divulgação de objetos culturais ou à

⁹⁰ Constatação que levou promulgação de leis específicas sobre o tema. A Lei n.º 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003, tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, desde o ensino fundamental até o ensino médio, e a Lei n.º 11.645/08, de 10 de março de 2008, acrescentou a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena ao currículo oficial da rede de ensino.

comunicação de resultados de pesquisas. Em contraponto, a educação patrimonial possui um histórico mais amplo e se configura como um processo que tem o patrimônio como tema gerador (Freire, 1987; Demarchi, 2020). Alinhada à perspectiva de Paulo Freire (1987), na qual a educação não se reduz à transmissão de informações, mas envolve processos de construção de sentido e de diálogo, ainda que sua operacionalização nem sempre realize plenamente esses princípios.

Nesse contexto, a educação patrimonial articula-se às especificidades dos impactos e às responsabilidades relativas à proteção do patrimônio cultural, podendo assumir diferentes configurações. Quando desenvolvida a partir dos princípios freireanos – ou seja, partindo dos saberes e interesses dos sujeitos envolvidos –, no caso do LA, focada nos conhecimentos locais, ela estrutura-se como um espaço de construção conjunta de sentidos sobre o patrimônio, a memória, os impactos e as estratégias de mitigação, perspectiva que orienta esta pesquisa. Por outro lado, quando restrita à divulgação de resultados de pesquisas ou à comunicação de bens já institucionalizados e acautelados pelo Estado, tende a operar como extensão de dispositivos institucionais previamente definidos. É nesse intervalo que se evidenciam as tensões entre produção de conhecimento, mediação institucional e participação social, centrais para os debates desta tese.

3.4. Conexões pela gestão

Esta subseção evidencia as tensões institucionais entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), ambos vinculados ao Ministério da Cultura. Apesar de suas atribuições intrinsecamente relacionadas, essas instituições operam de forma segmentada, o que reforça a necessidade de integração de ações intersetoriais no campo das políticas culturais.

A criação da Divisão de Museus e Centros Culturais (Demu), que veio a se tornar o Ibram, ocorreu justificadamente diante da expansão e das particularidades deste conjunto de instituições, processos, bens e atividades classificados como museológicas. Diante disso, percebe-se a adoção de termos para diferenciação do que se refere a uma e outra instituição, nomeados ora como “patrimônio cultural”, ora como “bem cultural musealizado”. Mesmo sendo de fato coisas diferentes, conforme podemos observar no próprio texto da Lei n.º 11.906, que cria o Instituto Brasileiro de Museus, os termos aparecem entrelaçados:

Para os fins desta Lei, são consideradas:

I - as instituições museológicas (...), tendo ainda as seguintes características básicas: a) a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais; b) o trabalho permanente com o patrimônio cultural; c) o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e d) o compromisso com a gestão democrática e participativa;

II - bens culturais musealizados: o conjunto de testemunhos culturais e naturais que se encontram sob a proteção de instituições museológicas; e

III - atividades museológicas: os procedimentos de seleção, aquisição, documentação, preservação, conservação, restauração, investigação, comunicação, valorização, exposição, organização e gestão de bens culturais musealizados (Brasil, 2009b, art. 2º, grifo próprio).

Como tenho destacado, o desenvolvimento das práticas e políticas culturais no Brasil tem sido gradual, além de fortemente influenciado pelo histórico colonial. Musealização e patrimonialização se desenvolvem de forma não linear e interdependente. No contexto brasileiro, como apresentei no início deste capítulo, os primeiros museus foram fundados ainda no século XIX, quando o Brasil era sede Imperial e, apenas em meados da década de 1930 temos a elaboração das primeiras práticas de proteção do chamado patrimônio cultural nacional. Uma época em que ainda não dispúnhamos de um ministério da cultura, para fazer a gestão desse campo de forma ampla e integrada.

Quando o Iphan foi criado, em 1937, como Serviço do patrimônio, foi-lhe designada a responsabilidade de gerir os três museus nacionais existentes e um quarto, que foi previsto, mas que não chegou a ser concretizado. Ao longo dos anos, outras instituições foram surgindo, com origens das mais variadas, inclusive, alguns casos que partiram de iniciativas particulares e depois passaram à esfera pública, como o Museu Lasar Segall⁹¹, por exemplo. Em 2009, com o ato de criação do Ibram, também passaram para a nova entidade os direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais, que anteriormente estavam vinculados ao Iphan. Atualmente, tal conjunto é composto por 27 iniciativas, conforme quadro a seguir, sendo 74% das instituições instaladas no Sudeste (12 RJ, 6 MG, 1 ES e 1 SP) e 26% nas outras quatro regiões do país (3 GO, 1 MA, 1 PE, 1 RS e 1 SC).

⁹¹ O Museu foi idealizado pela viúva do artista e criado pelos filhos do casal, na década de 1960, com o objetivo de reunir, divulgar e preservar a obra do pintor, escritor e gravurista Lasar Segall, posteriormente incorporado à Fundação Nacional Pró-Memória. Atualmente trata-se de uma unidade museológica do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), do Ministério da Cultura.

Quadro 2 – Museus mantidos pelo Ibram

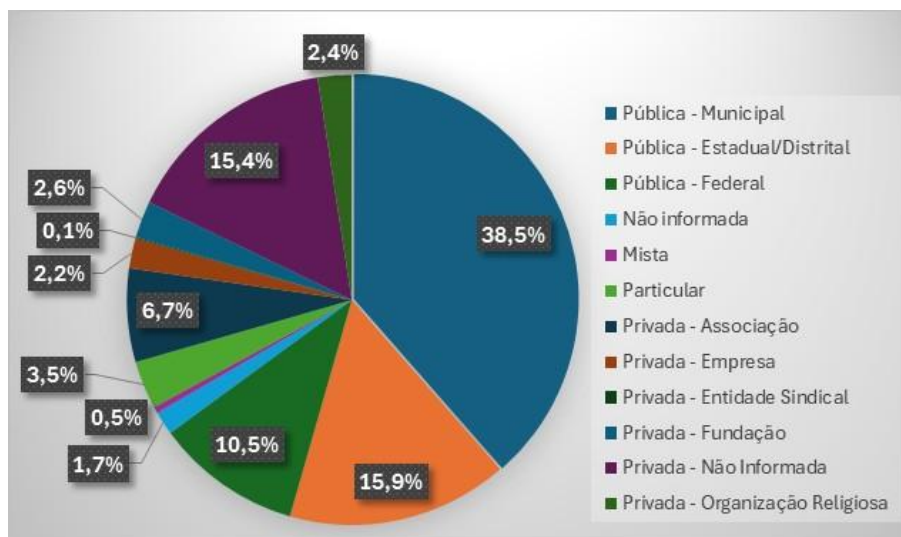
Data de criação e/ou abertura	Museus e localização
1922	Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (RJ)
1937	Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro (RJ)
1938/1944	Museu da Inconfidência, Ouro Preto (MG)
1939/1943	Museu Imperial, Petrópolis (RJ), Casa de Cláudio de Souza, 2011 e Casa Geyer, 2018
1940	Museu das Missões, São Miguel das Missões (RS)
1945/1946	Museu do Ouro, Casa Borba Gato, Sabará (MG)
1946/1979	Museu Regional de Caeté, Caeté (MG)
1946/1952	Museu Victor Meirelles, Florianópolis (SC)
1951/1954	Museu das Bandeiras, Cidades de Goiás (GO)
1952/1968	Museu Casa da Hera, Vassouras (RJ)
1954	Museu do Diamante, Diamantina (MG)
1957/1983	Museu da Abolição, Recife (PE)
1960	Museu da República, Rio de Janeiro (RJ), Palácio Rio Negro, 2010
1960	Museu Villa-Lobos, Rio de Janeiro (RJ)
1963	Museu Regional de São João del-Rei (MG)
1964	Museus Castro Maya, Rio de Janeiro (RJ) Museu do Açude, 1964 e Museu da Chácara do Céu, 1972
1967	Museu Lasar Segall, São Paulo (SP)
1968/1982	Museu de Arte Religiosa e Tradicional, Cabo Frio (RJ)
1969	Museu de Arte Sacra da Boa Morte, Cidade de Goiás (GO)
1970	Museu Forte Defensor Perpétuo, Paraty (RJ)
1973/1976	Museu de Arte Sacra de Paraty, Paraty (RJ)
1977	Museu de Arqueologia de Itaipu, Niterói (RJ)
1980	Museu Solar Monjardim, Vitória (ES)
1981	Museu Casa da Princesa, Pilar de Goiás (GO)
1982	Museu Casa de Benjamin Constant, Rio de Janeiro (RJ)
1986/2004	Museu Casa Histórica de Alcântara, Alcântara (MA)
1991	Museu Regional Casa dos Ottoni, Serro (MG)

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Cadastro Nacional de Museus (Ibram, 2025).

Observa-se, na lista acima, a ausência do Museu Nacional, instituição subordinada à UFRJ, portanto vinculada ao Ministério da Educação. Para quem busca compreender esse cenário da gestão pública dos museus, cabe esclarecer algo que pode gerar estranhamento inicial, mas que tem certo sentido, quando se reflete detidamente. Muitos museus federais de fato não estão vinculados ao Ibram, eles podem ser inclusive vinculados ao Ministério da Cultura, mas mantidos por outras instituições dentro do MinC. A depender da origem e da temática do museu, ele também pode estar vinculado a outros ministérios da estrutura organizacional da

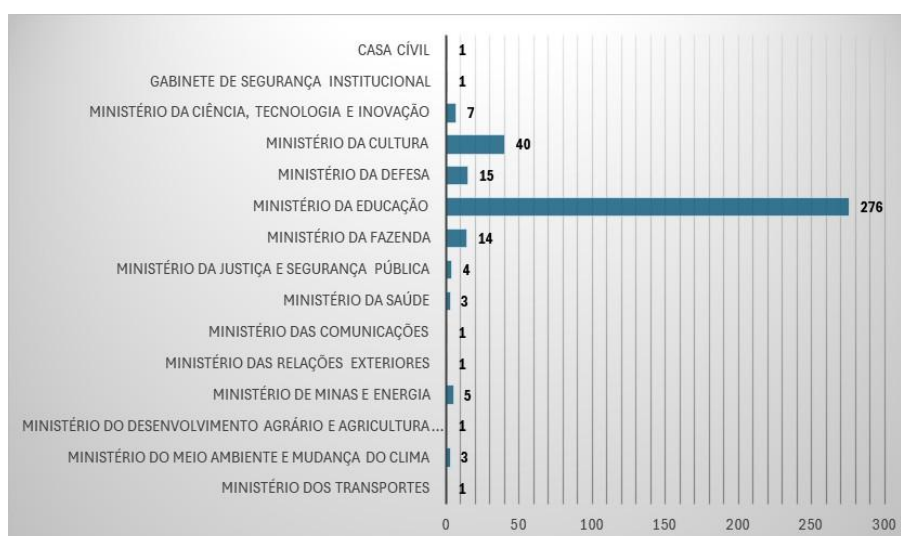
administração pública federal, como o caso do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), a título de exemplo – uma instituição pública federal – que é uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Gráfico 1 – Esfera de gestão dos museus brasileiros



Fonte: Elaborado pela autora. Dados Ibram, 2025.

Gráfico 2 – Vinculação federal dos museus no executivo



Fonte: Elaborado pela autora. Dados Ibram, 2025.

O Cadastro Nacional de Museus, criado em 2006, atualmente conta com 3995 instituições cadastradas, dentre as quais 2593 são iniciativas públicas: 1539 municipais, 635 estaduais ou distrital e 419 federais (Ibram, 2025). Os gráficos a seguir apresentam a distribuição das instituições cadastradas. Com relação à sua vinculação (Gráfico 1) fica evidente o predomínio de iniciativas públicas, e em especial, geridas pela esfera municipal, diante das outras vertentes privadas. Dentre a esfera federal,

destaco as variações de vínculos atribuídos dentro do poder Executivo (Gráfico 2), com colossal presença do Ministério da Educação:

O Iphan, por outro lado, também passou a elaborar um cadastro, mais focado em acervos arqueológicos, o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP), devido ao grande número de pesquisa arqueológicas desenvolvidas no país e à necessidade de monitorar as coleções⁹². Tendo em vista as características específicas do patrimônio arqueológico brasileiro, a legislação de proteção destes bens foi elaborada de forma bem taxativa. Uma maneira, mesmo que tardia, de lidar com os reflexos do processo de invasão no território, que causou o extermínio de alguns povos indígenas, além de todo processo de ocupação e desenvolvimento da sociedade colonial que se decorreu.

Pautando-se no que está previsto na Constituição Federal, que considera as minas e demais riquezas contidas no subsolo bens da nação (art. 152), a Lei da Arqueologia determinou que as jazidas arqueológicas ou pré-históricas, assim como os “monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público” (Brasil, 1961, art. 1º), são patrimônio da União. Como será discutido a seguir, isso não restringe a guarda apenas às instituições públicas.

As primeiras normativas publicadas para regulamentação da pesquisa arqueológica e gestão dos materiais especificaram a exigência de comunicação prévia, para obtenção de permissão e autorização para realização das pesquisas (Iphan, 1988, art. 1º), assim como a indicação de instituição científica que apoia o projeto, com a respectiva declaração de endosso institucional (Iphan, 1988, art. 5º, VII). A Portaria Iphan n.º 230, atendendo à necessidade de compatibilização das etapas de pesquisas às fases do licenciamento ambiental, destacou a responsabilidade dos empreendedores com relação a destinação dos materiais e o custeio necessário para adequações ou construção de “unidades museológicas específicas para o caso” (Iphan, 2002, art. 6º, § 8º).

⁹² Ver Wichers, 2010 e 2011, que analisou pormenorizadamente o aumento de portarias e endossos institucionais a partir da Portaria n.º 230/02.

O deslocamento e armazenamento de coleções em lugares distantes de seu território de origem, foram procedimentos recorrentes nos primórdios do desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no país, isso fez com que muitos acervos de lugares periféricos do país, fossem concentrados nos grandes centros, onde encontravam-se as instituições de pesquisa. Essa prática foi se alterando com o tempo, com a compreensão de que os bens arqueológicos deveriam permanecer sob a responsabilidade de Instituições de Guarda e Pesquisa localizadas na unidade da federação (UF) onde a pesquisa foi realizada.

De acordo com a atualização dos procedimentos administrativos indicados para os processos de LA, nos quais o Iphan é incitado a participar, o Centro Nacional de Arqueologia (CNA) deve ser acionado para avaliar e aprovar a movimentação dos acervos dentro do território nacional e, “no caso de formação de acervos museológicos locais, regionais ou nacionais, caberá ao CNA aprovar a proposta de destinação apresentada pelo responsável legal da instituição requerente” (Iphan, 2015, art. 52, § 3º).

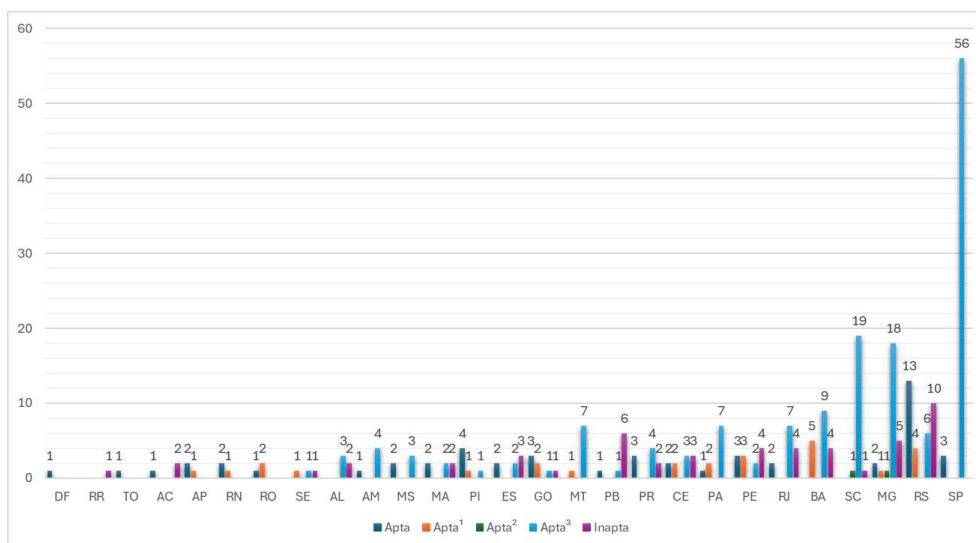
Foi nesse processo de revisão dos procedimentos, com a publicação da Portaria Iphan n.º. 196/2016, que passou a ser organizado o CNIGP. O cadastro é composto por instituições que endossaram pesquisas ou que ainda poderão ser atribuídas de tal competência. A portaria também estabeleceu a adoção do Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel, para padronizar as documentações entregues pelos pesquisadores junto com as coleções arqueológicas para as Instituições de Guarda e Pesquisa (IGPs).

O Cadastro conta atualmente com 287 instituições listadas, classificadas como aptas (82%) ou inaptas (18%) para receber endosso. Dentre as IGPs habilitadas, constam 52 plenamente aptas, e 184 parcialmente aptas, sendo que 26 estão aptas apenas a receber pequenos volumes de acervos, 2 precisam viabilizar espaço provisório a ser aprovado pelo Iphan e, outras 156, pendentes de fiscalização, estão sujeitas a avaliação do órgão (Iphan, 2024).

Ao analisar os dados disponíveis neste cadastro, podemos observar a distribuição das instituições por todos os estados brasileiros e o contraste, em relação à quantidade de alternativas nas UFs do sul e sudeste, em oposição a escassez nas regiões Norte e Nordeste (Gráfico 3). Além disso, assim como nos casos encontrados

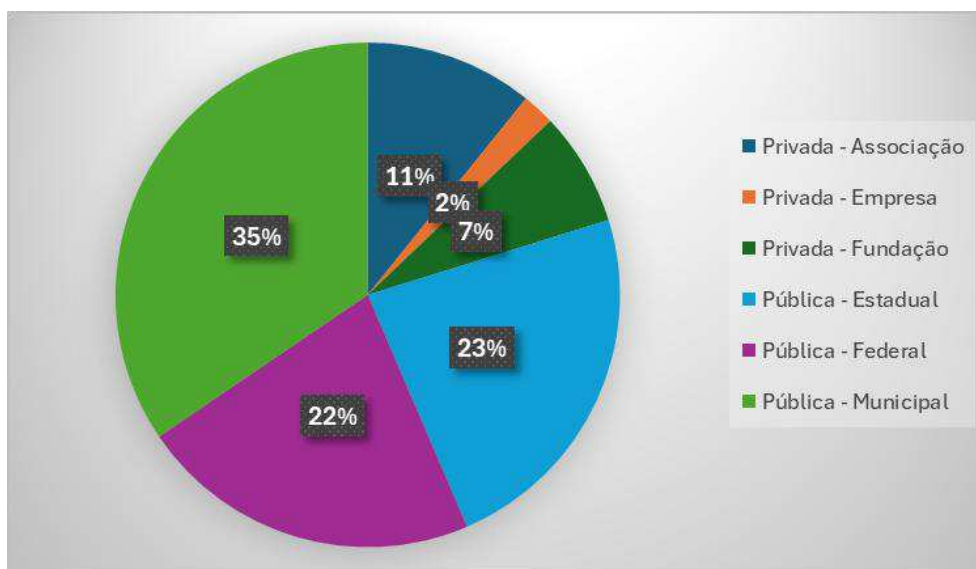
no Cadastro de Museus, podemos observar a presença de instituições públicas e privadas, onde mais uma vez se destaca a maior presença de iniciativas municipais (Gráfico 4), e ainda, uma variação de perfis (Gráfico 5). Nesse sentido, o protagonismo está entre as Instituições de Ensino Superior (IES), seguido dos museus e de outros seguimentos da administração pública, como laboratórios e outros setores vinculados às prefeituras.

Gráfico 3 – Status e distribuição das IGP's pelas UF's



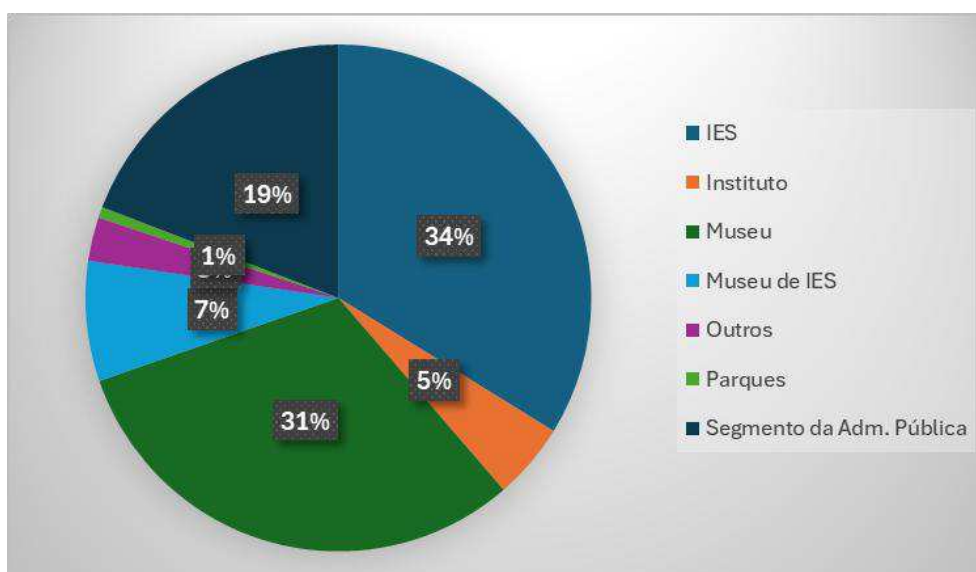
Fonte: Elaborado pela autora. Dados Iphan, 2024. ¹Apta a receber pequenos volumes de acervos; ² Apta mediante viabilização de espaço provisório a ser aprovado pelo Iphan; ³ Apta em processo de fiscalização - sujeita a avaliação do Iphan.

Gráfico 4 – Esfera de gestão das IGP's



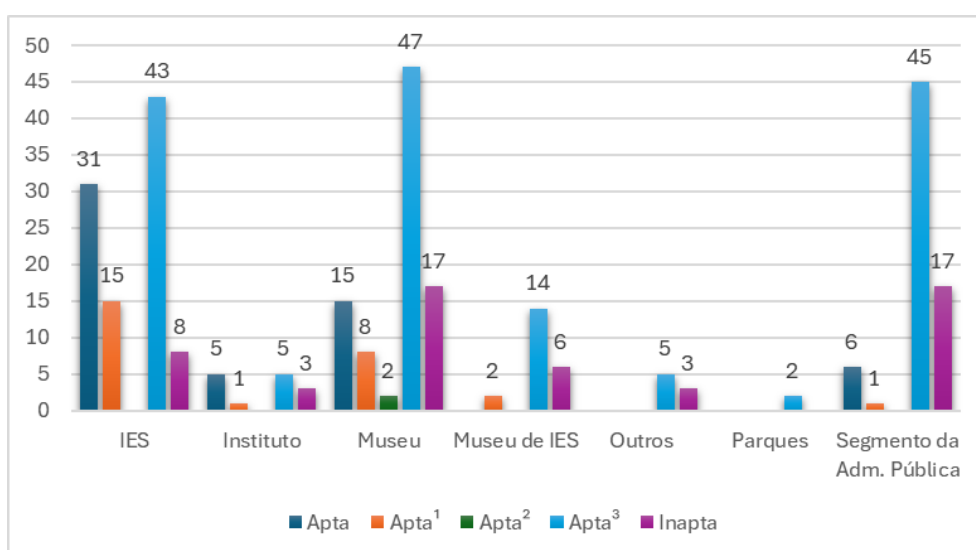
Fonte: Elaborado pela autora. Dados Iphan, 2024.

Gráfico 5 – Categorização das IGPs



Fonte: Elaborado pela autora. Dados Iphan, 2024. *IES: Instituição de Ensino Superior.

Gráfico 6 – Status das IGPs de acordo com cada categoria



Fonte: Elaborado pela autora. Dados Iphan, 2024. ¹Apta a receber pequenos volumes de acervos; ² Apta mediante viabilização de espaço provisório a ser aprovado pelo Iphan; ³ Apta em processo de fiscalização - sujeita a avaliação do Iphan.

Os dados evidenciam a complexidade da gestão de acervos e instituições ligadas ao patrimônio cultural, indicando a dependência entre produção de conhecimento, regulação estatal e infraestrutura institucional, especialmente no contexto do licenciamento ambiental. Desde os primórdios dos processos de institucionalização do patrimônio e da cultura nacional, as instituições museais aparecem como um símbolo naturalmente defendido pelos intelectuais de diferentes ideologias, e da mesma forma é reconhecido pela comunidade em geral. Segundo

Márcio Rangel, mesmo no pensamento de modernistas, como Mário de Andrade, “os museus poderiam ser considerados âncoras da identidade cultural brasileira” (2012, p. 105).

Considero relevante reforçar que reconheço no museu uma estrutura altamente complexa, diretamente relacionada ao homem e ao seu processo de desenvolvimento social, político, científico e cultural. Esta instituição secular ainda é um dos principais mecanismos utilizados pelo ocidente na preservação e comunicação de nossa cultura. Ainda não encontramos um modelo que o substituísse e atendesse adequadamente nossas necessidades (Rangel, 2013, p. 416).

Sem discordar do autor, tendo no museu esse lugar que nos atende, passamos ao pensamento de que a adequação pode estar mais entre “os modelos de gestão” da memória e do patrimônio através dos museus. Tendo em vista que a definição de museus⁹³ é extremamente ampla e comporta uma gama de formas de se reunir patrimônios, resulta então refletir sobre “quem” e o “como fazer”. Essa provocação é uma pergunta constante, pois cada caso levará a uma resposta particular. As questões do presente e os desafios para o futuro, recorrendo ao que nos indica Lia Calabre (2007), dizem respeito:

à importância da integração das ações de maneira interministerial. A divisão das áreas em ministérios deveria ter a finalidade de aumentar a governabilidade e não de fracionar o Estado, dificultando sua ação. Este desafio está diretamente ligado à construção de novas práticas administrativas dentro do Estado, tais como a: criação de uma prática permanente de constituição de grupos interministeriais para atuação em políticas públicas, mesmo setoriais que, de alguma maneira, afetem a área da cultura (Calabre, 2007, p. 16).

Numa perspectiva nacional, a atuação na área da cultura precisa considerar o “design brasileiro”, ou seja, a diversidade cultural do país, tão fundamental para manutenção da vida das comunidades de ponta a ponta, considerando as diversas características regionais. Nesse emaranhado de iniciativas, observamos um constante movimento que busca equilibrar as mais radicais intenções preservacionistas e o anseio por manter o patrimônio pulsante, entre guardar a

⁹³ “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos” Definição do Icom, 2022.

memória selecionada ao mesmo tempo que discutimos o seu sentido, ou seja, aplicando-o no presente.

A análise apresentada evidencia que os desafios da gestão no campo do patrimônio e dos museus não se limitam à preservação dos bens, mas envolvem a articulação entre diferentes agentes, escalas e interesses. No contexto do licenciamento ambiental, essas tensões se intensificam, uma vez que a produção de acervos, sua destinação e sua inserção institucional passam a depender de arranjos que nem sempre garantem continuidade⁹⁴, integração ou aderência aos territórios. É a partir dessa problemática que se desenvolve o capítulo seguinte.

⁹⁴ Ver Costa e Comerlato (2014) “Você me daria um cheque em branco?” um olhar sobre o endosso institucional.

“MUSEU-SOLUÇÃO”
e megaempreendimentos

4. “MUSEU-SOLUÇÃO” E MEGAEMPREENHIMENTOS

O mapeamento de “iniciativas museais” foi assim chamado e se desenvolveu a partir da compreensão do termo museal (Desvallées; Mairesse, 2013), que traz uma abordagem ampla, que não se restringe às características tradicionais de museus – acolhendo por exemplo, os museus sem coleções, os ecomuseus ou os museus virtuais – e ainda, engloba as reflexões sobre seus fundamentos e questões museais, como se buscou explorar neste estudo. Os casos mapeados também foram chamados de “iniciativas” tendo em vista que nem todos seguem ativos, alguns já foram abandonados e outros sequer foram implementados. Foram considerados, portanto, casos museais em que se identificou a exigência ou o desejo de museu para preservação do patrimônio e/ou da memória local, associados a ações de compensação de impactos gerados com a implantação e/ou operação de empreendimentos, iniciativas que surgiram por parte dos órgãos e profissionais ligados à gestão patrimonial e ambiental, ou da sociedade organizada, através de universidades e/ou grupos comunitários. É nesse conjunto heterogêneo de iniciativas – marcadas por diferentes graus de implementação, continuidade e vinculação institucional – que se insere o problema do “museu-solução”, entendido aqui como resposta recorrente, porém não necessariamente eficaz, aos impactos socioambientais produzidos por grandes empreendimentos.

Desde o início da pesquisa havia uma suspeita e com a sistematização dos dados foi constatado que a maioria dos casos está relacionada à megaempreendimentos:

também chamados de megaprojetos, grandes obras/ projetos de engenharia, de intervenção ou de desenvolvimento, são conceituados como os empreendimentos e/ou atividades econômicas de grande porte, de infraestrutura ou extrativismo, possuindo amplo planejamento estatal intervencionista, capazes de provocar uma maior incidência geográfica de impactos socioambientais negativos sobre um determinado território, independente da sua dimensão total instalada ou da abrangência física de sua operação, ampliação ou desativação (Reis; Faria; Fraxe, 2017, p. 138).

Como veremos a seguir, trata-se de megaempreendimentos mais especificamente ligados ao setor energético: as usinas hidrelétricas. É nesse contexto que se observa a recorrência de soluções institucionais voltadas à mitigação dos

impactos, entre as quais se destaca a criação de iniciativas museais, frequentemente mobilizadas como resposta às exigências legais e às demandas sociais por reconhecimento e preservação. O histórico apresentado anteriormente evidencia como as pesquisas de avaliação de impacto ao patrimônio cultural, em especial o patrimônio arqueológico, tiveram início junto a esse tipo de empreendimento. Trata-se de um setor prioritário no quesito desenvolvimento nacional, o que costuma resultar em planejamentos a longo prazo, para garantias de novos projetos de produção, armazenamento e transmissão suficientes para o abastecimento do Sistema Nacional Integrado, o que poderia ser aliado à referida metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), também resultando num planejamento de gestão do patrimônio mais qualificado (Caldarelli; Panachuk Sá, 2007).

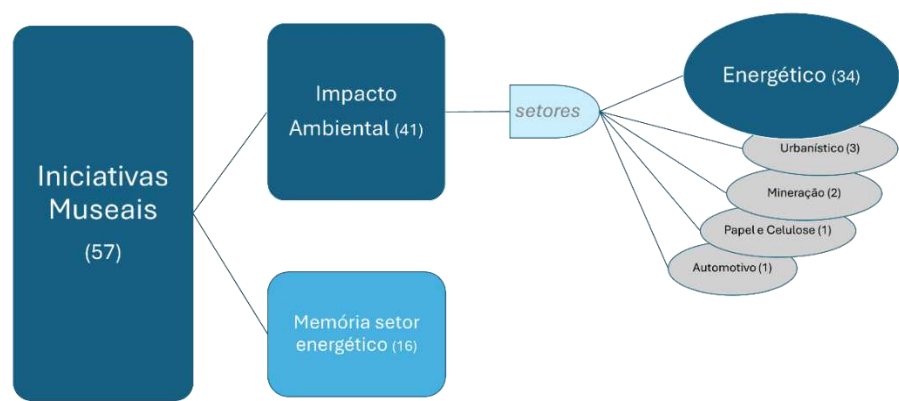
4.1. Mapeamento de Iniciativas museais

A sistematização do mapeamento permitiu não apenas identificar novos casos, mas evidenciar padrões relevantes na constituição das iniciativas museais associadas a impactos socioambientais que, mesmo brevemente, foi incorporado a esta análise. O mapeamento evidenciou 57 iniciativas museais⁹⁵ ligadas a impactos e/ou setores produtivos (Figura 9).

A maioria dos processos teve sua origem relacionada com o setor energético, e como revelado anteriormente, dentre eles, se identificou um número significativo de iniciativas (16) criadas especificamente com foco na memória e promoção deste setor. Esse conjunto evidencia não apenas a recorrência dessas iniciativas, mas também sua heterogeneidade quanto à origem, finalidade e grau de consolidação, aspectos centrais para a análise do “museu-solução”. Mesmo sem estarem enquadrados nos dois critérios estabelecidos para delimitação do mapeamento, estes casos foram mantidos e serão apresentados sucintamente, de forma separada (Quadro 5) dos demais 41 casos relacionados a impactos diretos (Quadro 3).

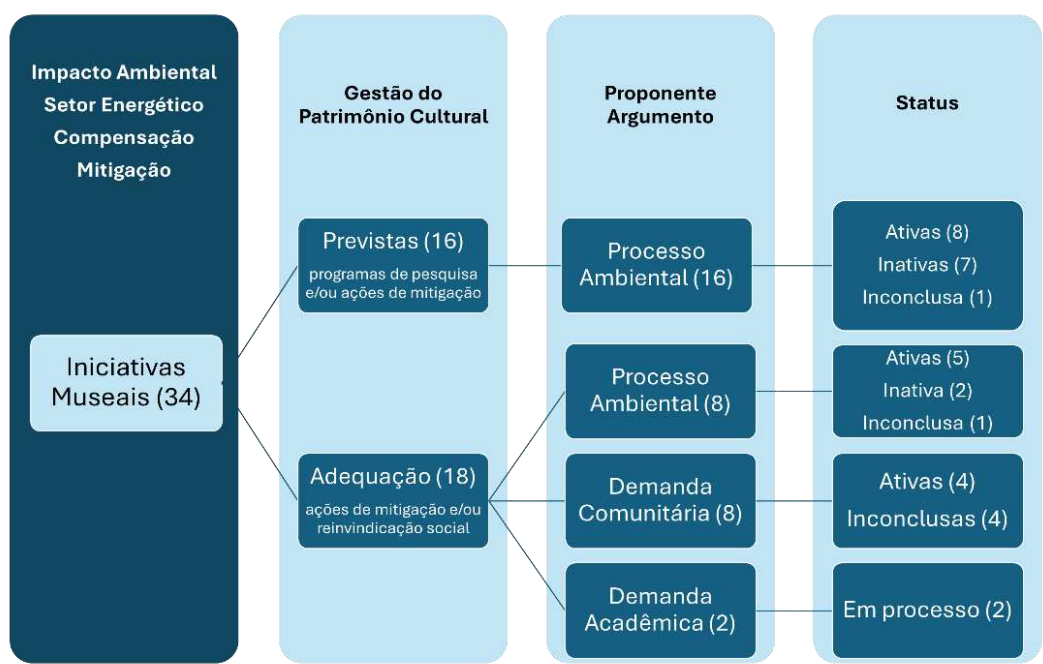
⁹⁵ Iniciativas museais sinalizadas com algarismos arábicos no Quadro 5.

Figura 9 – Mapeamento de iniciativas museais e setores impactantes



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 10 – Iniciativas museais relacionadas à impactos do setor energético



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar o setor de atuação que produz estes impactos diretos observamos a presença de 31 empreendimentos específicos⁹⁶, dos quais cerca de 80% estão relacionados à produção de energia (20 UHEs, 1 PCH e 2 Eólicos), enquanto os demais 20% dos casos vinculam-se a atividades de reconfiguração urbana, mineração, papel e celulose e do setor automotivo (Figura 9). A predominância do setor energético sugere não apenas a intensidade dos impactos gerados, mas também a consolidação de práticas institucionais que incorporam a dimensão cultural como parte dos processos de mitigação.

Vale lembrar que este grupo principal de casos mapeados, associados com impactos ambientais de empreendimentos específicos, foi delimitado a partir dos requisitos apresentados anteriormente. São iniciativas, portanto, criadas como forma de compensação por impactos ambientais. Não ocorrem de forma isolada, mas como parte de um arranjo institucional mais amplo, vinculado às exigências e aos desdobramentos do LA. Esse arranjo se materializa por meio de procedimentos administrativos das políticas ambiental e cultural, incluindo o armazenamento de dados e acervos resultantes da gestão do patrimônio cultural.

Esses acervos podem ser: (i) previstos durante os processos de instalação dos empreendimentos e/ou (ii) oriundos de adequações posteriores, em forma de espaços museais. Tais iniciativas são formuladas por diferentes segmentos sociais – incluindo reivindicações comunitárias ou acadêmicas – com o objetivo de preservar e dar acesso à memória e ao patrimônio local (Figura 10).

Em alguns exemplos, desde os primeiros estudos de avaliação de impacto, já havia sido manifestada a intenção e, portanto, prevista a implementação de uma instituição museal. Isso pode ser observado no caso mais recuado, de 1975, com o Plano Ambiental da Usina de Itaipu, que já indicava a criação de um museu junto com os programas que seriam desenvolvidos, ou ainda, com o processo mais recente da

⁹⁶ Empreendimentos sinalizados com algarismos romanos no Quadro 3. Cabe ressaltar que o número de iniciativas relacionadas à impactos ambientais não corresponde necessariamente ao mesmo número de empreendimentos, assim como não corresponde a um número preciso de impactos. Isso ocorre devido ao fato de algumas iniciativas serem propostas conjuntamente de mais de um empreendimento, ou ainda, porque certos empreendimentos desencadearam mais de uma iniciativa museal, ver detalhes no Quadro 3.

Usina de Belo Monte, que teve como exigência a constituição de duas casas de memória, feita pelo Iphan (2009b).

Em outras ocorrências, as iniciativas surgem como uma adequação: das ações de mitigação dos programas que são desenvolvidos durante a instalação do empreendimento ou para obtenção da sua licença de operação; como forma de compensação ambiental, inclusive por meio de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC); por reivindicação social atenta para a necessidade de preservação dos acervos (universidades) ou solicitando a sua permanência nos territórios de origem (comunidades); e ainda, por iniciativas comunitárias próprias, quando grupos buscam cuidar de suas memórias e/ou lidar com seus traumas, após a instalação de megaempreendimentos que causaram grande alteração nos territórios e em seus modos de vida, através de uma abordagem museal.

Como pode ser observado na síntese da Figura 10, seis iniciativas não chegaram a ser concluídas e pelo menos outras nove se encontram inativas, resultando em 44% dos casos de “museu-solução” sem eficácia. Algumas destas situações foram geradas por projetos sem adesão local, geralmente por desacordo entre gestores e outras lideranças, mesmo tendo sido reivindicações da comunidade, são projetos que não foram adiante devido à falta de fomento e apoio institucional. A partir de evidências identificadas nas redes sociais e documentos consultados, podemos afirmar que 17 iniciativas estão ativas e 2 em processo de implantação, o que representa, respectivamente, 50% e 6% dos casos mapeados.

O quadro a seguir indica todos os casos mapeados, a data de proposição das iniciativas vinculadas – com destaque para os casos [inconclusos] ou [inativos] – a localização e vinculação atual, além do empreendimento desencadeador da iniciativa.

Quadro 3 – Iniciativas museais em contextos de impactos ambientais

Ficha n.º	Iniciativa Museal Datas de proposição / instalação	Vinculação Localização	Empreendimento Datas de instalação
1	Ecomuseu de Itaipu 1975-1987	Itaipu Binacional, Foz do Iguaçu, PR	(I) UHE Itaipu 1975-1984
2	Polo Astronômico Casimiro Montenegro Filho 2009	Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil (Fundação PTI-BR), Foz do Iguaçu, PR	
3	Museu de Balbina 1985 [Inativo]	Presidente Figueiredo, AM	(II) UHE Balbina 1985-1989

Ficha n.º	Iniciativa Museal Datas de proposição / instalação	Vinculação Localização	Empreendimento Datas de instalação
4	Centro Cultural "Capela de Navegantes" 1997 [Inativo]	Prefeitura Municipal de Itá, SC	(III) UHE Itá 1996-2000
5	Museu Municipal "Casa germânica" 1997 [Inativo]		
6	Centro de Memória e Cultura "Casa do Pastor" 1997 [Inativo]		
7	Casa de Memória Camarolli - Museu da Nova Itá 1997		
8	Casa de Cultura Alberton 1997		
9	Centro de Divulgação Ambiental (CDA) 2001	Consórcio Itá, SC	
10	Museu Regional do Iguaçu 2000	Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu, PR	(IV) UHE Segredo - Gov. Ney Braga 1987-1991
11	Museu de Arqueologia de Xingó (MAX/UFS) 2000	Ministério da Educação, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Canindé de São Francisco, SE	(V) UHE Xingó 1987-1994
12	Museu Água Vermelha - Museu Cultural e Arqueológico de Ouroeste 2003	Prefeitura Municipal de Ouroeste, SP	(VI) UHE Água Vermelha 1973-1979
13	Memorial Serra da Mesa 2006	Prefeitura Municipal de Uruaçu, GO	(VII) UHE Serra da Mesa 1986-1998
14	Museu Arqueológico Coronel Pimentel 2006	Prefeitura Municipal de Ituaçu, MG	(VIII) UHE Aimorés - Eliezer Batista 2000-2005
15	Museu Virtual 2007 [Inconcluso]	Ilha Solteira, SP	(IX) UHE Ilha Solteira 1967-1973
16	Centro de Memória Aripuanã 2007 [Inconcluso]	Aripuanã, MT	(X) UHE Dardanelos 2003-2007
17	Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos e Centro de Memória 2008-2011	Light, Rio Claro, RJ	(XI) UHE Fontes Nova (Light/ Rio Claro/ Família Costa) 1940
18	Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (MuArq/UFMS) 2008	Ministério da Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS	(XII) Gasoduto Bolívia-Brasil 1997-1999
19	Museu Arqueológico e Histórico do Oeste Paulista (MAHOP) 2012 [Em processo de construção]	Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio, SP	(XIII) UHE Porto Primavera - Sérgio Motta 1980-2003
20	Casa de Memória de Nonoai 2009 [Inativo]	Prefeitura Municipal de Nonoai, RS	(XIV) UHE Foz de Chapecó

Ficha n.º	Iniciativa Museal Datas de proposição / instalação	Vinculação Localização	Empreendimento Datas de instalação
21	Casa da Memória de São Carlos 2009	Prefeitura Municipal de Cultura, Fundação Cultural de São Carlos, SC	2007-2010
22	Casa de Memória Transxingu (CMT/UFPa) 2009-2017 [Inativo]	Ministério da Educação, Universidade Federal do Pará (UFPa), Altamira, PA	(XV) UHE Belo Monte 2009-2019
23	Casa de Memória Transxingu Vitória do Xingu (CMT) 2009-2017 [Inconcluso]	Vitória do Xingu, PA	
24	Reserva Técnica Arqueológica com espaço expositivo 2015-2017 [Inativo]	Ministério da Educação, Universidade Federal do Pará (UFPa), Altamira, PA	
25	Casa de Memória Leônicio Arara 2015 [Inconcluso]	TI Arara da Volta Grande do Xingu, Altamira, PA	
26	Museu de Arqueologia de Ariquemes (MAR/IFRO) 2009-2014	Ministério da Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Ariquemes, RO	(XVI) PCH Santa Cruz 2009-2014
27	Blog Exposição Oficina Jirau 2009 [Inativo]	Empresa Consultoria Documento, Porto Velho, RO	(XVII) UHE Jirau 2009-2016
28	Centro Cultural da Vila Nova Mutum Paraná 2011 [Inativo]	Prefeitura Municipal de Porto Velho, RO	
29	Reserva Técnica DARQ Unir 2013-2023	Ministério da Educação, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, RO	(XVIII) UHE Santo Antônio 2008-2016
30	Museu Virtual Tucuruí 2010	Professora Socorro Pompeu, Tucuruí, PA	(XIX) UHE Tucuruí 1976-1984
31	Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb) 2011-2020	Prefeitura Municipal de Caetité, Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Associação dos Amigos do Museu do Alto Sertão da Bahia (AMASB), Caetité, BA	(XX) Complexos Eólicos da Renova 2009-2012
32	Ecomuseu da Chapada Velha 2014 [Inconcluso]	Prefeitura Municipal de Chapada Velha, BA	(XXI) Complexo Eólico Capoeiras & Assuruá, Parques Assuruá II, V e VII 2014
33	Casa de Cultura e Memória Munduruku 2020 [Inconcluso]	Prefeitura Municipal de Jacareacanga, PA	(XXII) UHE Teles Pires 2011-2015
34	Museu de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Uberlândia (MANA/UFU) 2022 [Em processo de construção]	Ministério da Educação, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG	(XXIII) UHE Nova Ponte 1987
			(XXIV) UHE Miranda 1990

Ficha n.º	Iniciativa Museal Datas de proposição / instalação	Vinculação Localização	Empreendimento Datas de instalação
35	Parque Nacional Cavernas de Peruaçu 1999	Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Januária, MG	(XXV) FIAT 1997 / MPF 1999
36	Estação Ciência Anglo American 2014	Anglo American, Conceição do Mato Dentro, MG	(XXVI) Projeto Minas- Rio Anglo American 2014
37	Museu de Tapira 2019 [Inconcluso]	Tapira, MG	(XXVII) Mineração Mosaic 2012
38	Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT/UEMASUL) 2015	Secretaria Estadual de Educação, Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Imperatriz, MA	(XXVIII) Suzano Papel e Celulose 2014
39	Museu de Favela (MUF) 2008	Comunitário, Rio de Janeiro, RJ	(XXIX) Obras do PAC/RJ 2007
40	Museu das Remoções 2016	Comunitário, Coletivo de pessoas voluntárias entre moradores e apoiadores da Vila Autódromo, Rio de Janeiro, RJ	(XXX) Obras das Olimpíadas RJ, 2010
41	Museu Zabelê (Muzab) 2018	Comunitário, São Raimundo Nonato, PI	(XXXI) Parque Nacional da Serra da Capivara 1979

Fonte: Elaborado pela autora. Fichas detalhadas em apêndice.

Dentre o expressivo conjunto de casos ligado ao setor energético, sobressai o fato de os impactos ambientais terem sido provocados, em sua maioria, por instalação de megaempreendimentos do tipo Usinas Hidrelétricas (UHEs) e são nesses cenários que, por vezes, temos mais de uma iniciativa museal no mesmo território impactado. Este fato está relacionado à grande proporção de impactos ambientais causados por esse tipo de empreendimento, bem como pela significativa mobilização de recursos econômicos deste setor.

Ao buscar informações sobre a potência de produção (em quilowatt - kW) de cada uma das 20 usinas que apareceram no mapeamento, podemos observar que pelo menos 8 delas estão entre as mais potentes do país (ver Quadro 4), dentre as 218 UHEs em operação (Aneel, 2022).

Quadro 4 – Usinas hidrelétricas* e sua potência de produção

Posição	UHE	Potência (kW)	Posição	UHE	Potência (kW)
1	Belo Monte ^{1 2}	11.233.100	19	Água Vermelha	1.396.200

Posição	UHE	Potência (kW)	Posição	UHE	Potência (kW)
2	Tucuruí	8.535.000	20	Serra da Mesa	1.275.000
3	Itaipu (Parte Brasileira)	7.000.000	21	Segredo	1.260.000
4	Jirau ²	3.750.000	33	Foz do Chapecó ²	855.000
5	Santo Antônio	3.568.000	41	Nova Ponte	510.000
6	Ilha Solteira ¹	3.444.000	50	Miranda	408.000
7	Xingó	3.162.000	64	Aimorés	330.000
10	Teles Pires ¹	1.819.800	68	Dardanelos ¹	261.000
14	Porto Primavera	1.540.000	71	Balbina ²	249.750
16	Itá ²	1.450.000	99	Fontes Nova	131.988

Fonte: Elaborado pela autora. *Todas desencadearam iniciativas museais – sendo que algumas encontram-se (¹) inconclusas e outras (²) inativas.

Sabemos que a matriz energética do país está mudando, tanto pela real necessidade de adequação a novas fontes renováveis, quanto pelas restrições ambientais impostas às atividades altamente impactantes. Mesmo com a exploração de novas fontes, como a energia eólica e a solar – que também desencadeiam impactos socioambientais⁹⁷ –, a produção energética a partir das hidrelétricas ainda é responsável por mais da metade do abastecimento do Sistema Interligado Nacional.

De acordo com os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), dos 200 GW (Gigawatts) alcançados, 84,25% são de fontes renováveis e 15,75% de fontes não renováveis (1% Nuclear). Atualmente as quatro maiores fontes renováveis que compõem a matriz de energia elétrica brasileira são hídrica (55%), Eólica (14,8%), Biomassa (8,4%) e fotovoltaica (6,28%). Entre as fontes não renováveis, as maiores são Gás Natural (9%), Petróleo (4%) e Carvão Mineral (1,75%). (Brasil, 2025, s./p.).

Diante da relevância social e do poder econômico do setor, não surpreende a existência de ao menos 16 iniciativas museais voltadas à memória da energia/eletricidade, algumas instaladas em antigas usinas⁹⁸. O dado indica a

⁹⁷ Gorayeb e Brannstrom (2020) alertam para a simplificação de processos para estudos de impacto ambiental, que tem ocorrido sob o argumento de que a energia eólica seria “praticamente inofensiva”, a partir do estudo de caso da comunidade litorânea do Ceará. Além dos textos, o caso pode ser conhecido através do vídeo “Cartografia social e energia eólica no litoral oeste do Ceará”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r5a164SMTkE&t=333s>, acesso em: 05 dez. 2021.

⁹⁸ Uma abordagem especificamente voltada à musealização do setor elétrico pode vista em Yagui, 2014.

incorporação estratégica do patrimônio e da museologia como instrumentos de legitimação institucional e de construção de imagem. Sob a justificativa de promover desenvolvimento local, essas iniciativas tendem a priorizar o fortalecimento das marcas institucionais, alinhando-se a agendas de Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG).

Embora não se enquadrem nos critérios estabelecidos para a delimitação do mapeamento desta tese – por não terem histórico de formação relacionado diretamente ao impacto ambiental de um empreendimento específico – estes casos estão brevemente listados aqui (Quadro 5), para evidenciar o significativo investimento que tem sido realizado por empresas do setor, em processos museais. Mesmo que neste momento não seja possível mensurar precisamente os valores financeiros, esse conjunto reforça a hipótese de que o investimento em iniciativas museais também opera como estratégia de construção de narrativas institucionais, não necessariamente vinculadas à mitigação dos impactos, mas à valorização simbólica do setor, além de suscitar outras pesquisas mais específicas, não apenas na área da museologia, do patrimônio e das políticas públicas, mas também sob a perspectiva da administração e das ciências econômicas, por exemplo.

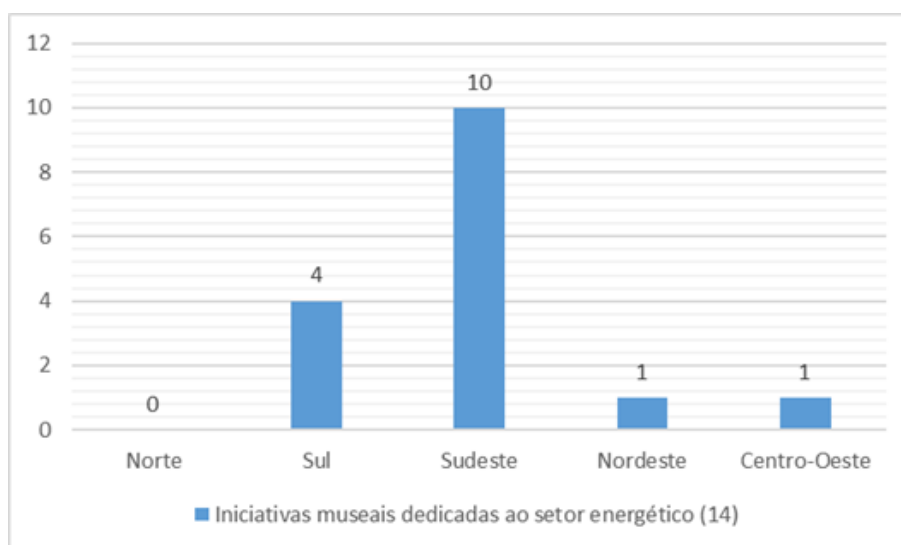
Quadro 5 – Iniciativas museais dedicadas à memória do setor energético

Ficha n.º	Iniciativa Museal Datas proposição / instalação	Localização Vinculação
42	Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul, 1977	Porto Alegre, RS. Fundação Força e Luz. Mantenedores: CSN Energia, CEEE Geração, CPFL Transmissão, CEEE Distribuição e Grupo Equatorial Energia [Diversas concessionárias no RS]
43	Museu Usina Marmelos Zero, 1983 [Inativo]	Juiz de Fora, MG. Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais [Concessão em MG, 2016-2045]
44	Espaço Energia - Museu Copel, 1984	Curitiba, PR. Copel - Companhia Paranaense de Energia [Concessão no PR, 2024-2054].
45	Museu da Eletricidade - Museu Energisa, 1985	Cataguases, MG. Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho. Mantenedora: Grupo Energisa [Concessão em MG, 2025/ em renovação]
46	Memória da Eletricidade, 1986	Rio de Janeiro, RJ. Instituidores e Mantenedores: Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE); Eletrobras Cepel; Norte Energia Usina Hidrelétrica Belo Monte; Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Eletronuclear; Itaipu Binacional.

Ficha n.º	Iniciativa Museal Datas proposição / instalação	Localização Vinculação
47	Museu da Energia de Itu, 1999	Itu, SP. Fundação Energia e Saneamento - Rede Museu da Energia [Diversas concessionárias em SP].
48	Museu da Energia de Salesópolis, 2000	Salesópolis, SP. Fundação Energia e Saneamento - Rede Museu da Energia [Diversas concessionárias em SP].
49	Usina-Parque do Corumbataí, 2000	Rio Claro, SP. Fundação Energia e Saneamento - Rede Museu da Energia [Diversas concessionárias em SP].
50	Usina Parque do Jacaré, 2000	Brotas, SP. Fundação Energia e Saneamento - Rede Museu da Energia [Diversas concessionárias em SP].
51	Usina Parque São Valentim, 2000	Santa Rita do Passa Quatro, SP. Fundação Energia e Saneamento - Rede Museu da Energia [Diversas concessionárias em SP].
52	Museu da Energia - Núcleo Jundiaí/ Edifício Acervo, 2001	Jundiaí, SP. Fundação Energia e Saneamento - Rede Museu da Energia [Diversas concessionárias em SP].
53	Espaço Força e Luz, 2002	Porto Alegre, RS. Fundação Força e Luz. Mantenedores: CSN Energia, CEEE Geração, CPFL Transmissão, CEEE Distribuição e Grupo Equatorial Energia [Diversas concessionárias no RS]
54	Museu da Energia de São Paulo, 2005	São Paulo, SP. Fundação Energia e Saneamento - Rede Museu da Energia [Diversas concessionárias em SP].
55	Museu da Usina de Itaici, 2005. [Inativo].	Santo Antônio do Leverger, MT. Prefeitura Municipal.
56	Centro de Eficiência Energética e Eletricidade da Companhia de Energia Elétrica da Bahia - Coelba, 2007	Salvador, BA. Neoenergia Coelba [Concessão na BA, 1997-2027].
57	Museu Usina - Museu Histórico Municipal de Imbituba, 2017. [Inativo].	Imbituba, SC. Prefeitura Municipal.

Fonte: Elaborado pela autora. Fichas em apêndice.

Gráfico 7 – Distribuição das iniciativas do setor energético por região



Fonte: Elaborado pela autora.

Destas 16 iniciativas apresentadas acima, a maioria está cadastrada junto no Ibram, nenhuma consta no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP) e, ao que tudo indica, seus acervos e abordagens estão direcionados à história e à memória do setor energético, especialmente relacionados aos temas de ciência e tecnologia. Essas iniciativas também tendem a se alinhar às missões e aos objetivos das empresas proprietárias ou mantenedoras, no caso das iniciativas privadas. Vale ressaltar que apenas duas delas, atualmente, são iniciativas vinculadas a esfera pública. Neste conjunto, também se destaca o fato de a maioria destes investimentos estar concentrada nas regiões Sul (4) e Sudeste (10), enquanto apenas 2 iniciativas se localizam no Centro-Oeste e Nordeste, conforme pode ser visto no Gráfico 7.

O panorama apresentado chama atenção não apenas pela concentração regional dos investimentos, mas também pelas ausências que revela. Como explicar a inexistência de iniciativas dedicadas à memória do setor energético na região que concentrou alguns dos maiores empreendimentos hidrelétricos das últimas décadas? Embora essa questão extrapole os objetivos específicos desta pesquisa, sua emergência a partir dos dados do mapeamento sugere a existência de dinâmicas territoriais diferenciadas na institucionalização da memória associada ao setor energético.

Tal cenário evidencia assimetrias regionais na alocação de recursos e na institucionalização de iniciativas museais voltadas ao setor energético, indicando que esses investimentos tendem a reproduzir dinâmicas territoriais historicamente desiguais no país.

4.2. Interfaces entre pesquisa e gestão

O conjunto mapeado revela a recorrência de experiências bastante distintas entre si. Foram identificados museus, ecomuseus, casas de memória, centros culturais, centros de pesquisa, reservas técnicas e outras formas institucionais vinculadas à preservação do patrimônio cultural. Apesar dessa diversidade de formatos, vinculações administrativas e trajetórias, observa-se que essas iniciativas frequentemente se constituem em espaços de articulação entre atividades de pesquisa, formação de acervos, ações de preservação, processos educativos e práticas de gestão patrimonial.

Essa articulação torna-se particularmente evidente quando observada à luz dos processos de LA e das ações de gestão do patrimônio cultural associadas aos empreendimentos analisados. Em diferentes contextos, as pesquisas realizadas produziram registros, coleções, acervos arqueológicos, documentação histórica e informações sobre os territórios impactados. Ao mesmo tempo, a necessidade de preservar, organizar, comunicar e disponibilizar esses conjuntos documentais e patrimoniais mobilizou diferentes estratégias de gestão, entre elas a criação ou o fortalecimento de iniciativas museais.

A análise do conjunto mapeado permite observar que as iniciativas museais identificadas não surgem apenas como espaços destinados à preservação de bens culturais já reconhecidos. Em muitos dos casos analisados, sua constituição está diretamente relacionada aos processos de produção de conhecimento desenvolvidos em contextos de impacto ambiental. As pesquisas realizadas durante os estudos de avaliação de impacto, os programas de arqueologia, as ações de educação patrimonial e os levantamentos históricos e etnográficos produziram não apenas informações sobre os territórios afetados, mas também acervos, registros documentais e novas demandas de preservação.

Essa relação pode ser observada em diferentes momentos do mapeamento. Em alguns casos, a criação de uma iniciativa museal foi prevista ainda durante as etapas

de planejamento dos empreendimentos, associada à necessidade de salvaguarda e comunicação dos resultados produzidos pelas pesquisas. Em outros, as instituições surgiram posteriormente, como forma de responder à guarda de acervos arqueológicos, à permanência de coleções nos territórios de origem ou à valorização de memórias e referências culturais mobilizadas ao longo dos processos de licenciamento. Também foram identificadas situações em que a reivindicação por espaços museais partiu de pesquisadores, universidades, comunidades ou gestores locais, evidenciando que os resultados produzidos pelas pesquisas frequentemente extrapolam os limites administrativos dos programas ambientais que lhes deram origem.

Sob essa perspectiva, os dados levantados sugerem que as iniciativas museais não podem ser compreendidas apenas como produtos da gestão patrimonial nem apenas como desdobramentos da pesquisa. Elas se constituem em um espaço de convergência entre essas dimensões. Se, por um lado, a pesquisa produz informações, acervos e novas referências patrimoniais, por outro, sua preservação, organização e disponibilização pública dependem de estruturas, recursos e estratégias de gestão capazes de assegurar alguma forma de continuidade para esses processos.

A diversidade de iniciativas identificadas no mapeamento se manifesta nas formas de gestão, nas vinculações administrativas e nos arranjos institucionais responsáveis por sua manutenção. Nesse sentido, a articulação entre pesquisa e gestão observada nas iniciativas museais ocorre por meio de diferentes estruturas organizacionais, envolvendo atores públicos, instituições de ensino e pesquisa, empresas, fundações e organizações da sociedade civil.

Gráfico 8 – Esfera de gestão das iniciativas museais

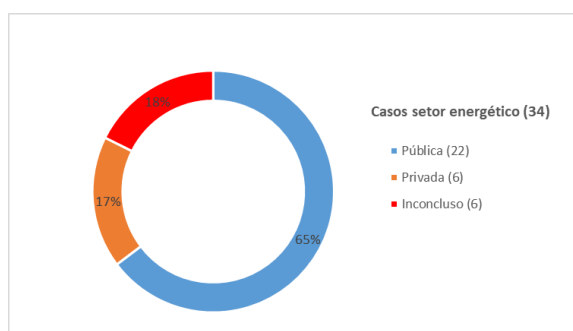
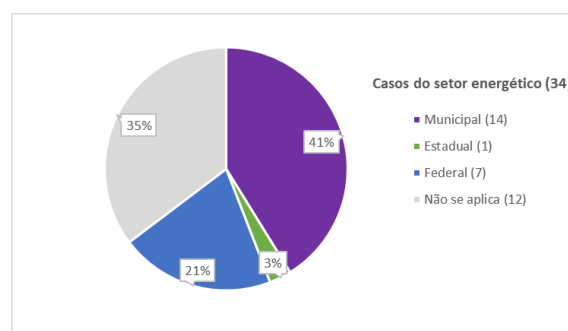


Gráfico 9 – Tipo de vinculação na esfera pública

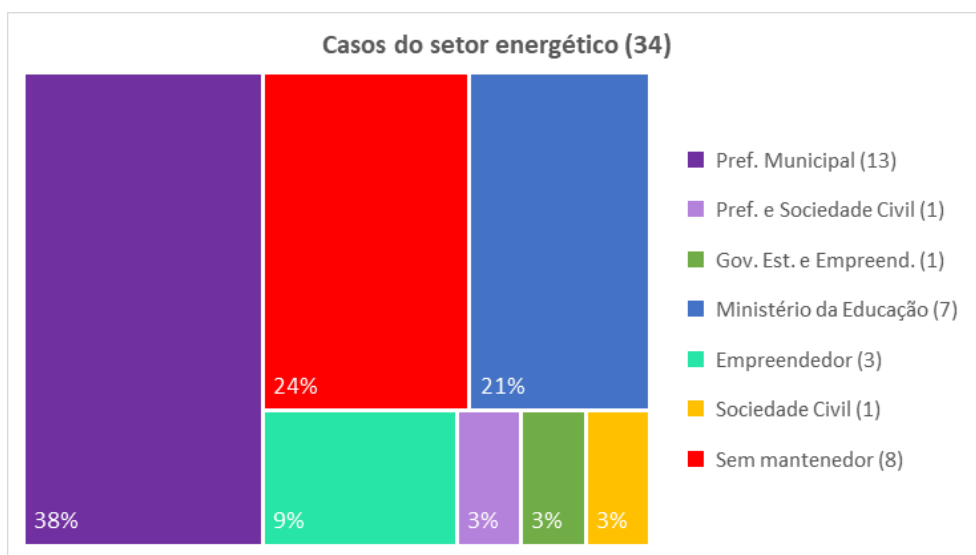


Fonte: Elaborados pela autora.

Os dados sistematizados indicam a predominância de iniciativas vinculadas à administração pública (Gráfico 8), especialmente no âmbito municipal (Gráfico 9). Esse resultado dialoga com o panorama apresentado no Capítulo 3, no qual a gestão pública também aparece como característica predominante entre os museus brasileiros. Embora constituam universos distintos, a aproximação entre os conjuntos de dados sugere que as iniciativas museais vinculadas a contextos de impacto ambiental tendem a se inserir em estruturas institucionais já presentes no campo museal brasileiro, particularmente no âmbito das administrações municipais.

Entre os casos ligados à esfera federal, destacam-se instituições de ensino e pesquisa, aspecto que também encontra correspondência nos dados relativos às Instituições de Guarda e Pesquisa analisadas anteriormente. Conforme discutido no Capítulo 3, as universidades ocupam posição relevante na estrutura nacional de guarda e pesquisa de acervos arqueológicos. No conjunto das iniciativas identificadas nesta pesquisa, sua participação também se mostra expressiva, seja por meio da gestão direta de instituições, seja pela atuação na constituição dos acervos, na produção de conhecimento e na formulação dos projetos museais.

Gráfico 10 – Mantenedores das iniciativas museais



Fonte: Elaborado pela autora.

A distribuição dos mantenedores reforça essa percepção ao indicar a centralidade dos municípios e das instituições de ensino e pesquisa na sustentação das iniciativas identificadas (Gráfico 10). Esse dado chama atenção para um aspecto recorrente no mapeamento: embora muitas pesquisas sejam realizadas no contexto

de grandes empreendimentos e dos programas associados às pesquisas de impacto ambiental, a continuidade das ações patrimoniais frequentemente passa a depender de instituições cuja atuação se estende para além dos ciclos de implantação e operação desses empreendimentos.

Essa observação aproxima os resultados do mapeamento de uma questão já identificada no Capítulo 3. Se as pesquisas realizadas no contexto do licenciamento contribuem para a produção de acervos e documentação patrimonial, sua preservação e disponibilização pública tendem a demandar a atuação de estruturas institucionais permanentes, muitas vezes vinculadas a órgãos públicos ou a instituições de ensino superior.

Essa característica pode ser observada em diferentes situações identificadas no mapeamento. Em alguns casos, as iniciativas foram concebidas ainda durante os estudos e programas ambientais, mas sua gestão passou posteriormente a depender de estruturas municipais ou universitárias. Em outros, a própria reivindicação por espaços destinados à guarda dos acervos e à preservação das referências culturais partiu de instituições de ensino, pesquisadores ou grupos locais mobilizados em torno dos resultados produzidos pelas pesquisas. Mais do que indicar uma transferência de responsabilidades entre diferentes atores, esses processos evidenciam a existência de relações contínuas entre produção de conhecimento e gestão patrimonial.

Gráfico 11 – Perfil das iniciativas museais

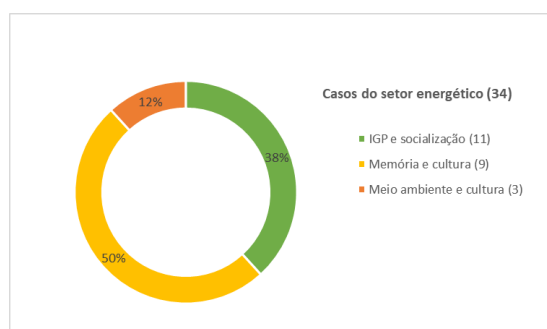
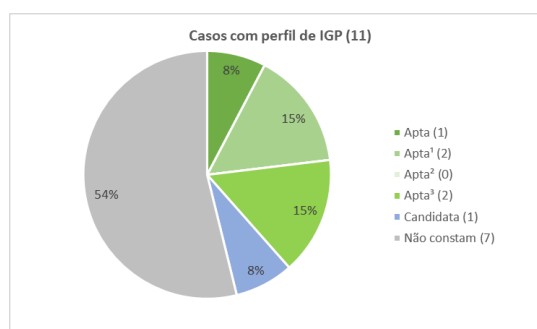


Gráfico 12 – Status das iniciativas com perfil de IGP



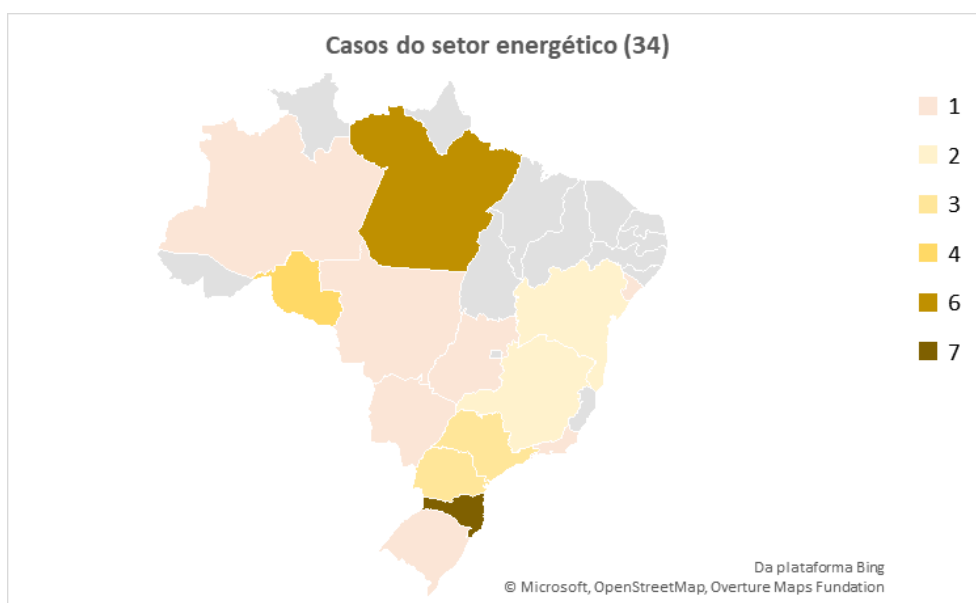
Fonte: Elaborados pela autora.

A classificação das iniciativas também contribui para essa discussão. O conjunto identificado reúne experiências voltadas à guarda e pesquisa de acervos, iniciativas relacionadas à memória e cultura e propostas associadas à valorização conjunta do patrimônio cultural e ambiental (Gráfico 11). Embora representem configurações

distintas, esses perfis compartilham o fato de articularem, em diferentes graus, atividades de pesquisa, preservação, comunicação e atuação territorial.

Ao mesmo tempo, a situação das iniciativas classificadas como Instituições de Guarda e Pesquisa evidencia algumas das tensões presentes nessa articulação. Entre os casos identificados no mapeamento, apenas parte das iniciativas relacionadas à guarda de acervos arqueológicos encontram-se atualmente aptas a receber novos conjuntos patrimoniais, segundo os critérios estabelecidos pelo Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa (Gráfico 12). A observação desse cenário não permite afirmar uma relação direta entre produção de conhecimento e consolidação institucional, mas sugere que a existência de pesquisas, acervos e estruturas de guarda não elimina os desafios associados à gestão continuada desses patrimônios.

Figura 11 – Recorrência das iniciativas museais por UF



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 13 – Status das iniciativas museais

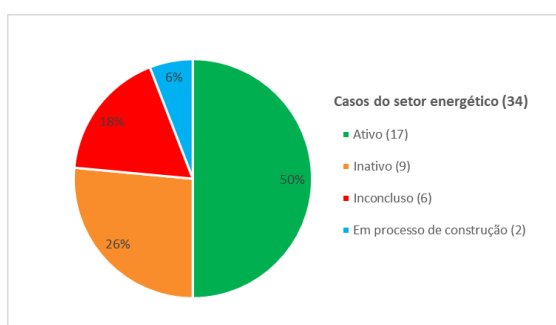
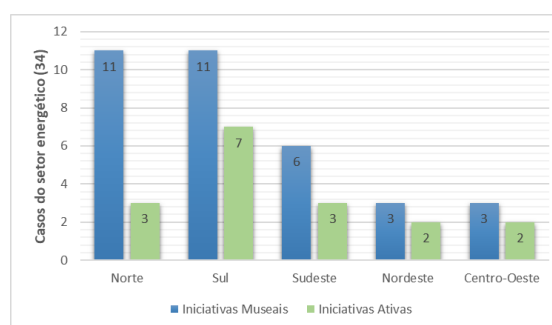


Gráfico 14 – Distribuição e status das iniciativas museais por região



Fonte: Elaborados pela autora.

As relações observadas entre pesquisa e gestão também podem ser analisadas a partir das condições territoriais nas quais essas iniciativas se desenvolvem. O mapeamento nacional evidenciou uma distribuição desigual das experiências identificadas, tanto em termos de localização geográfica quanto de situação de funcionamento (Figura 11; Gráfico 13 e Gráfico 14). Embora esses dados não permitam, por si só, explicar as diferenças observadas entre as iniciativas, eles indicam que os processos de constituição, manutenção e transformação dessas instituições ocorrem em contextos marcados por condições territoriais distintas.

Sob essa perspectiva, os dados do mapeamento indicam que as interfaces entre pesquisa e gestão não se expressam apenas na criação de iniciativas museais. Elas também se manifestam nas negociações institucionais necessárias para garantir a preservação, a organização e a disponibilização pública dos conhecimentos e acervos produzidos. É justamente nesse ponto que os estudos de caso contribuem para aprofundar a análise, ao permitir observar como essas articulações assumem configurações distintas em contextos territoriais específicos.

4.3. Museus em territórios impactados

O mapeamento apresentado no item anterior evidenciou a recorrência de iniciativas museais vinculadas a contextos de impacto ambiental, especialmente no setor energético, em que os processos de implantação e operação de grandes empreendimentos mobilizaram ações voltadas à pesquisa, preservação e difusão do patrimônio cultural. Entre os casos identificados, destacam-se instituições museais criadas ou articuladas no contexto dos programas ambientais e das pesquisas realizadas durante o licenciamento, conformando diferentes experiências que, nesta tese, vêm sendo analisadas a partir da categoria analítica construída empiricamente “museu-solução”.

A identificação da recorrência dessas iniciativas permite também compreender como elas se materializam em contextos territoriais distintos e sob diferentes condições de institucionalização, participação e sustentação. Embora vinculadas a contextos semelhantes de impacto ambiental e produção patrimonial, as iniciativas analisadas assumem formas bastante distintas de organização, permanência institucional e relação com os territórios. Nesse sentido, a passagem do mapeamento amplo para os estudos de caso permite observar como diferentes condições

territoriais, institucionais e socioculturais atravessam os processos de institucionalização, circulação e sustentação dessas experiências.

Os casos mapeados evidenciam diferentes formas de relação entre os empreendimentos e as iniciativas museais. Em alguns contextos, as instituições foram previstas ainda nas etapas iniciais do planejamento ambiental, como ocorreu no caso da Usina Hidrelétrica de Itaipu, cujo Plano Ambiental de 1975 já indicava a criação de um museu associado às pesquisas arqueológicas e históricas desenvolvidas na região. Em outros casos, como na UHE Belo Monte, a implantação da Casa de Memória foi formalmente instituída como condicionante do LA pelo Iphan, articulando pesquisa, educação patrimonial, preservação e difusão pública dos acervos produzidos. Também foram identificadas experiências articuladas às pesquisas e ações educativas desenvolvidas no contexto do licenciamento, mas cuja institucionalização ocorreu a partir de reivindicações e articulações territoriais locais, como no caso do Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb).

As iniciativas identificadas também apresentam diferenças importantes quanto às formas de permanência institucional e sustentação ao longo do tempo. Enquanto algumas iniciativas mantiveram continuidade institucional ao longo do tempo, outras enfrentaram interrupções, descontinuidades ou dificuldades de consolidação após a conclusão das etapas diretamente vinculadas aos empreendimentos. Essas diferenças tornam visível que a produção de pesquisas patrimoniais e acervos no contexto do licenciamento não resulta automaticamente na continuidade das iniciativas museais.

A partir do conjunto sistematizado no mapeamento, foram selecionados três estudos de caso: o Ecomuseu de Itaipu, em Foz do Iguaçu (PR); a Casa de Memória Transxingu, em Altamira (PA); e o Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb), com sede em Caetité (BA). Os casos foram escolhidos por apresentarem diferentes formas de relação entre empreendimento, institucionalização museal, participação local e atuação territorial, permitindo observar contrastes importantes nas formas de materialização dessas iniciativas.

Os municípios analisados foram atravessados, em diferentes temporalidades, por sucessivos processos de intervenção territorial associados a políticas de integração regional, expansão da infraestrutura, exploração de recursos naturais e

implantação de grandes empreendimentos. Embora essas dinâmicas assumam configurações específicas em cada contexto, todas produziram transformações relevantes nas formas de ocupação territorial, circulação populacional, institucionalização cultural e patrimonialização dos territórios.

Em Foz do Iguaçu, além da construção da Itaipu Binacional (1975-1984), destacam-se intervenções relacionadas à consolidação da fronteira internacional, à constituição simbólica da tríplice fronteira expressa no Marco das Três Fronteiras, à Ponte Internacional da Amizade (1965), à valorização turística das Cataratas do Iguaçu, às transformações decorrentes da formação do lago de Itaipu e à ampliação de equipamentos e estruturas vinculadas ao turismo e à circulação regional. O município consolidou-se como uma das principais referências internacionais em ecoturismo e turismo de natureza, articulando patrimônio ambiental, circulação transfronteiriça e estratégias de desenvolvimento regional associadas ao chamado “corredor turístico” da tríplice fronteira (Gândara; Souza; Lacay, 2011; Welter, 2021). Contudo, a centralidade dessas narrativas de desenvolvimento e integração regional não elimina os conflitos territoriais e sociais associados à implantação da usina durante o período da ditadura militar, incluindo deslocamentos populacionais, disputas fundiárias e impactos sobre populações indígenas e comunidades atingidas, cujos desdobramentos permanecem presentes no território (Campos; Brandão, 2023).

Em Altamira, as transformações territoriais articulam-se historicamente ao ciclo da borracha, aos processos de ocupação da Amazônia e à abertura da BR-230 Rodovia Transamazônica (1970), no contexto do Programa de Integração Nacional (PIN), além da posterior implantação da UHE Belo Monte (2009-2019). Localizado às margens do rio Xingu e reconhecido como o maior município do Brasil e da América Latina em extensão territorial, o território apresenta forte presença de populações indígenas, ribeirinhas e pescadoras, articuladas a redes de circulação fluvial, territorialidades tradicionais e disputas pela terra e pelos recursos naturais. Nas últimas décadas, a implantação da UHE Belo Monte intensificou processos de transformação urbana, crescimento populacional acelerado, deslocamentos territoriais e conflitos socioambientais, incidindo especialmente sobre populações indígenas, ribeirinhas e comunidades tradicionais vinculadas ao rio Xingu (Silveira et al., 2017).

Em Caetité⁹⁹, destacam-se sucessivos processos de implantação de empreendimentos minerários e energéticos nas últimas décadas, incluindo a exploração e o beneficiamento de urânio pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em operação desde 2000, além da instalação de complexos eólicos a partir dos anos 2000, entre os quais se destaca o conjunto de Parques Eólicos da Renova Energia (2009-2017). O município integra uma das principais regiões produtoras de energia eólica da Bahia, concentrando cerca de 30 usinas em operação, articuladas a novas dinâmicas territoriais, pesquisas arqueológicas vinculadas ao LA e conflitos relacionados aos riscos ambientais, à contaminação e às desigualdades associadas aos empreendimentos (Silva, 2015; Bahia, 2022).

Os estudos de caso selecionados também apresentam diferentes formas de surgimento e articulação institucional das iniciativas museais. O Ecomuseu de Itaipu foi previsto ainda nas etapas iniciais do planejamento ambiental da usina, em contexto anterior à Resolução Conama n.º 001/1986, que estabeleceu procedimentos para o LA no Brasil. A Casa de Memória Transxingu, por sua vez, foi instituída formalmente como condicionante do LA da UHE Belo Monte, articulando-se diretamente às pesquisas patrimoniais realizadas durante a implantação do empreendimento. Já o Masb emerge em um contexto de recorrência de pesquisas arqueológicas associadas a diferentes empreendimentos no território, sendo posteriormente articulado a partir de mobilizações locais pela permanência dos acervos e patrimônios na região.

Embora Foz do Iguaçu e Altamira tenham sido oficialmente instituídos como municípios em 1917, os contextos territoriais analisados apresentam trajetórias históricas distintas de ocupação, urbanização e institucionalização cultural. Já Caetité, elevada à categoria de cidade ainda no século XIX (1867), apresenta estruturas culturais, educacionais e patrimoniais anteriores aos empreendimentos contemporâneos analisados, aspecto que contribui para compreender a maior densidade institucional, educacional e patrimonial observada nos quadros apresentados a seguir.

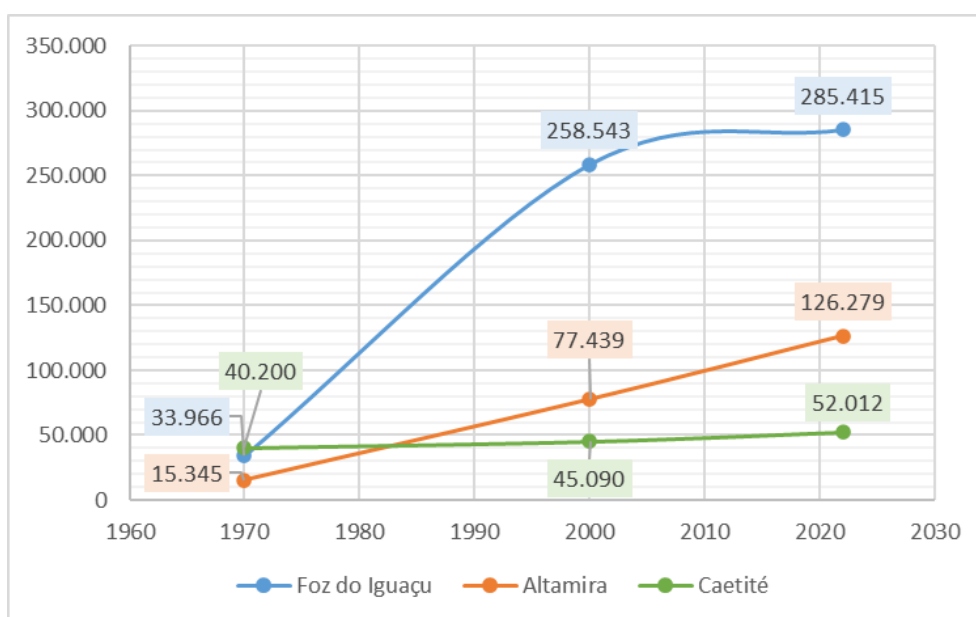
⁹⁹ O Masb é um museu de território, poli nucleado, com sede no município de Caetité e 10 núcleos museológicos constituídos englobando também os municípios de Guanambi e Igaporã, com atuação regional, entretanto, assim como os demais estudos de caso, para a análise de dados, serão considerados apenas os municípios sede de cada Instituição.

A fim de contextualizar as condições territoriais, institucionais e patrimoniais em que essas experiências se desenvolveram, apresentam-se a seguir alguns indicadores relacionados aos municípios analisados. Além das transformações demográficas associadas aos empreendimentos, foram considerados aspectos relacionados à dinâmica de urbanização e infraestrutura, à institucionalização cultural local, à presença de estruturas de ensino e pesquisa e às formas de patrimonialização identificadas nos territórios analisados.

Para além das transformações territoriais produzidas pelos empreendimentos, buscou-se observar também as condições locais de institucionalização das políticas culturais e patrimoniais, considerando que a consolidação e permanência das iniciativas museais analisadas não dependem apenas das exigências do licenciamento ambiental, mas também da existência de estruturas locais de gestão, participação social, financiamento e articulação institucional. Nesse sentido, os dados apresentados dialogam tanto com os processos históricos de desenvolvimento territorial, expansão da infraestrutura e institucionalização do patrimônio discutidos no Capítulo 2 quanto com a consolidação das políticas públicas de cultura e do Sistema Nacional de Cultura abordados no capítulo anterior.

A Figura 12 apresenta o crescimento populacional dos municípios analisados ao longo das últimas décadas.

Figura 12 – Crescimento populacional



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE (2025).

Em Foz do Iguaçu e Altamira, observa-se crescimento demográfico relacionado à implantação de grandes empreendimentos e às transformações territoriais deles decorrentes. Já em Caetité, o crescimento ocorreu de forma mais gradual, em um contexto marcado pela presença anterior de estruturas culturais, educacionais e patrimoniais.

Na sequência, o Quadro 6 reúne alguns indicadores territoriais e urbanos dos municípios analisados, permitindo observar diferenças de escala territorial, urbanização e infraestrutura entre os contextos estudados.

Quadro 6 – Indicadores territoriais e urbanos dos municípios

Municípios/ Indicadores	Área da unidade territorial [2023]	Área urbanizada [2019]	Esgotamento sanitário adequado [2010]
Foz do Iguaçu (PR)	617,701 km ²	85,23 km ²	75,3%
Altamira (PA)	159.533,306 km ²	37,74 km ²	17,8%
Caetité (BA)	2.651,536 km ²	8,99 km ²	34%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2025).

Observa-se que Foz do Iguaçu apresenta maior área urbanizada proporcionalmente ao território municipal e melhores índices de esgotamento sanitário adequado, enquanto Altamira evidencia forte contraste entre grande extensão territorial, baixa urbanização e infraestrutura urbana limitada. Ainda assim, a baixa densidade de urbanização deve ser compreendida também em relação à expressiva presença de áreas protegidas no território, incluindo terras indígenas, unidades de conservação ambiental e reservas extrativistas, que ocupam parcela significativa do município e evidenciam a relevância socioambiental e territorial da região amazônica. Caetité, por sua vez, apresenta menor expansão urbana e dinâmica territorial mais gradual, embora marcada recentemente pela intensificação de empreendimentos minerários e energéticos.

Em continuidade, o Quadro 7 reúne alguns indicadores relacionados às estruturas locais de gestão cultural, proteção patrimonial e institucionalização das políticas de preservação nos municípios analisados.

Quadro 7 – Estruturas municipais de gestão cultural e patrimonial

Indicador / Municípios	Foz do Iguaçu (PR)	Altamira (PA)	Caetité (BA)
Órgão municipal de cultura	Fundação Cultural de Foz do Iguaçu (Lei n.º 1.407/1985)	Secretaria Municipal de Cultura (Lei n.º 3.345/2021)	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (Lei n.º 774/2013)

Indicador / Municípios	Foz do Iguaçu (PR)	Altamira (PA)	Caetité (BA)
Conselho municipal de cultura	Conselho Municipal de Política Cultural (Lei n.º 3.645/2009)	Não identificado	Conselho Municipal de Cultura (Lei n.º 698/2010)
Sistema municipal de cultura	Sistema Municipal de Cultura (Lei n.º 3.645/2009)	Não identificado	Sistema Municipal de Cultura (Lei n.º 808/2016)
Fundo municipal de cultura	Fundo Municipal de Incentivo à Cultura – FMIC (Lei n.º 3.645/2009)	Não identificado	Fundo Municipal de Cultura – FMC (Lei n.º 808/2016)
Plano municipal de cultura	Plano Municipal de Cultura (Lei n.º 5.438/2024)	Não identificado	Plano Municipal de Cultura (Lei n.º 807/2016)
Estrutura municipal vinculada ao patrimônio cultural	Conselho Especial de Patrimônio Cultural – CEPAC (Lei n.º 4.470/2016)	Não identificado	Superintendência de Patrimônio e Manifestações Culturais vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (Lei n.º 774/2013)
Lei municipal de patrimônio	Lei n.º 4.470/2016	Lei n.º 3.491/2023	Lei n.º 591/2003

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados apresentados acima permitem observar diferenças importantes nas formas de institucionalização da gestão cultural e da proteção patrimonial nos territórios analisados. Em Foz do Iguaçu, observa-se maior consolidação institucional das políticas culturais locais, incluindo estruturação do sistema municipal de cultura, fundo de financiamento, conselho e plano municipal, articulando gestão cultural, patrimônio e políticas públicas vinculadas à circulação turística e patrimonial. Em Caetité, destacam-se a existência de legislação patrimonial anterior aos empreendimentos contemporâneos, a criação recente de instrumentos vinculados ao Sistema Nacional de Cultura e a presença de estruturas específicas voltadas ao patrimônio cultural em âmbito municipal. Já em Altamira, embora existam marcos legais recentes relacionados ao patrimônio, os dados levantados indicam menor consolidação institucional da gestão patrimonial e das políticas culturais em âmbito municipal.

Tais diferenças evidenciam também formas distintas de adesão e estruturação local das políticas públicas de cultura no contexto posterior à Constituição Federal de 1988, à instituição do Plano Nacional de Cultura (Lei n.º 12.343/2010) e à Emenda Constitucional n.º 71/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Cultura. Embora a existência dessas estruturas institucionais não garanta, isoladamente, continuidade administrativa, financiamento ou efetividade das ações culturais, sua presença

contribui para compreender diferentes condições locais de governança, participação social e sustentação institucional das iniciativas museais analisadas.

Quadro 8 – Áreas de preservação e bens culturais acautelados

Foz do Iguaçu (PR)	Altamira (PA)	Caetité (BA)
Parque Nacional do Iguaçu (1939; Patrimônio Mundial Natural UNESCO, 1986); Cataratas do Iguaçu (Maravilha Mundial da Natureza, 2011); Parque Nacional de Sete Quedas (1961-1982); Refúgio Biológico Bela Vista (1984); Parque das Aves (1994). 8 sítios arqueológicos registrados no CNSA/IPHAN / 243 sítios arqueológicos identificados pelo Projeto Arqueológico Itaipu 1975–1983 (Chmyz; Miguels, 1999). Tombamento estadual em (2015): Painéis e murais de Poty Lazzarotto - Processo n.º 04/2011; Processos municipais de tombamento em andamento (2019-2020): Fachada do Colégio Mitre, Estátua do Dourado, Palácio Cataratas, antiga Câmara, Fundação Cultural/antigo Fórum, Casa Schinke, Escola Jorge Schimmelpfeng, Clube Gresfi, Teatro Barracão, Bosque Guarani, Bosque dos Macacos, Hotel Cassino, Terreiro União Espírita Reino de Oxalá, Cemitério indígena e Túnel arbóreo da Avenida Pedro Basso; 6 parques naturais municipais (Bosque dos Macacos, Bosque Guarani, Horto Municipal, Jardim Jupira, Córrego Brasília e Triângulo Verde).	11 Terras Indígenas regularizadas vinculadas ao território do Xingu (Arara, Araweté Igarapé Ipixuna, Baú, Cachoeira Seca, Kararaô, Koatinemo, Menkragnoti, Panará, Kuruáya, Trincheira Bacajá e Xipaya/Itatá); Floresta Nacional de Altamira (1998); Reserva Extrativista Rio Iriri (2006); Estação Ecológica Terra do Meio (2005); Parque Nacional da Serra do Pardo (2005). 130 sítios arqueológicos registrados no CNSA/IPHAN.	14 comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas (Pau Ferro, Vereda do Cais, Sapé, Mercês, Lagoa do Meio, Contendas, Olho d'Água, Sambaíba, Vargem do Sal, Malhada, Cangalha, Lagoa do Mato, Passagem de Areia e Lagoinha da Cobra). 150 sítios arqueológicos registrados no CNSA/IPHAN. Tombamento estadual de edificações históricas (1981): Casa do Barão, Casa do Coronel Cazuzinha, Casa da Fazenda, Brejo dos Padres, Casa da Fazenda Santa Bárbara, Capela de São Sebastião, Casa de Câmara e Cadeia e Casa de Anísio Teixeira; processos estaduais de tombamento provisório (2008): Igreja São Benedito, Hotel Caetité, Casa Natal de César Zama, Casas da Praça Rodrigues Lima e Poligonal urbana histórica; Decreto Municipal n.º 057/2020: Festa do Dois de Julho; Decreto Municipal n.º 133/2020: Observatório Meteorológico; Decreto Municipal n.º 100/2021: Terreiro Ilê Àşę Dana Dana.

Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere às formas de reconhecimento territorial e patrimonialização, os dados apresentados no Quadro 8 evidenciam diferenças importantes entre os municípios analisados. Em Foz do Iguaçu, destacam-se processos de proteção articulados tanto ao patrimônio ambiental quanto a bens culturais vinculados à formação urbana, à atividade turística e às pesquisas arqueológicas realizadas no

contexto da implantação da UHE Itaipu. O território também concentra importantes reconhecimentos internacionais associados ao Parque Nacional do Iguaçu e às Cataratas do Iguaçu, reforçando sua centralidade no turismo global e nos processos de patrimonialização ambiental. Em Caetité, observa-se concentração de bens protegidos associados ao núcleo urbano histórico, além da presença de referências territoriais vinculadas às comunidades quilombolas, áreas de garimpo e pesquisas arqueológicas relacionadas ao LA de empreendimentos minerários e energéticos. Já em Altamira, embora existam importantes territorialidades indígenas reconhecidas, unidades de conservação ambiental e forte presença de pesquisas arqueológicas associadas ao contexto amazônico e ao LA, os dados levantados indicam ausência de bens culturais formalmente protegidos em âmbito municipal e estadual, além de menor institucionalização das políticas públicas patrimoniais no território.

De modo semelhante, as diferenças observadas entre os municípios evidenciam distintas formas de reconhecimento e institucionalização do patrimônio cultural. Enquanto Foz do Iguaçu e Caetité apresentam maior presença de instrumentos formais de proteção patrimonial em escala municipal e estadual, incluindo processos de tombamento, registros e legislações específicas, em Altamira observa-se reduzida institucionalização patrimonial formal, apesar da expressiva presença de povos indígenas, comunidades tradicionais, áreas protegidas e referências territoriais de relevância cultural e ambiental.

Quadro 9 – Instituições de ensino e pesquisa

Foz do Iguaçu (PR)	Altamira (PA)	Caetité (BA)
1963 - Biblioteca Pública Municipal Elfrida Engel Nunes Rios	- Biblioteca Municipal Dóris Burlamaqui de Miranda	1937 - Biblioteca Municipal César Zama
1979 / 1987 - FACISA / UNIOESTE	1986 - Universidade Federal do Pará (UFPA)	Década de 1940 / 1962 - Escola Normal de Caetité / Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT)
1993 - Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu (CESUFOZ)	1987 - Instituto Federal do Pará (IFPA)	1962 / 1983 / 1997 - Escola de Nível Superior de Caetité / FFCLC / DCH-UNEB
2000 - Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC)	1993 - Universidade do Estado do Pará (UEPA)	1994 / 2008 - Escola Agrotécnica / IF Baiano - Campus Guanambi
2001 - Centro Universitário União das Américas (UNIAMÉRICA)		1995 / 1997 - Arquivo Histórico Municipal
2003 - Parque Tecnológico Itaipu (PTI)		1998 - Fundação Anísio Teixeira (FAT)
2009 - Polo Astronômico Casimiro Montenegro Filho		2001 - Academia Caetiteense de Letras (ACL)

2010 - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)		2009 - Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo (CETEP)
2010 - Instituto Federal do Paraná (IFPR)		

Fonte: Elaborado pela autora.

Por sua vez, os dados apresentados no Quadro 9 evidenciam diferenças importantes nas formas de consolidação das estruturas de ensino, pesquisa e formação presentes nos municípios analisados. Em Foz do Iguaçu, observa-se maior diversificação institucional, articulando universidades públicas e privadas, centros universitários, formação técnica e estruturas voltadas à pesquisa, inovação e integração regional. Destacam-se especialmente instituições vinculadas aos estudos de fronteira, turismo, patrimônio, integração latino-americana e desenvolvimento territorial, em um contexto fortemente associado à circulação transfronteiriça e às dinâmicas econômicas e turísticas da região.

No caso de Altamira, embora exista menor diversidade institucional em comparação aos outros municípios analisados, as instituições identificadas apresentam forte atuação em áreas relacionadas às territorialidades amazônicas, populações tradicionais, meio ambiente e desenvolvimento regional. A presença de universidades e institutos federais evidencia processos de interiorização do ensino superior e da formação técnica na Amazônia, ainda que em um contexto de menor institucionalização cultural e patrimonial em âmbito municipal.

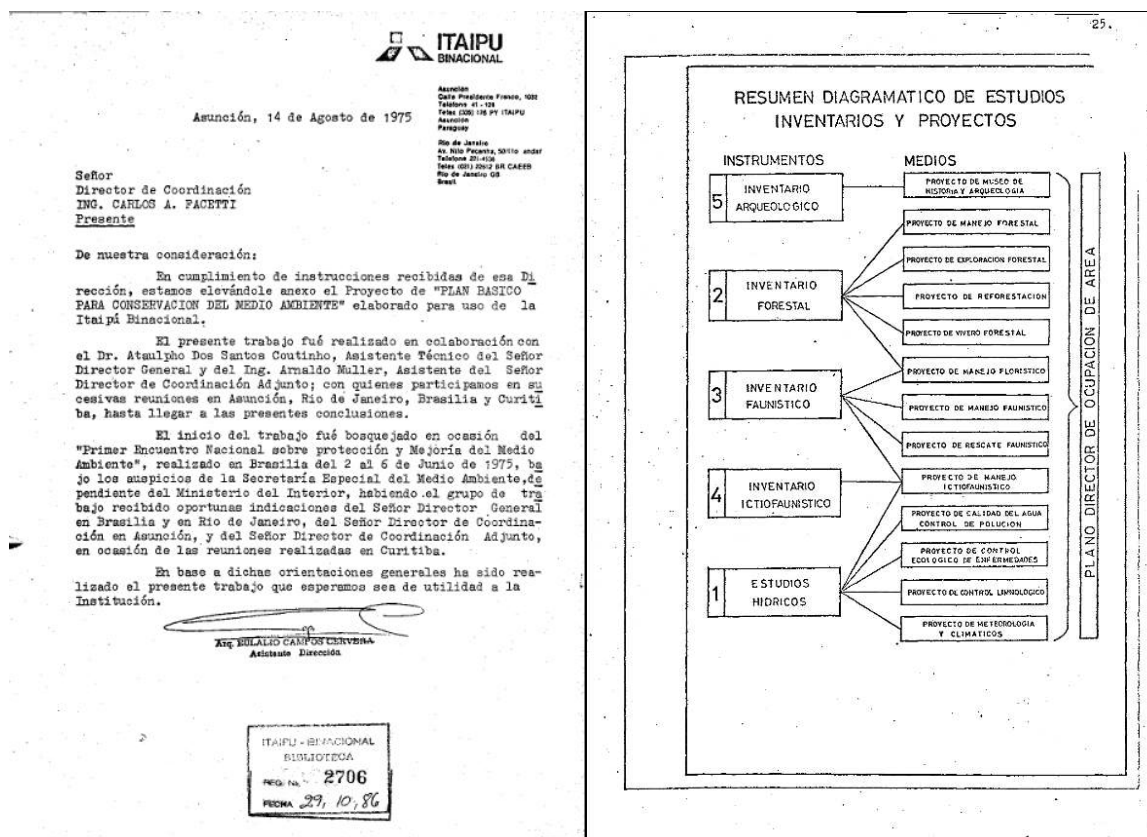
Em Caetité, destacam-se a anterioridade e continuidade histórica das estruturas educacionais, particularmente vinculadas à formação docente, à educação regional e às ciências humanas. A permanência de instituições historicamente articuladas à formação intelectual local contribuiu para a consolidação de redes de pesquisa, ensino e atuação cultural relacionadas ao patrimônio, à arqueologia, à memória e às territorialidades do sertão baiano. Nesse contexto, observa-se maior articulação entre educação, patrimônio cultural e iniciativas museais desenvolvidas no território.

As diferenças observadas entre os municípios permitem compreender que as iniciativas museais analisadas também se articulam a distintas condições locais de produção de conhecimento, circulação intelectual e institucionalização das práticas de pesquisa, preservação e difusão cultural. Embora os empreendimentos e os processos de licenciamento tenham impulsionado pesquisas e ações patrimoniais nos três contextos, a presença — ou ausência — de estruturas educacionais e redes locais

de pesquisa influencia diretamente as possibilidades de continuidade institucional, apropriação territorial e circulação pública dessas iniciativas.

4.3.1. Ecomuseu de Itaipu - UHE Itaipu Binacional

Figura 13 – Previsão do museu no plano ambiental de Itaipu



Fonte: Cervera, 1975, Folha de abertura e p. 24.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu, quando foi concluída, era a maior barragem do mundo e manteve este título por 21 anos, até a construção da Hidrelétrica das Três Gargantas, na China, em 2003. Como um megaempreendimento, a proporção dos impactos gerados foi imensa. A partir desse contexto, tem-se a criação do Ecomuseu de Itaipu, em Foz do Iguaçu, Paraná. Este exemplo foi escolhido por se tratar do mesmo tipo de empreendimento de Belo Monte e, também, pelo tempo decorrido desde a instalação da iniciativa, sendo o caso mais recuado identificado no mapeamento. Trata-se de um caso emblemático de iniciativa museal prevista ainda na fase de planejamento do empreendimento (Figura 13). Sua longevidade permite observar, em perspectiva, as condições de sustentação institucional desse tipo de proposta. Ao mesmo tempo, permite analisar como essa sustentação incide sobre as

formas de produção, organização e difusão do conhecimento gerado no contexto do impacto socioambiental.

Previsto no Plano Ambiental de 1975 da construção da Usina Itaipu Binacional, o museu foi indicado como meio de tratar da história e da arqueologia, a partir do inventário arqueológico a ser realizado. Esse é um dado relevante que indica que a proposição do museu já estava incorporada ao planejamento do empreendimento. Nesse sentido, o caso antecipa, em escala e complexidade, práticas que viriam a se tornar recorrentes na articulação entre pesquisa de impacto ambiental e institucionalização museológica. O projeto foi conduzido pela museóloga e arqueóloga Fernanda Camargo de Moro, que possuía intensa articulação internacional. Estava, portanto, inserida nas discussões da museologia sobre o papel social dos museus, em diálogo com a vertente dos ecomuseus, que emergia na França.

O desenvolvimento do projeto englobou não apenas o acervo arqueológico, mas também coleções com material geológico, botânico e faunístico coletado na região, além de peças de valor histórico. Ao longo do tempo, observa-se um deslocamento da proposta inicial – vinculada à pesquisa arqueológica e à valorização territorial – para um modelo institucional alinhado à lógica de museu empresarial. Essa inflexão pode ser compreendida à luz de análises que apontam que, apesar das tentativas de atender às demandas da comunidade, o Ecomuseu “não deixa de ser um museu de uma empresa, que precisa, acima de tudo, defender a perspectiva da mesma” (Santos, 2019, p. 14). Mantido pela própria usina há quase 40 anos, o Ecomuseu apresenta hoje uma exposição permanente associada à história da construção do empreendimento e à formação das coleções. Também realiza exposições temporárias, frequentemente voltadas às artes. Inserido no Complexo Turístico da Itaipu e no conjunto de atrativos de Foz do Iguaçu, passa a operar como um equipamento de visitação, ampliando o alcance público de sua narrativa em um contexto de fluxos turísticos intensos.

A instituição passa atualmente por reformas e deverá ser reinaugurada com adequações em seu espaço físico, renovação expositiva e incorporação do Polo Astronômico. Foram localizados diversos trabalhos acadêmicos que analisam questões museais do Ecomuseu de Itaipu, evidenciando sua relevância como campo de pesquisa. Esses estudos abordam educação ambiental, memória coletiva, memória do trabalho, educação patrimonial, turismo, discurso expográfico e, mais

recentemente, ditadura e memória indígena, frequentemente sob a perspectiva das ausências e apagamentos. Esse volume e diversidade indicam ampla circulação de conhecimento associado à instituição, ainda que nem sempre revertido em usos museológicos diretos. Trata-se, portanto, de um campo que tensiona a relação entre geração de conhecimento, institucionalização e formas de mobilização no espaço museal.

A atuação do Ecomuseu ao longo das décadas pode ser compreendida em dois níveis complementares: a organização de sua narrativa na exposição permanente e o conjunto de ações e atividades desenvolvidas no território, articulados a uma base de conhecimento produzida no contexto do empreendimento e institucionalizada pela própria Itaipu. Essa distinção permite observar não apenas diferenças de conteúdo, mas também de escala, circulação e regimes de visibilidade.

A exposição permanente¹⁰⁰ do Ecomuseu de Itaipu estrutura-se em módulos que articulam diferentes dimensões do território e do empreendimento, incluindo aspectos históricos, ambientais, tecnológicos e institucionais. Esse percurso mobiliza uma diversidade de recursos – objetos arqueológicos e etnográficos, maquetes, painéis informativos e dispositivos interativos – compondo uma narrativa contínua das transformações do território. Diferentes estudos indicam que essa organização não apenas apresenta conteúdos, mas estrutura uma leitura histórica na qual o empreendimento assume papel central na configuração regional (Meneses; Tróchez, 2014; Backx, 2022).

No que se refere ao acervo, as fontes analisadas indicam que materiais oriundos das pesquisas realizadas no contexto da implantação da usina – especialmente nos campos arqueológico, ambiental e histórico – estão incorporados à exposição permanente. Esses elementos são mobilizados por meio de vitrines, suportes informativos e composições cenográficas, evidenciando a articulação entre produção de conhecimento e comunicação museológica (Silva, 2019; Backx, 2022). Em geral, a mediação ocorre de forma sintética: os objetos são acompanhados de informações

¹⁰⁰ A exposição permanente do museu pode ser conhecida através de uma web série de 4 episódios, lançada em 2020, como comemoração aos 33 anos de atividades, disponíveis no canal do Youtube da Itaipu Binacional (2020).

básicas, com limitada contextualização de usos e significados, o que pode restringir sua apreensão por públicos não especializados (Backx, 2022).

Inserido na estrutura narrativa da exposição, esse conjunto de acervos contribui para a construção de uma leitura que articula diferentes temporalidades em torno das transformações do território e da implantação da usina. Nessa composição, os materiais provenientes das pesquisas de impacto operam como parte integrante da narrativa expositiva. São organizados e contextualizados de modo a sustentar a sequência histórica apresentada (Meneses; Tróchez, 2014). Como observado por Gaspar (2013), mesmo quando dimensões sociais são incorporadas, como no caso da memória do trabalho, sua apresentação tende a enfatizar aspectos associados à realização da obra, com menor desenvolvimento de outras experiências e condições sociais implicadas nesse processo.

Outras análises indicam que determinadas dimensões sociais aparecem de forma menos desenvolvida na narrativa expositiva. É o caso das populações indígenas e de outros grupos que habitavam a região antes da formação do reservatório, frequentemente situados em recortes temporais anteriores e pouco articulados com as transformações mais recentes do território (Meneses; Tróchez, 2014; Sterling, 2011). Assim, o acervo produzido no contexto das pesquisas de impacto é mobilizado na exposição permanente como parte de uma narrativa que articula história regional, meio ambiente e empreendimento. Essa mobilização decorre de escolhas de organização, ênfase e contextualização que definem as formas de visibilização desses conteúdos no espaço expositivo. Diferentes análises convergem ao indicar que é nesse espaço que se organiza e se estabiliza, no interior da instituição, a principal leitura sobre o território e o empreendimento, funcionando como referência para os diferentes públicos que acessam o museu. Nesse sentido, embora o acervo esteja consolidado institucionalmente, sua mobilização ocorre de forma subordinada à narrativa do empreendimento, não se configurando como eixo autônomo de problematização.

Para além da exposição permanente, o Ecomuseu desenvolveu, ao longo do tempo, um conjunto expressivo de ações¹⁰¹: exposições temporárias, mostras

¹⁰¹ Dados extraídos de Höller, 1997; Turmina, 1998 e Silva, 2019; Itaipu Binacional, 2019.

itinerantes, atividades educativas continuadas, eventos culturais, formação de professores e iniciativas de articulação com os municípios do entorno do reservatório. As exposições temporárias, frequentemente voltadas às artes visuais e a temas ambientais e culturais regionais, operam como eixo complementar à exposição permanente, ampliando o alcance público e diversificando linguagens. Ainda que nem sempre diretamente ancoradas no acervo produzido no contexto do impacto, contribuem para a manutenção da visibilidade institucional e para a ampliação de públicos. Em muitos casos, priorizam a circulação e a difusão – inclusive fora da sede –, com estratégias de itinerância que alcançam escolas e espaços culturais da região.

No campo educativo, destacam-se programas de educação ambiental e patrimonial, visitas mediadas, oficinas e ações formativas destinadas a professores e agentes culturais. Essas iniciativas, mais intensas nas décadas de 1980 e 1990, consolidam uma atuação territorial continuada, com ênfase na sensibilização ambiental e na mobilização regional. Essa ênfase dialoga diretamente com as bases conceituais do projeto original, especialmente no que se refere à educação ambiental como eixo estruturante. A literatura e os documentos institucionais indicam que tais ações contribuíram para a construção de redes locais e para a inserção do Ecomuseu em dinâmicas educativas e culturais para além do espaço expositivo.

Essa dimensão é ampliada com a criação e consolidação da Rede Regional de Cultura e Patrimônio da BP3, coordenada pelo Ecomuseu. Ao longo de sua trajetória, a Rede articula municípios, instituições e agentes culturais em processos de formação, planejamento cultural e valorização do patrimônio, incluindo a implementação de sistemas municipais de cultura, conselhos e ações de capacitação. As atividades desenvolvidas – encontros regionais, cursos, oficinas, seminários e projetos colaborativos – evidenciam investimento consistente na atuação territorial e na construção de políticas culturais em escala regional.

O conjunto de atividades permite observar a diversidade, a continuidade e a capilaridade das ações desenvolvidas. Esse conjunto indica que, para além da exposição, o Ecomuseu opera como plataforma de articulação cultural e educativa, com presença efetiva no território e capacidade de mobilização de diferentes públicos e instituições. Essa atuação amplia o escopo da instituição e, ao mesmo tempo, complexifica a análise de seus efeitos, ao distribuir suas ações em diferentes planos.

Ainda que consistentes, essas ações não redefinem a narrativa institucional, operando em escala distinta e com menor capacidade de estabilização pública.

Apesar da diversidade e continuidade dessas ações, as evidências disponíveis indicam que sua articulação com o acervo produzido no contexto das pesquisas de impacto ocorre de modo desigual. Enquanto a exposição permanente mobiliza esse acervo na construção de uma narrativa histórica do território e do empreendimento – com alta visibilidade, estabilidade e alcance ampliado –, as atividades educativas, itinerantes e de formação tendem a operar com repertórios e linguagens próprios, muitas vezes situados em circuitos mais localizados e relacionais.

Essa diferença não implica ausência de relevância dessas ações territoriais. Ao contrário, elas constituem um dos aspectos mais consistentes da atuação do Ecomuseu, especialmente no que se refere à formação, à articulação regional e à mobilização de agentes locais. Indica, contudo, que os distintos modos de atuação operam em escalas e regimes de visibilidade distintos: enquanto a exposição permanente se consolida como referência pública mais ampla – com maior potencial de estabilização de narrativas –, as ações no território tendem a produzir efeitos mais situados, ainda que relevantes para os grupos diretamente envolvidos.

Nesse arranjo, produção, preservação e difusão do conhecimento se distribuem em eixos que não são equivalentes em termos de alcance e impacto social. A incorporação de sujeitos e dinâmicas sociais diretamente afetadas, quando ocorre nas ações territoriais, nem sempre se traduz com a mesma intensidade na narrativa expositiva. Evidencia-se, assim, uma diferença entre formas de produção de experiência e formas de consolidação pública de memória.

Adicionalmente, a inserção do Ecomuseu no Complexo Turístico de Itaipu e no circuito consolidado de atrativos de Foz do Iguaçu introduz um fator decisivo para a compreensão do alcance de sua narrativa. Integrado a um sistema turístico de grande escala – que inclui a própria usina, as Cataratas e outros equipamentos de visitação –, o museu opera como ponto de interpretação dentro de uma experiência mais ampla, marcada por fluxos intensos de visitantes e por uma lógica de consumo turístico. Nesse contexto, a narrativa expositiva tende a ganhar maior visibilidade e capilaridade, sendo frequentemente incorporada como referência sobre a história e o território por públicos amplos e heterogêneos. Estudos sobre a relação entre turismo

e patrimônio na região indicam que esse circuito de visitação não apenas amplia o alcance dessas narrativas, mas também condiciona suas formas de apresentação, aproximando-as de expectativas de consumo turístico e de leitura sintética do território (Conte, 2009; Farias; Cardozo, 2016).

Por outro lado, as ações territoriais e formativas, embora consistentes e continuadas, permanecem majoritariamente circunscritas a circuitos locais e a públicos específicos. Essa assimetria entre a visibilidade ampliada da exposição – inserida no circuito turístico – e a atuação situada das ações no território contribui para compreender como determinadas leituras se estabilizam socialmente com maior força do que outras, não apenas pelo conteúdo que apresentam, mas pelas condições de circulação e acesso que as sustentam.

O caso do Ecomuseu de Itaipu evidencia que a sustentação de iniciativas museais vinculadas a empreendimentos de grande porte está diretamente relacionada à existência de uma estrutura institucional estável e contínua, como a mantida pela Itaipu Binacional. No entanto, essa mesma condição também define as bases materiais e institucionais a partir das quais se dão os processos de seleção, organização e difusão das narrativas. Assim, a estabilidade institucional aparece simultaneamente como condição de possibilidade e como elemento estruturante dos enquadramentos produzidos. Nesse sentido, o financiamento continuado pela empresa não apenas viabiliza a permanência da instituição, mas influencia as formas de enquadramento do patrimônio mobilizado, com implicações na visibilidade e na centralidade de determinadas memórias em relação a outras.

4.3.2. Casa de Memória Transxingu - UHE Belo Monte

A Casa de Memória Transxingu constitui um dos casos mais significativos para a análise do chamado “museu-solução”, por se tratar de iniciativa prevista no LA da UHE Belo Monte e acompanhada empiricamente pela autora (2012-2015), no âmbito da educação patrimonial. A criação das Casas de Memória é formalmente indicada pelo Ofício n.º 111/09 do Iphan, no qual o projeto de implantação aparece como uma das ações de mitigação, juntamente com as pesquisas, indicando sua função como desdobramento da produção de conhecimento do licenciamento.

O documento organiza o campo do patrimônio em frentes distintas de pesquisa: (i) arqueologia; (ii) educação patrimonial; e (iii) inventário histórico-cultural e estudos

etno-históricos (Iphan, 2009b). Essas frentes, embora apresentadas de forma enumerativa, pressupõem desenvolvimento concomitante e potencial articulação entre si. Para além da produção de conhecimento, as condicionantes indicam a necessidade de sua institucionalização no território e de sua disponibilização pública. Nesse sentido, a criação das (iv) Casas de Memória, associadas à previsão de programas de (v) inclusão digital e acesso aos conteúdos produzidos, evidencia que o escopo das ações articula educação, pesquisa, preservação e difusão em um mesmo nível de relevância.

Figura 14 – Exigência do museu no licenciamento de Belo Monte

MINISTÉRIO DA CULTURA
IPHAN
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
S201 Quatro 02 - Ed. Central Brasília
70.040-904 - Brasília - DF - Tel: (061) 3414-6204/6206
Fax: (61) 3414-6205 e http://www.iphan.gov.br

Ofício nº 111/09 - GEPAN/DEPAM/IPHAN

Brasília, 25 de junho de 2009.

IPHAN/PROTOC. REDE
91470-00847/2009-25
916/09 0000

A sua Senhoria o Senhor
VALTER LUIZ CARDENAL DE SOUZA
Diretor de Engenharia
Engenharia
Av. Presidente Vargas 409 - 13º andar
CEP 20.071-900 - Rio de Janeiro/RJ

Assunto: Relatório de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte.

Senhor Diretor

Em resposta à CTA-DE-4820/2009-Circular de 20/05/2009 do projeto em epígrafe e levando-se em consideração a complexidade do patrimônio cultural, arqueológico, paisagístico, etno-arqueológico e paleontológico na área de influência do AHE Belo Monte, esta Gerência do Patrimônio Arqueológico e Natural, no que se refere à proteção do patrimônio arqueológico, informa que o empreendimento está apto a obter a Licença Prévia junto ao IBAMA no que se refere à proteção e preservação do patrimônio arqueológico.

Para as etapas seguintes do Licenciamento Ambiental, (licenças de implantação e operação), é necessário o atendimento das seguintes condicionantes:

- 1) elaboração de um Projeto de Prospecção e Resgate Arqueológico que incorpore os aspectos antropológicos e etnohistóricos, referente às Áreas de Influência Direta e Indireta do empreendimento, que será objeto de análise pelo IPHAN para publicação de Portaria de Permissão de Pesquisa conforme previsto na Portaria IPHAN nº 230 de 17/12/2009;
- 2) elaboração de um Projeto de Educação Patrimonial que incorpore os aspectos antropológicos e etnohistóricos, referente às Áreas de Influência Direta e Indireta do empreendimento, que possa abranger as comunidades atingidas e os trabalhadores das obras;
- 3) apresentação de projeto específico ao IPHAN para a inclusão de critérios arqueológicos, fundamentados nas características ambientais e arqueológicas do médio e baixo Xingu no processo de definição da Unidade de Conservação, que deverá ser criada em função do Art. 36 da Lei nº 9985 de 18/07/2000. Para tanto, a equipe de arqueologia responsável pelos programas mitigadores e compensatórios dos impactos sobre o patrimônio arqueológico a ser afetado pelo AHE Belo Monte deverá integrar com a equipe do IBAMA que trabalhará na escolha de uma área a ser transformada em Unidade de Conservação;
- 4) realização de inventário do patrimônio histórico-cultural da área, caracterizando o patrimônio natural quando este estiver ligado a formas específicas de apropriação cultural (cultos, rituais, festejos, etc.), bem como os movimentos culturais e festas tradicionais e apresentação de medidas de preservação ou proteção dos mesmos;

5) realização de estudo etno-histórico da cultura material e imaterial dos povos indígenas e populações ribeirinhas que ocupam/ocuparam a região, incluindo as áreas diretamente afetadas no município de Altamira.

6) realização de estudos exaustivos dos vestígios arqueológicos, principalmente gravuras rupestres e oficinas líticas nos pedais, abrigos e cavernas da área diretamente afetada que ficará parcial ou totalmente submersa quando do enchimento da represa conforme informações do EIA-RIMA apresentado, incluindo um estudo de viabilidade para a realização de um programa que permita a reconstituição virtual tridimensional com base em levantamentos fotogramétricos de detalhes dos grafismos rupestres, sobretudo do Abiço da Gravura, de forma que possam, ser observados de todos os ângulos e em diversas escalas;

7) realização de projeto de implantação de duas casas de memória (uma em Altamira e outra em Vitória do Xingu) para preservação do acervo recolhido durante as pesquisas arqueológicas e etno-históricas e da cultura imaterial dos povos pretéritos e atuais, principalmente indígenas e ribeirinhos, com destaque para a preservação dos modos de fazer tradicionais das áreas de influência direta e indireta do empreendimento.

8) elaboração de um Programa para disponibilizar na Internet os resultados decorrentes dos estudos, acessível às comunidades do entorno, em salas especiais localizadas nas casas de memória a serem implantadas e desenvolvimento de um Programa de Inclusão Digital de forma que as comunidades das áreas de influência direta do empreendimento tenham condições de acessar os estudos supracitados.

Informo que tais exigências são imprescindíveis para que o processo de Licenciamento Ambiental do empreendimento em epígrafe possa garantir, também, que o patrimônio cultural presente no local possa ser devidamente protegido.

Atenciosamente,

Rogério José Dias
Rogério José Dias
Gerente do Patrimônio Arqueológico e Natural
GEPAN/DEPAM/IPHAN

atc - 2/1

Fonte: Iphan, Ofício n.º 111/ 2009b.

A operacionalização dessas condicionantes no Projeto Básico Ambiental (PBA) reconfigura sua execução. No Plano de Valorização do Patrimônio (n.º 9), as ações se organizam em dois eixos: (9.1) Programa do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural (inventário e desdobramentos museais) e (9.2) Programa do Patrimônio Arqueológico (prospecções, resgates e estudos especializados), além de a educação patrimonial passar a integrar o eixo arqueológico como subitem (Norte Energia, 2011).

Esse desenho se traduz, na prática, na atuação paralela de equipes distintas (arqueologia, educação patrimonial e socioeconomia), com baixa integração entre si. A fragmentação operacional dificulta a articulação entre produção de conhecimento, constituição dos acervos, institucionalização e vinculação territorial.

Observa-se, ainda, uma inflexão decisiva na destinação dos acervos. Embora o ofício preveja a centralização nas Casas de Memória, o acervo arqueológico passa a ser direcionado a instituições específicas, em função das exigências de endosso institucional e guarda especializada, necessárias à emissão das autorizações de pesquisa. Esse movimento rompe a concepção inicial de integração, estabelecendo uma dissociação entre acervos arqueológicos e não arqueológicos desde a origem, tanto na atuação das equipes quanto no desenvolvimento dos projetos.

A definição da instituição responsável pela guarda das coleções arqueológicas, entretanto, não é estável e passa por sucessivas reconfigurações: consideram-se alternativas como o Museu Paraense Emílio Goeldi, a Fundação Casa de Cultura de Marabá – com a construção de um prédio anexo –, até a criação de uma reserva técnica em Altamira, posteriormente vinculada à Universidade Federal do Pará (UFPA). Trata-se de um processo marcado por instabilidade decisória e ausência de projeto institucional consolidado.

De maneira semelhante, as Casas de Memória também passaram por alterações sucessivas quanto à sua localização. As negociações em Altamira passaram por alternativas como: o terreno de uma antiga Olaria; dentro de um parque projetado na Avenida Perimetral, junto ao Centro de Educação Ambiental, compatibilizando os projetos; em algum dos reassentamentos urbanos coletivos; até retomarem a ideia inicial da antiga Olaria. Gonçalves pontua que entre as experiências acumuladas com quatro projetos de Casas de Memória, “o processo de escolha de terreno tem se mostrado o mais complexo. Essa parte das negociações não foi encaminhada para a discussão com a população, portanto não houve e não há qualquer comunicação” (2015, p. 101). E o destaque maior é para o fato de que, mesmo com a proposta de um projeto participativo no caso de Belo Monte, as mudanças na localização da instituição ocorrem sem nenhuma comunicação com a população que foi mobilizada para participar do projeto.

No caso de Vitória do Xingu, a unidade prevista não se concretiza, permanecendo dependente de negociações locais e afetada por instabilidade administrativa. A gestão do município passou por inúmeros escândalos e investigações sobre desvios, resultando em constantes trocas de gestores e secretários¹⁰². Por fim, as adaptações da medida compensatória resultaram na substituição da segunda Casa de Memória por terminais de consulta de exposição itinerante (Caldarelli; Caldarelli, 2014).

Em conjunto, esses elementos evidenciam os desafios de desenvolvimento dos projetos, que precisam articular as exigências normativas dos órgãos reguladores, necessidades das comunidades impactadas, critérios técnicos das equipes responsáveis pelas pesquisas e interesses políticos, dentro dos cronogramas do empreendimento. Como este se orienta prioritariamente ao cumprimento das condicionantes, há limitação na incorporação de processos participativos mais amplos e nos momentos mais significativos.

O protagonismo da comunidade, nesse contexto, não se configura como condicionante formal do licenciamento, mas a participação foi mobilizada por meio de diferentes dispositivos ao longo do processo, assumindo papéis distintos conforme o tipo de ação desenvolvida, com maior destaque em relação ao caso anteriormente analisado.

No âmbito das pesquisas que compõem o inventário de referências culturais, a participação se dá sobretudo sob a forma de consulta e mediação. As entrevistas e registros de histórias de vida, realizadas junto às populações atingidas, integram o conjunto de procedimentos técnicos e resultam na constituição central do acervo destinado à Casa de Memória (Gimenes, 2018). Nesse contexto, a população está vinculada à produção de informação, mediada por protocolos metodológicos e pelas equipes responsáveis pela condução das pesquisas.

Embora a população tenha sido envolvida em diferentes momentos da pesquisa, sua atuação não incidiu sobre as definições estruturais do processo. Os participantes não estiveram na elaboração do plano de trabalho anterior ao início das pesquisas de

¹⁰² Sobre a sucessão de investigações e condenações envolvendo a administração pública de Vitória do Xingu, ver: CGU (2011); IHU (2012); G1 Pará (2014); TJPA (2016); MPPA (2018).

campo, nem na definição dos critérios que orientaram os registros (Gimenes, 2018). Desse modo, a participação ocorre a partir de parâmetros previamente definidos, circunscrevendo-se à colaboração dentro de um escopo já estabelecido.

Em paralelo, a comunidade assume um papel mais estruturante na perspectiva do projeto arquitetônico das Casas de Memória. A proposta, idealizada pelo arquiteto e professor Paulo Cássio de Moraes Gonçalves, parte do pressuposto de que o envolvimento da população atingida em diferentes etapas – definição do acervo, concepção do espaço, modelo de gestão e ações pedagógicas – seria condição para a apropriação social do equipamento, tendo como referência experiências anteriores, como as Casas de Memória da UHE Foz do Chapecó¹⁰³ (Gonçalves, 2015).

Segundo o autor, o projeto é associado a referenciais da pedagogia libertária, sendo concebido como potencial espaço de construção coletiva e, em última instância, de resistência. Contudo, essa dimensão permanece no plano da formulação, não encontrando correspondência nas condições efetivas de implementação observadas ao longo do processo. Além disso, a própria concepção de museu mobilizada no projeto¹⁰⁴ revela ênfase na dimensão memorial e narrativa, associada à acumulação de registros e experiências individuais. Essa perspectiva difere de abordagens que enfatizam o museu como dispositivo territorial e de intervenção no presente.

No entanto, a incidência desses processos participativos sobre a definição final do projeto apresenta limites. Ainda que reuniões e oficinas participativas tenham produzido referências para a concepção arquitetônica e museológica, as ações posteriores indicam que decisões relevantes – como alterações no projeto, redefinições de uso e ajustes orçamentários – foram tomadas sem reavaliação junto às comunidades envolvidas (Martins, 2022). Nesse sentido, a participação, embora mobilizada como princípio orientador, não se consolida como instância efetiva de deliberação. Ainda que as propostas tenham sido discutidas em instâncias

¹⁰³ Como pode ser observado no mapeamento desenvolvido nesta tese, a trajetória posterior das Casas de Memória em Foz do Chapecó indica limitações na consolidação institucional dos equipamentos.

¹⁰⁴ Uma das referências evocadas é o curta-metragem *La maison en petits cubes*, de Kunio Katō (2008), que indica uma forte aproximação com a ideia de memória como estratificação de vivências ao longo do tempo.

participativas, estas foram posteriormente alteradas por decisões externas, orientadas por critérios de custo e prazo¹⁰⁵.

Nesse contexto, a participação opera como dispositivo pontual de consulta e legitimação, com capacidade limitada de interferir nos rumos do projeto. Essa condição evidencia uma assimetria entre diferentes dimensões do licenciamento. Enquanto a pesquisa com produção de acervos está diretamente vinculada a exigências normativas e apresenta maior continuidade, os dispositivos participativos operam de forma mais instável, dependentes de equipes, cronogramas e decisões institucionais.

O acervo formado apresenta características marcantes, entre elas, sua constituição majoritariamente digital. Foram produzidos “registros em dezenas de milhares de fotografias e centenas de vídeos contendo 156 entrevistas de história de vida, 168 edificações e 245 pontos de interesse paisagístico” (Hamoy; Gimenes, 2016, p. 634). Trata-se de registros audiovisuais de referências culturais, entrevistas e documentação associada às práticas locais, um conjunto produzido no contexto do licenciamento, concebido como estratégia de preservação diante das transformações territoriais impostas pelo empreendimento¹⁰⁶.

Além desta dimensão quantitativa, a natureza desse acervo se destaca significativamente pelas circunstâncias em que ele é produzido. As entrevistas capturam a experiência dos sujeitos em um contexto de ruptura, no qual “o passado se articula ao presente nesse momento de transformação radical” (Gimenes, 2018). Trata-se de narrativas produzidas em um período liminar, marcado pela sobreposição entre permanência, transformação e incerteza. Nesse sentido, o acervo não registra apenas práticas culturais, mas experiências situadas em um processo de deslocamento e reconfiguração. As entrevistas expressam interpretações dos próprios sujeitos sobre esse momento, no qual diferentes temporalidades se entrelaçam.

¹⁰⁵ Vale ainda destacar que inúmeros sujeitos nem chegaram a ter acesso adequado ao processo, como o depoimento citado no início deste trabalho, de uma professora que lamentou de não ter tido acesso e oportunidade para trabalhar com seus alunos, com as informações que surgiram a partir da pesquisas de avaliação de impacto.

¹⁰⁶ O projeto das casas previu um espaço e equipamentos para a instalação de um estudo de gravações, com o intuito que os registros pudessem ter continuidade.

A previsão de sua incorporação à Casa de Memória está associada à constituição de um espaço capaz de reunir e disponibilizar esses materiais. O plano museológico estrutura essa proposta ao definir formas de organização e apresentação do acervo (Hamoy; Gimenes, 2016). No entanto, a mobilização desses acervos na exposição evidencia as tensões entre concepção e implementação. Alterações no projeto, reduções de escopo e mudanças de equipe impactam diretamente as condições de realização do projeto expográfico (Martins, 2022). Além disso, a fragmentação institucional limita a mobilização integrada dos acervos. Enquanto os materiais do inventário são direcionados à Casa de Memória, o acervo arqueológico segue outros circuitos institucionais.

Na exposição permanente, a organização narrativa articula dois eixos, o “caminho das águas” e “caminho das terras”. As duas perspectivas que dialogam com o nome escolhido para o território, “Transxingu”, definido nas oficinas participativas de concepção do projeto museal. O percurso que expõe os conteúdos é desenvolvido a partir de abordagens das categorias do inventário, refletindo diretamente as escolhas preliminares feitas por pesquisadores e instituições; e ciclos históricos são acionados de forma a situar as experiências no tempo.

Diferentemente do Ecomuseu de Itaipu, essa narrativa não culmina na legitimação do empreendimento. No entanto, essa relativa autonomia não elimina limites: a ausência do acervo arqueológico na exposição reforça a fragmentação institucional e restringe a articulação das diferentes dimensões do patrimônio e dos sujeitos locais.

A análise do plano museológico permite deslocar a interpretação do caso para um problema estrutural. O documento registra em seu diagnóstico global algumas fragilidades, especialmente a ausência de definição de fontes de financiamento para manutenção.

Além disso, o modelo institucional proposto pressupunha uma estrutura complexa:

As CRM possuem caráter regional, e pela localização geográfica se estabelecem como unidades integrantes do Campus de Altamira da Universidade Federal do Pará, nos respectivos municípios de suas instalações; sendo o Coordenador do Campus em exercício a autoridade de tutela⁶ das CRM's. Seguindo portanto a definição jurídica do Campus de Altamira da Universidade Federal do Pará e de seu Estatuto em vigor. Deverá ser criado um Conselho Gestor único para as duas CRM de caráter

deliberativo, e composto por 19 pessoas, cujo o desenho e origem foi devidamente aprovado em todos os municípios (CRM, 2015, p. 17).

O Conselho seria constituído por lideranças locais, representantes das secretárias de cultura dos 5 municípios, representantes da área do patrimônio e da área da educação, a nível estadual e federal (Iphan, DPHAC/Secult-PA, UFPA, Seduc-PA). Além disso, o Organograma funcional da instituição indica a necessidade de uma equipe técnica especializada, dependente de institucionalização e recursos contínuos, não previstos nos programas do licenciamento.

As condições efetivas de implementação evidenciam a não consolidação dessa condicionante. A gestão é vinculada à UFPA sem a correspondente estrutura institucional necessária.

A Casa de Memória Transxingu, assim como a Reserva Técnica Arqueológica construída posteriormente em Altamira, foi destinada à Universidade Federal do Pará (UFPA), sem a correspondente estrutura institucional necessária. Não houve uma inauguração formal e as ações identificadas foram pontuais. Mesmo com o fim do contrato relacionado ao projeto da Casa, a empresa de consultoria propôs um projeto¹⁰⁷ para impulsionar as atividades da instituição, levando em consideração que:

A Casa de Memória Transxingu, em Altamira, foi pensada como um importante espaço cultural regional capaz de proporcionar à comunidade a vivência de suas histórias, suas memórias e suas tradições culturais. Ela guarda um rico acervo audiovisual que apresenta a diversidade histórico-cultural da região e é preciso proporcionar atividades que permitam que a comunidade tenha acesso ao seu conteúdo e apropriar-se dele, tornando-se parte integrante e integradora da exposição (Lima, 2022).

Mesmo aprovada pelo programa estadual de incentivo à cultura do Pará, a proposta não recebeu os recursos necessários para sua execução. Por outro lado, nesse mesmo período a Norte Energia passou a realizar divulgações sobre a instituição¹⁰⁸ e um perfil para a Casa de Memória foi aberto na rede social do

¹⁰⁷ Projeto “Formação de agentes culturais e promoção de atividades para a Casa de Memória Transxingu” nº 204/222. Aprovado no Edital 001/2022 do Programa de Incentivo à Cultura – Semear, resultado divulgado no Diário Oficial nº 34.980, publicado em 24 de maio de 2022.

¹⁰⁸ Informe Publicitário no Perfil do Facebook da UHE Belo Monte. Disponível em: <https://www.facebook.com/uhebelomonte/videos/1857659981291232>, acesso em: 06 mar. 2022.

Instagram¹⁰⁹, seguido de outros perfis no Facebook¹¹⁰ e Youtube¹¹¹, com divulgação do acervo e de visitantes frequentando o espaço, entretanto, as páginas estão sem atividades desde meados de 2023.

O caso evidencia, portanto, um descompasso entre produção de conhecimento, modelo institucional e sustentabilidade. Embora o licenciamento seja eficaz na indução de pesquisas e na constituição de acervos, não assegura as condições para sua institucionalização duradoura. A Casa de Memória Transxingu materializa esse limite: configura-se como dispositivo de produção de conhecimento, mas não se consolida como instituição museológica estável¹¹². Nesse sentido, o caso evidencia um limite estrutural do modelo: embora eficaz na indução de pesquisas e na constituição de acervos, o licenciamento não assegura as condições necessárias para a consolidação de instituições museológicas duradouras.

4.3.3. Museu do Alto Sertão da Bahia - Complexos Eólicos

A terceira iniciativa museal analisada diferencia-se dos casos anteriores por não ter surgido como condicionante museal formal prevista nos programas ambientais do licenciamento. Ainda assim, o caso emerge diretamente do contexto das pesquisas arqueológicas preventivas e das transformações produzidas pela implantação de empreendimentos no Alto Sertão da Bahia, articulando-se como reivindicação local em torno da preservação do patrimônio cultural diante desses impactos.

O Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb) foi criado no município de Caetité, Bahia, em um contexto marcado pela expansão de complexos eólicos e pelas pesquisas arqueológicas preventivas associadas ao LA dessas obras. Embora o museu esteja diretamente relacionado às pesquisas arqueológicas desenvolvidas nesse contexto, sua constituição não decorreu de uma condicionante formal de

¹⁰⁹ Perfil no Instagram: <https://www.instagram.com/cmtransxingu/>. Primeira postagem em 10 mar. 2022 e última em 18 jul. 2023.

¹¹⁰ Perfil no Facebook: <https://www.facebook.com/cmtransxingu>. Primeira postagem em 03 nov. 2022 e última em 14 ago. 2023.

¹¹¹ Perfil no Youtube: <https://www.youtube.com/@cmtransxingu>. Primeira postagem em 09 jan. 2023 e última em 24 jan. 2023.

¹¹² A consulta ao Processo Administrativo nº 01492.000236/2010-02, disponível no Sistema Eletrônico de Informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2025), indica que a discussão institucional concentra-se na salvaguarda dos acervos arqueológicos, atualmente objeto do Inquérito Civil nº 1.23.003.000053/2023-45, instaurado pelo Ministério Público Federal. Na documentação consultada, não foram identificadas referências à implantação, ao funcionamento ou à continuidade da Casa de Memória Transxingu.

implantação museal, tampouco foi incorporada à estrutura administrativa ou comunicacional das empresas responsáveis pelos empreendimentos.

Enquanto nos casos da UHE Belo Monte e do Ecomuseu de Itaipu as iniciativas museais se vinculam mais diretamente às estruturas institucionais dos empreendimentos – seja como condicionante do licenciamento, seja como estratégia integrada à política institucional da empresa –, o Masb evidencia uma forma de institucionalização territorialmente reivindicada, na qual agentes locais organizados passam a disputar não apenas a preservação dos acervos, mas também a condução das ações patrimoniais e educativas desenvolvidas no território.

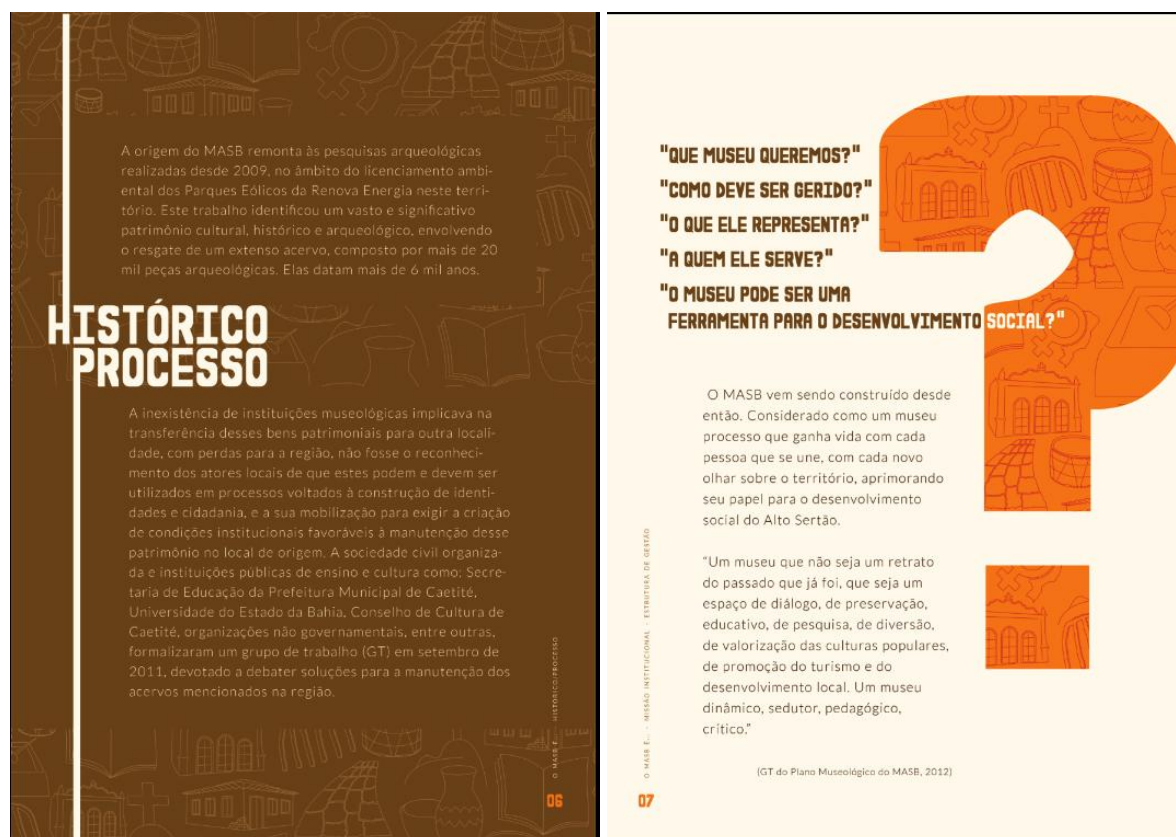
Também se observa uma diferença importante em relação aos empreendimentos hidrelétricos analisados anteriormente. Enquanto Itaipu e Belo Monte produziram deslocamentos territoriais em larga escala e acervos fortemente vinculados às estruturas institucionais dos empreendimentos, no contexto dos complexos eólicos os impactos se distribuem de forma mais pulverizada pelo território. Além disso, parte significativa dos sítios arqueológicos e referências culturais permaneceu acessível e integrada à própria região, favorecendo formas mais contínuas de apropriação comunitária do patrimônio e de articulação entre preservação, mediação cultural e atuação territorial. Nos territórios impactados pela UHE Belo Monte, por exemplo, os processos de deslocamento populacional e as dificuldades de acesso aos sítios arqueológicos limitaram significativamente as possibilidades de ativação local desses patrimônios.

A experiência diferencia-se tanto por sua origem quanto por sua configuração institucional. Estruturado como um museu de território, polinucleado, o Masb articula uma configuração institucional que responde não apenas a referenciais conceituais da Museologia Social e dos museus de território, mas também às próprias características espaciais da região e à distribuição territorial dos patrimônios arqueológicos e culturais mobilizados pelo museu. Nesse contexto, a instituição opera por meio de uma rede de núcleos museológicos distribuídos entre os municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã, atuando para além da sede física do museu.

Ainda que o prédio histórico destinado à sede estivesse em reforma e a reserva técnica em construção quando visitei o município pela primeira vez, em 2016, a atuação territorial do museu já se articulava por meio de ações educativas,

mobilização comunitária e atividades desenvolvidas nos núcleos distribuídos pela região. Esse aspecto evidencia que a atuação do Masb antecedeu a consolidação física da instituição, estruturando-se inicialmente por meio das redes locais, das ações extramuros e das articulações comunitárias desenvolvidas na região.

Figura 15 – Demanda da sociedade civil por museu



Fonte: Cartilha Masb, s./d., p. 06 e 07.

Criado a partir da atuação conjunta de instituições, pesquisadores e agentes culturais da região, o Masb evidencia a existência prévia de uma densidade institucional e cultural importante no território. O município de Caetité possui patrimônio arquitetônico reconhecido, associações culturais atuantes e experiências acumuladas de mediação patrimonial, elementos que diferenciam significativamente esse contexto dos casos anteriormente analisados.

Como registrado no Plano Museológico do Masb:

A sociedade civil organizada e instituições públicas de ensino e cultura como: Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Caetité, Universidade do Estado da Bahia, Conselho de Cultura de Caetité, organizações não governamentais, entre outras, formalizaram um grupo de trabalho (GT) em setembro de 2011, devotado a debater soluções para a manutenção dos acervos mencionados na região. Cabe apontar que, desde maio de 2011, antes mesmo da formalização do grupo, ocorreram reuniões dos atores locais

para discutir as pesquisas arqueológicas em curso no escopo de licenciamentos de empreendimentos na região (Masb, 2013, p. 8).

Essa articulação evidencia que a reivindicação pela criação do museu não emergiu em um território desprovido de mediações culturais ou institucionais, mas em um contexto já marcado pela atuação de agentes locais organizados, instituições de ensino, órgãos culturais e experiências prévias de interlocução patrimonial. Diferentemente do observado no contexto da Casa de Memória Transxingu, onde as mediações institucionais se mostraram mais fragmentadas, o caso do Masb revela um território com maior densidade organizativa e capacidade de incidência sobre os processos patrimoniais vinculados aos empreendimentos.

A reivindicação pela criação do museu articulava diferentes preocupações locais: a preservação do patrimônio arqueológico regional, a permanência dos acervos no território de origem e a necessidade de fortalecimento das ações culturais diante das transformações provocadas pelos empreendimentos. Assim, o Masb não se constitui apenas como espaço de salvaguarda, mas como estratégia territorial de articulação cultural, incidência política e disputa pela permanência e gestão territorial do patrimônio, incluindo a participação local nas decisões relacionadas às ações, projetos e recursos patrimoniais vinculados aos empreendimentos.

Esse aspecto é particularmente relevante porque parte significativa do patrimônio arqueológico relacionado à experiência do museu permanece territorializada, especialmente os sítios de arte rupestre distribuídos pela região. Diferentemente dos casos em que o patrimônio se concentra prioritariamente na instituição museal ou nas reservas técnicas, o Masb opera também como mediador de um patrimônio que continua acessível e integrado ao território.

A centralidade do patrimônio arqueológico para a constituição do Masb também aparece explicitamente vinculada à escala dos acervos produzidos pelas pesquisas realizadas desde 2009 no contexto do licenciamento dos Parques Eólicos da Renova Energia. Conforme registrado no Plano Museológico:

Este trabalho identificou um vasto e significativo patrimônio cultural, histórico e arqueológico, envolvendo até o momento o estudo de 176 sítios arqueológicos na região do Alto Sertão da Bahia. O resgate efetuado em alguns desses contextos resultou em um extenso acervo, composto por mais de 30 mil peças arqueológicas, número que continua crescendo com a continuidade dos estudos. Do mesmo modo, as pesquisas geraram um acervo documental expressivo, que juntamente com os objetos recuperados, fornecem referências de grande relevância para a história dessa porção do

território baiano, abarcando um espectro temporal de mais de 6 mil anos (Masb, 2013, p. 7).

Os dados evidenciam que a reivindicação pela permanência dos acervos no território não se relacionava apenas a uma demanda abstrata por preservação patrimonial, mas também à magnitude dos conjuntos arqueológicos e documentais produzidos pelas pesquisas preventivas. Nesse contexto, a criação do museu articulava simultaneamente preocupações relacionadas à salvaguarda institucional dos bens arqueológicos, à permanência territorial das referências patrimoniais e à possibilidade de utilização desses acervos em processos educativos, culturais e identitários vinculados à região.

Sua constituição ocorre em um espaço intermediário entre as exigências institucionais da arqueologia preventiva e as reivindicações locais por permanência e gestão territorial do patrimônio. Essa tensão atravessa o caso de forma recorrente e reaparece posteriormente tanto nos desafios de sustentação institucional quanto nas disputas relacionadas à participação local na condução das ações patrimoniais vinculadas aos empreendimentos. O caso evidencia, assim, que iniciativas museais vinculadas a contextos de impacto ambiental não surgem apenas como imposições técnicas ou compensatórias, podendo também assumir a forma de institucionalizações reivindicadas localmente.

Ainda assim, isso não significa que o Masb opere de maneira independente das estruturas institucionais do patrimônio arqueológico. A necessidade de salvaguarda dos acervos móveis, vinculados aos bens arqueológicos acautelados pelo Iphan, exige infraestrutura técnica, reserva adequada, equipe especializada e recursos permanentes para manutenção institucional. A chegada do acervo arqueológico móvel à reserva técnica do museu, anos após o início das articulações territoriais e da atuação dos núcleos, evidencia justamente essa tensão entre ativação territorial do patrimônio e exigências materiais da institucionalização museológica.

A dimensão participativa constitui um dos elementos mais centrais da experiência do Masb e atravessa tanto sua origem quanto os modos de formulação institucional adotados ao longo do processo museológico. Diferentemente de iniciativas estruturadas prioritariamente a partir de programas técnicos previamente definidos, a construção do museu foi marcada pela constituição progressiva de

espaços coletivos de discussão, negociação e definição de diretrizes relacionadas à preservação patrimonial e à atuação da instituição no território.

As primeiras mobilizações ocorreram ainda no âmbito das oficinas de educação patrimonial vinculadas ao Programa Território do Saber, desenvolvido a partir do licenciamento dos parques eólicos. Segundo o Plano Museológico, foi durante as ações de socialização das pesquisas arqueológicas que emergiram os questionamentos sobre o destino dos acervos produzidos pelas pesquisas preventivas e sobre a inexistência de instituições locais aptas a garantir sua permanência na região (Masb, 2013).

Nesse contexto, a participação não se restringiu a mecanismos consultivos pontuais, mas esteve associada à constituição de um Grupo de Trabalho (GT) que passou a atuar diretamente na formulação do projeto museológico. As discussões envolveram desde a definição da tipologia institucional até questões relacionadas à missão do museu, formas de gestão, abrangência territorial, escolha da sede, composição dos conselhos e elaboração dos programas museológicos.

Ao longo do processo, diferentes estratégias de mediação, formação e qualificação da participação foram mobilizadas para ampliar a participação dos atores envolvidos. O Plano Museológico registra a realização de reuniões abertas, rodas de conversa, oficinas, dinâmicas coletivas, leituras dirigidas, minicursos, visitas técnicas e ações em escolas e comunidades rurais, envolvendo agentes culturais, movimentos sociais, professores, lideranças comunitárias, representantes institucionais e moradores dos municípios abrangidos pelo museu (Masb, 2013).

A própria definição do Masb como museu de território e museu comunitário foi resultado desse processo coletivo de reflexão. Inicialmente mobilizado em torno da criação de um “museu arqueológico” destinado à salvaguarda dos acervos produzidos pelas pesquisas preventivas, o projeto foi progressivamente ampliado a partir das discussões realizadas no GT, incorporando preocupações relacionadas à memória social, às práticas culturais locais, às comunidades rurais e quilombolas, às ações educativas e às formas de atuação territorial.

Esse deslocamento é particularmente relevante porque evidencia que a participação no Masb não operava apenas como mecanismo de legitimação social de um projeto previamente definido, mas como dimensão constitutiva da própria

formulação institucional do museu. As discussões registradas no processo de elaboração do Plano Museológico demonstram que diferentes concepções de patrimônio, território, identidade e função social foram sendo negociadas coletivamente ao longo da construção do projeto.

O processo também evidencia a centralidade das mediações técnicas nas ações. A operacionalização das ações desenvolvidas pelo Masb esteve fortemente vinculada à atuação continuada das equipes responsáveis pela condução metodológica das atividades, pela formação dos agentes culturais e pela articulação institucional dos projetos desenvolvidos junto às comunidades (Moraes, 2019). Nesse contexto, a mobilização ampliada observada no caso não elimina assimetrias técnicas e institucionais, mas produz formas mais horizontais de interlocução entre agentes locais, equipes especializadas e instituições envolvidas no processo. Segundo a autora, a continuidade dessas ações permaneceu diretamente relacionada à manutenção das equipes técnicas e dos recursos institucionais responsáveis por sua sustentação no território.

Esse aspecto diferencia o Masb tanto da fragmentação institucional observada na Casa de Memória Transxingu quanto da incorporação institucional verificada no Ecomuseu de Itaipu à estrutura da Itaipu Binacional. No caso baiano, a participação aparece associada não apenas à mobilização comunitária em torno do patrimônio, mas também à capacidade local de incidência sobre os modos de condução das ações patrimoniais e museológicas desenvolvidas no contexto dos empreendimentos. Exemplo disso é como os sujeitos atuantes em diferentes esferas (municipal, estadual, federal ou organização civil) conseguem manter uma articulação e um protagonismo, mesmo em novos projetos e equipes que chegam na cidade¹¹³.

Embora o Masb apresente formas mais estruturadas de mobilização territorial e incidência comunitária sobre os processos patrimoniais vinculados aos empreendimentos, isso não elimina a existência de disputas locais, tensões internas e assimetrias presentes nos processos de participação e gestão patrimonial

¹¹³ Durante minha experiência direta com o território, tendo o Masb como ponto inicial de contato para articulação de um projeto de educação patrimonial, ficou evidente como essa Instituições tornou-se uma ferramenta de articulação, reivindicação e resistência local. Como resultado, tivemos um trabalho extremamente significativo, com ações estruturantes e não apenas pontuais (Lima; Kipnis, 2023)

relacionados ao museu. Sua continuidade institucional também evidencia os desafios associados à sustentação de modelos museológicos territorializados e participativos. A ampliação da atuação em rede, a manutenção de núcleos distribuídos regionalmente, a salvaguarda de acervos arqueológicos, a necessidade de infraestrutura técnica especializada e a dependência de articulações interinstitucionais demonstram que a continuidade dessas iniciativas permanece diretamente vinculada à existência de recursos materiais, equipes permanentes e mecanismos contínuos de financiamento e gestão.

O próprio desenho institucional proposto para o Masb evidencia a complexidade operacional desse modelo. O Plano Museológico prevê uma estrutura composta por sede física, reserva técnica, núcleos museológicos territoriais, conselhos, programas educativos, ações de pesquisa, estratégias de comunicação, iniciativas de turismo cultural e articulações comunitárias distribuídas entre diferentes municípios da região (Masb, 2013). Essa configuração institucional exige mecanismos permanentes de coordenação e sustentação. Nesse contexto, a territorialização das ações museológicas amplia as possibilidades de incidência local e circulação do patrimônio, mas também produz exigências contínuas de suporte técnico, manutenção financeira e articulação entre os diferentes núcleos.

Essa questão torna-se ainda mais evidente no caso dos acervos arqueológicos móveis, cuja salvaguarda demanda condições técnicas específicas relacionadas à conservação, documentação, armazenamento e gestão institucional. Embora parte significativa do patrimônio relacionado ao Masb permaneça territorializada por meio dos sítios arqueológicos distribuídos pela região, a manutenção do acervo móvel continua dependente de infraestrutura especializada, reserva técnica adequada e equipes capacitadas para sua preservação.

Nesse sentido, o caso evidencia uma tensão importante entre ativação territorial do patrimônio e institucionalização material da salvaguarda. As ações educativas, os núcleos comunitários, as articulações locais e as atividades extramuros permitiram que o museu atuasse territorialmente antes mesmo da consolidação plena de sua sede física ou da implementação de uma exposição permanente. Entretanto, a própria continuidade dessas ações permaneceu condicionada à existência de suporte institucional contínuo, especialmente diante das demandas técnicas e operacionais associadas ao patrimônio arqueológico.

As reflexões desenvolvidas por Cezário (2016) ajudam a compreender parte desses desafios ao discutir a vulnerabilidade estrutural frequentemente enfrentada por museus comunitários e iniciativas museológicas de pequeno porte. Ao analisar experiências baseadas em gestão participativa e identidade territorial, a autora observa que tais instituições frequentemente dependem de redes colaborativas, apoio interinstitucional e mobilização contínua para garantir sua permanência e funcionamento.

No caso do Masb, essa dependência aparece tanto na articulação entre diferentes instituições parceiras quanto na centralidade exercida pelas equipes técnicas e acadêmicas envolvidas no processo de implantação e manutenção das ações museológicas. A participação ampliada observada no caso não elimina, portanto, a necessidade de estruturas permanentes de gestão, financiamento e suporte técnico, especialmente em iniciativas que articulam salvaguarda arqueológica, atuação territorial e múltiplas frentes de ação cultural.

A existência de maior densidade institucional e organizativa no território, contudo, não garante automaticamente estabilidade museológica plena. Ao analisar o desenvolvimento do projeto “Percursos Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia”, Moraes (2019) observa que houve intensa participação das equipes técnicas museológicas na elaboração das diretrizes de atuação institucional junto às comunidades, seguida pelo afastamento dessas equipes em decorrência da suspensão dos financiamentos destinados às ações desenvolvidas pelo museu. Segundo a autora, esse processo produziu descontinuidades importantes nas experiências sociomuseológicas desenvolvidas nos núcleos comunitários do Masb. Ainda que o Masb apresente formas mais estruturadas de incidência local sobre os processos patrimoniais, sua continuidade permanece vinculada às condições materiais e institucionais necessárias para sustentar uma iniciativa territorializada, polinucleada e fortemente dependente de articulações em rede.

Nesse sentido, o caso demonstra que modelos museológicos baseados em participação ampliada e territorialização das ações não eliminam a necessidade de financiamento contínuo, suporte técnico especializado e estruturas institucionais permanentes para garantir a manutenção das práticas museológicas desenvolvidas no território.

A função efetivamente assumida pelo Masb diferencia-se significativamente dos casos anteriormente analisados. Enquanto o Ecomuseu de Itaipu opera prioritariamente como instrumento institucional de interpretação territorial articulado à narrativa corporativa do empreendimento, e a Casa de Memória Transxingu permaneceu marcada pela dificuldade de consolidação institucional de suas ações, o Masb passou a atuar sobretudo como espaço de articulação sociocultural e mediação territorial do patrimônio.

Essa atuação não se concentra prioritariamente na existência de uma exposição permanente ou na centralização das ações na sede física do museu. Mesmo antes da consolidação da reserva técnica e da implantação expositiva definitiva, a ausência de uma exposição permanente não significou ausência de atuação museológica, mas uma reconfiguração das formas de efetividade institucional assumidas pelo museu. O Masb já operava por meio de atividades educativas, ações comunitárias, núcleos territoriais, oficinas, inventários participativos, roteiros patrimoniais e articulações entre patrimônio arqueológico, memória social e práticas culturais locais.

Nesse contexto, a atuação do museu parece menos vinculada, até o momento, à estabilização de uma narrativa institucional centralizada em uma exposição permanente – o que não implica necessariamente uma rejeição à sua futura implantação – e mais relacionada à capacidade de ativação territorial do patrimônio e de articulação entre diferentes agentes sociais, instituições e comunidades envolvidas nas dinâmicas produzidas pelos empreendimentos. Diferentemente do observado no Ecomuseu de Itaipu, onde a exposição permanente assume papel central na estabilização de uma narrativa institucional sobre o empreendimento, no Masb a presença do museu no território se constitui sobretudo por meio das ações desenvolvidas junto às comunidades, dos núcleos territoriais e das articulações locais construídas em torno do patrimônio cultural regional. Como afirmam Cândido e Wichers (2015), o Masb foi concebido como “um museu que é a expressão do território, de suas contradições, tensões, lutas e conflitos” (Cândido; Wichers, 2015, p. 108).

Essa formulação é particularmente relevante porque evidencia que a própria concepção institucional do museu já incorporava uma preocupação explícita com as disputas e transformações territoriais associadas aos processos de patrimonialização e aos impactos produzidos pelos empreendimentos. Diferentemente da lógica de

estabilização narrativa observada no Ecomuseu de Itaipu, o Masb foi concebido a partir da valorização das mediações territoriais, da pluralidade de agentes envolvidos e do fortalecimento da incidência comunitária sobre a gestão patrimonial.

As próprias autoras responsáveis pela condução conceitual do processo afirmam que “o investimento no diálogo e no planejamento museológico e turístico, a partir das demandas locais, tem sido o caminho percorrido, não isento de conflitos, mas pleno de possibilidades. Mais que um processo de socialização do patrimônio ou do museu, o que está em pauta é a democratização da ferramenta museu, enquanto potencializadora de debates acerca das realidades locais” (Cândido; Wichers, 2015, p. 116).

Esse aspecto ajuda a compreender que a função efetivamente assumida pelo Masb ultrapassa a dimensão da salvaguarda arqueológica ou da compensação patrimonial associada aos empreendimentos. O museu passa a operar também como espaço de mediação pública, debate territorial e incidência local sobre os modos de interpretação e gestão do patrimônio produzido no contexto dos impactos ambientais.

A experiência também evidencia que aderência local e participação ampliada não eliminam as exigências estruturais da institucionalização museológica. A própria concepção territorializada do museu esteve associada à necessidade de manutenção de estruturas institucionais capazes de garantir a gestão dos acervos arqueológicos, a continuidade das ações comunitárias e a mediação técnica dos processos museológicos desenvolvidos no território (Cândido; Wichers, 2015; Moraes, 2019). O caso demonstra, assim, que a ampliação territorial das práticas museológicas permanece diretamente vinculada à existência de estruturas institucionais, financiamento contínuo, suporte técnico especializado e condições materiais capazes de sustentar as ações desenvolvidas no território.

Nesse aspecto, o Masb tensiona simultaneamente os limites observados nos dois casos anteriores. Se no contexto da Casa de Memória Transxingu a produção de acervos e a mobilização patrimonial não resultaram em consolidação institucional efetiva, e no Ecomuseu de Itaipu a estabilidade institucional aparece associada ao enquadramento corporativo das narrativas museológicas, o caso baiano evidencia formas mais ampliadas de incidência territorial e participação social, ainda que

marcadas por oscilações de financiamento e desafios permanentes de sustentação institucional.

O caso também contribui para complexificar a noção de “museu-solução” desenvolvida nesta tese. O Masb demonstra que iniciativas museais vinculadas a contextos de impacto ambiental podem assumir formas territorialmente reivindicadas e socialmente articuladas, ampliando a capacidade local de incidência sobre a gestão patrimonial e produzindo maior aderência às dinâmicas do território. Contudo, o caso também evidencia que a continuidade e a capacidade de incidência dessas iniciativas dependem da articulação entre sustentação institucional, continuidade material das ações e capacidade de diálogo com os grupos e territórios diretamente envolvidos nos processos de transformação produzidos pelos empreendimentos.

4.4. Faces museais diante do impacto ambiental

Os resultados do mapeamento e os estudos de caso analisados ao longo deste capítulo evidenciam a recorrência de iniciativas museais associadas a estudos de impacto ambiental em diferentes regiões do país. Embora vinculadas a processos semelhantes de transformação territorial e preservação patrimonial, essas experiências assumem configurações diversas ao longo do tempo, quanto às suas formas de constituição, aos vínculos institucionais estabelecidos, à mobilização dos acervos produzidos e às relações construídas com os territórios nos quais se inserem.

Mais do que buscar explicações generalizantes para essas “soluções”, interessa compreender como uma recorrência observada em escala nacional se materializa de formas distintas em contextos específicos. Nesse sentido, os estudos de caso permitem aprofundar a análise das trajetórias, das responsabilidades institucionais, das formas de participação e das condições locais que atravessam essas experiências.

O conjunto mapeado revelou propostas relacionadas à salvaguarda, comunicação e valorização de acervos, registros e referências patrimoniais produzidos em contextos de severas intervenções. Os estudos de caso aprofundam essa discussão ao evidenciar como iniciativas associadas a condições de surgimento semelhantes desenvolvem percursos distintos, influenciados pelas características dos territórios, pelas instituições envolvidas e pelas formas de organização construídas em cada contexto.

No Ecomuseu de Itaipu, a iniciativa foi concebida no âmbito dos procedimentos e programas desenvolvidos pela própria Itaipu Binacional, integrando um conjunto mais amplo de ações voltadas à preservação ambiental e à valorização do território. A Casa de Memória Transxingu, por sua vez, está vinculada às medidas adotadas no contexto do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, constituindo-se como uma resposta às demandas de organização, guarda e comunicação dos registros e acervos produzidos ao longo desse processo. Já o Museu do Alto Sertão da Bahia apresenta uma trajetória distinta, marcada pela mobilização de agentes locais e pela articulação entre instituições de ensino, poder público e organizações da sociedade civil em torno da preservação do patrimônio regional.

Embora compartilhem a condição de estarem relacionadas a consequências de impactos de grandes e/ou sucessivos empreendimentos, os museus analisados evidenciam diferentes formas de inserção nos processos que lhes deram origem. Em alguns contextos, as propostas foram concebidas como estratégias associadas à instalação do empreendimento; em outros, emerge como resposta a exigências administrativas ou a articulações construídas posteriormente a partir da escuta e integração de demandas locais. Essas diferenças ajudam a compreender os distintos graus de autonomia observados entre as experiências e as formas pelas quais cada iniciativa passou a se institucionalizar.

Tais processos também se refletem na forma como os acervos produzidos a partir da gestão do patrimônio em situação de impactos ambientais são incorporados às práticas institucionais. A comparação entre os casos evidencia que a inserção dos registros, coleções e documentação patrimonial não garante, por si só, sua incorporação em ações museológicas para e com a comunidade. Além de características diversas entre os acervos produzidos, sua mobilização também assume configurações distintas, influenciando as formas pelas quais esses patrimônios passam a ser preservados, comunicados e apropriados socialmente.

No Ecomuseu, embora exista um conjunto significativo de acervos e documentação relacionados à implantação da usina e à trajetória da instituição, sua ativação nas práticas expográficas permanentes mostra-se limitada diante da centralidade conferida à narrativa institucional da empresa. Na CMT, observa-se a constituição de um importante conjunto documental e memorial relacionado às transformações provocadas pela UHE Belo Monte, mas seu potencial educativo,

comunicacional e de valorização patrimonial permanece desperdiçado devido às indefinições e descontinuidades da instituição. No Masb, por sua vez, os acervos constituem um elemento estruturante das ações desenvolvidas, articulando preservação, comunicação patrimonial e atuação territorial.

Os percursos narrativos também ecoam nas formas de organização das responsabilidades associadas à preservação patrimonial. No Ecomuseu de Itaipu, observa-se uma estrutura fortemente centralizada, na qual recursos, decisões e responsabilidades permanecem concentrados na empresa mantenedora. Na Casa de Memória Transxingu, as mudanças institucionais ocorridas ao longo do processo produziram uma configuração marcada pela redistribuição de responsabilidades entre diferentes agentes e por sucessivas redefinições ou indefinições de seu papel institucional. No Museu do Alto Sertão da Bahia, por sua vez, destaca-se a articulação entre instituições de ensino, poder público e agentes locais, configurando uma experiência construída a partir do compartilhamento de responsabilidades e da atuação conjunta de diferentes atores.

Mais do que indicar formatos administrativos distintos, essas diferenças evidenciam formas diversas de institucionalização de patrimônios e referências culturais impactadas. Questões relacionadas à tomada de decisão, à mobilização de recursos, à participação de atores locais e à definição das responsabilidades pela preservação patrimonial assumem configurações específicas em cada contexto, influenciando os caminhos percorridos por essas experiências ao longo de suas trajetórias. A principal questão está nas condições que possibilitam a incorporação de práticas institucionais contínuas e socialmente significativas.

Entre os estudos de casos também se destacam as características e condições territoriais na constituição desses projetos. Além de serem espaços impactados pela instalação e operação de empreendimentos, o território corresponde ao contexto no qual se articulam atores sociais, políticas públicas, referências patrimoniais e experiências históricas que influenciam os processos de institucionalização e os sentidos assumidos pelas iniciativas museais.

Nas três situações analisadas, os museus foram constituídos em áreas marcadas por características históricas, culturais e institucionais distintas. No Sul do país, a condição de cidade de fronteira, a presença de áreas protegidas, a

consolidação da atividade turística e a atuação de um dos maiores empreendimentos hidrelétricos do país configuram um contexto no qual patrimônio, meio ambiente e desenvolvimento econômico passaram a ser articulados de forma particular. No Norte, as profundas transformações associadas à implantação da UHE Belo Monte ocorreram em um território marcado pela diversidade sociocultural amazônica, pela presença de populações indígenas e ribeirinhas e por intensos processos de reconfiguração social e urbana. Já no Sertão Nordestino, a existência de instituições culturais consolidadas, a valorização do patrimônio histórico local e a atuação de agentes vinculados à educação e à cultura contribuíram para a incorporação dos patrimônios identificados e os acervos constituídos aos debates e às ações patrimoniais já existentes no território.

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo indica que as iniciativas museais associadas a contextos de impacto ambiental constituem um fenômeno recorrente, mas com resultados não homogêneos. Os dados do mapeamento evidenciaram a presença desses “museus-solução” em diferentes períodos e regiões do país, bem como os índices de abandono e efetividade. Por sua vez, os estudos de caso, marcados por trajetórias, configurações institucionais e formas de atuação bastante distintas, permitiram aprofundar a compreensão dos processos que atravessam sua constituição e desenvolvimento.

O cotejo entre os museus destacados demonstra que experiências associadas a contextos semelhantes de impacto ambiental podem assumir configurações diversas quanto às formas de organização institucional, à distribuição de responsabilidades, à mobilização dos acervos produzidos, à participação de diferentes atores e às relações estabelecidas com os territórios nos quais se inserem. Nesse sentido, os casos analisados permitem compreender como uma recorrência observada em escala nacional se materializa de maneiras distintas em contextos específicos.

Embora apresentem múltiplas facetas em resposta aos impactos ambientais, as iniciativas analisadas evidenciam a diversidade de caminhos por meio dos quais patrimônios, acervos e memórias são incorporados a instituições, projetos e ações voltadas à sua preservação e comunicação. A observação dessas experiências contribui para compreender a pluralidade de formas assumidas pela solução museal

constituída nesse contexto, sem reduzir essa diversidade a modelos únicos ou trajetórias lineares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos produzidos pelos grandes empreendimentos sobre o patrimônio cultural suscitam diferentes formas de resposta institucional. Entre elas, uma solução é observada com notável frequência: a criação de museus. Esta investigação demonstra, contudo, que essa resposta não decorre automaticamente das exigências do licenciamento ambiental. Ela resulta de escolhas institucionais, técnicas e normativas que orientam a gestão do patrimônio cultural. Ao explicar como essas escolhas convergem para uma mesma resposta, a pesquisa fundamenta a formulação da categoria analítica "museu-solução".

A incorporação do patrimônio cultural aos estudos ambientais transformou profundamente a forma de lidar com os impactos produzidos pelos grandes empreendimentos. Além de identificar bens patrimoniais, esses processos passaram a produzir conhecimento por meio de pesquisas, documentação e acervos em escala crescente, criando novas demandas de gestão. Foi nesse contexto que se consolidaram as respostas institucionais analisadas nesta investigação.

Paralelamente, às transformações nas políticas culturais e nas concepções de patrimônio ampliaram as formas de compreender, reconhecer e proteger os bens culturais. Os novos enquadramentos da memória, a reivindicação de referências culturais significativas no presente e a ampliação de processos participativos, deslocaram o foco da proteção patrimonial para além dos objetos, alcançando também os sujeitos, os territórios e suas relações com o patrimônio. Esse cenário contribuiu para redefinir as demandas sociais e diversificar as medidas compensatórias.

A identificação desse fenômeno somente foi possível porque a investigação ultrapassou a análise de experiências isoladas. A combinação entre levantamento nacional, análise documental e estudos de caso ampliou o recorte empírico da pesquisa, permitindo reconhecer regularidades que permaneciam pouco visíveis quando examinadas apenas em escala local. Essa perspectiva revelou a recorrência de propostas museológicas, distribuídas ao longo de aproximadamente cinco

décadas, demonstrando que a alternativa museal constitui uma resposta institucional presente em distintas regiões, tipologias de empreendimento e contextos patrimoniais.

A frequência dessa resposta, contudo, não se traduz em percursos homogêneos. O conjunto analisado reúne desde museus consolidados até projetos interrompidos, não implementados, descontinuados ou posteriormente desativados. Esses diferentes desdobramentos demonstram que a adoção dessa solução museal não assegura, por si só, sua permanência nem a continuidade das ações que justificaram sua implantação.

Esse resultado desloca a análise da criação das iniciativas museais para os fatores que viabilizam sua continuidade. Se o licenciamento ambiental se mostra capaz de gerar as condições que favorecem a constituição de instituições museais, o exame dessas iniciativas revela que sua consolidação depende de condições institucionais que não decorrem automaticamente desse processo. O problema identificado por esta pesquisa, portanto, não reside na recorrência da resposta museológica, mas na ausência de arranjos igualmente recorrentes para sua sustentação ao longo do tempo.

As trajetórias dessas experiências museológicas, entretanto, não dizem respeito apenas à sua permanência. Elas condicionam também as formas pelas quais os patrimônios impactados, as referências culturais e os grupos sociais diretamente envolvidos passam a ser representados, interpretados e inseridos na esfera pública. As diferentes configurações assumidas pelo “museu-solução” expressam, assim, distintas formas de relação entre sujeitos, territórios, patrimônios e instituições.

Essas configurações tornam-se particularmente visíveis no Ecomuseu de Itaipu, cuja trajetória demonstra que a existência de condições materiais estáveis favorece a continuidade das ações museológicas e a consolidação da instituição ao longo do tempo. Essa sustentação influencia também as formas de representação dos patrimônios e das memórias, conferindo centralidade a determinadas narrativas e delimitando os modos pelos quais os impactos do empreendimento são incorporados à experiência museológica.

A Casa de Memória Transxingu assume contornos extremamente opostos. Concebida como medida exigida no processo de licenciamento ambiental, a iniciativa incorporou perspectivas contemporâneas de patrimônio ao atribuir centralidade às

referências culturais, às narrativas e às histórias de vida das populações atingidas. Sua trajetória evidencia, contudo, que a renovação conceitual da proposta museológica não elimina a necessidade de mecanismos capazes de sustentar sua permanência ao longo do tempo, colocando em risco os processos de musealização e as formas de mediação construídas junto às comunidades.

Por sua vez, o Museu do Alto Sertão da Bahia revela outra dimensão desta solução. Inserido no mesmo contexto de impactos ambientais, sua constituição não decorreu de uma previsão inicial de implantação, mas da articulação de diferentes sujeitos e instituições presentes no território, em torno da manutenção dos acervos e da valorização das referências culturais locais. Sua trajetória demonstra que o enraizamento territorial amplia as possibilidades de consolidação das iniciativas museológicas, mas não garante, por si só, a permanência da instituição.

A análise integrada do levantamento nacional e dos estudos de caso permite compreender que a categoria analítica “museu-solução” expressa a recorrência da criação de museus como resposta aos impactos sobre o patrimônio cultural em contextos de licenciamento ambiental. O principal resultado desta investigação consiste em demonstrar que o problema do “museu-solução” não reside na frequência dessa resposta, mas nas condições sob as quais é produzida, institucionalizada e projetada para além das medidas compensatórias que lhe deram origem.

Essa constatação evidencia, ainda, um aspecto mais amplo das políticas públicas incidentes sobre o patrimônio cultural nessa conjuntura. A criação dos museus concentra responsabilidades decorrentes de diferentes campos de atuação – dos estudos de impacto ambiental à preservação patrimonial e sua interface museológica –, reunindo em uma mesma instituição atribuições provenientes de diferentes políticas públicas. Contudo, essa intersecção não encontra correspondência na forma como essas responsabilidades são posteriormente assumidas, compartilhadas e institucionalizadas pelos diferentes atores envolvidos.

Ao formular a categoria analítica “museu-solução”, esta pesquisa contribui para a compreensão das relações entre estudos de impacto ambiental, patrimônio cultural e museologia a partir de uma perspectiva integrada. Ao deslocar a análise da recorrência da criação de museus para os processos que a tornam possível e para os desafios decorrentes dessa institucionalização, a tese propõe uma chave

interpretativa desse fenômeno em sua complexidade. Nessa perspectiva, este trabalho disponibiliza um instrumento analítico para problematizar respostas institucionais aparentemente consolidadas e tensionar processos tradicionalmente conduzidos de forma dissociada.

O percurso desenvolvido nesta investigação privilegiou a construção de um panorama inédito sobre as iniciativas museais constituídas em contextos de licenciamento ambiental, articulando diferentes escalas de análise e tornando visível um fenômeno que permanecia disperso entre experiências, regiões e campos de atuação distintos. Essa perspectiva permitiu compreender regularidades e formular uma interpretação integrada do problema investigado, sem, contudo, pretender esgotar as singularidades de cada experiência nem as múltiplas questões que delas decorrem.

Uma dimensão desse fenômeno ainda pouco explorada diz respeito às perspectivas das próprias comunidades. Essa é uma questão que poderá ser aprofundada por meio de outras metodologias, especialmente pela escuta das pessoas diretamente afetadas por esses processos. Investigar como esses espaços são apropriados, ressignificados e incorporados às dinâmicas dos territórios, bem como sua capacidade de fortalecer vínculos sociais e culturais fragilizados, contribui para avaliar sua efetividade enquanto resposta aos impactos sobre o patrimônio cultural.

A sustentabilidade dessas instituições permanece como um dos principais desafios identificados por esta pesquisa. O aperfeiçoamento das normativas, dos instrumentos de planejamento e dos modelos de governança que orientam sua criação e continuidade poderá favorecer uma definição mais clara das responsabilidades compartilhadas. Avançar nessa direção representa um passo importante para que as respostas produzidas possam ser projetadas para além das medidas compensatórias que lhes deram origem.

Para além dos estudos de caso aqui desenvolvidos, o conjunto de iniciativas identificadas em escala nacional oferece um amplo campo para investigações situadas e longitudinais, capazes de aprofundar as características de diferentes iniciativas e acompanhar suas trajetórias ao longo do tempo. A documentação sistemática dessas experiências e a ampla disponibilização de informações sobre

instituições consolidadas, interrompidas, descontinuadas ou não implementadas, poderá favorecer a produção de conhecimento acumulativo sobre essa categoria analítica.

A consolidação desse esforço poderá favorecer a constituição de um observatório interdisciplinar dedicado ao acompanhamento dessas iniciativas museais, articulando pesquisa, gestão e os diferentes atores envolvidos e oferecendo bases mais consistentes para o aperfeiçoamento de políticas públicas.

Mais do que discutir a implantação de instituições museais, o percurso desenvolvido reafirma a necessidade de considerar, de forma integrada, os territórios, as memórias, os patrimônios e, sobretudo, as pessoas diretamente envolvidas nesses processos. Afinal, é na capacidade de construir respostas institucionalmente consistentes e socialmente significativas que reside o verdadeiro desafio colocado pelo “museu-solução”.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Argus V.; OLIVEIRA, Maria Adélia B.; MEUNIER, Isabelle Maria J. Animais e plantas do horto zoo-botânico do palácio de Friburgo (1639-1645) construído por Maurício de Nassau no Recife. *Filosofia e História da Biologia*, v. 6, n. 1, p. 19-35, 2011.

ALMEIDA, José Mario D.; DANTAS, Regina Maria M. C. Casa dos Pássaros, precursor de um museu de história natural ou apenas local de preparação de material zoológico a ser enviado para Portugal. *Interdisciplinariedade em Revista*, n. 3, ano 1, nov. 2019. Disponível em: <https://revistas.hcte.ufrj.br/index.php/interdisciplinariedadeemrevista/article/view/10/16>. Acesso em: 26 jan. 2025.

ALTAMIRA (PA). Lei n.º 3.345, de 26 de julho de 2021. Dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Altamira e dá outras providências.

ALTAMIRA (PA). Lei n.º 3.491, de 21 de dezembro de 2023. Institui os Livros do Tombo no Município de Altamira e dá outras providências.

ANA. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Sistema Interligado Nacional. Sistema Interligado Nacional (SIN). Brasília, DF: ANA. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/sar/sin>. Acesso em: 7 set. 2022.

ANDRADE, Mário. Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, 1936. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 30, 2002. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat30_m.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. Cadastro de Empreendimentos Aneel. Disponível em: https://www2.aneel.gov.br/scg/Consulta_Empreendimento.asp. Acesso em: 10 jun. 2022.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. Dados Abertos. Disponível em: <https://dadosabertos.aneel.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ANEEL. Resolução Normativa n.º 412, de 5 de outubro de 2010. Estabelece procedimentos para registro, elaboração, aceite, análise, seleção e aprovação de projeto básico e para autorização de aproveitamento de potencial de energia hidráulica de 1.000 até 50.000 kW, sem características de PCH.

ARAÚJO COSTA, Fernanda H. J. C.; CALDARELLI, Solange B. Programa de Estudos Arqueológicos na Área do Reservatório de Kararaô (PA). Estudos de Viabilidade da UHE Kararaô. 2 v. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1988.

BACKX, Isabela. Memórias e produções simbólicas no oeste do Paraná: uma análise da exposição permanente do Ecomuseu de Itaipu. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 349-378, 2022. DOI: <https://doi.org/10.52192/1984-3917.2022v15n2p349-378>

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Cerca de 47% das usinas eólicas em operação estão nos municípios de Sento Sé, Caetité e Morro do Chapéu. Salvador, 2022. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/sde/2022/11/10/cerca-de-47-das-usinas-eolicas-em-operacao-estao-nos-municipios-de-sento-se-caetite-e-morro-do-chapeu>. Acesso em: 02 maio 2025.

BARRETO, Arnaldo L. e FILGUEIRAS, Carlos A. L. Origens da Universidade Brasileira, p. 1780-1790. *Química Nova*, Vol. 30, No. 7, 2007.

BORBA, Kássio A. (Coord.) Incra 50 anos: a autarquia sob o olhar de seus servidores. Brasília: Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários. Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários, 2021.

BORGES, Luiz C. e CAMPOS, Marcio D. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. In: SCHEINER, T. et al (Orgs.). Termos e conceitos da museologia museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral. Petrópolis: 21º Encontro Icofon Lan, 2012.

BRAGA, Maria Alda da S.; MAGESTE, Leandro E. C. O Museu do Antigo Zabelê: Um estudo a partir da arqueologia pública e museologia social. Revista de Ciências Humanas Caeté, Maceió, v. 4, n. 1, p. 20–28, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/revistadecienciashumanascaete/article/view/15027>. Acesso em: 18 fev. 2024.

BRANDÃO, Laura Natasha N. M. Musealização da arqueologia: caminhos, trilhas e rumos do Instituto Ecomuseu Sítio do Físico. 2017. Dissertação (Mestrado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988

BRASIL. Decreto n.º 1.713, de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional de Itatiaia.

BRASIL. Decreto n.º 24.735, de 14 de Julho de 1934. Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional"

BRASIL. Decreto n.º 3.551 de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro De Bens Culturais De Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n.º 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n.º 73.030, de 30 de outubro de 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n.º 97.632, de 10 de abril de 1989. Dispõe sobre a regulamentação do artigo 2º, inciso VIII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto no 99.274, de 6 de junho de 1990. Regulamenta a Lei n.º 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências.

BRASIL. Decreto-lei n.º 1.110, em julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.985, de 29 de março de 1940. Define o Código de Minas.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 74, de 21 de novembro de 1966. Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências.

BRASIL. Emendas Constitucionais n.º 48, de 10 de agosto de 2005 e n.º 71, de 29 de novembro de 2012, que acrescentam o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura, respectivamente.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira" e dá outras providências.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena".

BRASIL. Lei n.º 1.920, de 25 de julho de 1953. Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 10.847, de 15 de março de 2004. Conversão da MPv n.º 145, de 2003. Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética - EPE e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 11.483, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 jan. 2009a.

BRASIL. Lei n.º 11.906, de 14 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 jan. 2009b.

BRASIL. Lei n.º 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 3.924 de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

BRASIL. Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (Vetado) e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 7.505, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. SIN ultrapassa a capacidade de 200 GW. Fontes hídrica, eólica, biomassa e solar são protagonistas na geração renovável. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/sin-ultrapassa-a-capacidade-de-200-gw> . Acesso em: 03 abr. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Museus: memória e cidadania (PNM). Brasil, MinC, 2003. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011. Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei n.º 11.516, de 28 de agosto de 2007. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 out. 2011.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 6, de 20 de agosto de 2015. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de proposta de novo acordo de cooperação técnica a ser firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Cultura (MinC), para a continuidade e aprofundamento das ações intersetoriais de Cultura e Educação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 ago. 2015a.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Ministério da Saúde nos processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 mar. 2015b.

BRULON, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. Revista Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 2, pp. 189-210, 2018a.

BRULON, Bruno. Pesquisa em museus e pesquisa em museologia: desafios políticos do presente. In: MAGALDI, Monique B.; BRITTO, Clóvis C. Museu & Museologia: desafios de um campo interdisciplinar. Brasília: FCI-UnB, 2018b.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. 1995. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BRUNO, Maria Cristina O. Musealização da Arqueologia: Caminhos percorridos. Revista de Arqueologia, v.26 - v.2, pp.4-15, 2013.

BRUNO, Maria Cristina O. Museologia. A Luta pela perseguição ao abandono. São Paulo. Tese de Livre Docência. Museu de Arqueologia e Etnologia, 2001.

BRUNO, Maria Cristina O. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa, v. 9, n. 9, p. 9-33, 1996.

CAETITÉ (BA). Decreto nº 100, de 5 de agosto de 2021. Declara o Terreiro Ilê Àșe Dana Dana como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Caetité e dá outras providências.

CAETITÉ (BA). Decreto nº 133, de 23 de setembro de 2020. Declara o Observatório Meteorológico de Caetité como Patrimônio Cultural Material do Município de Caetité e dá outras providências.

CAETITÉ (BA). Decreto nº 57, de 10 de junho de 2020. Declara a Festa do Dois de Julho como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Caetité e dá outras providências.

CAETITÉ (BA). Lei n.º 591, de 15 de dezembro de 2003. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico caetiteense. Caetité, BA, 2003.

CAETITÉ (BA). Lei n.º 698, de 7 de abril de 2010. Cria o Conselho Municipal de Cultura do Município de Caetité e dá outras providências. Caetité, BA, 2010.

CAETITÉ (BA). Lei n.º 774, de 31 de dezembro de 2013. Institui a nova estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Caetité, Estado da Bahia, e dá outras providências. Caetité, BA, 2013.

CAETITÉ (BA). Lei n.º 807, de 22 de agosto de 2016. Aprova o Plano Municipal de Cultura (PMC) do Município de Caetité, em consonância com a Lei n.º 12.343/2010, que institui o Plano Nacional de Cultura, e dá outras providências. Caetité, BA, 2016.

CAETITÉ (BA). Lei n.º 808, de 22 de agosto de 2016. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Caetité, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências. Caetité, BA, 2016.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBA, maio de 2007. Disponível em: <https://www.gestaocultural.org.br/pdf/Lia%20-%20Pol%C3%ADticas%20Culturais%20no%20Brasil%20balan%C3%A7o%20e%20perspectivas.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2012.

CALDARELLI, Carlos E. A avaliação de impactos ambientais e o licenciamento ambiental no Brasil: reflexões a partir do caso do Complexo Terrestre Cyclone 4. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Rio de Janeiro, FGV, 2011.

CALDARELLI, Carlos E. e CALDARELLI, Solange B. Efetividade do licenciamento ambiental: O caso do Patrimônio Cultural na implantação da UHE Belo Monte. 3º Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto. Seminário Técnico: Propostas para alterações no Licenciamento Ambiental no Brasil. 3º CBAI. Ribeirão Preto, 2014.

CALDARELLI, Carlos E. e CALDARELLI, Solange B. Patrimônio Cultural e Impacto Ambiental no Processo de Avaliação Ambiental Brasileiro: avanços e retrocessos. p. 229-254. In: CAMPOS, Juliano B.; PREVE, Daniel R; SOUZA, Ismael F. de (orgs). Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015.

CALDARELLI, Solange B. e CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Desafios da arqueologia preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos? Revista Arqueologia Pública. Campinas, v.11, n.2, p. 186-2014, 2017.

CALDARELLI, Solange B. e PANACHUK de SÁ, Lillian. A Arqueologia em Avaliações Ambientais de Planos e Programas Governamentais no Brasil: o caso da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Geração Hidrelétrica de Minas Gerais. Publicado em Anais do XIV Congresso da SAB. Florianópolis, 2007. (Edição em CD-Rom). Disponível em: https://www.academia.edu/8807402/Avalia%C3%A7%C3%A3o_ambiental_estrat%C3%A9gica_Arqueologia_Minas_Gerais_2007. Acesso em: 18 jul. 2023.

CALDARELLI, Solange B. e SANTOS, Maria do Carmo M. M. A arqueologia de contrato no Brasil. In: Revista USP. São Paulo, n. 44, p. 52-73, dez /fev. 1999-2000.

CALDARELLI, Solange B. O Estudo Integrado de Bacias Hidrográficas (EIBH): um novo caminho para orientar estudos relativos ao patrimônio arqueológico. p. 127-152. In: M. F. LIMA F. & M. BEZERRA (Org.), Os Caminhos do Patrimônio no Brasil. Goiânia: Alternativa, 2006.

CALDARELLI, Solange B. O Patrimônio Arqueológico na Avaliação Ambiental Integrada de Bacias Hidrográficas. Trabalho apresentado no 1º Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto / 2ª conferência da REDE de Língua Portuguesa de Avaliação de Impactos. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/13313597/O_Patrim%C3%B4nio_Arqueol%C3%B3gico_na_Avalia%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_Integrada_de_Bacias_Hidrogr%C3%A1ficas1. Acesso em: 18 jul. 2023.

CAMPOS, Pedro Henrique P.; BRANDÃO, Rafael V. da M. A construção da usina hidrelétrica de Itaipu durante a ditadura: violações de direitos e favorecimento a grandes grupos econômicos. Projeto História, São Paulo, v. 77, p. 7-34, maio/ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v77p7-34>.

CANCLINI, Nestor G. Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2008.

CÂNDIDO, Manuelina Maria D. Arqueologia Musealizada: patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha. Dissertação (Mestrado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CÂNDIDO, Manuelina Maria D.; WICHES, Camila A. de M. Reflexões sobre museus, turismo e o compromisso público da arqueologia. Revista Iberoamericana de Turismo, Penedo, número especial, p. 103-119, out. 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/2011/1520> . Acesso em: 17 abr. 2022.

CARNEIRO, Carla G. Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

CAVALCANTI, Ana; MALTA, Marize; PEREIRA, Sonia G.; (Orgs.). Histórias da Escola de Belas Artes: revisão crítica de sua trajetória. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ: NAU Editora, 2016.

CERQUEIRA, Monique Hellen S. R. A Guerra do Paraguai na construção nacional do Império. Semina: Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, Passo Fundo, v. 19, n. 2, p. 21–36, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://ojs.upf.br/index.php/ph/article/view/11692> . Acesso em: 02 fev. 2025.

CERVERA, Eulálio C. Plan basico para conservación del medio ambiente. Hidroelectrica de Itaipu, Asunción, 1975.

CEZÁRIO, Hilda Bárbara M. Gestão de museus: estratégias com base na participação comunitária e na identidade territorial. Dissertação (Mestrado). Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

CGU. Controladoria-Geral da União. Operação Pandilha prende prefeito que desviava verba no Pará. Brasília, DF, 24 ago. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2011/08/operacao-pandilha-prende-prefeito-que-desviava-verba-no-para> . Acesso em: 2 mar. 2025.

CHAGAS, Mário de S. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: IBRAM/Garamond, 2009.

CHAGAS, Mário de S. Há uma gota de sangue em cada museu. A ótica museológica de Mário de Andrade. 2. ed. Chapecó: Argos, 2015.

CHAGAS, Mário de S. Museu do Índio: uma instituição singular e um problema universal, p. 175-198. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (org.). Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

CHAGAS, Mario; PRIMO, Judite; ASSUNÇÃO, Paula; STORINO, Claudia. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, v. 55, n. 11, p. 73-103, 2018.

CHAUI, Marilena. A Ideologia da Competência. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

CHAUI, Marilena. O que é Ideologia. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CHMYZ, Igor; MIGUEL, Rucirene. Relatório técnico sobre a arqueologia e a etno-história da área do Parque Nacional do Iguaçu. Curitiba: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFPR; FUNPAR, 1999.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

CHUVA, Márcia R. R. Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

CMT. Casa de Memória Transxingu. Plano Museológico 2015–2020: Casa de Memória Regional em Altamira; Casa de Memória Regional em Vitória do Xingu. Altamira: Scientia Consultoria Científica, 2015.

CONAMA. Resolução n.º 001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Alterada pelas Resoluções n.ºs 11/1986, 05/1987 e 237/1997.

CONAMA. Resolução n.º 006, de 16 de setembro de 1987. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica.

CONAMA. Resolução n.º 009, de 6 de dezembro de 1990. Dispõe sobre normas específicas para o licenciamento ambiental de extração mineral, classes I, III a IX.

CONAMA. Resolução n.º 010, de 03 de dezembro de 1987. Para fazer face à reparação dos danos ambientais causados. Revogada pela Resolução Conama n.º 002, de 18 de abril de 1996. Revogada pela Resolução Conama n.º 371, de 5 de abril de 2006.

CONAMA. Resolução n.º 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.

CONTE, Cláudia H. História e cultura de Foz do Iguaçu: uma realidade distante da atividade turística. In: III Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 2009, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 2009. Disponível em: <https://festivaldascataratas.com/anais/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CORSINO, Célia Maria. Apresentação do Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

COSTA, Carlos Alberto S. e COMERLATO, Fabiana. Você me daria um "cheque em branco"? um olhar sobre o endosso institucional em projetos de Arqueologia. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 115-131, 2014.

COSTA, Carlos Alberto S. Museologia e Arqueologia - parte 1: a materialidade de uma relação interdisciplinar. Revista Museu, v. 40, p. 6, 2008.

COSTA, Carlos Alberto S. Por políticas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: uma escala de sentidos. Habitus, v. 17, p. 101-124, 2019.

COSTA, Carlos Alberto S. Um grito de sobrevivência: agenciamento das bases jurídico-legais de endosso institucional para a guarda e pesquisa de acervos arqueológicos e a militância político-acadêmica das comunidades arqueológica e museológica. Revista de Arqueologia Pública, v. 11, p. 215-253, 2017.

COSTA, Lilian A. L. Política cultural e a atuação do Conselho Nacional de Cultura (1961-1964). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS: teoria e práxis, 2. : 2011. set. 21-23: Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/handle/20.500.11997/18473/Lilian%20Araújo%20Lustosa%20da%20Costa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jan. 2025.

D'ELBOUX, José Roberto. O ensino de caligrafia, desenho de letras e tipografia no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, p-369-381. In: Anais do 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design [= Blucher Design Proceedings, v. 9, n. 2]. São Paulo: Blucher, 2016.

DEMARCHI, João L. Referências culturais da escola, na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2020.

DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François. Conceitos-chave de Museologia. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.

DUTRA, Maria Vitória de M. Centro Nacional de Referência Cultural: o desconhecido acervo consagrado. Dissertação (Mestrado) Brasília: IPHAN, 2017.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. Apresentação. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt>. Acesso em: 26 jul. 2023.

FARIAS, Ana Paula P.; CARDOZO, Poliana Fabíula. Memória e patrimônio: um estudo por meio dos atrativos turísticos da Usina Hidrelétrica de Itaipu em Foz do Iguaçu, PR. Cultura Histórica & Patrimônio, Uberlândia, v. 3, n. 2, p. 53–70, 2016. Disponível em: https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/03_art_farias-cardoso_v3n2. Acesso em: 31 jul. 2024.

FERNANDES, Michelly da S. Museu Paraense Emílio Goeldi e os povos originários: um estudo sobre os saberes e modos de vida indígenas na Amazônia. 2024. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2024.

FIGURELLI, Gabriela R. O público esquecido pelo serviço educativo: estudo de caso sobre um programa educativo direcionado aos funcionários de museu. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes, Lisboa, 2010.

FONSECA, Maria Cecília L. O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Minc-Iphan, 1997.

FOREZ, Llian S.; SANJAD, Nelson; OKADA, Wanda. Construção do espaço museal: ciência, educação e sociabilidade na gênese do Parque Zoológico do Museu Goeldi (1895-1914). Anais do Museu Paulista. São Paulo, Nova Série, vol. 26, p. 1-67, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672018v26e15>.

FOZ DO IGUAÇU (PR). Lei n.º 1.407, de 19 de dezembro de 1985. Cria a Fundação Cultural de Foz do Iguaçu e dá outras providências. Foz do Iguaçu, PR, 1985.

FOZ DO IGUAÇU (PR). Lei n.º 3.645, de 10 de dezembro de 2009. Institui o Sistema Municipal de Cultura de Foz do Iguaçu – SMC, cria o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura – FMIC, estabelece diretrizes para políticas públicas de cultura e dá outras providências. Foz do Iguaçu, PR, 2009.

FOZ DO IGUAÇU (PR). Lei n.º 4.470, de 5 de agosto de 2016. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico e Ambiental do Município de Foz do Iguaçu e dá outras providências. Foz do Iguaçu, PR, 2016.

FOZ DO IGUAÇU (PR). Lei n.º 5.438, de 24 de junho de 2024. Institui o Plano Municipal de Cultura de Foz do Iguaçu e dá outras providências. Foz do Iguaçu, PR, 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

G1 PARÁ. MP investiga fraudes em Vitória do Xingu, sudoeste do Pará. Belém, 18 nov. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/11/mp-investiga-fraudes-em-vitoria-do-xingu-sudoeste-do-para.html>. Acesso em: 2 mar. 2025.

GÂNDARA, Jose Manoel G.; SOUZA, Claudio Alexandre de; LACAY, Marino C. O marketing turístico como instrumento de produção e transformação do espaço na região de Foz do Iguaçu e municípios limítrofes ao Lago de Itaipu. CULTUR, ano 5, n. 2, p. 19-42, ago. 2011.

GASPAR, Lucas Eduardo. Para uma visão ampliada: disputas no campo da memória do trabalho no Ecomuseu de Itaipu. In: I Encuentro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe: cenários linguístico-culturais contemporâneos, 1., 2013, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: Universidade

Federal da Integração Latino-Americana (Unila), 2016. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

GERHARDT, Tatiana E. e SILVEIRA, Denise T. (Orgs.). Métodos de pesquisa. Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica, Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Gilberto Gil. Discurso de posse do Ministério da Cultura, 2003. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/handle/20.500.11997/6330/Discurso%20de%20posse%20do%20Ministro%20da%20Cultura.PDF?sequence=1> . Acesso em: 29 jun. 2021.

GIMENES, Carlos E. R. ... estou preocupado com o antes e o durante e o depois: narrativas e experiências de atingidos por Belo Monte. Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

GIMENES, Carlos E. R. e HAMOY, Idanise S. A. Casa de Memória em Altamira: Patrimônio Cultural Transxingu, p. 622-657. In: Musealidad y patrimonio en la teoría museológica latinoamericana y del Caribe. Olga Nator (Org.). Avellaneda: Undav Ediciones, 2016.

GOELDI. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Disponível em: <http://editora.museu-goeldi.br/humanas/>. Acesso em: 28 jan. 25.

GONÇALVES, José Reginaldo S. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo S. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. Coleção Museu, Memória e Cidadania. Rio de Janeiro, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo S. O patrimônio como categoria de pensamento, p. 25-33. In: ABREU e CHAGAS (orgs). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONÇALVES, Paulo C. M. Projeto Participativo como garantia de apropriação e regionalização de casas de memória de compensação socioambiental de usina hidrelétricas? Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

GORAYEB, Adryane e BRANNSTROM, Christian. Licenciamento ambiental e oposição social à energia eólica: estudo de caso com foco no social GAP em comunidade litorânea do Ceará, Brasil. Revista de Geografia. v. 37, n. 3. p. 65-92. Recife, 2020.

GUARNIERI, Waldísia Rússio C. [1983/1985]. Alguns aspectos do patrimônio cultural: o patrimônio industrial. In: BRUNO, Maria Cristina O. (Coord.). Waldísia Rússio Camargo Guarnieri. Textos e contextos de uma trajetória profissional. Vol. 1. Icom. Governo do Estado de São Paulo. Pinacoteca de São Paulo.

GUARNIERI, Waldísia Rússio C. [1987]. A difusão do patrimônio: novas experiências em museus, programas educativos e promoção cultural. In: BRUNO, Maria Cristina O. (Coord.). Waldísia Rússio Camargo Guarnieri. Textos e contextos de uma trajetória profissional. Vol. 2. Icom. Governo do Estado de São Paulo. Pinacoteca de São Paulo.

GUARNIERI, Waldísia Rússio C. [1990]. Conceito de Cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. In: BRUNO, Maria Cristina O. (Coord.). Waldísia Rússio Camargo Guarnieri. Textos e contextos de uma trajetória profissional. Vol. 1. Icom. Governo do Estado de São Paulo. Pinacoteca de São Paulo.

HOBSBAWM, Eric J. A era das revoluções 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, Eric J. A era dos impérios 1875-1914. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

HÖLLER, Elci. Eventos tradicionais do Ecomuseu de Itaipu: uma experiência de práticas educativas ambientais. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Educação Ambiental. Universidade Federal de Santa Catarina; Itaipu Binacional, Foz do Iguaçu, 1998.

HORA DO BRASIL agora é obrigatória. Memorial da Democracia. Linha do tempo: 22 de julho de 1938. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/no-ar-a-hora-do-brasil#:~:text=Depois%20da%20obrigatoriedade%2C%20institu%C3%ADda%20em,%3A%20informativa%2C%20cultural%20e%20c%C3%ADvica>. Acesso em: 04 jan. 2025.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Cadastro Nacional de Museus. Disponível em: <http://cadastro.museus.gov.br/>. Acesso em: 08 jul. 2022.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Cadastro Nacional de Museus. Disponível em: <http://cadastro.museus.gov.br/>. Acesso em: 09 fev. 2025.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Museu Nacional de Cultura Afro-Brasileira na Bahia poderá ser federalizado. Publicado em 19/07/2013. Disponível em: <https://antigo.museus.gov.br/museu-nacional-de-cultura-afro-brasileira-na-bahia-podera-ser-federalizado/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

ICOM. Conselho Internacional de Museus. Museum Definition. Praga: ICOM, 2022. Disponível em: <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>. Acesso em: 09 fev. 2025.

ICOMOS. Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico. Preparada pelo Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM) e adotada pela 9ª Assembleia Geral do Icomos. Lausanne em 1990.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. Usina traz dinheiro e escândalos a Vitória do Xingu. São Leopoldo, 20 set. 2012. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/513767-usina-traz-dinheiro-e-escandalos-a-vitoria-do-xingu>. Acesso em: 2 mar. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta de Fortaleza. Seminário Internacional Patrimônio Imaterial realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fortaleza, 14 de novembro de 1997. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP). Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br>. Acesso em: 20 dez. 2024.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação. Brasília, DF: IPHAN, 2016a.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instrução Normativa n.º 001 de 02 de março de 2009a. Dispõe sobre as condições de autorização de uso do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instrução Normativa n.º 001 de 25 de março de 2015, estabelece procedimentos a serem observados pelo Iphan nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: Iphan-Minc, 2000.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Lista de portarias de Iphan [Portarias_08_1991_2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br>. Acesso em: 08 jul. 2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ofício GEPAM/DEPAM n° 111/09, de 25 de junho de 2009b. Assunto: Relatório de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n.º 07, de 01 de dezembro de 1988. Regulamenta os pedidos de permissão e a comunicação previa às pesquisas arqueológicas.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n.º 127 de 30 de abril de 2009c, chancela da paisagem. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n.º 159, de 11 de maio de 2016b. Regulamenta os requisitos e procedimentos para celebração de Termo de Ajustamento de Conduta.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n.º 187, de 11 de junho de 2010. Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n.º 196, de 18 de maio de 2016c. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n.º 230, de 17 de dezembro de 2002. Busca compatibilizar as fases das licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia e indica os procedimentos necessários.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n.º 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Processo administrativo n° 01492.000236/2010-02. Projeto de Arqueologia Preventiva nas Áreas de Intervenção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, no Xingu (PA). Brasília, DF: IPHAN, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/servicos/sei>. Acesso em: 30 mar. 2025.

IPN. Instituto Pretos Novos. Museu Memorial. Disponível em: <https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

ITAIPU BINACIONAL. Conhecendo o Ecomuseu da Itaipu Binacional. Web série de 4 episódios, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UJ6CcAi1C9k&list=PLPSA9r-BSoRUnbsOSHeI_QUxme5OBhMta&index=5. Acesso em: 06 mar. 2025.

ITAIPU BINACIONAL. Rede de memórias: 10 anos da Rede Regional de Cultura e Patrimônio da BP3. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2019.

LAGO, André A. C. do. Estocolmo, Rio, Joanesburgo. O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (Funag). Ministério das Relações Exteriores, 2006.

LEAL, Claudia F. B. Patrimônio como direito, licenciamento como possibilidade: conhecimento e ampliação do patrimônio cultural diante da criação do licenciamento ambiental nos anos 1980, p. 1-36. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo, Nova Série, vol. 28. d2e43, 2020.

LEME, Maria Cristina V. e PIETRAFESA, Wania Mara de A. Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964-1985. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, MST, 1986.

LEWIS, Geoffrey D. "Museum". Encyclopaedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/museum-cultural-institution>. Acesso em: 6 jul. 2025.

LIMA, Ilza Carla F. Parques e Patrimônios. Análise da diversidade sociocultural do Parque Saint' Hilaire de Porto Alegre - RS. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2012.

LIMA, Ilza Carla F. Projeto "Formação de agentes culturais e promoção de atividades para a Casa de Memória Transxingu", n.º 204/2022. Projeto aprovado no Edital n.º 001/2022 do Programa de Incentivo à Cultura - Semear. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, n. 34.980, 24 maio 2022.

LIMA, Ilza Carla F.; CALDARELLI, Carlos E. Projeto de Educação Patrimonial com Comunidades Tradicionais – UHE Belo Monte: relatório final. São Paulo: Scientia Consultoria Científica, 2015.

LIMA, Ilza Carla F.; KIPNIS, Renato. Educação Patrimonial Estruturante no contexto do Licenciamento Ambiental. Sim, é possível! In: XXII Congresso da SAB, 2023, Florianópolis. Políticas Patrimoniais e Desafios Contemporâneos. Rio de Janeiro: SAB, v.1, p.213-213, 2023.

LIMA, Ilza Carla F.; MEDEIROS, Marcelo M. Relatório Integrado de Educação Patrimonial - RIEP. In: KIPNIS, Renato (coord.). Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação dos Complexos Eólicos Caetité Fase 2 e Brejinhos, Caetité, BA: salvamento arqueológico, monitoramento arqueológico e educação patrimonial integrada. Processos IPHAN n.º 01502.001456/2016-74 e n.º 01502.000668/2018-04. São Paulo: Scientia, 2023.

LIMA, Tania A. A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências. Revista de Arqueología Americana, n.º. 20, p. 51-79, enero-diciembre, 2001.

LOSADA, Larissa G. O acervo arqueológico no Museu Histórico Sorocabano – SP: uma análise propositiva. 2024. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

LOWENTHAL, David. The Heritage Crusade and the Spoils of History. Cambridge University Press, 1998.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens (Site). Disponível em: <https://mab.org.br/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

MAGALHÃES, Ana. Parque Nacional Caverna do Peruacu é inaugurado oficialmente. Jornal Estado de Minas, 20 dez. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/12/20/interna_gerais,1435599/parque-nacional-caverna-do-peruacu-e-inaugurado-oficialmente.shtml. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARTINS, Alan David B. Casa de Memória Transxingu: patrimônio cultural digital como preservação de patrimônio cultural ameaçado. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural. Belém: UFPA, 2022.

MASB. Museu do Alto Sertão da Bahia. Cartilha. Caetité, PDF, [s/d]. Disponível em: <https://www.portalmasb.com.br/o-museu>. Acesso em: 04 jan. 2025.

MASB. Museu do Alto Sertão da Bahia. Plano Museológico do Museu do Alto Sertão da Bahia – Volume II: Plano Museológico do Museu do Alto Sertão da Bahia. Caetité: Museu do Alto Sertão da Bahia; Zanettini Arqueologia; Programa Catavento/Renova Energia, 2013.

MENESES, Gerson G. L.; CALAMBÁS TRÓCHEZ, Licet Fernanda. Ecomuseo de Itaipu y Museo de la Tierra Guaraní: tiempo, historia y memoria en la frontera Paraguay y Brasil. Revista SURES, Foz do Iguaçu, ano 3, n. 4, p. 90-102, jul. 2014. Disponível em: <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures/article/view/266> . Acesso em: 14 jul. 2024.

MENESES, Ulpiano T. B. Memória e cultura material: documentos pessoais e espaço público. Estudos Históricos, São Paulo, n. 21, p. 89-103, 1998.

MENESES, Ulpiano T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. vol.1 In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009.

MENSCH, Peter van. Towards a methodology of museology. University of Zagreb, Zagreb, 1992.

MIRANDA DE SÁ, Dominichi; ROMERO SÁ, Magali; LIMA, Nísia T. O Museu Nacional e seu papel na história das ciências e da saúde no Brasil. Caderno Saúde Pública 34 (12), 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00192818>.

MORAES, Carine N. Inventário museológico do Museu do Alto Sertão da Bahia na comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro, Caetitê, Bahia. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MORAES, Nilson A. Políticas públicas, políticas culturais e museus no Brasil. Museologia & Patrimônio, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 54–69, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/46/26>. Acesso em: 2 mar. 2025.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz R. (Orgs.). Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

MOURA, Adriana M. M. de. Trajetória da Política Ambiental Federal no Brasil. In: MOURA, Adriana M. M. de. (Org.) Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016.

MOURA, Bruno de F. Seis anos após incêndio, Museu Nacional faz apelo por doações. Agência Brasil, 02/09/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-09/seis-anos-apos-incendio-museu-nacional-faz-apelo-por-doacoes#:~:text=A%20reabertura%20total%20est%C3%A1%20prevista,serve%20como%20jardim%20da%20institui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 04 jan. 2025.

MPPA. Ministério Público do Estado do Pará. Operação investiga fraudes em licitações. Belém, 4 abr. 2018. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/>. Acesso em: 2 mar. 2025.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (Site). Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

MUSEU AFRO BRASIL. História. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/o-museu/hist%C3%B3ria>. Acesso em: 02 fev. 2025.

MUSEU DA ABOLIÇÃO. O Museu. Disponível em: <https://museudaabolicao.museus.gov.br/museu-da-abolicao/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

MUSEU NACIONAL. Revista Arquivos do Museu Nacional. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/amn>. Acesso em: 26 jan. 2025.

NOGUEIRA NETO, Paulo. Diário de Paulo Nogueira-Neto. Uma trajetória ambientalista. São Paulo: Empresa das Artes, 2011.

NOGUEIRA NETO, Paulo. Entrevista à Revista Brasileira de Psicanálise. Vol. 41, n.4, p. 15-24, 2007.

NORTE ENERGIA S.A. Projeto Básico Ambiental (PBA): Usina Hidrelétrica Belo Monte. Versão final. Rio de Janeiro: Norte Energia S.A., 2011.

OLIVEIRA, Rosane de S. e MALVESTIO, Anne C. A regulamentação da Avaliação Ambiental Estratégica no Brasil. In: Sustainability in Debate. Brasília v. 13, n.1, p. 103-115, abr./2022.

ONU. Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible, 2019. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2019/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2019-Spanish.pdf>. Acesso em 19.out.2022.

PANACHUK DE SÁ, Lillian. Arqueologia preventiva e socialmente responsável! Musealização compartilhada e meu mundo expandido. Baixo amazonas, Juruti/Pará. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Resolução nº 54, de 18 de dezembro de 2015. Homologa o tombamento dos Painéis e Murais de Poty Lazzarotto, conforme Processo nº 04/2011.

PARENTE, Maria Tereza V. Embates da memória na arena tapireense: "inventários participativos" como instrumento de abertura museal. 2023. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

PARQUE NACIONAL DA TIJUCA. Disponível em: <https://parquenacionaldatijuca.rio/historia-do-parque-nacional-da-tijuca/>. Acesso em: 05 set. 2023.

PIVETA, Marcos. Ocupação do "Brasil" primordial. Pesquisa Fapesp. Edição 264, fev. 2018. Atualizado em 09 ago. 2024. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/ocupacao-do-brasil-primordial/>. Acesso em: 19 out. 2022.

POLO, Mario Junior A. O termo de ajuste de conduta entre as práticas do Iphan para a arqueologia: avaliação de uma década de conflitos e negociações. In: Revista de Arqueologia. v. 31, n.º 1, p. 151-171, 2018.

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. Antropología y patrimonio. Barcelona: Ariel, 2009.

RABELLO, Sonia. O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

RÁDIO NOVELO. Histórias sem fim. Episódio 72. (Podcast) Programa Rádio Novelo Apresenta, de 11 abril de 2024. Disponível em: <https://radionovelo.com.br/originais/apresenta/historias-sem-fim/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

RAMACCIOTTI, Barbara L. e CALGARO, Gerson A. Construção do conceito de minorias e o debate teórico no campo do Direito, p. 1-30. In: Sequência - Estudos Jurídicos e Políticos. Vol. 42. N.º 89, 2021.

RANGEL, Marcio F. A museologia no mundo contemporâneo. In: Ci. Inf., Brasília, DF, v. 42 n. 3, p.408-418, set./dez., 2013.

RANGEL, Marcio F. Museologia e patrimônio: encontros e desencontros. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 103-112, jan.-abr. 2012.

REIS, João Rodrigo L. ; FARIA, Ivani F.; FRAXE, Therezinha de J. P. Compensação ambiental de megaempreendimentos no estado do Amazonas: relação entre conservação da biodiversidade e desenvolvimento. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 29, n. 1, p. 137-154, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-451320170410>

RESENDE, Regina H. C.; KNIBEL, Carolina M. S. Almanaque de Petrópolis: memórias da educação em Petrópolis. N. 4. Petrópolis: Museu Imperial, 2015.

RIBEIRO, Diego L. A Musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2013.

SALADINO, Alejandra. Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN. 2010. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SÁNCHEZ, Luis E. Avaliação Ambiental Estratégica e sua aplicação no Brasil. Texto preparado como referência para o debate “Rumos da Avaliação Ambiental Estratégica no Brasil”, realizado em 9 de dezembro de 2008 no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/aaeartigo.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

SÁNCHEZ, Luis E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SÁNCHEZ, Luis E. Por que não avança a avaliação ambiental estratégica no Brasil? In: Estudos Avançados. São Paulo, v. 31, n. 89, p. 167-183, jan./abr. 2017

SANTOS, Ana Maria dos. Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil, 1950-1964, p. 1-13. In: Tempo. N.º 7. Vol. 4. Jul. 1999.

SANTOS, Julia P. Entre o impacto socioambiental e a museologia social: a proposta de implantação do Ecomuseu de Itaipu. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História - América Latina). Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

SANTOS, Maria do Carmo M. M. Musealização em Projetos de Arqueologia Consultiva: Perspectivas Patrimoniais para a Estrada de Ferro Carajás [MA/PA]. Tese (Doutorado). Programa de Doutorado em Museologia, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011.

SANTOS, Vinícius M. Os artesãos da pedra: arqueologia e museologia das vasilhas de pedra-sabão em Minas Gerais. 2012. Dissertação (Mestrado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do lugar. Revista CPC, v. 14, n. 27, p. 14-31, 30 ago. 2019.

SEGATO, Rita. Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEILERT, Sara; GOMES, Ana Lúcia de A. Um Museu Nacional em Brasília: considerações sobre a formação de seu acervo. Em Questão, Porto Alegre, v. 30, e-136156, p. 1-30. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.136156>.

SEM/SC. Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina. Boletim Informativo de 04 de maio de 2023 Disponível em: <https://mailchi.mp/9be1f5cfac43/informativo-do-sem-sc-15367113?e=53d22c3f8f>. Acesso em: 4 maio 2023.

SILVA, Abrahão S. N. F. Musealização da arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguaros. 2008. Dissertação (Mestrado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, André F. Bento Rodrigues e as memórias que a lama não apagou: emoções patrimoniais e musealidade na (re)construção das identidades no contexto pós desastre. Tese (Doutorado). Programa de Doutorado em Patrimônio e Museologia, Unirio, 2023.

SILVA, Andressa de A. Jardim Botânico de Brasília: análise da relação do público espontâneo com o discurso e o espaço expositivo. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Bacharel em Museologia. Universidade de Brasília, 2016.

SILVA, Cláudia F. Ecomuseu 30 anos. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2019.

SILVA, Renan F. G. Riscos, saúde e alternativas de produção de conhecimentos para a justiça ambiental: o caso da mineração de urânio em Caetité, BA. 2015. Tese (Doutorado). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

SILVEIRA, Rafaela N. P. de O.; SILVA, Maria de Nazaré A.; SOUSA, Mônica S.; FERNANDES, Lindemberg L.. Indicadores sócio-econômico-ambiental: cenários de três municípios brasileiros com presença de usina hidrelétrica, com ênfase ao município de Altamira-Pará. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, 2017.

SIMÕES, Janaína M. e VIEIRA, Marcelo M. F. A trajetória do campo organizacional da cultura no Brasil. In: V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, entre 27 a 29 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19507.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

SMITH, Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. In.: LAEL, Claudia F. B. e SANCHEZ, Edney (Orgs.). Dossiê Patrimônio e presente: o “discurso autorizado” e os diversos sentidos do patrimônio cultural. Caderno Virtual de Turismo, v.21, n.2, 2021.

SMITH, Laurajane. Intangible Heritage: A challenge to the authorised heritage discourse? Revista d'etnologia de Catalunya, v.40, p. 133-142, 2015.

SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. London: Routledge, 2006.

SOUZA, Jair L. C. e CARODI, Tailini M. “Integrar para não entregar”: A Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Ressignificando a Colonialidade. Das Amazônias, Rio Branco. Acre, v.2, n.2, ago-dez, p. 16-22., 2019.

STERLING, German A. O. Representações museográficas na fronteira: Museo de la Tierra Guarani (Hernandárias/Paraguai) e Ecomuseu (Foz de Iguaçu/Brasil). 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z. Introduction à l'étude de la muséologie. Destinée aux étudiants de l'École Internationale d'Été de Muséologie - EIEM. Brno: Université Masaryk, 1995.

TESSARO, Piero A. B. Pedacos de uma Paulicéia espalhados pela urbe: musealizando uma arqueologia com a cidade. 2014. Dissertação (Mestrado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

TJPA. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Câmaras Criminais Reunidas condenam prefeito de Vitória do Xingu. Belém, 27 jun. 2016. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/comunicacao/noticias/Informes/329711-camaras-criminais-reunidas-condenam-prefeito-de-vitoria-do-xingu.xhtml> . Acesso em: 2 mar. 2025.

TOLEDO, Grasiela T. Musealização da arqueologia e conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial. 2018. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TOLENTINO, Átila B. Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, v. 8, p. 21-44, 2016a.

TOLENTINO, Átila B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, p. 39-48, 2016b.

TSE. Tribunal Supremo Eleitoral. Série Inclusão: a conquista do voto feminino no Brasil. Atualizado em 11/08/2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em: 21 jul. 2023.

TURMINA, Rosana L. Ecomuseu de Itaipu: uma história de integração regional. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Educação Ambiental. Universidade Federal de Santa Catarina; Itaipu Binacional, Foz do Iguaçu, 1998.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Produzida na 32ª sessão da Conferência Geral da Unesco. Paris, 17 de outubro de 2003.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Recomendações de Paris. Tratam da conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas. Produzidas na 15ª Sessão da Conferência Geral da Unesco. Paris, 19 de novembro de 1968.

UNESCO. Recomendações de Nova Delhi. Definem os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas. Produzidas na 9ª Sessão da Conferência Geral da Unesco. Nova Delhi, 05 de dezembro de 1956.

VARINE, Hugues de. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972). In: M. C. O. O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: Documentos selecionados. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

VENTURA, Vânia O. A Pequena África: interpretações museológicas do patrimônio afrodescendente no Rio de Janeiro. 2024. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2024.

VENTURA, Vânia O. Pedra do Sal: patrimônio cultural / museu. 2016. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2016.

VERSIANI, Maria Helena. Entre o palácio e as coleções museológicas do Museu da República. In: Simpósio Nacional de História (Anpuh), 2017.

WELTER, Viviane da S. O centro e as bordas do turismo em Foz do Iguaçu: análise das articulações dos atores locais na construção das políticas públicas de turismo municipais (1968-2019). Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021.

WICHES, Camila A. M. Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (Des) Caminhos da Prática Brasileira. Tese (Doutorado). Programa de Doutorado em Museologia, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2010.

WICHES, Camila A. M. Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

WICHES, Camila A. M.; RIBEIRO, Diego L.; BRUNO, Maria Cristina O (Orgs.). Dossiê Museologias, Coleções e Arqueologias. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 12 n. 24, 2023.

YAGUI, Mirian M. P. Museus e patrimônio industrial: um estudo sobre a musealização do setor elétrico no estado de São Paulo. 2014. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

APÊNDICES

Fichas de Identificação das Iniciativas Museais

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 1
Denominação: Ecomuseu de Itaipu		Status: Ativo
Endereço: Avenida Tancredo Neves 6001, Jardim Itaipu, 85867-318, Foz do Iguaçu, PR Tel.: (45) 3198-1800; (45) 3530-5816; (45) 3520-5833 E-mail: ecomuseu@itaipu.gov.br Data de instalação: 1975-1987		Empreendimento: UHE Itaipu Data de instalação: 1975-1984 Setor: Energético
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Itaipu Binacional		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos: Plano Diretor, 1986		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 9.20.93.0384
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.turismoitaipu.com.br/pt/atracoes/ecomuseu ; https://turismoitaipu.com.br/ https://www.facebook.com/turismoitaipu https://www.instagram.com/turismoitaipu https://www.youtube.com/channel/UCYmhISwBSQfCfTKTBbQM7yA		
Observações Previsto no Plano Ambiental de 1975, para a construção da Usina Itaipu Binacional, o museu foi indicado como meio de tratar da história e arqueologia, a partir do inventário arqueológico que seria realizado. O projeto foi conduzido pela museóloga e arqueóloga Fernanda Camargo de Moro, que tinha uma intensa interação internacional, portanto, ligada às discussões realizadas no período para o campo da museologia, no que se refere ao papel dos museus para a sociedade, gerando, portanto, a primeira iniciativa identificada com a vertente dos ecomuseus, inaugurada na França. O desenvolvimento do projeto englobou não apenas o acervo arqueológico, mas também coleções com material geológico, botânico e faunístico coletado na região, além de peças de valor histórico. Mantido pela própria Usina, ativo há quase 40 anos, atualmente o museu pode ser considerado um museu de empresa, com enfoque de sua exposição permanente voltado para a história da construção do empreendimento e da formação das coleções, além de exposições temporárias que tratam de temas diversos das artes. O atrativo integra o Complexo Turístico da Usina e os atrativos da cidade de Foz do Iguaçu.		

Referências MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Ecomuseu de Itaipu. Disponível em: https://cadastro.museus.gov.br/museus/ecomuseu-de-itaipu . Acesso em: 20 jan. 2025. ITAIPU, Turismo. Disponível em: https://turismoitaipu.com.br/ingressos-e-passeios/itaipu-ecomuseu/ . Acesso em: 20 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 2
Denominação: Polo Astronômico Casimiro Montenegro Filho		Status: Ativo
Endereço: Avenida Presidente Tancredo Neves, 6731, PTI – Parque Tecnológico Itaipu (Itaipu Binacional) , Usina Hidrelétrica de Itaipu, 85867-900, Foz do Iguaçu, PR Tel.: (45) 98831-5729; (45) 3576-7203; (45) 3576-7201; (45) 99947-1118 E-mail: poloastronomico@pti.org.br; janer@pti.org.br Data de instalação: 2009		Empreendimento: UHE Itaipu Data de instalação: 1975-1984 Setor: Energético
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil (Fundação PTI-BR)		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus SIM (x) NÃO ()		ID Ibram: 5.03.12.6342
Cadastro de IGP SIM () NÃO (x)		Status Iphan:
Ponto de Memória SIM () NÃO ()		
Sites e Redes Sociais https://www.itaipuparquetec.org.br/ https://www.facebook.com/itaipuparquetec https://www.instagram.com/itaipuparquetec https://www.youtube.com/@itaipuparquetec https://www.itaipuparquetec.org.br/links/ https://www.itaipuparquetec.org.br/linktree		
Observações "Inaugurado em 2009 tem como objeto Implementar ações de ensino, divulgação e pesquisa em Astronomia e Ciências correlatas, na condição efetiva de um espaço cultural, turístico e educacional,		

com foco na construção de uma cultura científica por meio da popularização das ciências" (Museus.gov, 2025, s.p.).

"Espaço que integrava ciência e educação, o Polo Astronômico Casimiro Montenegro Filho deve ser reativado em 2024 no Ecomuseu de Itaipu. O centro de ciências, que funcionou por 11 anos no Parque Tecnológico Itaipu (PTI), foi fechado em 2020 com a promessa de ser reaberto pela Itaipu Binacional. (...) Gerente da Divisão de Educação Ambiental da Itaipu, Cintia Bena Valoto informou que o polo terá planetário e observatório astronômico, como funcionava no PTI. Ela ainda disse que outros ambientes, como a exposição de meteoritos, que estavam no polo, serão integrados às exposições do Ecomuseu. A intenção de transferir o Polo Astronômico para o Ecomuseu foi centralizar atividades voltadas à astronomia, sustentabilidade ambiental e tecnologia, desenvolvidas pela Itaipu e Fundação Parque Tecnológico Itaipu, divulgou a Itaipu, via assessoria de imprensa. Desse modo, a ideia também é contribuir para a atividade turística regional" (Paro, 2023).

"Nova estrutura, construída no Ecomuseu de Itaipu, proporcionará à turistas e comunidade local, experiências astronômicas, científicas e educacionais. Está em andamento, em Foz do Iguaçu, as obras do novo Polo Astronômico, espaço de popularização da ciência, sob gestão do Parque Tecnológico Itaipu. Com um total de 670,92 m² em área construída, a nova estrutura receberá equipamentos de última geração. Localizado no Ecomuseu de Itaipu, o novo Polo Astronômico receberá, além de professores e estudantes, turistas de várias partes do mundo interessados em entender mais sobre astronomia e ciência. O Polo Astronômico iniciou seu funcionamento no Parque Tecnológico Itaipu (PTI), em 2009 onde permaneceu até 2020, com o objetivo de promover a divulgação científica, educação em astronomia e pesquisa" (Itaipu Parquetec, 2024, s.p.).

Referências

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Polo Astronômico Casimiro Montenegro Filho. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/polo-astronomico-casimiro-montenegro-filho>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ITAIPU Parquetec. Obras do novo Polo Astronômico iniciam, com previsão de entrega para 2025. Foz do Iguaçu, 03/01/2024. Disponível em: <https://www.itaipuparquetec.org.br/obras-do-novo-polo-astronomico-iniciam-com-previsao-de-entrega-para-2025/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PARO, Denise. Fechado há 3 anos, Polo Astronômico de Foz do Iguaçu deve ser reinaugurado em 2024 no Ecomuseu. H2FOZ, 01/06/2023. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/educacao/polo-astronomico-foz-do-iguacu-reinauguracao-ecomuseu/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental

Nº 3

Denominação: Museu de Balbina

Status: Inativo

Endereço: Avenida Rio Negro s/n, Atroari - Vila Atroari, , 69736-000, Presidente Figueiredo, AM

Tel.: (92) 3312-1154; (92) 3312-1160 **E-mail:** emersoncf@eln.gov.br

Data de instalação: 1985

Empreendimento:
UHE Balbina

Data de instalação:
1985-1989

Sector: Energético

Esfera institucional: Pública

Ente federativo: Estadual

Órgão / Gestor:

Instrumento de criação:		Plano Museológico:	
Outros documentos:			
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:	
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:	
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()		
Sites e Redes Sociais			
Observações O Centro de Proteção Ambiental - CPA, projeto do arquiteto Severiano Mario Porto , foi construído, abandonado e em ruínas (Museu de Balbina, 2011). Projetado para receber alguns dos materiais resgatados nos Projetos e Programas desenvolvidos, entre eles, fauna, flora e arqueologia, constituindo-se em um Centro de pesquisas e estudos, em especial sobre o Meio Ambiente. “A respeito deste é bom que se diga, uma das acusações mais frequentes dos engenheiros envolvidos com a UHE, era de que somente o seu Projeto Arquitetônico havia custado quase que o mesmo que a Usina. (...) a sua construção atendeu a interesses nunca explicitados, pois segundo os críticos que se opunham a UHE Balbina, serviu apenas para desviar a atenção da sociedade” (SOUZA, 1995, p. 205-206). Em 2016, uma ação civil pública ajuizada pelo MPF contra a Amazonas Distribuidora de Energia S/A, as Centrais Elétricas do Norte do Brasil e o estado do Amazonas, obrigando-os a apresentarem planos de ações emergenciais para evitar a ruína e o desabamento do prédio do Centro de Proteção Ambiental, diante de “reiterada inadequação da guarda do acervo em conformidade com a legislação vigente, bem como a ausência de curadoria ao longo de quase três décadas. (...) atualmente o acervo encontra-se no Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, vinculado à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas (SEC) e sediado em Manaus” (Lopes et al, 2022, p. 13). Pesquisa científicas relacionadas as tecnologias digitais e o CPA Balbina, investigaram as possibilidades de utilização das tecnologias digitais para a preservação da memória do patrimônio arquitetônico tendo como estudo de caso o Centro de Proteção Ambiental da Usina Hidrelétrica de Balbina projetado por Severiano Mario Porto. Os dados podem ser acessados no Website do autor (Cunha, 2016).			
Referências AMVIB. Associação de Moradores de Balbina. Perfil no Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/balbinaoficial/?locale=pt_BR. Acesso em: 20 jan. 2024. CUNHA, Marco A. B. Projeto de preservação digital do CPA Balbina - Website. Trabalho Final (Graduação). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://marcoabcunha.wixsite.com/balbinadigital. Acesso em: 20 jan. 2025 LOPES, Rhuan Carlos dos S; SANTI, Juliana R.; SILVA, Anna Barbara Cardoso da; SOUZA, Taciane Silveira; MATOS, Amauri Assis; VEIGA, Wagner Fernando; VIANA, Guilherme. História e memória da pesquisa e acervo arqueológico da Usina Hidrelétrica de Balbina. In.: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 17, n. 2, p. 1-23. Belém: MPEG, 2022. MUSEU de Balbina Abandonado. Youtube Perfil @PIO174, 9 de fev. de 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WXmKQ7AwvU. Acesso em: 20 jan. 2024. SOUZA, Maria A. C. M. Modernidade e Preservação. Balbina: o Amazonas e sua primeira hidrelétrica. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Documento, Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 1995.			

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 4
Denominação: Centro Cultural "Capela de Navegantes"		Status: Inativo
Endereço: Itá, SC Tel.: E-mail: Data de instalação: 1997		Empreendimento: UHE Itá Data de instalação: 1996-2000 Sector: Energético
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor:		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais		
Observações A partir do Programa de Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico-cultural da região atingida pelo reservatório da UHE Itá, que passou a ser chamado de Programa “Arca de Noé”, foram desenvolvidas diversas atividades, com a produção de inventários e acervos. Durante o ano de 1994, foram realizadas 3 oficinas de educação patrimonial, sob a coordenação de técnicos do Museu Imperial de Petrópolis e com apoio das secretarias de Educação e Cultural dos municípios atingidos, visando a preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural. Dentre os resultados, surgem trabalhos sistemáticos de resgate e registro: Projeto 'Nossa História' em Aratiba e Projeto os 'Fios do Tempo' em Concordia (Rego, 2000). O Projeto 'Elementos Culturais do Alto Uruguai', que durante o ano de 1997, registrou práticas e referências culturais das comunidades atingidas, que resultou em 80 entrevistas sobre a história e cultura da região, 500 fotos, um vídeo 'Um rio e muitas vidas' e o texto 'O vale Submerso', que sintetizam as informações e observações resultantes das pesquisas (Rego, 2000). Destacam-se ainda, a realização do 'Inventário do Patrimônio Construído', que "registrou cerca de 200 imóveis de valor cultural localizados na área que seria inundada pelo reservatório. (...) foram selecionadas para relocação as 10 edificações mais expressivas, atualmente restauradas e adaptadas como espaços culturais (locais de apresentações de arte, palestras, cursos etc. e 'Casas de Memória')" (Rego, 2000, p. 216-217). Na cidade de Atatiba: "a Casa do Pastor, construção de 1935 (antiga moradia do pastor evangélico Hans Idrich Krause, que antes da II Grande Guerra imigrou da Alemanha para a região e durante várias décadas foi orientador espiritual das comunidades rurais), transformada num pequeno centro de memória e cultura da comunidade de Sarandi; a Capela de Navegantes, adaptada para um centro cultural e; uma antiga casa “típica germânica” originária da linha Lajeado das Pedras, da década de 1930, relocada em 2004 e transformada em um museu municipal. Estes três exemplos de edificações foram desmontadas e remontadas em outra localidade, em consequência da implantação da barragem. (...) A Casa do Pastor e a Igreja de Navegantes estão abandonadas, relegadas à própria sorte. O Museu está fechado, devido à falta de manutenção e perigo aos visitantes" (Pereira e Valle, 2019, p.		

296-297).

Referências

PEREIRA, Natália Biscaglia e VALLE, Ângela Do. Fragmentos de memórias no Norte gaúcho: as construções em madeira dos (i) migrantes e a barragem de Itá. In: Patrimônio e Memória. Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 285-307, julho-dezembro de 2019.

REGO, Maria Elisabeth P. A Educação Patrimonial como parte do "Programa Arca de Noé". In: Cadernos do Ceon. V. 14, N. 12, p. 201-220, junho, 2000.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 5
Denominação: Museu Municipal "Casa germânica"		Status: Inativo
Endereço: Itá, SC Tel.: E-mail: Data de instalação: 1997		Empreendimento: UHE Itá Data de instalação: 1996-2000 Setor: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Prefeitura Municipal de Itá, Secretaria Municipal de Cultura		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais		
Observações A partir do Programa de Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico-cultural da região atingida pelo reservatório da UHE Itá, que passou a ser chamado de Programa “Arca de Noé”, foram desenvolvidas diversas atividades, com a produção de inventários e acervos. Durante o ano de 1994, foram realizadas 3 oficinas de educação patrimonial, sob a coordenação de técnicos do Museu Imperial de Petrópolis e com apoio das secretarias de Educação e Cultural dos municípios atingidos, visando a preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural. Dentre os resultados, surgem trabalhos sistemáticos de resgate e registro: Projeto 'Nossa História' em Aratiba e Projeto os 'Fios do Tempo' em Concordia (Rego, 2000). O Projeto 'Elementos Culturais do Alto Uruguai', que durante o ano de 1997, registrou práticas e referências culturais das comunidades atingidas, que resultou em 80 entrevistas sobre a história e cultura da região, 500 fotos, um vídeo 'Um rio e muitas		

vidas' e o texto 'O vale Submerso', que sintetizam as informações e observações resultantes das pesquisas (Rego, 2000).

Destacam-se ainda, a realização do 'Inventário do Patrimônio Construído', que "registrou cerca de 200 imóveis de valor cultural localizados na área que seria inundada pelo reservatório. (...) foram selecionadas para relocação as 10 edificações mais expressivas, atualmente restauradas e adaptadas como espaços culturais (loais de apresentações de arte, palestras, cursos etc. e 'Casas de Memória')" (Rego, 2000, p. 216-217). Na cidade de Atatiba: "a Casa do Pastor, construção de 1935 (antiga moradia do pastor evangélico Hans Idrich Krause, que antes da II Grande Guerra imigrou da Alemanha para a região e durante várias décadas foi orientador espiritual das comunidades rurais), transformada num pequeno centro de memória e cultura da comunidade de Sarandi; a Capela de Navegantes, adaptada para um centro cultural e; uma antiga casa "típica germânica" originária da linha Lajeado das Pedras, da década de 1930, relocada em 2004 e transformada em um museu municipal. Estes três exemplos de edificações foram desmontadas e remontadas em outra localidade, em consequência da implantação da barragem. (...) A Casa do Pastor e a Igreja de Navegantes estão abandonadas, relegadas à própria sorte. O Museu está fechado, devido à falta de manutenção e perigo aos visitantes" (Pereira e Valle, 2019, p. 296-297).

Referências

PEREIRA, Natália B. e VALLE, Ângela Do. Fragmentos de memórias no Norte gaúcho: as construções em madeira dos (i) migrantes e a barragem de Itá. In: Patrimônio e Memória. Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 285-307, julho-dezembro de 2019.

REGO, Maria Elisabeth P. A Educação Patrimonial como parte do "Programa Arca de Noé". In: Cadernos do Ceon. V. 14, N. 12, p. 201-220, junho, 2000.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do "Museu-Solução": políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 6
Denominação: Centro de Memória e Cultura "Casa do Pastor"		Status: Inativo
Endereço: Itá, SC Tel.: E-mail: Data de instalação: 1997		Empreendimento: UHE Itá Data de instalação: 1996-2000 Setor: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Prefeitura Municipal de Itá, Secretaria Municipal de Cultura		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:

Ponto de Memória SIM () NÃO ()
Sites e Redes Sociais
Observações A partir do Programa de Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico-cultural da região atingida pelo reservatório da UHE Itá, que passou a ser chamado de Programa “Arca de Noé”, foram desenvolvidas diversas atividades, com a produção de inventários e acervos. Durante o ano de 1994, foram realizadas 3 oficinas de educação patrimonial, sob a coordenação de técnicos do Museu Imperial de Petrópolis e com apoio das secretarias de Educação e Cultural dos municípios atingidos, visando a preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural. Dentre os resultados, surgem trabalhos sistemáticos de resgate e registro: Projeto 'Nossa História' em Aratiba e Projeto os 'Fios do Tempo' em Concordia (Rego, 2000). O Projeto 'Elementos Culturais do Alto Uruguai', que durante o ano de 1997, registrou práticas e referências culturais das comunidades atingidas, que resultou em 80 entrevistas sobre a história e cultura da região, 500 fotos, um vídeo 'Um rio e muitas vidas' e o texto 'O vale Submerso', que sintetizam as informações e observações resultantes das pesquisas (Rego, 2000). Destacam-se ainda, a realização do 'Inventário do Patrimônio Construído', que "registrou cerca de 200 imóveis de valor cultural localizados na área que seria inundada pelo reservatório. (...) foram selecionadas para relocação as 10 edificações mais expressivas, atualmente restauradas e adaptadas como espaços culturais (locais de apresentações de arte, palestras, cursos etc. e 'Casas de Memória')" (Rego, 2000, p. 216-217). Na cidade de Atatiba: "a Casa do Pastor, construção de 1935 (antiga moradia do pastor evangélico Hans Idrich Krause, que antes da II Grande Guerra imigrou da Alemanha para a região e durante várias décadas foi orientador espiritual das comunidades rurais), transformada num pequeno centro de memória e cultura da comunidade de Sarandi; a Capela de Navegantes, adaptada para um centro cultural e; uma antiga casa “típica germânica” originária da linha Lajeado das Pedras, da década de 1930, relocada em 2004 e transformada em um museu municipal. Estes três exemplos de edificações foram desmontadas e remontadas em outra localidade, em consequência da implantação da barragem. (...) A Casa do Pastor e a Igreja de Navegantes estão abandonadas, relegadas à própria sorte. O Museu está fechado, devido à falta de manutenção e perigo aos visitantes" (Pereira e Valle, 2019, p. 296-297).
Referências PEREIRA, Natália Biscaglia e VALLE, Ângela Do. Fragmentos de memórias no Norte gaúcho: as construções em madeira dos (i) migrantes e a barragem de Itá. In: Patrimônio e Memória. Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 285-307, julho-dezembro de 2019. REGO, Maria Elisabeth P. A Educação Patrimonial como parte do "Programa Arca de Noé". In: Cadernos do Ceon. V. 14, N. 12, p. 201-220, junho, 2000.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 7
Denominação: Casa de Memória Camarolli - Museu da Nova Itá		Status: Ativo
Endereço: Rua 4, 17 , Centro, 89760-000, Itá, SC		Empreendimento: UHE Itá

Tel.: (49) 3458-1047 E-mail: cultura@ita.sc.gov.br; cultura2@ita.sc.gov.br; didicoura@hotmail.com Data de instalação: 1997		Data de instalação: 1996-2000 Sector: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Prefeitura Municipal de Itá, Secretaria Municipal de Cultura		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus SIM (x) NÃO ()		ID Ibram: 5.24.36.7309
Cadastro de IGP SIM () NÃO (x)		Status Iphan:
Ponto de Memória SIM () NÃO ()		
Sites e Redes Sociais http://www.ita.sc.gov.br https://www.facebook.com/museuemita/?locale=pt_BR https://www.instagram.com/explore/locations/1385453008163467/museu-casa-camarolli-e-casa-alberton/		
Observações A partir do Programa de Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico-cultural da região atingida pelo reservatório da UHE Itá, que passou a ser chamado de Programa "Arca de Noé", foram desenvolvidas diversas atividades, com a produção de inventários, acervos e implementação de casas de memória e cultura. Durante o ano de 1994, foram realizadas 3 oficinas de educação patrimonial, sob a coordenação de técnicos do Museu Imperial de Petrópolis e com apoio das secretarias de Educação e Cultural dos municípios atingidos, visando a preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural. Dentre os resultados, surgem trabalhos sistemáticos de resgate e registro: Projeto 'Nossa História' em Aratiba e Projeto os 'Fios do Tempo' em Concordia (Rego, 2000). O Projeto 'Elementos Culturais do Alto Uruguai', que durante o ano de 1997, registrou práticas e referências culturais das comunidades atingidas, que resultou em 80 entrevistas sobre a história e cultura da região, 500 fotos, um vídeo 'Um rio e muitas vidas' e o texto 'O vale Submerso', que sintetizam as informações e observações resultantes das pesquisas (Rego, 2000). Destacam-se ainda, a realização do 'Inventário do Patrimônio Construído', que "registrou cerca de 200 imóveis de valor cultural localizados na área que seria inundada pelo reservatório. (...) foram selecionadas para relocação as 10 edificações mais expressivas, atualmente restauradas e adaptadas como espaços culturais (loais de apresentações de arte, palestras, cursos etc. e 'Casas de Memória')" (Rego, 2000, p. 216-217). Notícias de 2014 indica que duas casas de memória, trazidas da antiga cidade, antes da inundação e remontadas na nova cidade de Itá, seriam restauradas com recursos do Fundo Para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), gerido pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC): "A Casa de Memória Camarolli foi construída por Felipe Camarolli e seu sogro, Guilherme Ludovico Otto Stentzler, entre os anos de 1945 e 1946. A edificação, que tem arquitetura italiana e atualmente abriga o museu da Nova Itá, mantém o acervo histórico cultural da comunidade, com fotos e objetos sobre a relocação da cidade de Itá e memória do cotidiano. Nas diversas salas do museu, é possível encontrar também peças sacras e objetos típicos da cozinha de descendentes italianos e alemães. A nova cidade de Itá é totalmente planejada em virtude da construção da Usina Hidrelétrica de Itá, no leito do Rio Uruguai. Atualmente, a economia da cidade tem como uma das principais bases o turismo. Pessoas de diferentes regiões visitam o município para saber como uma cidade inteira foi reconstruída		

e planejada no alto de uma montanha e também para visitar o lago da Usina, onde é possível ver as duas torres da antiga Igreja Matriz São Pedro de Itá. Além do turismo histórico, Itá também explora um parque aquático construído à beira do Lago e oferece aos visitantes a tranquilidade de uma cidade do Oeste de Santa Catarina” (MPSC, 2014, s./p.).

Referências

REGO, Maria Elisabeth P. A Educação Patrimonial como parte do "Programa Arca de Noé". In: Cadernos do Ceon. V. 14, N. 12, p. 201-220, junho, 2000.

MPSC. Ministério Público de Santa Catarina. Casas históricas serão restauradas em Itá com recursos do FRBL. 19.08.2014. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/web/guest/w/noticias/casas-historicas-serao-restauradas-em-ita-com-recursos-do-frbl>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Casa de Memória Camarolli. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/casa-de-memoria-camarolli>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 8
Denominação: Casa de Cultura Alberton		Status: Ativo
Endereço: Praça Luiz Sartoretto, 17 , Centro, 89760-000, Itá, SC Tel.: (49) 3458-1047 E-mail: cultura@ita.sc.gov.br; cultura2@ita.sc.gov.br Data de instalação: 1997		Empreendimento: UHE Itá Data de instalação: 1996-2000 Setor: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Prefeitura Municipal de Itá, Secretaria Municipal de Cultura		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus SIM (x) NÃO ()		ID Ibram: 1.08.41.8297
Cadastro de IGP SIM () NÃO (x)		Status Iphan:
Ponto de Memória SIM () NÃO ()		
Sites e Redes Sociais http://www.ita.sc.gov.br https://www.facebook.com/museuemita/?locale=pt_BR https://www.instagram.com/explore/locations/1385453008163467/museu-casa-camarolli-e-casa-alberton/		

Observações

A partir do Programa de Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico-cultural da região atingida pelo reservatório da UHE Itá, que passou a ser chamado de Programa "Arca de Noé", foram desenvolvidas diversas atividades, com a produção de inventários, acervos e implementação de casas de memória e cultura.

Durante o ano de 1994, foram realizadas 3 oficinas de educação patrimonial, sob a coordenação de técnicos do Museu Imperial de Petrópolis e com apoio das secretarias de Educação e Cultural dos municípios atingidos, visando a preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural. Dentre os resultados, surgem trabalhos sistemáticos de resgate e registro: Projeto 'Nossa História' em Aratiba e Projeto os 'Fios do Tempo' em Concórdia (Rego, 2000). O Projeto 'Elementos Culturais do Alto Uruguai', que durante o ano de 1997, registrou práticas e referências culturais das comunidades atingidas, que resultou em 80 entrevistas sobre a história e cultura da região, 500 fotos, um vídeo 'Um rio e muitas vidas' e o texto 'O vale Submerso', que sintetizam as informações e observações resultantes das pesquisas (Rego, 2000).

Destacam-se ainda, a realização do 'Inventário do Patrimônio Construído', que "registrou cerca de 200 imóveis de valor cultural localizados na área que seria inundada pelo reservatório. (...) foram selecionadas para relocação as 10 edificações mais expressivas, atualmente restauradas e adaptadas como espaços culturais (loais de apresentações de arte, palestras, cursos etc. e 'Casas de Memória')" (Rego, 2000, p. 216-217).

Notícias de 2014 indica que duas casas de memória, trazidas da antiga cidade, antes da inundação e remontadas na nova cidade de Itá, seriam restauradas com recursos do Fundo Para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), gerido pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC):

"A Casa de Memória Alberton é a mais antiga das duas. Foi construída, originalmente, na década de 1930 e Henrique Pille foi seu primeiro dono. Posteriormente, foi usada como moradia da família Alberton e como armazém de secos e molhados. A edificação é um significativo remanescente da arquitetura alemã, com paredes em peças de madeiras com encaixes e estrutura típica das construções de descendentes de imigrantes alemães. A Casa está localizada na Praça Luís Sartoretto, no centro da nova cidade. (...) A nova cidade de Itá é totalmente planejada em virtude da construção da Usina Hidrelétrica de Itá, no leito do Rio Uruguai. Atualmente, a economia da cidade tem como uma das principais bases o turismo. Pessoas de diferentes regiões visitam o município para saber como uma cidade inteira foi reconstruída e planejada no alto de uma montanha e também para visitar o lago da Usina, onde é possível ver as duas torres da antiga Igreja Matriz São Pedro de Itá. Além do turismo histórico, Itá também explora um parque aquático construído à beira do Lago e oferece aos visitantes a tranquilidade de uma cidade do Oeste de Santa Catarina" (MPSC, 2014, s./p.).

Referências

REGO, Maria Elisabeth P. A Educação Patrimonial como parte do "Programa Arca de Noé". In: Cadernos do Ceon. V. 14, N. 12, p. 201-220, junho, 2000.

MPSC. Ministério Público de Santa Catarina. Casas históricas serão restauradas em Itá com recursos do FRBL. 19.08.2014. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/web/guest/w/noticias/casas-historicas-serao-restauradas-em-ita-com-recursos-do-frbl>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Casa de Cultura Alberton. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/casa-de-cultura-alberton>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do "Museu-Solução": políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental

Nº 9

Denominação: Centro de Divulgação Ambiental - CDA

Status: Ativo

Endereço: Avenida Tancredo Neves, 1900, Centro, 89760-000, Itá, SC Tel.: (49) 3458-8000; 0800 645 5800 E-mail: https://consorcioita.com.br/secoes/conteudo/sobre-o-cda Data de instalação: 2001		Empreendimento: UHE Itá Data de instalação: 1996-2000 Setor: Energético
Esfera institucional: Privada Órgão / Gestor: Consórcio Itá		Ente federativo: Não se aplica
Instrumento de criação: Outros documentos:		Plano Museológico:
Cadastro de Museus SIM () NÃO (x) Cadastro de IGP SIM () NÃO (x) Ponto de Memória SIM () NÃO ()		ID Ibram: Status Iphan:
Sites e Redes Sociais https://consorcioita.com.br/secoes/conteudo/sobre-o-cda https://www.facebook.com/@consorcioita2000 https://www.instagram.com/consorcioita/ https://www.youtube.com/@consorcioita/featured https://beacons.ai/usinahidreletricaita		
Observações Proposto no EIA-Rima (1988), no Programa de Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico-cultural da região atingida pelo reservatório da UHE Itá, que passou a ser chamado de Programa "Arca de Noé", que resultaria na organização de exposição permanente no Centro de Divulgação Ambiental, espaço de âmbito regional, que deveria abrigar acervo representativo de toda a área atingida, além de elementos dos demais programas Ambientais, assim como a remoção, para preservação, das edificações notáveis, "sempre que possível foram reutilizadas como CASAS DE MEMÓRIA, entendidas como locais para guarda e exposição de documentos e objetos de valor histórico-cultural e para a realização de eventos e encontros entre as pessoas da comunidade, visando o resgate e a preservação dos seus costumes e manifestações culturais, bem como a rearticulação de suas referências perdidas em função da construção da usina de Itá" (Rego, 1998, p.8). Durante o ano de 1994, foram realizadas 3 oficinas de educação patrimonial, sob a coordenação de técnicos do Museu Imperial de Petrópolis e com apoio das secretarias de Educação e Cultural dos municípios atingidos, visando a preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural. Dentre os resultados, surgem trabalhos sistemáticos de resgate e registro: Projeto 'Nossa História' em Aratiba e Projeto os 'Fios do Tempo' em Concórdia (Rego, 2000). Destacam-se ainda, a realização do 'Inventário do Patrimônio Construído', que "registrou cerca de 200 imóveis de valor cultural localizados na área que seria inundada pelo reservatório. (...) foram selecionadas para relocação as 10 edificações mais expressivas, atualmente restauradas e adaptadas como espaços culturais (locais de apresentações de arte, palestras, cursos etc. e 'Casas de Memória')" (Rego, 2000, p. 216-217). Além disso, o Projeto 'Elementos Culturais do Alto Uruguai', que durante o ano de 1997, registrou práticas e referências culturais das comunidades atingidas, que resultou em 80 entrevistas sobre a história e cultura da região, 500 fotos, um vídeo 'Um rio e muitas vidas' e o texto 'O vale Submerso', que sintetizam as informações e observações resultantes das pesquisas (Rego, 2000). Centro de Divulgação Ambiental – CDA, criado em 2001, com a finalidade de desenvolver o Programa de		

Educação Ambiental – PEA e divulgar e disponibilizar as informações referentes aos estudos socioambientais e as informações técnicas dos processos da Usina. Tem como objetivo principal receber os visitantes, apresentar os programas e informações da Usina. Possui auditório e salão de exposições, atende grupos e realiza visitas às estruturas da UHE Itá, ao Horto Botânico e divulga os programas sociais e ambientais realizados por esta Usina. As atividades são desenvolvidos especialmente para os 11 municípios atingidos pelo reservatório e a "interação da Usina com a comunidade do entorno e o meio ambiente é avaliada continuamente por meio de 13 programas socioambientais listados na licença operacional da Usina" (Itá, 2024, s./p.).

Referências

ITÁ, Consórcio. Sobre o CDA. Disponível em: <https://consorcioita.com.br/secoes/conteudo/programa-de-educacao-ambiental>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ITÁ, Consórcio. Tour virtual. Disponível em: <https://tourvirtual.consorcioita.com.br/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

REGO, Maria Elisabeth P. A Educação Patrimonial como parte do "Programa Arca de Noé", p. 201-220. In: Cadernos do Ceon. V. 14, N. 12. Junho, 2000.

REGO, Maria Elisabeth P. Programa “Arca De Noé”: Esforços para a preservação do Patrimônio Histórico-Cultural da região atingida pelo reservatório da UHE Itá. Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. FAU-PUC. Campinas, 1998.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 10
Denominação: Museu Regional do Iguaçu		Status: Ativo
Endereço: Vila Residencial da UHE Gov. Ney A Braga, s/n , Vila Copel, 85195-000, Reserva do Iguaçu, PR Tel.: (42) 3621-5775; (42) 3675-1801; (42) 3675-1805 E-mail: museu.iguacu@copel.com; blachechen65@gmail.com; educacaoreserva@gmail.com; gabinete@reservadoiguacu.pr.gov.br Data de instalação: 2000		Empreendimento: UHE Segredo - Gov. Ney Braga Data de instalação: 1987-1991 Setor: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu, Departamento de Cultura		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 6.75.47.5685
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	

Sites e Redes Sociais

Site: https://www.copel.com/hpcopel/hotsite_museu/

Facebook: https://www.facebook.com/profile.php?id=100049956768389&locale=pt_BR

Observações

Proposto no EIA-RIMA (1987), através do Programa de Aproveitamento Científico de Flora e Fauna, o qual deveria “dar subsídios à criação de um museu do reservatório”. O Museu foi constituído dentre as ações compensatórias em face aos impactos e alterações socioambientais causados na implantação da Usina, a partir de coleções e acervo oriundo do Programa de Resgate da Memória Cultural, do Programa de Resgate Arqueológico e do Programa de Aproveitamento Científico de Flora e Fauna da região de impacto do empreendimento (Kobelinski, 2016).

O Museu Regional do Iguaçu é resultado do compromisso da Companhia Paranaense de Energia-COPEL com a sociedade, já que ele é uma das ações compensatórias em face dos impactos e alterações socioambientais causados na implantação da Usina Hidrelétrica Gov. Ney Braga. O Museu é reconhecido como uma iniciativa pioneira no setor elétrico e tem sido um espaço de reflexão, debate e educação socioambiental. Por meio de seu trabalho, conserva, preserva, valoriza e dissemina a memória das populações que teceram e tecem a história do rio Iguaçu, a partir de coleções e acervo oriundo do Programa de Resgate da Memória Cultural, do Programa de Resgate Arqueológico e do Programa de Aproveitamento Científico de Flora e Fauna da região de impacto do empreendimento hidrelétrico (Museus.gov, 2025).

A transferência de responsabilidade para o município foi o resultado de três anos de negociações entre a administração municipal e a Copel. Em dezembro de 2023, a Copel lançou um edital para a transferência do direito de propriedade das coleções museológicas. Em 5 de janeiro de 2024, o município formalizou seu interesse, e em 5 de abril de 2024, foi assinado o Termo de Transferência do Acervo (Paraná, 2024).

Referências

KOBELINSKI, Michel. As linguagens do Museu Regional do Iguaçu e a nova museologia (2000-2015). Diálogos. V. 20, N. 1, p. 147-159, 2016.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu Regional do Iguaçu. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-regional-do-iguacu>. Acesso em: 20 jan. 2025.

PARANÁ, Correio do Povo do. Reserva do Iguaçu: Museu Regional do Iguaçu passa a ser administrado pelo município. Correio do Povo do Paraná, 15 ago. 2024. Disponível em: <https://www.jcorreiodopovo.com.br/turismo/reserva-do-iguacu-museu-regional-do-iguacu-passa-a-ser-administrado-pelo-municipio/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental

Nº 11

Denominação: Museu de Arqueologia de Xingó (MAX/UFS)

Status: Ativo

Endereço: Rodovia Canindé, Piranhas, Trevo da UHE Xingó, 49820-000, Caninde do São Francisco, SE

Empreendimento: UHE Xingó

Tel.: (82) 98849-2622, (79) 3194-6453, (79) 3194-6453 **E-mail:** max@ufs.br; sampaiotv@gmail.com; museudearqueologia.ufs@gmail.com

Data de instalação: 1987-1994

Data de instalação: 2000		Sector: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Federal
Órgão / Gestor: Ministério da Educação, Universidade Federal de Sergipe (UFS)		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 6.51.92.1259
Cadastro de IGP	SIM (x) NÃO ()	Status Iphan: Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais http://www.max.ufs.br https://www.facebook.com/museudearqueologiadxingo?fref=ts https://www.instagram.com/museudearqueologiadxingo/ https://linktr.ee/museudearqueologiadxingo		
Observações O MAX salvaguarda os vestígios recuperados durante o Projeto Arqueológico de Xingó - PAX, realizado em decorrência da construção da UHE-Xingó e foi responsável pela identificação de cerca de 50 sítios arqueológicos, revelando vestígios líticos, cerâmicos, faunísticos e sepultamentos humanos (Museus.BR, 2025). Projetado para receber materiais resgatados através do Programa de Salvamento Arqueológico: "De acordo com o documento 'Retratos de um Patrocínio', em 1997 o PAX concluiu o Relatório de Salvamento Arqueológico sem, no entanto, vislumbrar um futuro para a pesquisa e extroversão pública do conhecimento acumulado nesse período. Nesse contexto, 'a ideia do Museu nasceu, então, como uma estratégia para permitir a manutenção de uma atividade de pesquisa na área' (Retratos de um Patrocínio, 2006, p.9). O Museu de Arqueologia de Xingó foi instituído a partir de uma parceria firmada, de maneira tripartite, na qual se inscrevem a Universidade Federal de Sergipe, a Petrobrás e a CHESF. Vale apontar, nesse sentido, que existe uma pujante vinculação entre a UFS e as autarquias federais citadas, Petrobrás e CHESF, cujos papéis de patrocinadores e apoiadores, respectivamente, é imperativo no processo de implantação e manutenção das atividades da instituição. Nesse âmbito, a Petrobrás adentra no processo como o principal provedor de recursos, por intermédio da Lei de Incentivo à Cultura, no interstício de 2001 a 2008" (Ribeiro, 2012, p. 121).		
Referências MUSEUS, Conhecendo. MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ DA UFS (Ep. 41). Youtube, 03 fev. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XmjUizTnxME. Acesso em: 20 jan. 2024. MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu de Arqueologia de Xingó. Disponível em: https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-de-arqueologia-de-xingo-max-universidade-federal-de-sergipe. Acesso em: 20 jan. 2025. RIBEIRO, Diego Lemos. A Musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2012.		

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 12
Denominação: Museu Água Vermelha - Museu Cultural e Arqueológico de Ouroeste		Status: Ativo
Endereço: Avenida dos Bandeirantes 2090, Jardim Sarinha, 15685-000, Ouroeste, SP Tel.: (17) 3843-3853 E-mail: museu@ouroeste.sp.gov.br Data de instalação: 2003		Empreendimento: UHE Água Vermelha Data de instalação: 1973-1979 Sector: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Prefeitura Municipal de Ouroeste , Secretaria Municipal de Educação		
Instrumento de criação: Lei municipal nº 224/2001		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus SIM (x) NÃO ()		ID Ibram: 2.41.12.2880
Cadastro de IGP SIM () NÃO (x)		Status Iphan:
Ponto de Memória SIM () NÃO ()		
Sites e Redes Sociais https://www.museuaguavermelha.com.br/ https://www.facebook.com/profile.php?id=100063882404655 https://www.instagram.com/museuaguavermelha/ https://www.youtube.com/@MUSEUDEOUROESTEANOSDEHISTORIA		
Observações A exposição virtual do Museu Água Vermelha apresenta um pouco da pré-história dos habitantes antigos das margens do rio Grande e região, com descobertas arqueólogos em pesquisas feitas nas áreas da Usina Hidrelétrica Água Vermelha (Museu Água Vermelha, 2024). Construído a partir de um Termo de Ajuste de Conduta, em 2002, firmado junto ao Ministério Público Federal, por uma procuradora da República, pelo prefeito municipal de Ouroeste e por uma representante do IPHAN e da AES Tietê S. A, para receber materiais arqueológicos resgatados de área impactada pelo empreendimento. Os materiais foram evidenciados a partir da queda de uma árvore, em 1997. Pesquisadores da USP foram contratados para realizar as pesquisas arqueológicas e a elaboração e implantação de projeto museológico (Freire, 2003).		
Referências CURY, Marília Xavier. Comunicação Museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, 2005. FREIRE, Sílvia. Construção de usina, na divisa entre SP e MG, revelou que quatro culturas viveram na		

região; museu reúne 12 mil peças. Folha de São Paulo, 14 set. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1409200311.htm>. Acesso em: 08 dez. 2024.

MUSEU ÁGUA VERMELHA. Disponível em: <https://www.museuaguavermelha.com.br/>. Acesso em: 08 dez. 2024.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu Cultural e Arqueológico de Ouroeste - Museu Água Vermelha. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-cultural-e-arqueologico-de-ouroeste-museu-agua-vermelha>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 13
Denominação: Memorial Serra da Mesa		Status: Ativo
Endereço: Rua Adelino Fernandes de Carvalho, s/n, Lt 01-A Qd 01, Lago Sereno, 76400-000, Uruaçu, GO Tel.: (62) 3357- 4145 E-mail: memorialsserradamesa@gmail.com; gabinete@uruacu.go.gov.br Data de instalação: 2006		Empreendimento: UHE Serra da Mesa Data de instalação: 1986-1998 Setor: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Prefeitura Municipal de Uruaçu, Secretaria de Cultura e Turismo		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus SIM (x) NÃO () Cadastro de IGP SIM () NÃO (x) Ponto de Memória SIM () NÃO ()		ID Ibram: 9.75.25.7315 Status Iphan:
Sites e Redes Sociais https://www.facebook.com/memorialsserradamesa https://www.youtube.com/user/MemorialSerradaMesa		
Observações Idealizado localmente com a perspectiva de engajar a economia da região. “No Plano de Diretrizes do Instituto Qualitas de Goiânia foram elaboradas diretrizes gerais para os planos diretores municipais das cidades do entorno do Lago Serra da Mesa e grande parte da argumentação técnica do documento define o uso turístico – cultural do Lago como um aspecto econômico fundamental. Para Uruaçu, e a sua posição geográfica que o ajudou ao longo de sua história, tanto pela BR 153, como também por ser uma cidade que se articula facilmente com a capital federal e a capital do Estado, mais uma vez o beneficiou, pois agora é a única cidade que seu perímetro urbano se estende até às margens do Lago Serra da Mesa, o que faz dela um sítio ideal para a atividade que mais cresce no mundo: o turismo” (Adorno, 2011, p. 14). “Com a construção da Hidrelétrica de Serra da Mesa houve um grande impacto ambiental e social em toda a região atingida pelo alagamento. Muitas famílias perderam suas terras indo para as cidades		

próximas, grande parte do cerrado e sua história ficaram debaixo das águas. O objetivo do Memorial é resgatar a história da região, promover a educação ambiental e ser um centro de referência da cultura goiana, especialmente da região de Serra da Mesa” (Memorial..., 2024).
A partir de uma liminar, em 2022, a prefeitura de Uruaçu passou a ser a responsável legal do Memorial Serra da Mesa, até decisão judicial definitiva (Prefeito..., 2022).

Referências

ADORNO, Josiane das Graças. O Memorial Serra da Mesa e a cidade de Uruaçu (GO) (1940 – 2000). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, p. 1-15. São Paulo, julho 2011.
Memorial Serra da Mesa. Site Museu do Cerrado. Disponível em: <https://museucerrado.com.br/eco-historia/memorial-serra-da-mesa/>. Acesso em: 04 dez. 2024.
MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Memorial Serra da Mesa. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/memorial-serra-da-mesa>. Acesso em: 20 jan. 2025.
Prefeito Valmir Pedro consegue vitória na Justiça em favor do Memorial Serra da Mesa. Jornal Cidade, 12 fev. 2022. Disponível em: <https://jotacidade.com/noticias/prefeito-valmir-pedro-consegue-vitoria-na-justica-em-favor-do-memorial-serra-da-mesa/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 14
Denominação: Museu Arqueológico Coronel Pimentel		Status: Ativo
Endereço: Praça Antônio Barbosa de Castro, 90 , Centro, 35220-000, Itueta, MG Tel.: (33) 99962-5433 E-mail: cultura@itueta.mg.gov.br Data de instalação: 2006		Empreendimento: UHE Aimorés - Eliezer Batista Data de instalação: 2000-2005 Setor: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Prefeitura Municipal de Itueta, Secretaria Municipal de Cultura		
Instrumento de criação: Lei Municipal		Plano Museológico: Não possui
Outros documentos: Não possui		
Cadastro de Museus SIM (x) NÃO ()		ID Ibram: 2.02.53.2348
Cadastro de IGP SIM () NÃO (x)		Status Iphan:
Ponto de Memória SIM () NÃO ()		
Sites e Redes Sociais		
https://www.facebook.com/profile.php?id=100058374039203		
Observações		

O Museu foi construído pela Usina Hidrelétrica Eliezer Batista em compensação pela relocação da cidade de Itueta Velha para Itueta Nova. O acervo guarda artefatos indígenas, pedras, rochas e utensílios com valor histórico para comunidade Ituetense. Recebem visitas de estudantes de escolas e faculdades, e costumam participar da Primavera dos Museus promovidos pelo Governo Federal (Daqui de Minas, 2024, s.p.).

O Museu atualmente é mantido pela Prefeitura Municipal de Itueta através da Secretaria Municipal de Cultura. O prédio onde se encontra o Museu Arqueológico é um Bem Cultural Inventariado e através do ICMS Cultural de Minas Gerais tem recebido incentivos financeiros para manutenção de suas atividades e também restauração da sua parte física (Coutinho, 2024).

Referências

COUTINHO, Valdinei Cardoso. Secretário Municipal de Cultura de Itueta. Comunicação pessoal por e-mail em 23 dez. 2024.

DAQUI DE MINAS, Blog. Museu Arqueológico. Disponível em:

<https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/itueta/museu-2>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu Arqueológico Coronel Pimentel. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-arqueologico-coronel-pimentel/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 15
Denominação: Museu Virtual		Status: Inconcluso
Endereço: Tel.: E-mail: Data de instalação: 2007		Empreendimento: UHE Ilha Solteira Data de instalação: 1967-1973 Sector: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Estadual
Órgão / Gestor:		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.instagram.com/muvis.com.br/		

Observações

Idealizado para tratar da memória da cidade e em especial dos barrageiros, iniciativa divulgada no site da Unesp, em abril de 2014:

“Esta coletânea de fotografias é a concretização de um trabalho extenso e que só foi possível devido ao espírito abnegado de diversas pessoas. A primeira delas é João Carlos Vieira que junto com outras pessoas idealizaram o Museu do Barrageiro, a ser montado em Ilha Solteira, e que conseguiu reunir um acervo de fotos considerável. Outro agradecimento especial é dado as pessoas que, durante décadas, mantiveram guardadas estas fotografias e permitiram que fossem copiadas digitalmente (...). Em especial, agradecemos a AFUBESP - Associação dos Funcionários do Banco Santander Banespa – que realizou a digitalização de grande parte desse acervo e patrocinou a reprodução de 365 fotos para fazerem parte do acervo do Museu do Barrageiro. Solicitamos que nos ajudem a aumentar o acervo, enviando comentários, sugestões e novas fotos para serem digitalizadas, através do e-mail: museu@dee.feis.unesp.br” (Alves, 2014, s./d.).

Atualmente o Museu Virtual de Ilha Solteira (Muvis) tem um perfil no Instagram, onde se apresenta com o objetivo de resgatar a história de Ilha Solteira, SP, através de fotos e vídeos. De acordo com o administrador da página, o acervo foi repassado para o site ilha.news, que “herdou” o material da Unesp, pois o projeto foi descontinuado.

Referências

ALVES, Carlos Antônio. Museu Virtual. Faculdade de Engenharia - Unesp Câmpus de Ilha Solteira (FEIS). Disponível em: <https://www.feis.unesp.br/#!/museuvirtual>. Acesso em: 29 mar. 2025.

MUVIS, Museu Virtual de Ilha Solteira. Disponível em: <https://www.instagram.com/muvis.com.br/>. Acesso em: 29 mar. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 16
Denominação: Centro de Memória Aripuanã		Status: Inconcluso
Endereço: Tel.: E-mail: Data de instalação: 2007		Empreendimento: UHE Dardanelos Data de instalação: 2003-2007 Sector: Energético
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor:		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:

Ponto de Memória SIM () NÃO ()
Sites e Redes Sociais
Observações Reivindicação dos povos das etnias Cinta Larga e Arara do Rio Branco que reconheceram os vestígios arqueológicos identificados nas pesquisas realizadas no âmbito do licenciamento da AHE Dardanelos no município de Aripuanã no noroeste do estado do Mato Grosso. Diante deste processo foi solicitado pelo Iphan um estudo etnoarqueológico e etno-histórico, nas áreas de ocupação das duas etnias, complementar ao estudo de arqueologia, considerando a legislação relativa à proteção do patrimônio arqueológico e as demandas das comunidades indígenas, diretamente afetados pelo empreendimento. A partir das ações de Educação Patrimonial ligadas ao Projeto de Arqueologia Preventiva, uma pesquisa de mestrado foi realizada com a intenção de “contribuir para viabilizar o pedido de repatriação dos vestígios Arqueológicos, através da concepção de um Centro de Memória a ser criado no município de Aripuanã”, discutindo os processos de “patrimonialização de bens culturais e suas ressignificações e agência, bem como políticas de gestão do patrimônio arqueológico e musealização da arqueologia” (Hackbart, 2016, p.4). O projeto foi descontinuado e os materiais arqueológicos encontram-se sob a responsabilidade do Instituto Homem Brasileiro (IHB), em Cuiabá, na época, a instituição de guarda mais próxima da área de onde os vestígios foram exumados.
Referências HACKBART, Patrícia da Silva. Repatriamento e Afirmação Político-Identitária de Comunidades Indígenas em Aripuanã/MT. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2015.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 17
Denominação: Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos e Centro de Memória		Status: Ativo
Endereço: RJ-149, Km 20, São João Marcos, 27460-000, Rio Claro, RJ Tel.: (21) 2233-3690 E-mail: contato@saojoaomarcos.com.br; educativocultural@saojoaomarcos.com.br Data de instalação: 2008-2011		Empreendimento: UHE Fontes Nova (Light/ Rio Claro/ Família Costa) Data de instalação: 1940 Setor: Energético
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Light. Patrocínio: Light e Governo do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. O Instituto Cultural Cidade Viva (ICCV) é parceiro na gestão-executiva do projeto		
Instrumento de criação: Decisão corporativa		Plano Museológico: Não possui

Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://saojoaomarcos.com.br/ https://www.facebook.com/ParqueSaoJoaoMarcos https://www.instagram.com/parquesaojoaomarcos/ https://www.youtube.com/@parquesaojoaomarcos linktr.ee/ParqueSaoJoaoMarcos		
Observações “Em 1939, São João Marcos foi tombada pelo órgão de proteção do patrimônio histórico e artístico da época. No ano seguinte, entretanto, foi destombada por decreto do presidente Getúlio Vargas. A cidade foi então desocupada e demolida devido à previsão de alagamento do seu perímetro urbano. A inundação, decorrente do aumento da capacidade de armazenamento do reservatório de Ribeirão das Lajes, foi necessária para a construção da Usina de Fontes Nova, até hoje em funcionamento” (PAASJM, 2025). A área destombada para construção da Usina, entretanto, acabou não ficando submersa e o Parque foi construído a partir das ruínas da cidade. Durante o processo de sua criação do Parque, ex-moradores da cidade de São João Marcos doaram objetos de suas famílias que, ao lado de achados arqueológicos no sítio, compõem a exposição permanente no Centro de Memória (PAASJM, 2024). Inaugurado em 2011, o Parque é um espaço educativo e cultural da Light em Rio Claro (RJ) mantido com o patrocínio da empresa, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura e conta com recursos do Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O Instituto Cultural Cidade Viva é o parceiro na gestão-executiva do projeto (Lima, 2025).		
Referências COSTA, Heidi F. Anastilose da Memória: vestígios, processos e imagens da memória no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019. LIMA, Christina. Coordenadora de Comunicação do Projeto. Comunicação pessoal por e-mail em 21 jan. 2025. PAASJM. Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. Documentário 'O Parque'. Postagem de 9 de nov. de 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9EyoHQ_J-nA&list=PLf1HpkOePeywUBtaLUcmhoE2UzUDsbhZ7. Acesso em: 04 fev. 2025. PAASJM. Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. História da Cidade. Disponível em: https://saojoaomarcos.com.br/o-parque-2/. Acesso em: 04 fev. 2025. Radio Novelo. Episódio 72: “Uma história sem fim”. No primeiro ato: um piquenique nas ruínas. Por Flora Thomson-DeVeaux. Disponível em: https://radionovelo.com.br/originais/apresenta/historias-sem-fim/. Acesso em: 04 fev. 2025. SOARES, Daniella F. e PAULA, Dilma A. Para não esquecer: a destruição da cidade de São João Marcos (1941-43). 2007 Disponível em: http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/arquivos_antigos/st6_06.pdf. Acesso em: 04 fev. 2025.		

SOUZA, Pedro V. São João Marcos, Patrimônio Subjugado: a fragmentação da memória de São João Marcos de 1946-1964. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2020.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 18
Denominação: Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (MuArq/UFMS)		Status: Ativo
Endereço: Avenida Fernando Corrêa da Costa 559, 1º andar, Centro, 79002-820, Campo Grande, MS Tel.: (67) 3321-5751 E-mail: searq.proece@ufms.br; lia.gasques@ufms.br Data de instalação: 2008		Empreendimento: UHE Porto Primavera - Sérgio Motta e Gasoduto Bolívia-Brasil 1997-1999 Data de instalação: 1980-2003 Sector: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Federal
Órgão / Gestor: Ministério da Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (Proece)		
Instrumento de criação: Resolução Nº 53, de 27/09/06		Plano Museológico:
Outros documentos: Regimento Interno: Portaria nº 458, de 31 de março de 2020, Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 8.22.44.5876
Cadastro de IGP	SIM (x) NÃO ()	Status Iphan: Apta
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais http://muarq.sites.ufms.br/ https://www.facebook.com/MuseuArqueologiaUFMS https://www.instagram.com/muarq.ufms https://www.youtube.com/@CanalMuArqMS https://linktr.ee/muarq.ufms		
Observações O Museu de Arqueologia da UFMS (MuArq) guarda os resultados das pesquisas arqueológicas desenvolvidas em Mato Grosso do Sul, e especialmente, os conjuntos de vestígios coletados na execução dos projetos de salvamento arqueológico na área da UHE Sérgio Motta e do Gasoduto Bolívia-		

Brasil. Foi criado pela UFMS, iniciativa provocada pelo Iphan, conforme relata Gilson Martins: "Ainda em 1992, com o avanço das obras para a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Sérgio Motta (Porto Primavera) a CESP – Companhia Energética de São Paulo, em atendimento à legislação em vigor, a partir da mediação efetuada pelo Prof. Dr. José Luiz de Moraes, integrante do MAE/USP, firmou um convênio com a UFMS para a execução dos estudos de arqueologia preventiva na margem direita do rio Paraná, na área dos municípios impactados pela construção do reservatório desta UHE. Em vista disso, em dezembro do mesmo ano, o IPHAN endereçou à UFMS um ofício (Of. n. 47 de 3.12.92) solicitando que a UFMS criasse uma unidade específica para a área de Arqueologia e atividades afins, visando credenciá-la para receber e realizar a guarda legal e a curadoria do acervo proveniente das pesquisas arqueológicas de salvamento na área impactada pelo reservatório retro-citado. A intervenção do IPHAN no processo fez com que, em 16 de agosto de 1993, o Reitor da UFMS, emitisse uma Portaria (n. 690) implantando a Seção de Apoio à Arqueologia e Etnologia da UFMS, vinculada ao Gabinete da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação" (Martins, 2021, p. 77).

Referências

MARTINS, Gilson Rodolfo. Histórico da Criação do MuArq Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 1, n. 2, p. 73-88, jul./dez. 2009. Disponível em: https://muarq.ufms.br/files/2021/02/Historico_de_criacao_do_Muarq.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MUARQ - UFMS. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-de-arqueologia-da-universidade-federal-de-mato-grosso-do-sul-muarq-ufms>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 19
Denominação: Museu Arqueológico e Histórico do Oeste Paulista (MAHOP)		Status: Em processo de construção
Endereço: Presidente Epitácio, SP Tel.: E-mail: Data de instalação: 2012		Empreendimento: UHE Porto Primavera - Sérgio Motta Data de instalação: 1980-2003 Setor: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:

Ponto de Memória SIM () NÃO ()
Sites e Redes Sociais
Observações Projetado para atender às demandas de IGP, fomentado por professores universitários, estabelecido em parceria entre prefeitura, Unesp, Iphan, e, financiado por compensação ambiental. “A criação do museu é um desdobramento das escavações realizadas na região desde os anos 1990. A construção da usina hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, ainda na década de 1980, nas proximidades do município de Rosana, implicou a formação de um vastíssimo lago, com área equivalente a sete vezes a da Baía da Guanabara. Antes da criação do lago, em 1997, arqueólogos conduziram um projeto de salvação arqueológica que resultou na identificação de 100 sítios na margem paulista do Rio Paraná. Desde então, teve início a tarefa de resgate dos materiais que estavam preservados em alguns destes sítios. (...) Localizada no extremo oeste do estado, a cidade de Presidente Epitácio vai ganhar um novo museu, dedicado ao acervo arqueológico revelado pelas escavações na região. Em novembro, a prefeitura do município assinou um contrato de repasse com a Caixa Econômica Federal, como parte de um programa de compensação ambiental, que irá ajudar a financiar as obras de construção do Museu Arqueológico e Histórico do Oeste Paulista (MAHOP). Pelo acordo, a CEF irá prover cerca de R\$ 9,4 milhões para o projeto, e a prefeitura, R\$ 2,29 milhões. Durante a formalização do contrato, além dos representantes da prefeitura e da CEF, esteve presente também Jean Ítalo de Araújo Cabrera, que é docente e pós-doutorando na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Unesp, campus de Presidente Prudente. Foram docentes da Unesp que conceberam a ideia da construção do novo museu, e conduziram o processo de convencimento da autoridade municipal a abraçar o projeto” (Teixeira, 2023, s.p.). “O investimento na obra decorre, em sua maior parte, de repasse de mais de R\$ 9,4 milhões da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), como forma de compensação ambiental pelos impactos provocados pela construção da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, no Rio Paraná, em Rosana (SP), e de recursos próprios da Prefeitura, através de uma contrapartida de R\$ 1,1 milhão.(...) As tratativas para a construção, que contará com 2.495,17 metros quadrados, tiveram início em 2012 e envolveram, entre outras instituições, a Prefeitura, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Caixa Econômica Federal, a Cesp e a Universidade Estadual Paulista (Unesp)” (G1, 2024, s.p.).
Referências G1, Globo Notícias. Licitação define empresa responsável pela construção do Museu Arqueológico e Histórico do Oeste Paulista pelo valor de R\$ 10,5 milhões em Presidente Epitácio. Por g1 Presidente Prudente, 18 mai. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2024/05/18/licitacao-define-empresa-responsavel-pela-construcao-do-museu-arqueologico-e-historico-do-oeste-paulista-pelo-valor-de-r-105-milhoes-em-presidente-epitacio.ghtml. Acesso em: 05 dez. 2024. TEIXEIRA, Emanuely. Novo Museu Arqueológico e Histórico do Oeste Paulista vai apresentar conceito inovador e acervo com mais de 11 mil peças. Jornal da Unesp, 20 dez. 2023. Disponível em: https://jornal.unesp.br/2023/12/20/novo-museu-arqueologico-e-historico-do-oeste-paulista-vai-apresentar-conceito-inovador-e-acervo-com-mais-de-11-mil-pecas/. Acesso em: 27 jan. 2024.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental	Nº 20
Denominação: Casa de Memória de Nonoai	Status: Inativo

Endereço: Praça Linhares, Rua Bento Gonçalves, Nonoai, RS Tel.: E-mail: smecnonoai@yahoo.com.br Data de instalação: 2009		Empreendimento: UHE Foz de Chapecó Data de instalação: 2007-2010 Sector: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Prefeitura Municipal de Nonoai		
Instrumento de criação: Lei municipal nº 2.857/2012		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus SIM () NÃO (x)		ID Ibram:
Cadastro de IGP SIM () NÃO (x)		Status Iphan:
Ponto de Memória SIM () NÃO ()		
Sites e Redes Sociais		
Observações Dentre as condicionantes para instalação da UHE Foz de Chapecó, a Licença de Instalação indicou necessidade de execução dos programas ambientais, dentre eles o Programa de Salvamento Arqueológico e Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico (Ibama, 2004). Segundo os pesquisadores envolvidos, os principais objetivos do Programa eram “resgatar a cultura e a memória das comunidades locais da área de influência da UHE Foz do Chapecó, que serão reassentadas, destinando-se os resultados do resgate a ações de educação patrimonial e a duas casas de memória a serem instaladas, respectivamente, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Caldarelli e Herberts, 2010, p. 273). Até agosto de 2008, “foram realizadas, aproximadamente, noventa horas de entrevistas, em campo, e feitas cerca de nove mil fotos, enfocando, principalmente, o patrimônio edificado e os sítios de beleza cênica da área, a partir dos mirantes ali existentes, apontados pelos entrevistados” (Caldarelli e Herberts, 2010, p. 277). “A Casa da Memória de Nonoai terá como missão ‘preservar, conservar, investigar, interpretar, divulgar, expor, documentar e comunicar patrimônio imaterial dos municípios influenciados pela UHE – Foz do Chapecó, difundindo o conhecimento sobre estes municípios e promovendo a valorização da história regional’ ” (PMN, 2012, art. 2º). De acordo com notícias vinculadas no próprio site oficial da Prefeitura Municipal de Nonoai, o espaço foi utilizado para reuniões do governo executivo em diferentes momentos (PMN, 2014, 2017, 2018). Em 2019, representantes do legislativo local passaram a reivindicar que a Prefeitura realizasse reparos no imóvel, alegando que o espaço estava abandonado, sem atendimento e recebimento de visitas e escolas. Os vereadores sugerem que a empresa Foz do Chapecó Energia S.A. seja acionada para destinação de recursos financeiros, a fim de viabilizar a reativação da Casa, e implementação do Centro Cultural de Nonoai, em processo de reativação (CMVN, 2019). No ano seguinte, foi inaugurada na Casa de Memória, a sala Jorge Luiz Marchiori Batista, uma homenagem a um artista local, em consonância com a reivindicação que a Casa de Memória abrigue um Espaço Cultural para exposição do trabalho deste e de outros artistas (CMVN, 2020). Nos anos seguintes ainda se identificam movimentos reivindicação dos legisladores, na busca por tonar o espaço ativo para atividades culturais: “voltadas aos estudantes, tais como: seminários, ciclos de palestras,		

exposições e aulas temáticas, com o objetivo de trabalhar temas relacionados à cultura, arte e história locais” (PN, 2021, s.p.), além de vislumbrarem o potencial do atrativo para o setor turístico.

Referências

CALDARELLI, Carlos Eduardo e HERBERTS, Ana Lucia. O patrimônio cultural no licenciamento ambiental: o programa de preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da área de influência direta da UHE Foz do Chapecó. Cadernos do CEOM – Ano 23, n. 31, p. 273-282, 2010.

CMVN, Câmara Municipal de Vereadores de Nonoai. Vereadores reivindicam para que a “Casa da Memória de Nonoai” se torne sede do Centro Cultural. Site Poder Legislativo Nonoai, Notícias, 21 ago. 2019. Disponível em: https://www.camaranonoai.rs.gov.br/noticias_ver.php?id_noticia=1726, acesso em: 26 mai. 2022.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Licença de Instalação nº 284, 21 de setembro de 2004. Presidente do Ibama: Marcos Lúcio Barroso Barros. Autoriza a construção da Urina Hidrelétrica Foz do Chapecó, no rio Uruguai, divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

PMN. Prefeitura Municipal de Nonoai. Equipe da Secretaria de Saúde recebe orientações em primeiros socorros. Site Governo Municipal de Nonoai, Notícias, 06 out. 2017. Disponível em: <https://www.nonoai.rs.gov.br/noticias/saude/636-equipe-da-secretaria-de-saude-recebe-orientacoes-em-primeiros-socorros>. Acesso em: 26 mai. 2022.

PMN. Prefeitura Municipal de Nonoai. Lei do Executivo Municipal de nº 2.857, de 17 de outubro de 2012. Dispõe sobre a criação da Casa de Memória de Nonoai.

PMN. Prefeitura Municipal de Nonoai. Nonoai formaliza convenio para a implantação de curso superior de medicina na região. Site Governo Municipal de Nonoai, Notícias, 25 mar. 2014. Disponível em: <https://www.nonoai.rs.gov.br/noticias/imprensa/3-nonoai-formaliza-convenio-para-a-implantacao-de-curso-superior-de-medicina-na-regiao>. Acesso em: 26 mai. 2022.

PMN. Prefeitura Municipal de Nonoai. Sala Jorge Luiz Marchiori Batista é Inaugurada. Site Governo Municipal de Nonoai, Notícias, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://www.nonoai.rs.gov.br/noticias/35-secretaria-de-educacao-e-cultura/1458-sala-jorge-luiz-marchiori-batista-e-inaugurada>. Acesso em: 26 mai. 2022.

PMN. Prefeitura Municipal de Nonoai. Terceirizados do transporte escolar são orientados quanto ao monitoramento. Site Governo Municipal de Nonoai, Notícias, 21 mar. 2018. Disponível em: <https://www.nonoai.rs.gov.br/noticias/edu/744-terceirizados-do-transporte-escolar-sao-orientados-quanto-ao-monitoramento>. Acesso em: 26 mai. 2022.

PN Notícia. Vereadora indica revitalização da Casa da Memória. 06 dez. 2021. Disponível em: <https://pnnoticia.com.br/2021/12/06/nonoai-vereadora-indica-revitalizacao-da-casa-da-memoria/>. Acesso em: 26 mai. 2022.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental

Nº 21

Denominação: Casa da Memória de São Carlos

Status: Ativo

Endereço: Rua do Comércio, 195 , Centro, 89885-000, São Carlos, RS

Tel.: (49) 3325-3044 **E-mail:** casadamemoria@saocarlos.sc.gov.br

Data de instalação: 2009

Empreendimento:
UHE Foz de
Chapecó

		Data de instalação: 2007-2010 Sector: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Secretaria Municipal de Cultura, Fundação Cultural de São Carlos		
Instrumento de criação: Lei nº 1883, de 06 de maio de 2020		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM (☒) NÃO (☐)	ID Ibram: 8.60.21.2505
Cadastro de IGP	SIM (☐) NÃO (☒)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM (☐) NÃO (☐)	
Sites e Redes Sociais https://www.memoriasaocarlossc.com.br/ https://www.facebook.com/fundacaoculturaldesaocarlos https://www.instagram.com/fundacaoculturaldesaocarlossc		
Observações Dentre as condicionantes para instalação da UHE Foz de Chapecó, a Licença de Instalação indicou necessidade de execução dos programas ambientais, dentre eles o Programa de Salvamento Arqueológico e Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico (Ibama, 2004). Segundo os pesquisadores envolvidos, os principais objetivos do Programa eram “resgatar a cultura e a memória das comunidades locais da área de influência da UHE Foz do Chapecó, que serão reassentadas, destinando-se os resultados do resgate a ações de educação patrimonial e a duas casas de memória a serem instaladas, respectivamente, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Caldarelli e Herberts, 2010, p. 273). A edificação de arquitetura alemã estilo enxaimel, construída na década de 1930 para ser escola e internato, foi adquirida pela prefeitura em 1987 e transformada em Museu. O espaço estava fechado desde 2003 e, diante da parceria com a construtora da Usina Foz do Chapecó, o prédio foi restaurado e a Casa de Memória de São Carlos inaugurada em 2012, contando com: “Acervo material - composto por cerca de 2,2 mil objetos relacionados à história de São Carlos. Destaque para a Coleção Dr. Walter Hund, composta por cerca de 667 livros e mais 336 objetos médicos e instrumentação cirúrgica. Acervo Imaterial - composto por cerca de 15 mil fotografias e 150 audiovisuais que retratam a história dos povos ribeirinhos que viviam nas margens do Rio Uruguai antes do alagamento do UHE Foz do Chapecó. As atividades, relacionadas à gestão do acervo (como a mitigação dos agentes de deterioração, a higienização dos objetos, a catalogação e gestão documental do acervo) é facilitada pela existência de um laboratório de conservação e de uma ampla e bem equipada reserva técnica” (FCC, 2022). Em 2020, o município regulamentou a instituição através da Lei Municipal nº 1.883. Entre os objetivos, propõe “contribuir para o enriquecimento do patrimônio histórico e cultural de São Carlos, Santa Catarina” (CMSC, 2020, art. 2º).		
Referências		

CALDARELLI, Carlos Eduardo e HERBERTS, Ana Lucia. O patrimônio cultural no licenciamento ambiental: o programa de preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da área de influência direta da UHE Foz do Chapecó. Cadernos do CEOM – Ano 23, n. 31, p. 273-282, 2010.

CMSC. Câmara Municipal de São Carlos. Lei Municipal nº 1.883, de 06 de maio de 2020. Cria a Casa da Memória de São Carlos e dá outras providências. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/s/sao-carlos/lei-ordinaria/2020/189/1883/lei-ordinaria-n-1883-2020-cria-a-casa-da-memoria-de-sao-carlos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 26 mai. 2022.

FCC. Fundação Catarinense de Cultura. Museu em Destaque: Casa da Memória de São Carlos.

Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/noticias/patrimonio/15505-15505-museu-em-destaque-casa-da-memoria-de-sao-carlos>. Acesso em: 26 mai. 2022.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Licença de Instalação nº 284, 21 de setembro de 2004. Presidente do Ibama: Marcos Lúcio Barroso Barros. Autoriza a construção da Urina Hidrelétrica Foz do Chapecó, no rio Uruguai, divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Casa de Memória de São Carlos. Disponível em:

<https://cadastro.museus.gov.br/museus/casa-da-memoria-de-sao-carlos>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 22
Denominação: Casa de Memória Transxingu (CMT/UFGA)		Status: Inativo
Endereço: Centro, 68371-030, Altamira, PA Tel.: E-mail: cm.transxingu@gmail.com Data de instalação: 2009-2017		Empreendimento: UHE Belo Monte Data de instalação: 2009-2019 Setor: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Federal
Órgão / Gestor: Ministério da Educação, Universidade Federal do Pará - UFGA		
Instrumento de criação:		Plano Museológico: Sim, 2015-2020
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.casadememoriatransxingu.com.br https://www.facebook.com/cmtransxingu/ https://www.instagram.com/cmtransxingu/		

<https://www.youtube.com/@cmtransxingu>

<https://linktr.ee/cmtransxingu>

Observações

Exigência manifesta pelo Iphan como condicionante para a Licença de Instalação da Usina de Belo Monte: "realização de projeto de implantação de duas casas de memória (uma em Altamira e outra em Vitória do Xingu) para preservação do acervo recolhido durante as pesquisas arqueológicas e etno-históricas e da cultura imaterial dos povos pretéritos e atuais, principalmente indígenas e ribeirinhos, com destaque para a preservação dos modos de fazer tradicionais das áreas de influência direta e indireta do empreendimento" (Iphan, 2009, Ofício nº 111/09, item 7).

Entretanto, sendo os materiais arqueológicos regulados por legislação específica, como patrimônios da união, passaram a ser tratados como conjunto que seria depositado em instituição de guarda especializada (a mais próxima possível) e, os projetos das Casas de Memória focaram nos resultados das pesquisas com outros tipos de patrimônio.

O acervo, portanto, é oriundo das pesquisas do programa 9.1.1 do PBA, de estudo, diagnóstico e registro do 1º patrimônio cultural regional. Os resultados indicaram como "produto registros em dezenas de milhares de fotografias e centenas de vídeos contendo 156 entrevistas de história de vida, 168 edificações e 245 pontos de interesse paisagístico que incorporam lugares de referência cultural, além de celebrações, ofícios e formas de expressão, somados a fichas em padrão INRC adotadas ao final dos trabalhos" (Hamoy e Gimenes, 2018, p. 633-634).

Apenas um dos projetos de Casa de Memória foi efetivado, em Altamira. O espaço foi destinado a gestão da UFPA - Campos Altamira e recebeu a guarda do acervo acima mencionado (Norte Energia, 2022). Entretanto, depois de se observar algumas atividades pontuais, através das redes sociais, a instituição encontra-se inativa (CMT, 2025).

Referências

CMT. Casa de Memória Transxingu. Instagram: <https://www.instagram.com/cmtransxingu/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

GIMENES, Carlos E. R. e HAMOY, Idanise S. A. Casa de Memória em Altamira: Patrimônio Cultural Transxingu, p. 622-657. In: Musealidad y patrimonio en la teoría museológica latinoamericana y del Caribe. Olga Nazor (Org.). Avellaneda: Undav Ediciones, 2018.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ofício GEPAM/DEPAM nº 111/09, de 25 de junho de 2009. Assunto: Relatório de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte.

NORTE ENERGIA. Belo Monte Informa 22 - Casa de Memória Transxingu. Vídeo publicado em 21 mar. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qsceH5Td1nA>. Acesso em: 04 fev. 2025.

Casa de Memória Transxingu

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do "Museu-Solução": políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental

Nº 23

Denominação: Casa de Memória Transxingu Vitória do Xingu (CMT)

Status: Inconcluso

Endereço:

Tel.: E-mail:

Data de instalação: 2009-2017

Empreendimento:
UHE Belo Monte

Data de instalação:
2009-2019

		Sector: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Federal
Órgão / Gestor: Ministério da Educação, Universidade Federal do Pará - UFPA		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais		
Observações de Belo Monte: "realização de projeto de implantação de duas casas de memória (uma em Altamira e outra em Vitória do Xingu) para preservação do acervo recolhido durante as pesquisas arqueológicas e etno-históricas e da cultura imaterial dos povos pretéritos e atuais, principalmente indígenas e ribeirinhos, com destaque para a preservação dos modos de fazer tradicionais das áreas de influência direta e indireta do empreendimento" (Iphan, 2009, Ofício nº 111/09, item 7). Entretanto, sendo os materiais arqueológicos regulados por legislação específica, como patrimônios da união, passaram a ser tratados como conjunto que seria depositado em instituição de guarda especializada (a mais próxima possível) e, os projetos das Casas de Memória focaram nos resultados das pesquisas com outros tipos de patrimônio. O acervo, portanto, é oriundo das pesquisas do programa 9.1.1 do PBA, de estudo, diagnóstico e registro do 1º patrimônio cultural regional. Os resultados indicaram como "produto registros em dezenas de milhares de fotografias e centenas de vídeos contendo 156 entrevistas de história de vida, 168 edificações e 245 pontos de interesse paisagístico que incorporam lugares de referência cultural, além de celebrações, ofícios e formas de expressão, somados a fichas em padrão INRC adotadas ao final dos trabalhos" (Hamoy e Gimenes, 2018, p. 633-634). Apenas um dos projetos de Casa de Memória foi efetivado, em Altamira. A informação que tive acesso, enquanto estive vinculada ao projeto, foi de que a Norte Energia estava propondo ao Iphan a substituição da Casa, por uma exposição itinerante no município de Vitória do Xingu.		
Referências GIMENES, Carlos E. R. e HAMOY, Idanise S. A. Casa de Memória em Altamira: Patrimônio Cultural Transxingu, p. 622-657. In: Musealidad y patrimonio en la teoría museológica latinoamericana y del Caribe. Olga Nator (Org.). Avellaneda: Undav Ediciones, 2018. IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ofício GEPAM/DEPAM nº 111/09, de 25 de junho de 2009. Assunto: Relatório de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte.		

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do "Museu-Solução": políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental

Nº 24

Denominação: Reserva Técnica Arqueológica com espaço expositivo		Status: Inativo
Endereço: Centro, Altamira, PA Tel.: E-mail: Data de instalação: 2015-2017		Empreendimento: UHE Belo Monte Data de instalação: 2009-2019 Sector: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Federal
Órgão / Gestor: Ministério da Educação, Universidade Federal do Pará - UFPA		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM (x) NÃO ()	Status Iphan: Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais		
Observações Construída para receber os acervos arqueológicos resgatados durante as pesquisas vinculadas ao licenciamento ambiental da Usina de Belo Monte. Durante o desenvolvimento dos projetos do Programa de Arqueologia Preventiva do Plano Básico Ambiental (PBA) da Usina, a instituição de guarda estabelecida para receber os materiais era a Casa de Cultura de Marabá, que deveria ter um anexo construído, para ter condições de armazenar todos os vestígios exumados na área do empreendimento. Entretanto, ao constatarem a inviabilidade desse encaminhamento, a Norte Energia passou a tratar com o Iphan, do projeto de construção de um espaço de guarda no município de Altamira. As coleções, que estiveram sob a responsabilidade de arqueólogos da Scientia Consultoria, equipe que realizou os resgates no território, gradativamente estavam sendo encaminhadas para nova instituição. Assim como a Casa de Memória Transxingu, a Reserva Técnica foi destinada a gestão da UFPA - Campos Altamira. O projeto da Reserva Técnica Arqueológica também previa um espaço expositivo, contudo, enquanto estive vinculada ao projeto, a informação compartilhada foi de que a proposta estava em suspenso, que não havia uma equipe especialidade destinada aos cuidados do acervo e a Instituição de Guarda não havia sido formalmente inaugurada. Em consulta ao processo junto ao Sistema Eletrônico de Informação (SEI) foi possível identificar que o Ministério Público Federal está questionando o cumprimento das ações previstas (MPF, 2025).		
Referências MPF. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Altamira. Ofício nº 0308/2025/GABPRM1-TSCS, assinado em 20 mar. 2025. Referência: Inquérito Civil nº 1.23.003.000053/2023-45. Processo Iphan nº 01492.000236/2010-02. Documento Sei Iphan nº 6187578		

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 25
Denominação: Casa de Memória Leôncio Arara		Status: Inconcluso
Endereço: Tel.: E-mail: Data de instalação: 2015		Empreendimento: UHE Belo Monte Data de instalação: 2009-2019 Sector: Energético
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: TI Arara da Volta Grande do Xingu		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais		
Observações Casa de Memória Leôncio Arara, na aldeia Terrã Wangã, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, foi concebida no âmbito de projeto de mitigação de impactos da hidrelétrica de Belo Monte. Reivindicado pelo povo Arara e idealizado conjuntamente durante as ações do projeto de mitigação de impactos ao patrimônio cultural do componente indígena. De acordo com autores envolvidos com o processo, “a preservação da memória de Leôncio Arara por meio da Casa de Memória é um esforço de tornar objetivo um conjunto de relações que ali foram tecidas, sendo o espaço que condensa as origens dos Arara, seu antigo modo de vida, sua cultura material e imaterial, assim como um laboratório de sua projeção para o futuro” (Arara et al, 2020, p. 160). Entretanto, a descontinuidade do Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial do Componente Indígena, não permitiu finalizar a reforma para disponibilizar a exposição. Os idealizadores seguem em busca de recursos de editais para finalizar o projeto (Ferreira, 2024, comunicação pessoal).		
Referências UTSUNOMIYA, Renata. A Casa de Memória de Leôncio Arara e os Arara da Volta Grande do Xingu. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 157, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/100737. Acesso em: 4 fev. 2024. FERREIRA, Eduardo Xavier. Doutor em Antropologia Cultural - PPGSA-IFCS/UFRJ. Comunicação pessoal por e-mail em 16 out. 2024.		

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 26
Denominação: Museu de Arqueologia de Ariquemes (MAR/IFRO)		Status: Ativo
Endereço: Rodovia RO 257, km 13, s/n, Zona Rural, Zona Rural, 76870-000, Ariquemes, RO Tel.: (69) 2103-0100 E-mail: campusariquemes@ifro.edu.br Data de instalação: 2009-2014		Empreendimento: PCH Santa Cruz Data de instalação: 2009-2014 Sector: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Federal
Órgão / Gestor: Ministério da Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)		
Instrumento de criação: 01 de julho de 2013		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 5.76.46.5607
Cadastro de IGP	SIM (x) NÃO ()	Status Iphan: Apta a receber pequenos volumes de acervos
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais		
Observações Criado a partir de ações de compensação de danos causados ao patrimônio arqueológico durante a construção da PCH Santa Cruz, a instituição resultou de acordo firmado entre representantes do IPHAN, do IFRO Campus Ariquemes, da Canaã Energia, com a atuação de equipes de empresas de consultoria arqueológica e de consultoria museológica. "O MAR-IFRO foi inaugurado em 15 de dezembro de 2014, e seu projeto de criação foi impulsionado para efetivar a guarda e a exposição do acervo proveniente das atividades de prospecção e resgate arqueológico realizados nas áreas de abrangência de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), denominadas Canaã, Jamari e Santa Cruz (OLIVEIRA et al, 2014). O recurso para a construção do museu e seus espaços adjacentes foi advindo da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), aplicado como forma de compensação após os danos causados ao patrimônio arqueológico durante a construção da PCH Santa Cruz" (Bertolo, 2017, p. 99). Museu aberto a visitas, com exposição sobre evolução humana e arqueologia, conforme MENDES (et al, 2016).		
Referências		

BERTOLO, Ana Izabela. Perspectivas dos processos de musealização do patrimônio arqueológico no estado de Rondônia. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2017.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu de Arqueologia de Ariquemes. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-de-arqueologia-de-ariquemes>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MENDES, Emanuel et al. Visita Técnica ao museu Regional de Arqueologia de Rondônia. Vídeo Trabalho Escolar História IFRO, 12 nov. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VgldereLHFg>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 27
Denominação: Blog Exposição Oficina Jirau		Status: Inativo
Endereço: https://documentoculturaljirau.ning.com/ Tel.: E-mail: Data de instalação: 2009		Empreendimento: UHE Jirau Data de instalação: 2009-2016 Setor: Energético
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Empresa Consultoria Documento.		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais		
Observações Implementado como ação compensatória, o Blog Exposição Oficina Jirau se apresenta como um espaço de interação comunitária continua com o patrimônio cultural. “A Exposição Oficina Jirau é uma atividade que tem como objetivo o envolvimento e a integração da comunidade abrangida pelo ‘Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da UHE Jirau/ RO’. Este Programa, desenvolvido desde 2009, reúne um conjunto de conhecimentos científicos que, somados à participação ativa da comunidade em diferentes eventos programados, objetiva contribuir para que o Patrimônio Cultural tenha ainda maior proximidade com a sociedade da qual provém, como vetor de bem estar e sustentabilidade. Virtualmente esta comunidade poderá ainda, através deste Blog e de forma continuada, colocar seus comentários, expectativas e depoimentos sobre a história e cultura da área do Programa, assim como, dialogar com os cientistas e compartilhar o seu conhecimento” (Documento, s.d.). As últimas atividades (postagens) no site são do ano de 2014.		

Referências DOCUMENTO. Exposição Oficina Jirau. Blog. Disponível em: http://documentoculturaljirau.ning.com/ . Acesso em: 03 mai. 2024.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 28
Denominação: Centro Cultural da Vila Nova Mutum Paraná		Status: Inativo
Endereço: Distrito de Nova Mutum, Porto Velho, RO Tel.: E-mail: Data de instalação: 2011		Empreendimento: UHE Jirau Data de instalação: 2009-2016 Sector: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Prefeitura Municipal de Porto Velho		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais		
Observações Idealizado para preservar e expor patrimônio arqueológico resgatado das áreas de instalação da UHE Jirau, o Centro Cultural da Vila Nova Mutum Paraná ficaria sob a responsabilidade da prefeitura. Entretanto, as notícias indicam que o acervo das pesquisas realizadas no contexto desta Usina foram direcionadas para a Reserva Técnica Arqueológica da Unir, e não foram localizados registros ou divulgações sobre atividades a partir deste Centro Cultural. “A construção do Centro Cultural de Nova Mutum Paraná foi concluída em 2011. A estrutura é resultado das ações do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da UHE Jirau. Atualmente, no local está instalado o museu com mais de 100 mil peças arqueológicas resgatadas na área de influência da UHE Jirau, entre elas: vasilhas cerâmicas, urnas funerárias, fragmentos cerâmicos e líticos e testemunhos remanescentes da Estrada de Ferro Madeira Mamoré” (Jirau Energia, 2017). “Entre os anos de 2017 e 2020, a Jirau Energia, sociedade de propósito específico responsável pela operação e manutenção da hidrelétrica Jirau e que tem como acionista majoritária a ENGIE, construiu e equipou o prédio da Reserva Técnica Arqueológica do Departamento de Arqueologia (DARQ) da		

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no campus de Porto Velho/RO (...) O objetivo foi subsidiar as condições de guarda definitiva da coleção arqueológica das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) conforme normas legais, além de contribuir para a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão das coleções arqueológicas abrigadas nesse novo espaço. Até ser finalmente entregue ao DARQ/UNIR, em fevereiro de 2021, todo o acervo era armazenado, de forma provisória, no Centro Cultural de Nova Mutum Paraná, no município de mesmo nome em Rondônia, sob os cuidados de uma equipe de técnicos e profissionais arqueólogos ligados ao Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural (PGPAHC) da Usina Hidrelétrica Jirau” (Jirau Energia, s./d.).

Referências

JIRAU ENERGIA. ESBR apresenta o Centro Cultural de Nova Mutum Paraná para atual gestão da Funcultural. Publicado em: 20 mar. 2017. Disponível em: <https://www.jirauenergia.com.br/esbr-apresenta-o-centro-cultural-de-nova-mutum-parana-para-atual-gestao-da-funcultural/>. Acesso em: 18 out. 2024.

JIRAU ENERGIA. Jirau Energia monta reserva técnica arqueológica em universidade. Disponível em: <https://www.alemdaenergia.engie.com.br/newsletters/jirau-energia-monta-reserva-tecnica-arqueologica-na-unir/>. Acesso em: 18 out. 2024.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 29
Denominação: Reserva Técnica DARQ Unir		Status: Ativo
Endereço: BR 364, Km 9,5 Prédio 4E (próximo ao Ginásio Tatução), Porto Velho, RO Tel.: (69) 2182-2295 E-mail: rtdarq@unir.br Data de instalação: 2013-2023		Empreendimento: UHE Santo Antônio e UHE Jirau 2009-2016 Data de instalação: 2008-2016 Setor: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Federal
Órgão / Gestor: Ministério da Educação, Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Departamento de Arqueologia, Núcleo de Ciências Humanas, Fundação Universidade Federal de Rondônia		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus SIM () NÃO (x) Cadastro de IGP SIM (x) NÃO () Ponto de Memória SIM () NÃO ()		ID Ibram: Status Iphan: Apta a receber pequenos volumes de acervos
Sites e Redes Sociais		

<https://rtdarq.unir.br/homepage>

<https://www.facebook.com/unir.ro>

<https://www.instagram.com/rtdarq/>; <https://www.instagram.com/arqueologiaunir/>

<https://www.youtube.com/@arqueologiaunir>

Observações

Anunciada como a maior reserva técnica de arqueologia, com cerca de 2 mil metros quadrados, do norte do Brasil. A Reserva Técnica de Arqueologia na Universidade Federal de Rondônia (Unir) foi aprovada após anos de negociação (desde 2009), entre Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Rondônia (Iphan-RO), Universidade Federal de Rondônia (Unir), Ministério Público do Estado de Rondônia (MPE), o Ministério Público Federal (MPF), o consórcio Santo Antônio Energia (SAE), o consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR) e a Unir (Iphan, 2013).

A construção do prédio foi estabelecida através de um Termo de Cooperação Técnica com as empresas de energia, para receber as coleções arqueológicas referentes aos projetos de arqueologia preventiva das Usinas Jirau e Santo Antônio. “As coleções juntas somam mais de 400 mil amostras de materiais arqueológicos” (Unir, 2020). Os acervos, junto com mobiliários e equipamentos, “possibilitarão a participação dos discentes no tripé que forma uma universidade pública: ensino de qualidade, projetos de pesquisa e projetos de extensão. Pesquisas de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso já têm abordado as coleções arqueológicas da região” (Unir, 2020, s.p.).

Em 2023, o Departamento Acadêmico de Arqueologia (Darq), da Unir, inaugurou oficialmente a Reserva Técnica Arqueológica do curso de Arqueologia, com a exposição Arqueologia e diversidades: 10 mil anos de história no Rio Madeira. Concebida por professores, técnicos e alunos do curso de Arqueologia e aberta a toda comunidade, nas visitas guiadas o público é conduzido por meio de mediação com abordagem participativa (Unir, 2023).

Referências

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Iphan anuncia a criação da maior reserva técnica de arqueologia do norte do Brasil. Publicada em: 05 abr. 2013. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/650/iphan-anuncia-a-criacao-da-maior-reserva-tecnica-de-arqueologia-do-norte-do-brasil>. Acesso em: 03 mai. 2024.

UNIR. Universidade Federal de Rondônia. Departamento de Arqueologia da UNIR recebeu novas coleções arqueológicas no ano de 2020. Publicado em: 05/05/2021. Disponível em:

<https://www.unir.br/noticia/exibir/9320>. Acesso em: 03 mai. 2024.

UNIR. Universidade Federal de Rondônia. UNIR inaugura exposição com peças de 10 mil anos.

Publicado em: 28 jun. 2023. Disponível em: <https://www.unir.br/cartao/exibir/91>. Acesso em: 03 mai. 2024.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental

Nº 30

Denominação: Museu Virtual Tucuruí

Status: Ativo

Endereço: <https://www.museuvirtualtucurui.com.br/>

Tel.: (94) 98146-7447 **E-mail:** contato@museuvirtualtucurui.com.br

Empreendimento:
UHE Tucuruí

Data de instalação: 2010		Data de instalação: 1976-1984
		Sector: Energético
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Professora Socorro Pompeu		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://museuvirtualtucurui.com.br/ https://www.facebook.com/museuvirtualdetucurui/ https://www.instagram.com/museuvirtualtucurui/ https://www.youtube.com/user/museuvirtualtucurui		
Observações Idealizado localmente para "propiciar espaços de reflexão sobre as mudanças históricas ocorridas desde Alcobaça até a construção da Usina Hidrelétrica, onde estudantes, professores e a comunidade poderão interagir para reconstruir a linha do tempo e compreender os impactos cultural, social e ambiental que a sociedade tucuruense perdeu e ganhou ao longo do tempo" (Museu Virtual Tucuruí, 2024).		
Referências MUSEU VIRTUAL TUCURUÍ. Disponível em: https://museuvirtualtucurui.com.br/. Acesso em 04 fev. 2024.		

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 31
Denominação: Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)		Status: Ativo
Endereço: Rua da Chácara, 245 , Bairro da Chácara, 46400-000, Caetitê, BA Tel.: (77) 3454-4114 E-mail: museumasb@gmail.com Data de instalação: 2011-2020		Empreendimento: Complexos Eólicos da Renova Data de instalação: 2009-2012

		Sector: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Caetité (BA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Associação dos Amigos do Museu do Alto Sertão da Bahia (AMASB)		
Instrumento de criação: Lei nº 761 de agosto de 2013		Plano Museológico: Sim, 2013
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 2.76.06.0903
Cadastro de IGP	SIM (x) NÃO ()	Status Iphan: Apta a receber pequenos volumes de acervos
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.portalmasb.com.br/ https://www.facebook.com/museudoaltosertaodabahia.masb?_rdc=2&_rdr https://www.instagram.com/museudoaltosertaodabahia/ https://www.youtube.com/channel/UCdivBHRIG4x_5SPxwW_Np7w/videos https://linktr.ee/portalmasb		
Observações O Masb surge em 2009, a partir da reivindicação da comunidade local durante as ações de educação patrimonial do projeto de gestão do patrimônio arqueológico, para garantir a permanência dos materiais resgatados no território, tendo em vista a inexistência de instituições de guarda desta natureza no território. Trata-se de um “museu-processo, voltado ao desenvolvimento humano e social, todo espalhado, com uma sede e núcleos em diversos pontos do Alto Sertão” (Masb, 2024b). Diante da mobilização local e adoção da proposta pelo empreendedor, que para além o licenciamento ambiental, desenvolvia programas socioambientais na região, o projeto foi iniciado, porém abandonado pela Renova. A sua concretização foi viabilizada pela insistência da rede interessada e através de novas captações de recursos, com fundação oficializada pela Lei nº 761 de 2013. “A sede da instituição fica numa área de dois mil e quinhentos metros quadrados, tendo por centro a “Casa da Chácara”, cedida ao município por seus proprietários. Seu acervo inicial deriva da coleção de pesquisas arqueológicas de empresa de energia eólica, além de outras peças doadas por outras instituições ou empresas” (Museus.Br, 2025). Enquanto instituição representativa do território, sua gestão foi pensada de forma diferenciada. Vinculado juridicamente a Prefeitura Municipal de Caetité, que responde por sua manutenção física; tecnicamente o museu depende da Universidade Estadual da Bahia (Uneb) e a Associação de Amigos do Museu (Amasb) faz a gerência de recursos. Seu plano inicial também previu a formação de um Consórcio entre as prefeituras envolvidas na sua formação e com a intenção de aperfeiçoamento contínuo (Masb, 2024a).		
Referências CAETITÉ, Lei Municipal nº 761, de 15 de agosto de 2013. Cria o Museu do Alto Sertão da Bahia e dá outras providências. MASB. Cartilha Museu do Alto Sertão da Bahia. Cartilha. Disponível em: https://www.portalmasb.com.br/o-museu. Acesso em: 30 jan. 2024a. MASB. MASB, o Museu do Alto Sertão da Bahia. Disponível em: https://www.portalmasb.com.br/o-		

[museu](https://museu.museus.gov.br/museus/museu-do-alto-sertao-da-bahia). Acesso em: 30 jan. 2024b.
 MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu do Alto Sertão da Bahia. Disponível em:
<https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-do-alto-sertao-da-bahia>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 32
Denominação: Ecomuseu da Chapada Velha		Status: Inconcluso
Endereço: Chapada Velha, BA Tel.: E-mail: Data de instalação: 2014		Empreendimento: Complexo Eólico Capoeiras & Assuruá, Parques Assuruá II, V e VII Data de instalação: 2014 Setor: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Prefeitura Municipal de Chapada Velha		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais		
Observações Iniciativa recomendada como medida mitigatória e corretiva complementar, em relatórios finais do Programa de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial, identificada no Parecer técnico nº 742/15 (Iphan/BA, 2015). Indicada para análise de incorporação dentre as exigências para obtenção de licença de operação do Complexo Eólico Capoeiras & Assuruá, com o objetivo de potencializar a proteção dos bens acautelados imóveis identificados na área, especialmente sítios com pinturas rupestres. Durante o processo, além da Secretaria de Cultura manifestar preocupações com relação a possíveis custos futuros que ficariam ao cargo da Prefeitura Municipal (SETUR/PMGO, 2018), houve a troca da empresa responsável pelo processo de exploração energética. Um projeto e plano museológico foi elaborado e apresentado em 2018 (Zanettini, 2018). Entre 2020-2021, representantes da Assuruá 1 Energia S.A. entraram com um recurso administrativo apresentando uma proposta de reenquadramento daquele projeto para novas ações descritas como “Projeto de Educação Patrimonial e Empreendedorismo Social” (Assuruá, 2021).		

A solicitação foi aceita, mediante a realização de consulta à comunidade diretamente envolvida e que fossem levadas em consideração as recomendações já apresentadas no Projeto do Ecomuseu quanto aos sítios arqueológicos e a sinalização que fariam parte do circuito de visitação.

Referências

ASSURUÁ. Ofício Recurso Administrativo. 24 SET. 2021. Documento Sei Iphan nº 3022151.

IPHAN/BA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan na Bahia. Parecer Técnico nº 742/15. Salvador, 11 dez. 2015. Documento Sei Iphan nº 1155384.

SETUR/PMGO. Secretaria Municipal de Turismo. Prefeitura Municipal de Gentio do Ouro/BA. Ofício nº 01/2018. Gentio do Ouro, 12 de julho de 2018. Assunto: Ecomuseu no entorno do Complexo Eólico Capoeiras & Assuruá. Documento Sei Iphan nº 0601893.

ZANETTINI, Paulo E. Plano Museológico e Diretrizes para criação do Ecomuseu Chapada Velha. São Paulo, 24 setembro de 2018. Ofício (Sei Iphan nº 0752256), Plano Museológico Vol. 1 (Sei Iphan nº 0752261), Vol. 2 (Sei Iphan nº 0752270) e Sumário Executivo (Sei Iphan nº 0752279).

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 33
Denominação: Casa de Cultura e Memória Munduruku		Status: Inconcluso
Endereço: Jacareacanga, MT Tel.: E-mail: Data de instalação: 2020		Empreendimento: UHE Teles Pires Data de instalação: 2011-2015 Setor: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Prefeitura Municipal de Jacareacanga		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais		
Observações		
Iniciativa mobilizada como compensação de impactos gerados durante a instalação da Usina Hidrelétrica Teles Pires. O empreendimento causou danos a lugares sagrados do povo Munduruku e, as escavações		

arqueológicas removeram vasilhas cerâmicas identificadas por eles como urnas funerárias de seus ancestrais.

Os artefatos inicialmente ficaram sob a responsabilidade da Instituto do Homem Brasileiro (IHB), em Cuiabá (MT) e depois, foram movidas para o Museu de História Natural de Alta Floresta (MT). As reações dos indígenas foram formalizadas em forma de denúncias apresentadas ao Iphan e ao Ministério Público Federal (MPF), e fora aberto um Inquérito Civil Público nº 1.23.002.000303/2013-85 (Loures e Moreira, 2022).

O IPHAN, através do Centro Nacional de Arqueologia (CNA), cobrava do empreendedor “entre outras providências, a construção de duas Casas de Cultura, uma em Paranaíta (MT) e outra em Jacareacanga (PA), e uma solução definitiva para a destinação das ‘vasilhas’ (...) exigindo a participação dos Munduruku na formulação dessa solução definitiva” (Caldarelli e Caldarelli, 2020, p. 206). A partir de 2018, uma nova equipe passou a mediar a situação, no intuito de construir junto com o povo Munduruku de Jacareacanga a configuração da futura Casa de Cultura e Memória. No final de 2019, contudo, um grupo de indígenas retirou os objetos sagrados do Museu de História Natural, deixando um bilhete que, entre outras coisas, dizia: “Os pajés já escolheram o local e queremos nossas urnas de volta, e dessa vez não vamos voltar sem devolvê-las para os lugares certos” (Caldarelli e Caldarelli, 2020, p. 208).

Em seguida, devido a pandemia de Covid-19, o processo que estavam em desenvolvimento foi suspenso.

Referências

Caldarelli, Carlos E. e Caldarelli, Solange B. Uma única coleção: patrimônio arqueológico da União? Objetos sagrados dos Munduruku? A Covid 19 e um trabalho inconcluso. Tessituras, v. 8, n. 1, Pelotas, p. 210-212, jan.-abr., 2020.

Loures, Rosamaria S. P. e Moreira, Fernanda C. O resgate das urnas: o histórico da luta munduruku contra a morte de seus lugares sagrados. Revista Antropolítica, v. 54, n. 1, Niterói, p. 189-210, jan.-abr., 2022.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 34
Denominação: Museu de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Uberlândia (MANA/UFU)		Status: Em processo de construção
Endereço: R. Duque de Caxias, 285, Centro, 38400-142, Uberlândia, MG Tel.: (34) 3239-4398 E-mail: mana@proexc.ufu.br Data de instalação: 2022		Empreendimento: UHE Nova Ponte e UHE Miranda, 1990 (Potência 408.000) Data de instalação: 1987 Sector: Energético
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Federal

Órgão / Gestor: Ministério da Educação, Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC); Instituto de Ciências Sociais (INCIS) e o Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO)	
Instrumento de criação: Resolução Consun ° 32, de 28 de março de 2022	Plano Museológico: Em elaboração
Outros documentos:	
Cadastro de Museus SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP SIM (x) NÃO ()	Status Iphan: Está em processo de cadastramento. Visita Iphan agendada para março de 2025.
Ponto de Memória SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.facebook.com/ComunicacaoUfu https://www.instagram.com/ufu_oficial/ https://www.youtube.com/@CanaldaUFU https://linktr.ee/UFU_Oficial	
Observações O museu foi projetado para dar destinação às coleções arqueológicas constituídas a partir dos salvamentos realizados durante o processo de construção da UHEs Miranda e Nova Ponte. Após processos de privatização, os acervos se tornaram passivo da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e desencadeou um acordo entre a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e empresas envolvidas. Conforme descreve Rodrigues (et al, 2021), após várias tratativas, com o objetivo de se garantir a guarda e preservação adequada do acervo instalado no Museu da CEMIG, mas em precárias condições de armazenamento, em 2019 as empresas arroladas no processo, CEMIG e Engie Brasil, acordaram em financiar o trabalho inicial de transferência definitiva daqueles acervos para a UFU. Em contrapartida, a Universidade se comprometeu com a criação de uma instituição de guarda para recebê-lo, de forma a garantir adequadamente sua preservação, pesquisa e extroversão, etapa que já se encontra em fase conclusiva com a criação do Museu de Antropologia e Arqueologia (MANA-UFU). O MANA é um aparelho cultural vinculado ao Instituto de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas do Pontal e Pró-reitoria de extensão e cultura da Universidade Federal de Uberlândia, que respondem pela sua gestão. O projeto e as tratativas para a criação e estruturação foram do Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena (cadastrado no CNPq). Os recursos iniciais vem de projeto aprovado pela Lei de Incentivo à Cultura e financiado com verbas das duas empresas de energia que respondem pelo passivo arqueológico: a CEMIG Companhia Energética de Minas Gerais e a Engie - Brasil. O processo foi mediado pelo Ministério Público Federal (Mano, 2024).	
Referências CONSUM/UFU. Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia. Resolução nº 32, de 28 de março de 2022. Dispõe sobre a criação do Museu de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Uberlândia MANA/UFU. Disponível em: http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2022-32.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.	

MANO, Marcel. Presidente da Comissão de Criação e Estruturação do MAnA-UFU. Professor titular do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Comunicação Pessoal por e-mail em 23 dez. 2024.

RODRIGUES, Robson; MANO, Marcel e FERREIRA FILHO, Aurelino J. Acervos arqueológicos musealizados e gestão no MAnA-UFU: possibilidades de interpretações, apropriações e ressignificações no diálogo com as histórias, identidades, alteridades e etnicidades indígenas regionais. Revista de Arqueologia, v. 34, n. 1, p. 89-109, jan.-abr., 2021. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/849>. Acesso em: 11 fev. 2024.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 35
Denominação: Parque Nacional Cavernas de Peruaçu		Status: Ativo
Endereço: 155, BR-135, s/n - Fabião I, 39480-000, Januária, MG Tel.: (38) 3623-1038 E-mail: cavernas.peruacu@icmbio.gov.br Data de instalação: 1999		Empreendimento: FIAT / MPF 1999 Data de instalação: 1997 Sector: Automotivo
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Federal
Órgão / Gestor: Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)		
Instrumento de criação: Dec s/nº de 21 de setembro de 1999		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.gov.br/icmbio/pt(não localizado ?)br/assuntos/biodiversidade/unidade(não localizado ?)de(não localizado ?)conservacao/unidades(não localizado ?)de(não localizado ?)biomas/cerrado/lista(não localizado ?)de(não localizado ?)ucs/parna(não localiz https://www.facebook.com/cavernasdoperuacu https://www.instagram.com/cavernasdoperuacu https://www.youtube.com/@canalicmbio https://linktr.ee/cavernasdoperuacu		
Observações Criado em 1999, com uma área de 56,4 mil hectares, o parque é considerado um dos principais sítios arqueológicos do mundo. A institucionalização veio como uma forma de compensar os danos causados		

pelos veículos produzidos e comercializados pela empresa Fiat. Investigações do Ministério Público Federal constataram que a montadora colocou no mercado mais de 400 mil exemplares de um modelo capaz de transmitir poluição ambiental acima do permitido pela legislação (Magalhães, 2022).

De acordo com seu Plano de Manejo (Ibama, 2005a, p. 25), o parque se destaca por seu valor cênico, geoespeleológico e patrimônio arqueológico, além da “biodiversidade, considerando-se o ecótono entre os biomas da Caatinga e do Cerrado, torna a área ímpar no contexto nacional; considerando-se a visão das comunidades e das instituições públicas locais, o PNCP torna-se o palco de possibilidades de desenvolvimento regional principalmente no âmbito do ‘turismo’, sendo integrante da Bacia do São Francisco, a qual tem programas de desenvolvimento em andamento. Além disso, poderá ocorrer uma maior divulgação e valorização da cultura local, destacando-se a produção de alimentos típicos, artesanato entre outras atividades; (...) As características naturais e os aspectos arqueológicos existentes no PNCP fazem desta UC um verdadeiro laboratório para programas de educação ambiental, incluindo a possibilidade de integração com a Reserva Indígena Xacriabá”.

Referências

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Plano de Manejo Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. v. 1. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005a. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/parna-cavernas-do-peruacu/arquivos/parna_cavernas_peruacu_pm_enc1-pdf.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Plano de Manejo Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. v. 2. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005b. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/parna-cavernas-do-peruacu/arquivos/parna_cavernas_peruacu_pm_enc4.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

MAGALHÃES, Ana. Parque Nacional Caverna do Peruaçu é inaugurado oficialmente. Jornal Estado de Minas, 20 dez. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/12/20/interna_gerais,1435599/parque-nacional-caverna-do-peruacu-e-inaugurado-oficialmente.shtml. Acesso em: 20 jan. 2024.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 36
Denominação: Estação Ciência Anglo American		Status: Ativo
Endereço: Rodovia MG-010, km 185, Conceição do Mato Dentro, MG Tel.: (31) 98466-0571 E-mail: estacaociencia@angloamerican.com Data de instalação: 2014		Empreendimento: Projeto Minas-Rio Anglo American Data de instalação: 2014 Setor: Mineração
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Anglo American		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:

Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://brasil.angloamerican.com/pt-pt/sustentabilidade/conheca-a-estacao-ciencia https://www.facebook.com/AngloAmericanBR https://www.instagram.com/angloamericanbrasil/ https://www.youtube.com/channel/UCeQb9YR7sIPdMzcmWvQnpVQ https://linktr.ee/angloamericanbrasil		
Observações Espaço criado em 2014 pela empresa Anglo American, com o objetivo de resgatar e disseminar o conhecimento sobre a cultura e história da região de Conceição do Mato Dentro, onde está sendo implantado o Projeto Minas-Rio. “O local, com aproximadamente oito mil metros quadrados, contou com um investimento de mais de R\$ 5 milhões e abrigará um acervo composto por objetos, registros áudio visuais, exposições fotográficas, livros e cartilhas” (Anglo, 2014a). O projeto Minas-Rio, em sua primeira fase, previu uma capacidade de produção de 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro. “O empreendimento inclui uma mina de minério de ferro e unidade de beneficiamento em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, em Minas Gerais; o maior mineroduto do mundo com 525 km de extensão e que atravessa 32 municípios mineiros e fluminenses; e o terminal de minério de ferro do Porto de Açu, no qual a Anglo American é parceira da LLX com 49% de participação, localizado em São João de Barra (RJ)” (Anglo, 2014b).		
Referências ANGLO American. Desembarque na Estação Ciência. Youtube, 14 de mar. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Tzf0197bqgM. Acesso em: 21 jan. 2024. ANGLO American. Estação Ciência Anglo American - Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço é inaugurada em Conceição do Mato Dentro. Site institucional Notícias, 20 mar. 2014a. Disponível em: https://brasil.angloamerican.com/pt-pt/imprensa/noticias/year2014/20-03-2014a. Acesso em: 21 jan. 2024. ANGLO American. Estação Ciência. Visita Virtual. Disponível em: http://eravirtual.org/estacao-ciencia/. Acesso em: 21 jan. 2024. ANGLO American. Portal do Projeto Minas-Rio é lançado. Site institucional Notícias, 07 jan., 2014b. Disponível em: https://brasil.angloamerican.com/pt-pt/imprensa/noticias/year2014/07-01-2014. Acesso em: 21 jan. 2024.		

Denominação: Museu de Tapira		Status: Inconcluso
Endereço: Tel.: E-mail: Data de instalação: 2019		Empreendimento: Mineração Mosaic Data de instalação: 2012 Sector: Mineração
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor:		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais		
Observações Iniciativa oriunda de exigência compensatória manifesta pelo Iphan, em função da importância do Sítio Arqueológico Valter Dentista. A recomendação indicava a instalação de um Museu Arqueológico, com elaboração em diálogo entre empreendedores, consultoria científica, Prefeitura Municipal e Iphan. Quatro compensações ambientais interpostas a anuência do Iphan, que em síntese, indicavam: (1) Produção de edição de livro com os resultados apresentados no Relatório Final de Salvamento Arqueológico; (2) Criação de um museu arqueológico no município de Tapira, em parceria com a Prefeitura Municipal; (3) Prosseguimento de estudos ao Sítio Arqueológico Valter Dentista; (4) Criação de uma Fundação, em parceria com a Prefeitura Municipal, para gestão do Museu (Iphan, 2019). Entretanto, no decorrer do processo, a empresa Mosaic (2022) solicitou revisões e alterações das compensações, diante disso o Iphan se manifestou concordando que “colocaram-se óbices incontornáveis no que diz respeito às compensações (2) e (4)” e estas, passaram a ter a seguinte redação: “Compensação (2): A empresa Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda, proprietária do Complexo Minerário de Tapira realizará, com a concordância do IPHAN e em comum acordo com a equipe de gestão do Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco (MAC-Pains), equipamento cultural da Prefeitura Municipal de Pains, investimento no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) repassados à referida Prefeitura e comprovadamente investidos no referido equipamento cultural. O repasse dos recursos acontecerá após estabelecidos, em comum acordo com a gestão do MAC Pains, os objetos de investimento. (...) Compensação (4): Criação e desenvolvimento de bolsa de estudos totalizando R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) destinada ao desenvolvimento das coleções arqueológicas depositadas no Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco, em particular aquela exumada do Sítio Arqueológico Valter Dentista” (Iphan, 2022). Cabe mencionar que, através de ofício, a Prefeitura Municipal de Tapira manifestou-se contrária a mudanças das condicionantes (Tapira, 2022). As alterações, entretanto, tiveram prosseguimento, como pode ser observado, por exemplo, através do Edital lançado para processo seletivo de bolsa de arqueólogo (a) pesquisador (a) (Mosaic e Stratus, 2023). Este projeto teve a participação da pesquisadora Maria Tereza Parente, que também realizou análise aprofundada do caso, em sua dissertação de mestrado, analisando os embates que acompanham os processos atrelados à arqueologia preventiva e como a “vontade de museu”, por parte da população local conflui para uma		

demanda concreta de construção de uma instituição museológica (Parente, 2023), processo este desarraigado.

Referências

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência de Minas Gerais. Ofício nº 0056/2019/IPHAN-MG/GAB. Belo Horizonte, 17 de maio de 2019. Assunto: Licenciamento Ambiental Complexo de Mineração de Tapira. Compensações ambientais interpostas à Anuência (Sei Iphan nº 1438218).

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência de Minas Gerais. Ofício nº 2042/2022/IPHAN-MG/DIVAP. Belo Horizonte, 13 de junho de 2022. Assunto: Solicitação de alteração das compensações – Anuência Complexo de Mineração de Tapira – Ofício IPHAN nº 056/2019 (Sei Iphan nº 3595547).

MOSAIC Fertilizantes e STRATUS Arqueologia & Patrimônio Cultural. Edital nº 1/2023. Processo Seletivo para Bolsa de Arqueólogo(a) Pesquisador(a). Maio de 2023 (Sei Iphan nº 4800067).

MOSAIC Fertilizantes P&K LTDA. Relatório de Solicitação de Alteração de Compensação. Revisão das compensações do Processo IPHAN nº 01514.000958/2012-12. Maio de 2022 (Sei Iphan nº 3503588).

PARENTE, Maria Tereza V. Embates da memória na arena tapirense: “inventários participativos” como instrumento de abertura museal. Dissertação (Mestrado). Pós-graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023.

TAPIRA, Prefeitura Municipal de. Ofício n. 337/2022/GAB/PGM. Tapira/MG, 11 de julho de 2022. Assunto: Resposta ao Ofício 1611/2022/COTEC-IPHAN-MG/IPHAN-MG-IPHAN. Solicitação de alteração de condicionantes (Sei Iphan nº 3677971).

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 38
Denominação: Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT/UEMASUL)		Status: Ativo
Endereço: Rua Godofredo Viana, 1300, Centro, 65900-000, Imperatriz, MA Tel.: (99) 3525-4719 E-mail: cpah.timbira@uemasul.edu.br Data de instalação: 2015		Empreendimento: Suzano Papel e Celulose Data de instalação: 2014 Setor: Papel e Celulose
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Estadual
Órgão / Gestor: Secretaria Estadual de Educação, Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil (PROEXAE). Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT) e apoio do Núcleo de Estudos Afric		
Instrumento de criação: Medida Provisória nº 378, 15 de fevereiro de 2022, cria o Proexae da Uemasul		Plano Museológico: Não possui

Outros documentos: Regimento Interno.		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 6.81.33.3723
Cadastro de IGP	SIM (x) NÃO ()	Status Iphan: Apta
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.uemasul.edu.br/extensao/cpaht/ https://www.facebook.com/uemasul/ https://www.instagram.com/museu_cpaht/ https://www.youtube.com/@UEMASUL/playlists https://linktr.ee/museu_cpaht		
Observações “Inaugurado em 10 de agosto de 2015, o Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT) surgiu como parte do projeto de extensão do Núcleo de Estudos Indígenas (NEAI), no ano de 2007. O CPAHT é um museu público, vinculado à UEMASUL, construído mediante o projeto de compensação ambiental da empresa Suzano Papel e Celulose. O espaço museológico está dividido em três segmentos: arqueologia, etnologia e cultura popular do sertão maranhense. O Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira homenageia populações que dominaram a extensa área do Cerrado Maranhense que física, linguística e culturalmente são caracterizados como da família Jê, e agrupam os povos Apanyekrá, Apinayê, Canela, Gavião, Parkatejê, Krahô, Krikati e Gavião Pykopjê. A exposição é composta de acervo arqueológico proveniente de pesquisas realizadas na região de Imperatriz, dispondo também de acervo etnológico, com materiais de uso cotidiano e ritualístico representativos dos povos Timbira, que nos remetem à nossa herança cultural, memória e identidade” (Uemasul, 2024). A responsabilidade pela gestão do Museu CPAHT é assumida pelo Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT), uma iniciativa consolidada a partir de ações de pesquisa e extensão realizadas pela UEMASUL, com apoio do Núcleo de Estudos Africanos e Indígenas (NEAI). Os recursos financeiros necessários para sua atuação e manutenção provêm de parcerias institucionais, como a firmada com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além do suporte oferecido pela iniciativa privada, como por exemplo a empresa Suzano Papel e Celulose, que desempenhou um papel essencial na estruturação do espaço físico e nas ações do museu (Ferreira, 2024, comunicação pessoal).		
Referências FERREIRA, Luciene Santana. Chefe de Divisão de Patrimônio Histórico do MUSEU CPAHT. Comunicação pessoal por e-mail em 22 jan. 2025. MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira – CPAHT – UEMASUL. Disponível em: https://cadastro.museus.gov.br/museus/centro-de-pesquisa-em-arqueologia-e-historia-timbira-cpaht-uemasul/. Acesso em: 20 jan. 2025. UEMASUL. Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. CPAHT – Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira. Disponível em: https://www.uemasul.edu.br/extensao/cpaht/. Acesso em: 21 jan. 2024.		

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 39
Denominação: Museu de Favela (MUF)		Status: Ativo
Endereço: Rua Alberto de Campos, 12, Ipanema, 22071-060, Rio de Janeiro, RJ Tel.: (21) 2267-6374 E-mail: querovisitar@museudefavela.org; info@museudefavela.org Data de instalação: 2008		Empreendimento: Obras do PAC/RJ Data de instalação: 2007 Setor: Reconfiguração Urbana
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Comunitário		
Instrumento de criação: Nº 050209 Data: 05/11/2008		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus SIM (x) NÃO ()		ID Ibram: 6.71.02.8090
Cadastro de IGP SIM () NÃO (x)		Status Iphan:
Ponto de Memória SIM (x) NÃO ()		
Sites e Redes Sociais https://muf.tantata.com/ https://www.facebook.com/museudefavela https://www.instagram.com/museudefavela/ https://www.youtube.com/@museudefavelamuf6346 https://linktr.ee/museudefavela		
Observações Criado em 2008 por lideranças culturais das favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, como um desdobramento de ações realizadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 pelo governo federal que atingiu várias comunidades do Rio. Trata-se de uma organização não governamental privada de caráter comunitário. Entre os detalhes de sua formação, destaca-se do relato de uma profissionais envolvidas no projeto, como foram parte das negociações entre governo, empreendedores, consultores e comunitários: “Pactuei com os contratantes de nossos serviços três condições: (1)colocaríamos em discussão as metas do trabalho-técnico social junto a um Conselho Comunitário formado com lideranças da comunidade, acolhendo eventuais possibilidades de rearranjos em nosso plano de trabalho; (2) faríamos a contratação preferencial de moradores junto à nossa equipe de base e campo, ainda que implicasse treinamento e (3) a construtora nos concederia paralisar a obra por uma tarde, liberando os operários para estarem presentes à nossa primeira grande reunião social” (Loureiro, 2023, p. 30).		

De acordo com Nascimento (2023, p. 144-145) “O PAC propunha um legado social que não interessava a essas lideranças, pois eles tinham outras ideias, mas encontraram nas reuniões a oportunidade de falar e de expressar os desejos da comunidade”.

A instituição criada parte de uma conceituação diferencia e inovadora, tem como exposição um Circuito Casas-Tela, vinculado ao seu chamado “acervo vivo” uma concepção de acervo dinâmica. “Esse conceito permeia todas as ações do museu, a forma como lida com o território e o que considera como tecnologia inovadora para selecionar, produzir, apresentar e manter o acervo” (Nascimento, 2023, p. 19).

Referências

LOUREIRO, Katia A. S. 7 anos no Museu de Favela. 2008 a 2014. Rio de Janeiro, Editora Danda, 2023.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. MUF – Museu de Favela. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-de-favela/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

NASCIMENTO, Cristiane B. C. O Museu de Favela (MUF-RJ) e o seu território – O Cantagalo, Pavão e Pavãozinho: Um trajeto de educação da Atenção. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 40
Denominação: Museu das Remoções		Status: Ativo
Endereço: Rua Vila Autódromo, s/n , Jacarepaguá, 22775-160, Rio de Janeiro, RJ Tel.: (21) 99900-9003 E-mail: museudasremocoas@gmail.com Data de instalação: 2016		Empreendimento: Obras das Olimpíadas RJ Data de instalação: 2010 Setor: Reconfiguração Urbana
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Comunitário. Coletivo de pessoas voluntárias entre moradores e apoiadores da Vila Autódromo		
Instrumento de criação: Cerimônia de inauguração e descrição da criação em documentos acadêmicos: teses, dissertações, monografias e artigos		Plano Museológico: Sim, 2022
Outros documentos: O Plano de Gestão consta no nosso Plano Museológico atualizado em 2022. Seguimos a linha da autogestão com reuniões periódicas entre equipe e grupos de trabalho. O Museu das Remoções possui uma equipe ampla, com integrantes de áreas de formação diversas,		

Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 1.99.29.6812
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM (x) NÃO ()	

Sites e Redes Sociais https://museudasremocoes.com/ https://www.facebook.com/museudasremocoes/ https://www.instagram.com/museudasremocoes https://www.youtube.com/museudasremocoes https://linktr.ee/museudasremocoes
--

Observações O Museu das Remoções foi fundado por moradores e apoiadores da comunidade Vila Autódromo, como um instrumento de luta e resistência contra as remoções de moradias. Trata-se de um museu de território que surgiu no processo de remoção da comunidade da Vila Autódromo, onde comunidades de baixa renda estavam sendo removidas devido a obras para construção do Parque Olímpico, tendo em vista que a cidade do Rio de Janeiro seria sede dos Jogos Olímpicos em 2016. “A construção do Museu das Remoções contou com a participação de alunos da graduação de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Anhanguera, sob a coordenação da professora, arquiteta e urbanista Diana Bogado. Entre abril e maio de 2016, os estudantes construíram sete esculturas feitas a partir de escombros. Cada peça representava um lugar significativo que havia passado por remoção. A escolha foi feita a partir de oficinas de memória realizadas com moradores, ex-moradores e apoiadores da Vila Autódromo. Desses encontros, também foram produzidos mapas afetivos da comunidade” (Museu da Remoções, 2024, s.p.). “Eram aproximadamente 700 famílias moradoras da Vila Autódromo, depois desse processo apenas 20 permaneceram na comunidade. Com o slogan ‘Memória não se remove’, o Museu tem como objetivo manter viva a história dos moradores e ex-moradores da Vila Autódromo, a partir do processo de luta e resistência frente à remoção. Uma das atividades inaugurais do Museu das Remoções foi a montagem da exposição a céu aberto de sete esculturas, que foram feitas a partir dos escombros das demolições” (Visite Museus, 2024, s.p.). Entre suas conquistas de luta e resistência, o movimento gerado conseguiu abrir espaço e reconhecimento inclusive no site de Memórias das Olimpíadas, onde diferentes documentos sobre a comunidade e o museu podem ser acessados, inclusive entrevistas com moradores (Memória das Olimpíadas, 2017).
--

Referências MEMÓRIA DAS OLIMPÍADAS. Sandra Maria, moradora da Vila Autódromo, em Jacarepaguá. Entrevista: 31 jan. 2017. Disponível em: http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/depoimento-detalle-sandra-maria.htm. Acesso em: 25 jan. 2025. MUSEU DAS REMOÇÕES. O Museu das Remoções. Disponível em: https://museudasremocoes.com/sobre/o-museu-das-remocoes/. Acesso em: https://visite.museus.gov.br/instituicoeO Museu da Remoções. Disponível em: https://visite.museus.gov.br/instituicoes/museu-das-remocoes/oes/museu-das-remocoes/ 02 fev. 2024.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu das Remoções. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-das-remocoes>. Acesso em: 20 jan. 2025.

VISITE MUSEUS. Museu das Remoções. Disponível em: <https://visite.museus.gov.br/instituicoes/museu-das-remocoes/>. Acesso em: [O Museu da Remoções](#).

<https://visite.museus.gov.br/instituicoes/museu-das-remocoes/oes/museu-das-remocoes/> 02 fev. 2024.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 41
Denominação: Museu Zabelê (Muzab)		Status: Ativo
Endereço: Rua Herculano, 180 , Centro, 64770-000, São Raimundo Nonato, PI Tel.: (89) 98108-8615 E-mail: museuzabele@gmail.com; iderlanz@hotmail.com Data de instalação: 2018		Empreendimento: Parque Nacional da Serra da Capivara Data de instalação: 1979 Setor: Reconfiguração Urbana
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Comunitário		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 8.08.52.0318
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM (x) NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.museuzabele.com/ https://www.instagram.com/museu_zabele/		
Observações Criado pela comunidade em 2018, a partir dos remanescentes de uma antiga localidade chamada de Zabelê, que foi desalojada de suas terras por integrar o perímetro da área demarcada para compor o Parque Nacional Serra da Capivara, no interior do Piauí. Anos depois, parte do grupo foi reestabelecido em um novo local, que é o Novo Zabelê e com o museu, apresentam as narrativas do “Antigo Zabelê” (Braga; Mageste, 2023).		

“Tudo começou em 2003, quando Iderlan, ainda adolescente, quis se aprofundar na história do seu lugar de origem. Curioso e atento, ouviu relatos dos mais velhos e coletou fotos com a intenção de registrá-los num livro. Mais tarde, viu que o material conseguido ao longo dos anos era ideal para uma exposição, e decidiu criar o museu. (...) Com a mudança de moradia, os modos de vida e costumes se dispersaram. Os mais jovens já não conhecem a trajetória do próprio povoado, seus contos, ritos e mitos. O Museu Zabelê propõe o resgate da cultura material e imaterial da velha comunidade. Nele, os enredos se entrelaçam em antigos saberes e fazeres que garantiram a sobrevivência num ambiente árido” (Iphan, 2022).

Referências

BRAGA, Maria Alda da Silva; MAGESTE, Leandro Elias Canaan. O Museu do Antigo Zabelê: Um estudo a partir da arqueologia pública e museologia social. Revista de Ciências Humanas Caeté, Maceió, v. 4, n. 1, p. 20–28, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufal.br/revistadecienciashumanascaete/article/view/15027>. Acesso em: 18 fev. 2024.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. Um museu para recontar o velho Zabelê (PI). Publicado em 09 abr. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/um-museu-para-recontar-o-velho-zabele-pi>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu Zabelê. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-zabele>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 42
Denominação: Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul		Status: Ativo
Endereço: Rua dos Andradas, 1223, 2º andar, Centro Histórico, 90020-008, Porto Alegre, RS Tel.: (51) 3228-6012 E-mail: contato@eflcultural.org.br Data de instalação: 1977		Empreendimento: Fundação Força e Luz Data de instalação: Diversas concessionárias no RS Sector: Energético/Marketing
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Fundação Força e Luz. Mantenedores: CSN Energia, CEEE Geração, CPFL Transmissão, CEEE Distribuição e Grupo Equatorial Energia.		
Instrumento de criação: Criado pela Ata nº 644 e Resolução nº 026 de 1977		Plano Museológico: Sim, 2021-2023
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 8.10.15.0050
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:

Ponto de Memória SIM () NÃO ()
Sites e Redes Sociais https://www.eflcultural.org.br/ https://www.facebook.com/eflcultural https://www.instagram.com/eflcultural/ https://www.youtube.com/@eflcultural/featured https://linktr.ee/eflcultural
Observações “O Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (MERGS) foi criado em 1º de fevereiro de 1977, sendo o pioneiro no setor em todo o Brasil, serviu de modelo para que várias outras concessionárias brasileiras também criassem os seus museus. Atualmente ocupa o 2º andar do Espaço Forma e Luz (EFL), fundação sem fins lucrativos que visa a difusão da cultura. Com a proposta de interagir com o público, o MERGS evoluiu no conceito de explicar a história da energia elétrica. Seu acervo é constituído de peças oriundas de vários municípios gaúchos. Nele, encontram-se objetos de curiosidades a respeito dos primórdios da iluminação do estado, bem como máquinas e equipamentos, utensílios, numismática, documentos, bibliografias e filmes. Todo esse material está à disposição para a consulta dos visitantes” (Museus.BR, 2025, s./p.). “A Fundação Força e Luz foi criada em dezembro de 2020 para administrar os acervos e atividades socioculturais do antigo Centro Cultural CEEE Erico Verissimo, que atuou por 18 anos na área cultural, como um Setor da Comunicação Social do Grupo CEEE. (...) A Fundação Força e Luz aprovada pela Portaria nº 002/2021 do Ministério Público do Rio Grande do Sul e definida pelo Artigo 3º de seu Estatuto Social, “tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nas áreas da Cultura, da Educação, da Defesa e da Conservação do Patrimônio Histórico e Artístico(...)”. A instituição herdou a responsabilidade de garantir a segurança e salvaguardar os acervos do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (MERGS) e do Memorial Erico Verissimo, que permanecem abertos para visitação” (Fundação Força e Luz, 2021, p.7-10).
Referências FUNDAÇÃO FORÇA E LUZ. Plano Museológico 2021-2023. Disponível em: https://www.eflcultural.org.br/institucional. Acesso em: 21 jan. 2025. MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-da-eletricidade-do-rio-grande-do-sul. Acesso em: 21 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental

Nº 43

Denominação: Museu Usina Marmelos Zero		Status: Inativo
Endereço: Estrada União Indústria, km 182, s/n , Retiro, 36073-185, Juiz de Fora, MG Tel.: (32) 3229-7606 E-mail: hiuri@focusaprendizado.com; museumarmeloszero@cemig.com.br Data de instalação: 1983		Empreendimento: Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais Data de instalação: Concessão em MG, 2016-2045 Setor: Energético/Marketing
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Estadual
Órgão / Gestor: Governo do Estado de Minas Gerais		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 2.52.36.0692
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais		
http://www.ufjf.br/centrodeciencias		
Observações “Primeira Usina hidrelétrica da América do Sul inaugurada em 1889, foi construída por iniciativa de Bernardo Mascarenhas que desejava utilizar energia hidrelétrica em sua fábrica (Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas) e na iluminação da cidade. Edificação singela está implantada em nível abaixo da Estrada União e Indústria. Suas paredes foram edificadas com alvenaria de tijolos maciços aparentes, sobre embasamento de pedra, sendo vazadas por vãos com vergas em arcos abatidos em sequência ritmada. A cobertura de duas águas é recoberta por telhas francesas e tem os beirais ornamentados por lambrequim. Uma pequena torre de seção quadrada e telhado de quatro águas marca a construção. O prédio transformou-se no Museu da Usina de Marmelos e tem os bens e o acervo cuidado pela Universidade Federal de Juiz de Fora através de um convênio assinado entre esta instituição e a Cemig” (PJF, 2024). Em 2015, a Universidade Federal de Juiz de Fora informou que, em função do término do convênio com a Cemig, o Centro de Ciências deixou de ser responsável pela administração do Museu Usina Marmelos Zero (UFJ, 2015). Anos depois, uma restauração foi noticiada e a reabertura do museu, com visitas abertas ao público, mediante agendamento (G1, 2019). O Site da Cemig tem informações indicando que o museu encontra-se fechado, devido a pandemia, sem previsão de reabertura (Cemig, 2025).		
Referências CEMIG. Visite o Museu de Marmelos. Conheça a primeira usina hidrelétrica da América do Sul. Disponível em: https://www.cemig.com.br/programa-sustentabilidade/visite-o-museu-de-marmelos/ . Acesso em: 21 jan. 2025.		

G1, Globo Notícias. Museu Marmelos Zero será reaberto para visitação em Juiz de Fora. Por G1 Zona da Mata, 16 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/01/16/museu-marmelos-zero-sera-reaberto-para-visitacao-em-juiz-de-fora.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu Usina Marmelos Zero. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-usina-marmelos-zero>. Acesso em: 21 jan. 2025.

PJF, Prefeitura de Juiz de Fora. Patrimônio Cultural. Bens Tombados - Usina de Marmelos. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/patrimonio/historico/usina_marmelos.php. Acesso em: 21 jan. 2024.

UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. Museu Usina Marmelos Zero volta a ser administrado apenas pela Cemig. Notícias, 06 nov. 2015. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/centrodeciencias/2015/11/06/museu-usina-marmelos-zero-volta-a-ser-administrado-apesas-pela-cemig/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 44
Denominação: Espaço Energia - Museu Copel		Status: Ativo
Endereço: Rua Desembargador Motta 2347, Centro, 80420-190, Curitiba, PR Tel.: (41) 3362-8231 E-mail: espacoenergia.museucopel@copel.com Data de instalação: 1984		Empreendimento: Copel - Companhia Paranaense de Energia Data de instalação: Concessão no PR, 2024-2054 Setor: Energético/Marketing
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Copel		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 1.44.38.7517
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.copel.com/site/educacao/espacoenergia/ https://www.instagram.com/espacoenergiacopel/ https://www.youtube.com/playlist?list=PLBIhNod8uN1DFEX29-dJfKq0x72htcgq		

<https://linktr.ee/espacoenergiacopel>

Observações

“A Copel se preocupa em manter o patrimônio material da Memória Empresarial da Copel, a evolução da energia e o legado do conhecimento da Companhia, bem como a transmissão dessa memória às gerações futuras, preservando a história da Empresa e do setor elétrico, além dos fatos e acervos das regiões impactadas pela implantação de seus empreendimentos. No sentido de salvaguardar o acervo de referência à memória empresarial da Copel, a Companhia mantém um grupo de trabalho responsável pelo registro (em sistema informatizado) e ações de conservação das coleções que integram os arquivos, museus, biblioteca, espaços culturais e expositivos da empresa, tais como: documentos, publicações, audiovisuais, obras de arte, artefatos etnográficos e arqueológicos, edificações de usinas e outras construções históricas, instrumentos, equipamentos, maquinários, mobiliários, pertences pessoais de personalidades, objetos ligados à tecnologia de energia e outros itens de cunho científico na Copel. Além disso, a Copel acredita na importância de um processo educativo de conscientização da sociedade, trazendo informações sobre a importância da energia no dia a dia das pessoas, o uso eficiente e seguro e as inovações, ressaltando a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Copel mantém o Espaço Energia, um museu localizado em Curitiba, em um imponente casarão do século 19, reformado em 2018. Não se trata de apenas mais um museu, pois traz uma proposta inovadora, levando o visitante a uma experiência rica e interativa com o mundo da energia: de suas aplicações ao uso sustentável; do passado ao futuro; da luz à arte” (Copel, 2024).

Referências

COPEL, Companhia Paranaense de Energia. Memória Empresarial. Disponível em: <https://copelsustentabilidade.com/social/sociocultural/memoria-empresarial/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Espaço Energia - Museu Copel. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/espaco-energia-museu-copel>. Acesso em: 21 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 45
Denominação: Museu da Eletricidade - Museu Energisa		Status: Ativo
Endereço: Avenida Astolfo Dutra 41, Centro, 36770-000, Cataguases, MG Tel.: (32) 3429-6424; (32) 98412-1253 E-mail: museuenergisa@fojb.org.br Data de instalação: 1985		Empreendimento: Grupo Energisa Data de instalação: Concessão em MG, 2025 em renovação Sector: Energético/Marketing
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho. Mantenedora: Grupo Energisa.		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:

Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM (☒) NÃO (☐)	ID Ibram: 8.14.72.7590
Cadastro de IGP	SIM (☐) NÃO (☒)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM (☐) NÃO (☐)	
Sites e Redes Sociais https://fundacaoormeo.org.br/espaco/museu-energisa/ https://www.facebook.com/energisa https://www.instagram.com/fundacaoormeo.fojb/ https://www.youtube.com/watch?v=KPbqQfb-cRI		
Observações “O Museu da Eletricidade, inaugurado no dia 6 de julho de 1985, conserva em dois espaços físicos distintos, a história da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina e da eletricidade no país. O espaço tecnológico que funciona no antigo prédio da Usina Maurício, localizado em Leopoldina é um museu vivo, no qual, as máquinas da usina estão em perfeito estado de conservação e funcionamento. O segundo espaço físico do museu é o espaço documentário, localizado no centro da cidade em um casarão em estilo art nouveau cuja construção data de 1915. Nesse espaço existe um centro didático e interativo sobre o uso da eletricidade, além de diversos objetos, fotos e documentos importantes que guardam a história da Companhia. O Museu da Eletricidade – Espaço Documentário foi inaugurado em 1985 e acha-se instalado em uma construção do início do século XX, com uma tipo de arquitetura urbana muito comum na época. Além do acervo, o Museu abriga um centro didático e interativo sobre o uso da eletricidade, a Super Estação de Energia. Na lateral do casarão, ainda dentro de seu complexo, há o Café do Museu e o Anfiteatro Ivan Müller Botelho” (Guia das Artes, 2025). Em meio as comemorações dos 120 anos do Grupo Energisa, as instituições em passando por reformulações, um novo projeto foi divulgado para a Usina Maurício, “o berço da eletrificação rural no Brasil e marca o início da trajetória do Grupo Energisa. Com a proposta de reescrever sua história sem perder sua essência, o Museu Parque Usina Maurício está sendo revitalizado para se tornar um centro de aprendizado e lazer. Localizada em Leopoldina, a usina será transformada em um espaço multidisciplinar que une ciência, memória e energias renováveis, com um programa curatorial que envolverá escolas e universidades, promovendo a história da geração de energia e a preservação do patrimônio histórico” (Energisa, 2025, s./p.). O casarão em <i>art nouveau</i>, localizado no Centro de Cataguases, passou a ser chamado de Museu Energisa: “acervo dedicado à memória da Companhia Força e Luz Cataguazes - Leopoldina até se tornar no Grupo Energisa. Os visitantes conhecem a história da energia elétrica que chegou na Zona da Mata Mineira, em 1908, e sobre a importância do Grupo Energisa no desenvolvimento da região” (FOJB, 2025).		
Referências ENERGISA. Energisa celebra 120 anos com projetos inovadores em sustentabilidade, cultura e turismo. Notícias, 24 mar. 2025. Disponível em: https://www.energisa.com.br/noticias/120-anos/energisa-celebra-120-anos-com-projetos-inovadores-em-sustentabilidade-cultura-e. Acesso em: 23 jan. 2025. GUIA DAS ARTES. Museu da Eletricidade. Disponível em: https://www.guiadasartes.com.br/minas-gerais/cataguases/museus/museu-da-eletricidade. Acesso em: 23 jan. 2025. MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu da Eletricidade. Disponível em: https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-da-eletricidade. Acesso em: 21 jan. 2025.		

FOJB, Fundação Ormeo Junqueira Botelho. Museu Energisa.
<https://fundacaoormeo.org.br/espaco/museu-energisa/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 46
Denominação: Memória da Eletricidade		Status: Ativo
Endereço: Rua São Bento, nº8, 5º andar, Centro, 20090-010, Rio de Janeiro, RJ Tel.: (21) 3553-7537 E-mail: contato@memoriadaeletricidade.com.br Data de instalação: 1986		Empreendimento: Instituidores e Mantenedores: Associação Brailleira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE); Eletrobras Cepel; Norte Energia Usina Hidrelétrica Belo Monte; Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Eletronuclear; Itaipu Binacional. Data de instalação: 1986 Setor: Energético/Marketing
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: A Gerência de Acervo e Pesquisa é a responsável pela organização, tratamento, e outras atividades desenvolvidas para salvaguarda do acervo histórico e da gestão documental da Memória da Eletricidade. Os recursos financeiros provêm de mantenedores e de pro		
Instrumento de criação: Sim		Plano Museológico: Não possui
Outros documentos: Sim		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.memoriadaeletricidade.com.br/ https://www.facebook.com/amemoriaoficial https://www.instagram.com/amemoriaoficial https://www.youtube.com/c/Mem%C3%B3riaEletricidade/featured		

<https://linklist.bio/amemoriaoficial>

Observações

“Idealizado pelo engenheiro Mario Bhering e instituído em 1986, o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil realiza atividades e projetos voltados à pesquisa histórica, preservação e difusão de acervos de empresas do setor elétrico. Entre as atividades promovidas estão a produção de publicações impressas e digitais, a coleta de relatos de história oral, a gestão de bibliotecas corporativas, a preservação e gestão de acervos e documentos, a promoção de eventos de reflexão e valorização da memória empresarial e o intercâmbio de conhecimentos através de debates, produção de conteúdos e projetos sob demanda” (Memória da Eletricidade, 2023, s.p.).

Referências

MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. História. Um único segundo e o nosso agora já virou memória. Disponível em: <https://www.memoriadaeletricidade.com.br/sobre/historia>. Acesso em: 26 nov. 2023.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 47
Denominação: Museu da Energia de Itu		Status: Ativo
Endereço: Rua Paula Souza 669, Centro, 13300-050, Itu, SP Tel.: (11) 2429-3530; (11) 94805-4429 E-mail: itu@museudaenergia.org.br Data de instalação: 1999		Empreendimento: Fundação Energia e Saneamento - Rede Museu da Energia Data de instalação: Diversas concessionárias em SP Setor: Energético/Marketing
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Fundação Energia e Saneamento, mantenedoras Enel, CTG Brasil, Emae, Sabesp e Cesp. A manutenção dos museus, acervos e patrimônios da Fundação, é realizada por meio de aportes diretos, patrocínios em projetos incentivados (Rouanet e Proac) e por meio da re		
Instrumento de criação: Estatuto Social nº 390175, de 23/11/2000		Plano Museológico: Sim, 2025-2030
Outros documentos: Estatuto, Regimento Interno, Plano Estratégico da Fundação Energia e Saneamento 2021, e Reposicionamento Institucional 2023.		
Cadastro de Museus SIM (x) NÃO ()		ID Ibram: 1.92.69.6336
Cadastro de IGP SIM () NÃO (x)		Status Iphan:

Ponto de Memória SIM () NÃO ()
Sites e Redes Sociais https://www.energiaesaneamento.org.br/museu/museu-da-energia-de-itu/ https://www.facebook.com/museudaenergia https://www.instagram.com/museudaenergia/ https://www.youtube.com/@MuseudaEnergia https://linkinbio.com.br/new/museudaenergia
Observações “A Rede Museu da Energia, que passou a ser implementada pela Fundação Energia e Saneamento a partir de sua constituição (1998), é formada por sete unidades: três imóveis urbanos, um em Itu - SP, outro em Jundiaí - SP e a unidade de São Paulo - SP, e quatro pequenas centrais hidrelétricas (Salesópolis, São Valentim, Jacaré e Corumbataí) situadas em Salesópolis-SP, Santa Rita do Passa Quatro - SP, Brotas-SP e Rio Claro - SP respectivamente, sendo que as Centrais Hidrelétricas São Valentim e Jacaré encontram-se fechadas e não foram efetivamente musealizadas” (Yagui, 2014, p.131). “O Museu da Energia de Itu está instalado em um sobrado construído em 1847 e situado em pleno centro histórico da cidade. Nas suas salas, o visitante faz uma viagem no tempo, conhecendo a forma como o cotidiano das pessoas mudou junto com a chegada da energia das antigas lamparinas que queimavam óleo até os eletrodomésticos lançados em meados do século XX, a exposição abrange mais de cem anos de história” (Fundação, 2024, s./p.).
Referências FUNDAÇÃO Energia e Saneamento. Museu da Energia de Itu. Disponível em: https://www.energiaesaneamento.org.br/museu/museu-da-energia-de-itu/. Acesso em: 20 jan. 2024. MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu da Energia de Itu. Disponível em: https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-da-energia-de-itu. Acesso em: 21 jan. 2025. YAGUI, Mirian M. P. Museus e patrimônio industrial: um estudo sobre a musealização do setor elétrico no estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2014.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 48
Denominação: Museu da Energia de Salesópolis		Status: Ativo
Endereço: Estrada dos Freires ou Contorno da Barragem, km 3, s/n , Freires, 08970-000, Salesópolis, SP Tel.: (11) 99115-0020 E-mail: salesopolis@museudaenergia.org.br Data de instalação: 2000		Empreendimento: Fundação Energia e Saneamento - Rede Museu da Energia Data de instalação: Diversas concessionárias em SP

		Sector: Energético/Marketing
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Fundação Energia e Saneamento, mantenedoras Enel, CTG Brasil, Emae, Sabesp e Cesp. A manutenção dos museus, acervos e patrimônios da Fundação, é realizada por meio de aportes diretos, patrocínios em projetos incentivados (Rouanet e Proac) e por meio da re		
Instrumento de criação: Ata de criação		Plano Museológico: Sim, 2025-2030
Outros documentos: Estatuto, Regimento Interno, Plano Estratégico da Fundação Energia e Saneamento 2021, e Reposicionamento Institucional 2023.		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 6.23.37.4500
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.energiaesaneamento.org.br/museu/museu-da-energia-de-salesopolis/ https://www.facebook.com/museudaenergia https://www.instagram.com/museudaenergia/ https://www.youtube.com/@MuseudaEnergia https://linkinbio.com.br/new/museudaenergia		
Observações “A Rede Museu da Energia, que passou a ser implementada pela Fundação Energia e Saneamento a partir de sua constituição (1998), é formada por sete unidades: três imóveis urbanos, um em Itu - SP, outro em Jundiaí - SP e a unidade de São Paulo - SP, e quatro pequenas centrais hidrelétricas (Salesópolis, São Valentim, Jacaré e Corumbataí) situadas em Salesópolis-SP, Santa Rita do Passa Quatro - SP, Brotas-SP e Rio Claro - SP respectivamente, sendo que as Centrais Hidrelétricas São Valentim e Jacaré encontram-se fechadas e não foram efetivamente musealizadas” (Yagui, 2014, p.131). Quatro pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) históricas – as usinas Corumbataí, de Rio Claro, São Valentim, de Santa Rita do Passa Quatro, Jacaré, de Brotas, e Salesópolis, da cidade do mesmo nome, todas do interior de São Paulo – consideradas obsoletas e desativadas havia muitos anos, passaram a compor o patrimônio da “Fundação Energia e Saneamento, instituição paulista criada na mesma época em razão da privatização das empresas de energia. ‘Havia uma preocupação do governo em evitar que o vasto acervo acumulado desde o século XIX pelas companhias se perdesse quando elas mudassem de dono’, diz Márcia Pazin, supervisora de Serviços e Projetos Especiais da fundação, para quem as PCHs foram doadas. As hidrelétricas passaram a ser administradas como usinas-parque, onde os visitantes aprendem a história da energia da região e participam de atividades de educação ambiental” (Marcolin, 2008, s./p.). “Instalado em um parque formado por trechos remanescentes da Mata Atlântica, o museu conta com uma usina hidrelétrica inaugurada em 1913. O espaço oferece atividades educativas e culturais, com visitas orientadas e trilhas, tratando de questões sobre energia e meio ambiente. A Usina de Salesópolis é operada pela Cobbucio e Almeida Energia” (Fundação, 2024, s./p.).		
Referências		

FUNDAÇÃO Energia e Saneamento. Museu da Energia Salesópolis. Disponível em: <https://www.energiaesaneamento.org.br/museu/museu-da-energia-de-salesopolis/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARCOLIN, Neldson. Ajuda do passado. Quatro pequenas centrais hidrelétricas que se tornaram museus voltam a gerar eletricidade. Revista Pesquisa Fapesp. Edição 148, jun. 2008. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/ajuda-do-passado/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu da Energia de Salesópolis. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-da-energia-de-salesopolis/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

YAGUI, Mirian M. P. Museus e patrimônio industrial: um estudo sobre a musealização do setor elétrico no estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2014.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 49
Denominação: Usina Parque do Corumbataí		Status: Ativo
Endereço: Rodovia Fausto Santomauro, km 3, s/n, Avenida 1 Assistência, Assistência, 13500-000, Rio Claro, SP Tel.: (11) 3224-1472; (19) 3333-5600; (19) 3523-4885; (19) 3523-6861; (11) 3224-1487 E-mail: patrimonio@energiaesaneamento.org.br; corumbatai@fphep.org.br Data de instalação: 2000		Empreendimento: Fundação Energia e Saneamento - Rede Museu da Energia Data de instalação: Diversas concessionárias em SP Sector: Energético/Marketing
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Fundação Energia e Saneamento, mantenedoras Enel, CTG Brasil, Emae, Sabesp e Cesp. A manutenção dos museus, acervos e patrimônios da Fundação, é realizada por meio de aportes diretos, patrocínios em projetos incentivados (Rouanet e Proac) e por meio da re		
Instrumento de criação: 20/2000		Plano Museológico:
Outros documentos: Estatuto, Regimento Interno, Plano Estratégico da Fundação Energia e Saneamento 2021, e Reposicionamento Institucional 2023.		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 6.35.36.6976
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.energiaesaneamento.org.br/museu/usina-parque-do-corumbatai-rio-claro-sp/		

<https://www.facebook.com/museudaenergia>
<https://www.instagram.com/museudaenergia/>
<https://www.youtube.com/@MuseudaEnergia>
<https://linkinbio.com.br/new/museudaenergia>

Observações

“A Rede Museu da Energia, que passou a ser implementada pela Fundação Energia e Saneamento a partir de sua constituição (1998), é formada por sete unidades: três imóveis urbanos, um em Itu - SP, outro em Jundiá - SP e a unidade de São Paulo - SP, e quatro pequenas centrais hidrelétricas (Salesópolis, São Valentim, Jacaré e Corumbataí) situadas em Salesópolis-SP, Santa Rita do Passa Quatro - SP, Brotas-SP e Rio Claro - SP respectivamente, sendo que as Centrais Hidrelétricas São Valentim e Jacaré encontram-se fechadas e não foram efetivamente musealizadas” (Yagui, 2014, p.131).

Quatro pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) históricas – as usinas Corumbataí, de Rio Claro, São Valentim, de Santa Rita do Passa Quatro, Jacaré, de Brotas, e Salesópolis, da cidade do mesmo nome, todas do interior de São Paulo – consideradas obsoletas e desativadas havia muitos anos, passaram a compor o patrimônio da “Fundação Energia e Saneamento, instituição paulista criada na mesma época em razão da privatização das empresas de energia. ‘Havia uma preocupação do governo em evitar que o vasto acervo acumulado desde o século XIX pelas companhias se perdesse quando elas mudassem de dono’, diz Márcia Pazin, supervisora de Serviços e Projetos Especiais da fundação, para quem as PCHs foram doadas. As hidrelétricas passaram a ser administradas como usinas-parque, onde os visitantes aprendem a história da energia da região e participam de atividades de educação ambiental” (Marcolin, 2008, s./p.).

“Reconhecida como marco histórico importante da fase pioneira da implantação da energia elétrica do Estado de São Paulo, a Usina foi oficialmente tombada como patrimônio histórico estadual em 1982, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Depois de sofrer, em sua área de mata preservada, com os terríveis incêndios que assolaram o país em 2024, a Usina Parque do Corumbataí encontra-se em fase de projeto para restauração ecológica e para a reativação da geração hidrelétrica. Quando voltar a gerar energia, será a usina mais antiga ainda em operação do Estado de São Paulo. O planejamento da Fundação também prevê para esta unidade a implantação de um polo do Centro Interdisciplinar de Extensão, Pesquisa, Ensino e Inovação (Ciepei), constituído em parceria com a Unesp” (Fundação, 2024, s./p.).

Referências

- FUNDAÇÃO Energia e Saneamento. Usina Parque do Corumbataí - Rio Claro, SP. Disponível em: <https://www.energiaesaneamento.org.br/museu/usina-parque-do-corumbatai-rio-claro-sp/>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- MARCOLIN, Neldson. Ajuda do passado. Quatro pequenas centrais hidrelétricas que se tornaram museus voltam a gerar eletricidade. Revista Pesquisa Fapesp. Edição 148, jun. 2008. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/ajuda-do-passado/>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu da Energia - Usina Parque do Corumbataí. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-da-energia-usina-parque-do-corumbatai>. Acesso em: 21 jan. 2025.
- YAGUI, Mirian M. P. Museus e patrimônio industrial: um estudo sobre a musealização do setor elétrico no estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2014.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 50
Denominação: Usina Parque do Jacaré		Status: Ativo
Endereço: Estrada de Serviço Patrimônio de São Sebastião da Serra, 17380-000, Brotas, SP Tel.: (14) 3653-6125 E-mail: faleconosco@energiaesaneamento.org.br Data de instalação: 2000		Empreendimento: Fundação Energia e Saneamento - Rede Museu da Energia Data de instalação: Diversas concessionárias em SP Sector: Energético/Marketing
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Fundação Energia e Saneamento, mantenedoras Enel, CTG Brasil, Emae, Sabesp e Cesp. A manutenção dos museus, acervos e patrimônios da Fundação, é realizada por meio de aportes diretos, patrocínios em projetos incentivados (Rouanet e Proac) e por meio da re		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos: Estatuto, Regimento Interno, Plano Estratégico da Fundação Energia e Saneamento 2021, e Reposicionamento Institucional 2023.		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.energiaesaneamento.org.br/museu/usina-parque-do-jacare-brotas-sp/ https://www.facebook.com/museudaenergia https://www.instagram.com/museudaenergia/ https://www.youtube.com/@MuseudaEnergia https://linkinbio.com.br/new/museudaenergia		
Observações “A Rede Museu da Energia, que passou a ser implementada pela Fundação Energia e Saneamento a partir de sua constituição (1998), é formada por sete unidades: três imóveis urbanos, um em Itu - SP, outro em Jundiaí - SP e a unidade de São Paulo - SP, e quatro pequenas centrais hidrelétricas (Salesópolis, São Valentim, Jacaré e Corumbataí) situadas em Salesópolis-SP, Santa Rita do Passa Quatro - SP, Brotas-SP e Rio Claro - SP respectivamente, sendo que as Centrais Hidrelétricas São Valentim e Jacaré encontram-se fechadas e não foram efetivamente musealizadas” (Yagui, 2014, p.131). Quatro pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) históricas – as usinas Corumbataí, de Rio Claro, São Valentim, de Santa Rita do Passa Quatro, Jacaré, de Brotas, e Salesópolis, da cidade do mesmo nome, todas do interior de São Paulo – consideradas obsoletas e desativadas havia muitos anos, passaram a		

compor o patrimônio da “Fundação Energia e Saneamento, instituição paulista criada na mesma época em razão da privatização das empresas de energia. ‘Havia uma preocupação do governo em evitar que o vasto acervo acumulado desde o século XIX pelas companhias se perdesse quando elas mudassem de dono’, diz Márcia Pazin, supervisora de Serviços e Projetos Especiais da fundação, para quem as PCHs foram doadas. As hidrelétricas passaram a ser administradas como usinas-parque, onde os visitantes aprendem a história da energia da região e participam de atividades de educação ambiental” (Marcolin, 2008, s./p.).

“A Usina Parque do Jacaré voltou a gerar energia em 2021 e atualmente integra o estudo de reposicionamento e alavancagem de parcerias da Fundação Energia e Saneamento, para abrigar um polo do Centro Interdisciplinar de Extensão, Pesquisa, Ensino e Inovação (Ciepei), constituído em parceria com a Unesp” (Fundação, 2024, s./p.).

Referências

FUNDAÇÃO Energia e Saneamento. Usina Parque do Jacaré - Brotas, SP. Disponível em: <https://www.energiaesaneamento.org.br/museu/usina-parque-do-jacare-brotas-sp/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARCOLIN, Neldson. Ajuda do passado. Quatro pequenas centrais hidrelétricas que se tornaram museus voltam a gerar eletricidade. Revista Pesquisa Fapesp. Edição 148, jun. 2008. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/ajuda-do-passado/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

YAGUI, Mirian M. P. Museus e patrimônio industrial: um estudo sobre a musealização do setor elétrico no estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2014.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 51
Denominação: Usina Parque São Valentim		Status: Ativo
Endereço: Estrada Vicinal João Ferronato, 13670-000, Santa Rita do Passa Quatro, SP Tel.: (11) 3224-1477 E-mail: faleconosco@energiaesaneamento.org.br Data de instalação: 2000		Empreendimento: Fundação Energia e Saneamento - Rede Museu da Energia Data de instalação: Diversas concessionárias em SP Sector: Energético/Marketing
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Fundação Energia e Saneamento, mantenedoras Enel, CTG Brasil, Emae, Sabesp e Cesp. A manutenção dos museus, acervos e patrimônios da Fundação, é realizada por meio de aportes diretos, patrocínios em projetos incentivados (Rouanet e Proac) e por meio da re		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:

Outros documentos: Estatuto, Regimento Interno, Plano Estratégico da Fundação Energia e Saneamento 2021, e Reposicionamento Institucional 2023.

Cadastro de Museus SIM () NÃO (x)

ID Ibram:

Cadastro de IGP SIM () NÃO (x)

Status Iphan:

Ponto de Memória SIM () NÃO ()

Sites e Redes Sociais

<https://www.energiaesaneamento.org.br/museu/usina-parque-sao-valentim-santa-rita-do-passa-quatro-sp/>

<https://www.facebook.com/museudaenergia>

<https://www.instagram.com/museudaenergia/>

<https://www.youtube.com/@MuseudaEnergia>

<https://linkinbio.com.br/new/museudaenergia>

Observações

“A Rede Museu da Energia, que passou a ser implementada pela Fundação Energia e Saneamento a partir de sua constituição (1998), é formada por sete unidades: três imóveis urbanos, um em Itu - SP, outro em Jundiaí - SP e a unidade de São Paulo - SP, e quatro pequenas centrais hidrelétricas (Salesópolis, São Valentim, Jacaré e Corumbataí) situadas em Salesópolis-SP, Santa Rita do Passa Quatro - SP, Brotas-SP e Rio Claro - SP respectivamente, sendo que as Centrais Hidrelétricas São Valentim e Jacaré encontram-se fechadas e não foram efetivamente musealizadas” (Yagui, 2014, p.131).

Quatro pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) históricas – as usinas Corumbataí, de Rio Claro, São Valentim, de Santa Rita do Passa Quatro, Jacaré, de Brotas, e Salesópolis, da cidade do mesmo nome, todas do interior de São Paulo – consideradas obsoletas e desativadas havia muitos anos, passaram a compor o patrimônio da “Fundação Energia e Saneamento, instituição paulista criada na mesma época em razão da privatização das empresas de energia. ‘Havia uma preocupação do governo em evitar que o vasto acervo acumulado desde o século XIX pelas companhias se perdesse quando elas mudassem de dono’, diz Márcia Pazin, supervisora de Serviços e Projetos Especiais da fundação, para quem as PCHs foram doadas. As hidrelétricas passaram a ser administradas como usinas-parque, onde os visitantes aprendem a história da energia da região e participam de atividades de educação ambiental” (Marcolin, 2008, s./p.).

“Construída em 1910, em Santa Rita do Passa-Quatro, Região Administrativa Central e Região Metropolitana de Ribeirão Preto, a central hidrelétrica está localizada em uma importante feição geológica, no entroncamento entre uma área de depressão periférica e o planalto central, conhecido como cuevas basálticas. Esse elemento da paisagem foi determinante para o surgimento de afloramentos rochosos, aproveitados para o assentamento de barragens para as pequenas usinas hidrelétricas do século passado. Na Usina Parque, destaca-se a cachoeira de São Valentim, antigo Salto do Rio Claro, uma impressionante queda d’água com 70 metros de altura. A área inclui dois reservatórios, a casa de máquinas e uma vila residencial, com quatro imóveis, construídos entre 1910 e 1940. O local está cercado por espécies remanescentes da floresta estacional semidecídua (Mata Atlântica) e do Cerrado, consistindo-se em um possível banco de exemplares para projetos de recuperação de floresta, além, de ser área intensamente visitada pela fauna típica da região, com a presença de lobos-guará, capivaras e jaguatiricas. A integridade e diversidade ecossistêmica tornam o local bastante promissor para a implementação de um núcleo de apoio a iniciativas de restauração ecológica na região, a partir da Usina Parque. O planejamento da Fundação também prevê a implantação em São Valentim de um polo do Centro Interdisciplinar de Extensão, Pesquisa, Ensino e Inovação (Ciepei), constituído em parceria com a Unesp” (Fundação, 2024, s./p.).

Referências

FUNDAÇÃO Energia e Saneamento. Usina Parque São Valentim - Santa Rita do Passa Quatro, SP. Disponível em: <https://www.energiaesaneamento.org.br/museu/usina-parque-sao-valentim-santa-rita-do-passa-quatro-sp/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARCOLIN, Neldson. Ajuda do passado. Quatro pequenas centrais hidrelétricas que se tornaram museus voltam a gerar eletricidade. Revista Pesquisa Fapesp. Edição 148, jun. 2008. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/ajuda-do-passado/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

YAGUI, Mirian M. P. Museus e patrimônio industrial: um estudo sobre a musealização do setor elétrico no estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2014.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 52
Denominação: Museu da Energia - Núcleo Jundiaí / Edifício Acervo		Status: Ativo
Endereço: Rua Barão de Jundiaí 202, Centro, 13201-010, Jundiaí, SP Tel.: (11) 3395-5508; (11) 3224-1489 E-mail: jundiai@museudaenergia.org.br; pesquisa@energiaesaneamento.org.br Data de instalação: 2001		Empreendimento: Fundação Energia e Saneamento - Rede Museu da Energia Data de instalação: Diversas concessionárias em SP Sector: Energético/Marketing
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Fundação Energia e Saneamento, mantenedoras Enel, CTG Brasil, Emae, Sabesp e Cesp. A manutenção dos museus, acervos e patrimônios da Fundação, é realizada por meio de aportes diretos, patrocínios em projetos incentivados (Rouanet e Proac) e por meio da re		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos: Estatuto, Regimento Interno, Plano Estratégico da Fundação Energia e Saneamento 2021, e Reposicionamento Institucional 2023.		
Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.energiaesaneamento.org.br/museu/edificio-acervo-da-energia-jundiai-sp/		

<https://www.facebook.com/museudaenergia>
<https://www.instagram.com/museudaenergia/>
<https://www.youtube.com/@MuseudaEnergia>
<https://linkinbio.com.br/new/museudaenergia>

Observações

“A Rede Museu da Energia, que passou a ser implementada pela Fundação Energia e Saneamento a partir de sua constituição (1998), é formada por sete unidades: três imóveis urbanos, um em Itu - SP, outro em Jundiaí - SP e a unidade de São Paulo - SP, e quatro pequenas centrais hidrelétricas (Salesópolis, São Valentim, Jacaré e Corumbataí) situadas em Salesópolis-SP, Santa Rita do Passa Quatro - SP, Brotas-SP e Rio Claro - SP respectivamente, sendo que as Centrais Hidrelétricas São Valentim e Jacaré encontram-se fechadas e não foram efetivamente musealizadas” (Yagui, 2014, p.131).

“A sede do Museu da Energia, Núcleo de Jundiaí é a antiga subestação da cidade, na qual se localizavam os transformadores que recebiam a alta tensão vinda das usinas e distribuíam para o núcleo urbano. Em 1927, o prédio foi transferido juntamente com a empresa para a The São Paulo Tramway, Light and Power Co., Ltd. Em 1981, foi incorporado à Eletropaulo - Eletricidade São Paulo S.A., por ocasião da transferência da Light para o Governo do Estado de São Paulo. Em 1998, o imóvel passou a pertencer à Bandeirante Energia S.A., sendo transferido no mesmo ano para a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo. Em 2001, o museu foi aberto à visitação pública, com espaço que ocupa área de aproximadamente 750 metros quadrados, onde o visitante tem a possibilidade de aprender um pouco sobre a história da energia elétrica, procedimentos de segurança e o uso racional da energia” (Landin; Falco e Alves, s./d., p. 7).

Atualmente, apresentado como Edifício Acervo, a instituição “destaca-se por sua relevância no cenário da documentação histórica e da gestão documental, mantendo preservado um conjunto documental-histórico inestimável para a memória da industrialização, da eletrificação e do desenvolvimento urbano no Estado de São Paulo. A unidade é reconhecida por fomentar a educação patrimonial e o fazer científico através dos diversos cursos, oficinas e palestras já ministrados, voltados a temáticas pertinentes à sua atuação, tais como: pesquisas em acervo histórico, preservação e organização de patrimônio histórico e implantação de gestão documental em arquivos privados, além de conservação e preservação de documentos” (Fundação, 2024, s./p.).

Referências

- FUNDAÇÃO Energia e Saneamento. Edifício Acervo - Jundiaí, SP. Disponível em: <https://www.energiaesaneamento.org.br/museu/edificio-acervo-da-energia-jundiai-sp/>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- LANDIN, Marcelo P.; FALCO, Tania Carla B. de F.; ALVES, Tiago da S. F. Cultura Material e Memória da Energia Paulista. IN: Projeto Eletromemória. História da Energia Elétrica no Estado de São Paulo (1890-1960): Patrimônio Industrial, Paisagem e Meio-ambiente. São Paulo, USP, s./d. Disponível em: <https://eletromemoria.fflch.usp.br/sites/eletromemoria.fflch.usp.br/files/12.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- YAGUI, Mirian M. P. Museus e patrimônio industrial: um estudo sobre a musealização do setor elétrico no estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2014.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental

Nº 53

Denominação: Espaço Força e Luz		Status: Ativo
Endereço: Rua dos Andradas, 1223, 2º andar, Centro Histórico, 90020-008, Porto Alegre, RS Tel.: (51) 3228-6012 E-mail: contato@eflcultural.org.br Data de instalação: 2002		Empreendimento: Fundação Força e Luz Data de instalação: Diversas concessionárias no RS Sector: Energético/Marketing
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Fundação Força e Luz. Mantenedores: CSN Energia, CEEE Geração, CPFL Transmissão, CEEE Distribuição e Grupo Equatorial Energia.		
Instrumento de criação: Ata de reunião		Plano Museológico: Sim, 2021-2023
Outros documentos:		
Cadastro de Museus SIM (x) NÃO ()		ID Ibram: 1.85.05.1405
Cadastro de IGP SIM () NÃO (x)		Status Iphan:
Ponto de Memória SIM () NÃO ()		
Sites e Redes Sociais https://www.eflcultural.org.br/ https://www.facebook.com/eflcultural https://www.instagram.com/eflcultural/ https://www.youtube.com/@eflcultural/featured https://linktr.ee/eflcultural		
Observações “O Espaço Força e Luz é uma instituição sem fins lucrativos que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nas áreas da Cultura, da Educação, da Defesa e da Conservação do Patrimônio Histórico e Artístico. Também é responsável pela guarda, segurança e preservação do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul e do Memorial Erico Verissimo” (Museus.BR, 2025, s./p.). “A Fundação Força e Luz foi criada em dezembro de 2020 para administrar os acervos e atividades socioculturais do antigo Centro Cultural CEEE Erico Verissimo, que atuou por 18 anos na área cultural, como um Setor da Comunicação Social do Grupo CEEE. (...) A Fundação Força e Luz aprovada pela Portaria nº 002/2021 do Ministério Público do Rio Grande do Sul e definida pelo Artigo 3º de seu Estatuto Social, “tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nas áreas da Cultura, da Educação, da Defesa e da Conservação do Patrimônio Histórico e Artístico(...)”. A instituição herdou a responsabilidade de garantir a segurança e salvaguardar os acervos do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (MERGS) e do Memorial Erico Verissimo, que permanecem abertos para visitação” (Fundação Força e Luz, 2021, p.7-10).		

Referências

FUNDAÇÃO FORÇA E LUZ. Plano Museológico 2021-2023. Disponível em:
<https://www.eflcultural.org.br/institucional>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Espaço Força e Luz. Disponível em:
<https://cadastro.museus.gov.br/museus/espaco-forca-e-luz>. Acesso em: 21 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 54
Denominação: Museu da Energia de São Paulo		Status: Ativo
Endereço: Alameda Nothmann, 184 , Campos Elíseos, 01218-000, São Paulo, SP Tel.: (11) 3224-1489; (11) 99169-8531 E-mail: saopaulo@museudaenergia.org.br Data de instalação: 2005		Empreendimento: Fundação Energia e Saneamento - Rede Museu da Energia Data de instalação: Diversas concessionárias em SP Sector: Energético/Marketing
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Fundação Energia e Saneamento, mantenedoras Enel, CTG Brasil, Emae, Sabesp e Cesp. A manutenção dos museus, acervos e patrimônios da Fundação, é realizada por meio de aportes diretos, patrocínios em projetos incentivados (Rouanet e Proac) e por meio da re		
Instrumento de criação:		Plano Museológico: Sim, 2025-2030
Outros documentos: Estatuto, Regimento Interno, Plano Estratégico da Fundação Energia e Saneamento 2021, e Reposicionamento Institucional 2023.		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 1.32.41.5823
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.energiaesaneamento.org.br/museu/museu-da-energia-de-sao-paulo/ https://www.facebook.com/museudaenergia https://www.instagram.com/museudaenergia/ https://www.youtube.com/@MuseudaEnergia https://linkinbio.com.br/new/museudaenergia		

Observações

“A Rede Museu da Energia, que passou a ser implementada pela Fundação Energia e Saneamento a partir de sua constituição (1998), é formada por sete unidades: três imóveis urbanos, um em Itu - SP, outro em Jundiaí - SP e a unidade de São Paulo - SP, e quatro pequenas centrais hidrelétricas (Salesópolis, São Valentim, Jacaré e Corumbataí) situadas em Salesópolis-SP, Santa Rita do Passa Quatro - SP, Brotas-SP e Rio Claro - SP respectivamente, sendo que as Centrais Hidrelétricas São Valentim e Jacaré encontram-se fechadas e não foram efetivamente musealizadas” (Yagui, 2014, p.131).

“O Museu da Energia de São Paulo, inaugurado em junho de 2005, é um espaço aberto à comunidade. Em suas salas, equipamentos interativos e atividades como jogos e projeções de filmes convidam os visitantes de todas as idades a participar de experiências científicas e a refletir sobre questões atuais envolvendo o tema da energia e seu futuro. A história da expansão urbana e industrial da cidade de São Paulo nos últimos 150 anos também está presente nas salas do museu. O edifício-sede do museu é outra atração. Construído entre 1890 e 1894, quando o bairro dos Campos Elíseos era o endereço mais sofisticado da cidade, o palacete foi residência de Henrique Santos Dumont, irmão do aviator Alberto Santos Dumont e um dos homens mais ricos do Brasil na época” (Fundação, 2024, s./p.).

Referências

FUNDAÇÃO Energia e Saneamento. Museu da Energia São Paulo. Disponível em: <https://www.energiaesaneamento.org.br/museu/museu-da-energia-de-sao-paulo/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu da Energia de São Paulo. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-da-energia-de-sao-paulo>. Acesso em: 21 jan. 2025.

YAGUI, Mirian M. P. Museus e patrimônio industrial: um estudo sobre a musealização do setor elétrico no estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2014.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 55
Denominação: Museu da Usina de Itaici		Status: Inativo
Endereço: Margem Direita do Rio Cuiabá s/n, Zona Rural, Santo Antônio de Leverger, MT Tel.: (65) 9979-3495 E-mail: Data de instalação: 2009		Empreendimento: UHE Itaici Data de instalação: Funcionou entre 1897-1950 Sector: Energético/Marketing
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Oscip		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		

Cadastro de Museus	SIM () NÃO (x)	ID Ibram:
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais		
Observações “Desde 1957, a Usina de Itaicy - um patrimônio estadual localizado a 40 km de Santo Antônio do Leverger - pode se tornar um ponto turístico. A usina foi construída no final do século 19 e pertencia ao ex-governador de Mato Grosso Antônio Paes de Barros, o Totó Paes. O imóvel possui arquitetura imponente e está situada numa região cerca pelo Pantanal. Na semana passada, o secretário estadual de Cultura, Alberto Machado, foi até o local acompanhado de engenheiros e arquitetos para analisar a possibilidade de reformar o imóvel histórico onde funcionou a maior e mais industrializada usina de Mato Grosso” (G1, 2020). Resolução de Tombamento: Portaria n° 55/84, de 8/1/1984. SEC – Secretaria de Estado da Cultura do Mato Grosso. Nome Atribuído: Usina de Itaicy. Localização: Margem direita do Rio Cuiabá, a 80 km de Cuiabá – Santo Antônio de Leverger-MT (iPatrimônio, 2023).		
Referências G1, Globo Notícias. Desativada há mais de 60 anos, usina de açúcar construída no século 19 em MT pode virar ponto turístico. Por G1 MT, 19 Ago. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/08/19/desativada-ha-mais-de-60-anos-usina-de-acucar-construida-no-seculo-19-em-mt-pode- virar-ponto-turistico.ghtml. Acesso em: 26 nov. 2023. IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus. Guia dos Museus Brasileiros. Brasília, Ibram, 2011. Disponível em: https://cadastro.museus.gov.br/wp-content/uploads/taianacan-items/99917/100015/GuiaDosMuseusBrasileiros_centrooeste.pdf. Acesso em: 26 nov. 2023. IPATRIMÔNIO. Santo Antônio de Leverger - Usina de Itaicy. Disponível em: https://www.ipatrimonio.org/santo-antonio-de-leverger-usina-de-itaicy/#!/map=38329&loc=-16.048922151141046,-55.90894639492035,17. Acesso em: 26 nov. 2023.		

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 56
Denominação: Centro de Eficiência Energética e Eletricidade da Companhia de Energia Elétrica da Bahia (Coelba) – Museu da Energia		Status: Ativo
Endereço: Praça Ramos de Queiroz 1, 1º andar, Centro, 40020-210, Salvador, BA Tel.: (71) 99692-0224; 99737-9993 E-mail: aulasenergiacoelba@neoenergia.com Data de instalação: 2007		Empreendimento: Neoenergia Coelba Data de instalação: Concessão na BA, 1997-2027

		Sector: Energético/Marketing
Esfera institucional: Privada		Ente federativo: Não se aplica
Órgão / Gestor: Neoenergia		
Instrumento de criação:		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 5.72.39.8280
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.neoenergia.com/eficiencia-energetica/aulas-de-energia/museu-de-energia https://www.facebook.com/neoenergia/ https://www.instagram.com/neoenergia_oficial/ https://www.youtube.com/channel/UCevIRLr5YmH6kHC5qMgcEwA https://linktr.ee/neoenergiaoficial		
Observações Inaugurado em 2007, como Museu da Eletricidade e Centro de Eficiência Energética da Coelba, em um prédio histórico da agência Coelba, em Salvador (Governo da Bahia, 2007). Em 2022, o projeto foi reformulado e a instituição é reinaugurada com o nome de Museu da Energia: “o espaço traz novas tecnologias e experiências de imersão para que baianos e turistas conheçam a história da eletricidade e os conceitos da energia elétrica” (Neoenergia, 2022). “O Museu da Energia é um espaço dedicado a proporcionar aos visitantes a oportunidade de conhecer os princípios da eletricidade e suas aplicações, além de aprender métodos eficientes para economizar energia, através de uma variedade de experimentos que fundamentam os conceitos de física, magnetismo, eletromagnetismo, óptica, sustentabilidade e diferentes tipos de geração de energia elétrica. É um verdadeiro espaço para o desenvolvimento da ciência de forma interativa e lúdica, onde os ambientes foram pensados para proporcionar a interatividade como elemento principal para os visitantes” (Neoenergia, 2025, s.p.).		
Referências GOVERNO DA BAHIA. Bahia ganha Museu da Eletricidade. Notícia da SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura, em 15 ago. 2007. Disponível em: https://www.ba.gov.br/infraestrutura/noticia/2024-03/3249/bahia-ganha-museu-da-eletricidade. Acesso em: 21 jan. 2025. MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Centro de Eficiência Energética e Eletricidade da Companhia de Energia Elétrica da Bahia - Coelba. Disponível em: https://cadastro.museus.gov.br/museus/centro-de-eficiencia-energetica-e-eletricidade-da-companhia-de-energia-eletrica-da-bahia-coelba. Acesso em: 21 jan. 2025. NEOENERGIA. Museu de Energia. Disponível em: https://www.neoenergia.com/eficiencia-energetica/aulas-de-energia/museu-de-energia. Acesso em: 21 jan. 2025.		

NEOENERGIA. Neoenergia Coelba reinaugura o Museu da Energia, em 07 dez. 2022. Disponível em: <https://www.neoenergia.com/web/bahia/w/reinauguracao-museu-da-energia>. Acesso em: 21 jan. 2025.

Ficha de Apoio à Pesquisa: O problema do “Museu-Solução”: políticas públicas para o patrimônio cultural no licenciamento ambiental		Nº 57
Denominação: Museu Usina - Museu Histórico Municipal de Imituba		Status: Inativo
Endereço: Rua João de Oliveira Filho, 01, Complexo Usina Termelétrica de Imituba, Centro, 88780-000, Imituba, SC Tel.: (48) 3355-8122; (48) 3355-8120; (48) 3355-8123 E-mail: museu.usina@imituba.sc.gov.br; maria.garcia@imituba.sc.gov.br Data de instalação: 2017		Empreendimento: Usina Termelétrica de Imituba Data de instalação: Funcionou entre 1910-1982 Sector: Energético/Marketing
Esfera institucional: Pública		Ente federativo: Municipal
Órgão / Gestor: Prefeitura Municipal de Imituba		
Instrumento de criação: Lei nº 4.933/2017		Plano Museológico:
Outros documentos:		
Cadastro de Museus	SIM (x) NÃO ()	ID Ibram: 2.99.31.5096
Cadastro de IGP	SIM () NÃO (x)	Status Iphan:
Ponto de Memória	SIM () NÃO ()	
Sites e Redes Sociais https://www.facebook.com/museuusina/		
Observações O Museu Histórico Municipal de Imituba – Museu Usina Imituba, vinculado ao órgão gestor do Sistema Municipal de Cultura - SMC, foi criado para que contribuir com a proteção, difusão e valorização dos bens culturais pertencentes à História do Município e da antiga Usina Termoelétrica (Imituba, 2017). “O museu será implantado no antigo prédio de uma usina termelétrica, localizada no Centro, às margens da Lagoa da Bomba. Datada de 1917, a construção é histórica e tombada pelo município” (Notisul, 2017, s./d.). “A conclusão dos Projetos de Restauro e Requalificação do Complexo da Usina Termelétrica de Imituba, com recursos do Prêmio Catarinense de Patrimônio Material e Imaterial, oferecido pela Fundação Catarinense de Cultura – FCC, por intermédio do Edital Elisabete Anderle, cujo Plano Museológico, custeado pela Administração Municipal de Imituba, apontou para a necessidade de criar uma instituição voltada à proteção, difusão e valorização dos bens culturais pertencentes à História do Município e da antiga Usina Termelétrica, fez surgir o Museu Histórico Municipal de Imituba, o MUSEU		

USINA, criado em 2017, pelo Governo de Imbituba. (...) Para utilizar os Espaços do MUSEU USINA os interessados deverão se dirigir à Diretoria de Cultura, que funciona no piso térreo do Paço Municipal Prefeito Nelson Souza – a Prefeitura de Imbituba, onde terão acesso ao formulário específico, que após preenchido deverá ser protocolado, gratuitamente. A análise dos pedidos segue o que está previsto no regulamento” (Museu Usina, 2019).

A última atividade no perfil do museu no Facebook é de 2022.

Referências

MUSEU USINA. Espaços do Museu Usina. Universalização e democratização do uso. Post Facebook em 29 mar. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/museuusina/posts/pfbid0WLE R75Y5teixP8pQjTpyP31jpRjLUGZg48nYZ2AX92Cy4Lvtfc2y8XwYcwESyPsCl>. Acesso em: 23 jan. 2024.

IMBITUBA. Câmara Municipal. Lei Ordinária nº 4.825, de 17 de agosto de 2017. Cria o Museu Histórico Municipal de Imbituba – MUSEU USINA e dá outras providências. Disponível em: <https://www.imbituba.sc.leg.br/camara-municipal-de-imbituba-aprovou-pl-4-933-2017-que-cria-o-museu-historico-municipal-de-imbituba-2013-museu-usina>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MUSEUS.BR, Cadastro Nacional de Museus. Museu Usina – Museu Histórico Municipal de Imbituba. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-usina-museu-historico-municipal-de-imbituba>. Acesso em: 21 jan. 2025.

NOTISUL. Museu Usina é criado em Imbituba. Por Redação SC, 18 ago. 2017. Disponível em: <https://www.notisul.com.br/museu-usina-e-criado-em-imbituba/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

ANEXO

1 - Quadro síntese PBA UHE Belo Monte

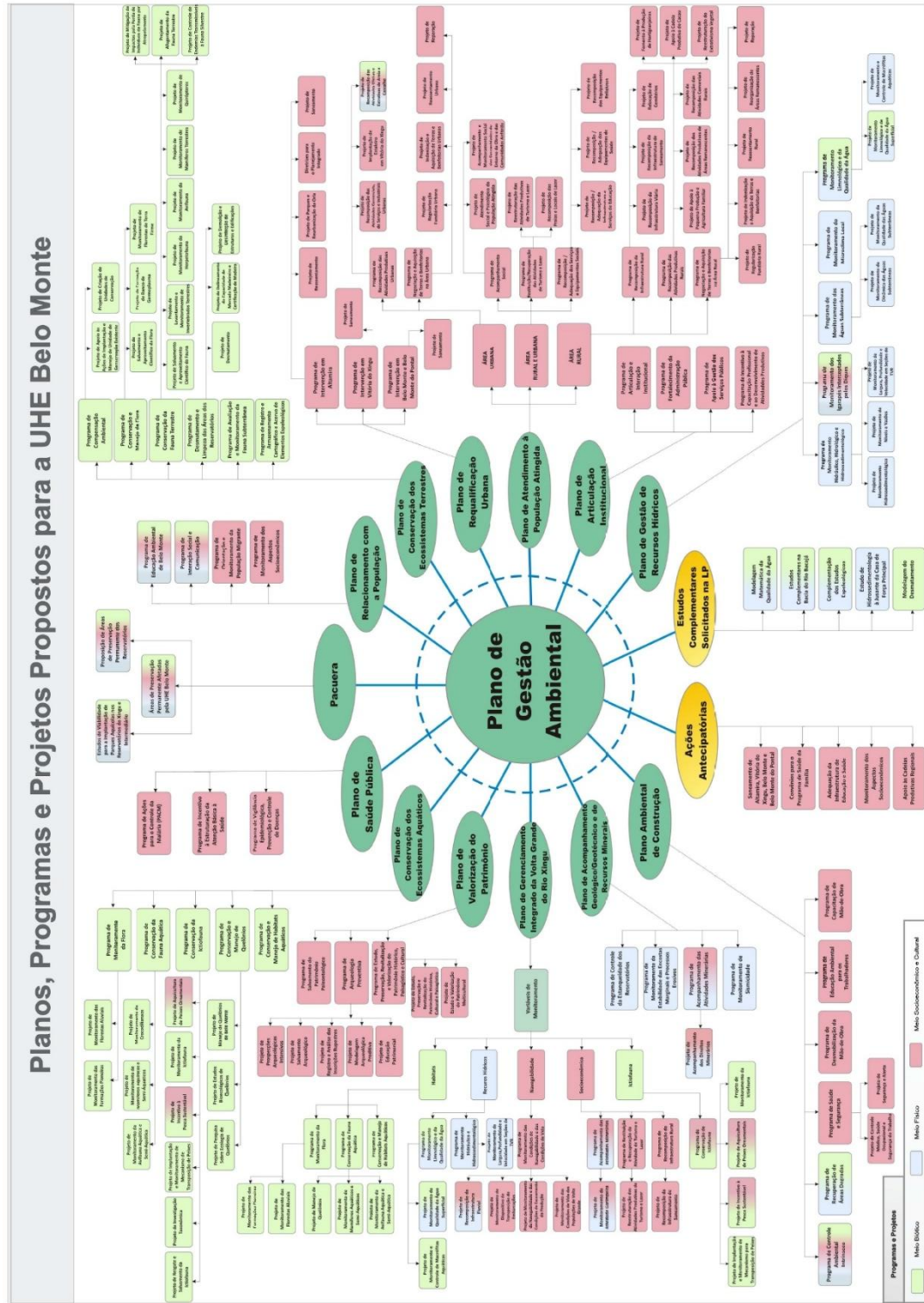


FIGURA 2.1-1 - PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS PROPOSTOS PARA A UHE BELO MONTE